

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ- UEM
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA- CURSO DE MESTRADO

VITOR HUGO RIBEIRO

**MOBILIDADE FORÇADA E EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: UM
OLHAR PARA OS TRABALHADORES DA CANA-DE-AÇÚCAR DO NOROESTE
PARANAENSE.**

MARINGÁ- PR
2011

VITOR HUGO RIBEIRO

**MOBILIDADE FORÇADA E EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: UM
OLHAR PARA OS TRABALHADORES DA CANA-DE-AÇÚCAR DO NOROESTE
PARANAENSE.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Geografia.

Orientador: Dr. Márcio Mendes Rocha

MARINGÁ- PR
2011

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

Ribeiro, Vitor Hugo

R484m Mobilidade forçada e exploração da força de trabalho: um
olhar para os trabalhadores da cana-de-açúcar do Noroeste
Paranaense/Vitor Hugo Ribeiro. -- Maringá, 2011.

174 f. , mapas, figs., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Mendes Rocha.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de
Maringá, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes,
Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2011.

1. Mobilidade Forçada - Trabalhador Rural. 2. Lavoura Canavieira. 3.
Modernização Agrícola. I. Rocha, Márcio Mendes, orient. II.
Universidade Estadual de Maringá... III. Título.

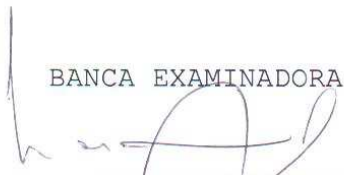
CDD. 21.ed.:910.13046

**“MOBILIDADE FORÇADA E A EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: UM
OLHAR PARA OS TRABALHADORES DA CANA-DE-AÇÚCAR DO NOROESTE
DO PARANÁ”.**

Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade
Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção
do grau de Mestre em Geografia, área de concentração:
Análise Regional e Ambiental.

Aprovada em **18 de março de 2011.**

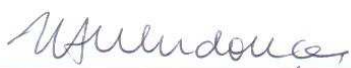
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Márcio Mendes Rocha
Orientador - UEM
Universidade Estadual de Maringá



Profª. Drª. Maria das Graças de Lima
Membro convidado
Universidade Estadual de Maringá



Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça
(membro convidado)
Universidade Federal de Goiás

Dedico este trabalho

À tia Nilce Ruti Lautenschlager Ambrósio (*in memoriam*), professora de Geografia que sempre acreditou na minha formação.

Aos meus pais- Inês Ambrósio Ribeiro e Elpídio Ferreira Ribeiro que tanto apoio deram.

Ao Eduardo Araujo da Silva (*in memoriam*) pela sua Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Aos membros do Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização- NEMO, pela determinação e companheirismo nesta trajetória.

AGRADECIMENTOS

Para a realização desta pesquisa, pude contar com diversas pessoas que me acompanharam e contribuíram para o meu amadurecimento e avanço no meio acadêmico. Agradecê-las é o mais puro reconhecimento de que cheguei a finalização de mais uma etapa.

Agradeço aos meus professores e educadores que contribuíram, desde o início, na minha formação. Em especial, gostaria de agradecer ao meu amigo e orientador Dr. Márcio Mendes Rocha, pela oportunidade, companheirismo e por acreditar na minha pesquisa dando forças, autonomia e liberdade no decorrer desses anos, sempre indagando, discutindo e, acima de tudo, orientando.

Agradeço também a minha família, meus pais e a minha irmã Jaqueline Ribeiro pela compreensão e apoio. Meus tios e tias, professores Osmar Ambrósio e Isaura Ambrósio, e aos primos também professores Elisangela Ambrósio e Walber Arantes, pessoas das quais busquei inspiração. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos e aos auxílios dados a mim e aos demais pesquisadores de todo o Brasil.

Agradeço aos integrantes do NEMO, dentre eles o professor Márcio Roberto Ghizzo, pelas constantes ajudas prestadas ao Núcleo, dentre elas o acompanhamento ao campo. À Valkíria Trindade, ao José Cláudio, à Vanessa Kimie, ao Felipe, ao Felipe Bonifácio, ao Felipe Stahlhoefer, ao Eduardo, à Marina, à Bárbara, à professora Sueli, ao Fábio e ao Vicente minha gratidão.

A Universidade Estadual de Maringá, especialmente a turma de Geografia 2004-2007, onde pude me formar e encontrar ensino público de qualidade e gratuito. Sou grato pelos professores de graduação e pós-graduação, dentre eles a Maria Cristina Rosa, Maria das Graças de Lima, César Miranda Mendes, Messias Modesto dos Passos, Angela Maria Endlich, Paulo Nakashima, Celene Tonela, e dentre outros.

Também sou grato pelas amizades que tenho e aos amigos Marcelo Cebola, Rafael Cabelo, Jonathan, Du (*in memoriam*), Silvio Fidelis, Tiego, Éder, João Marcelo, Anderson, Thiago Gritzenco, Marcel, Vinícius, Hudson Matheus, Heitor, Alessandro, Thiago Fregadolli e outros meus sinceros agradecimentos.

Não poderia deixar de agradecer as pessoas que me ajudaram nas informações do meu trabalho, dentre elas o presidente Claudemir Domingues do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondon; Arthur Felipe, Engenheiro químico da Usina de Açúcar e álcool Santa Terezinha LTDA- Unidade Cidade Gaúcha; aos cortadores e cortadoras de cana-de-açúcar

que lhe cederam tempo às entrevistas. Agradeço também à Rose e à Caroline, pelo acompanhamento. Meus agradecimentos também à professora e escritora Railda Masson Cardozo e ao cantor Arlindo Gaúcho pela amizade.

Essas e dentre outras pessoas tenho o maior prazer de poder compartilhar junto a finalização do meu trabalho, pois são delas que vem a força e a coragem de estar sempre lutando, a favor de uma outra mobilidade que não seja forçada pelo modo capitalista de produção.

*De pé ó vítimas da fome
De pé famélicos da terra
Da idéia a chama já consome
A crosta bruta que a soterra
Cortai o mal bem pelo fundo
De pé, de pé, não mais senhores
Se nada somos em tal mundo
Sejamos tudo ó produtores.*

(A Internacional- Eugène Pottier)

RESUMO

Mesmo tendo uma vasta produção acerca dos processos migratórios no território brasileiro, é importante colocar algumas particularidades impostas pelo modo capitalista de produção no bojo desses acontecimentos. Dentro desse contexto, procura-se contribuir com algumas considerações a respeito do trabalhador volante ou bóia-fria ligado ao setor agroindustrial sucroalcooleiro, que tem por característica o trabalho migratório. A formação destes trabalhadores se deu no decorrer do tempo, mais especificamente nas décadas finais do século XIX e ao longo do século XX. Contudo, houve uma série de relações específicas entre os demais agentes econômicos, dentre eles o Estado, os capitalistas e os latifundiários que, com o intuito de modernizar a atividade no meio rural brasileiro, promoveu a expropriação camponesa através das constantes modernizações das técnicas de produção no campo e com isso foram empregando a mão de obra “libertada” do meio rural. Essa característica assemelha-se com a teoria da mobilidade forçada de Gaudemar (1976). Para tanto, procurou-se delimitar como área de estudo a Mesorregião Noroeste Paranaense, e investigar a mobilidade dos trabalhadores rurais ligados ao setor canavieiro em função do aumento expressivo da cana-de-açúcar nesta localidade que, no bojo desse aumento da lavoura canavieira, além da mobilidade forçada da qual os trabalhadores rurais se submetem, também tem a cana-de-açúcar se expandindo em detrimento da policultura, tão importante para a economia local e para a agricultura camponesa ou familiar. A partir de então, selecionou-se três municípios que têm alta concentração de cana-de-açúcar na sua área municipal e procurou-se descobrir de onde vêm os trabalhadores para o corte e plantio da cana. Os municípios escolhidos foram: Rondon, São Tomé e Cidade Gaucha. Ambos possuem Unidades de Produção do capital sucroalcooleiro.

Palavras- Chave: Lavoura canavieira. Modernização agrícola. Mobilidade forçada. Trabalhador rural.

ABSTRACT

Even with the vast production about the migratory processes on the Brazilian territory, it's important to put some of the characteristics imposed by the capitalism way of production around these events. In this context, there is an attempt to contribute to some of the considerations about the rural worker linked to the agri-business of sugar cane, which has as a characteristic the migratory work. The formation of this workers occurred during the passing time, specially near the late XIX century and along the XX century. However there was a series of specific relations between several economic agents, such as the State, the capitalists and the farm owners (latifundiarios) that, with the intention of modernizing the activities in the Brazilian rural areas, promoted the peasants' expropriation through the constant modernization of the production techniques on the field, and with that started using free middle rural. This characteristic is similar to the Gaudemar's forced mobility theory (1976). For that, the northwest Paraná was marked out as study area for investigation of the mobility of the rural workers connected to the agri-business of sugar cane due to the remarkable increase of the sugar cane on that location that, with this increase of the sugar cane plantation besides the forced mobility of which the rural workers were submit, there is also the sugar expanding to the detriment of the mixed farming, very important to the local economy and the peasant family farming. Thereafter, three "municipal district" with high density of sugar cane were chosen, and there was an investigation on where the workers come from for the cutting of the sugar cane. The chosen municipal district were: Rondon, São Tomé and Cidade Gaucha. In all of them there are units of agri-business of sugar cane.

Key words: Farming sugar cane. Agricultural modernization. Forced mobility. Rural worker.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Praça principal de uma cidade europeia nos finais da idade média-----	24
Figura 2- Máquina a vapor de Newcome construída com o fim de mover bombas de água-----	24
Figura 3- Máquina de tecer de Watt- -----	25
Figura 4- Esquema de representação de escalas geográficas-----	29
Figura 5- Cortador de cana-de-açúcar -----	40
Figura 6- Principais Unidades geológicas do Estado do Paraná -----	75
Figura 7- Vegetação do Estado do Paraná organizado por R. Maack-----	77
Figura 8- Visão panorâmica do sistema de repartição de terras pela CTNP -----	86
Figura 9- Área colonizada pela CTNP/CMNP e a distribuição e ordenamento dos centros urbanos (Cidades e patrimônios)-----	87
Figura 10- Expansão da lavoura canavieira na Mesorregião Noroeste Paranaense, 1985 a 2009-----	94
Figura 11- Paraná, Localização das Unidades de Produção de açúcar e álcool do Noroeste Paranaense -----	97
Figura 12- Noroeste Paranaense, área ocupada com lavoura canavieira- ano de 2008-----	103

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Localização dos primeiros Engenhos Centrais do Brasil-----	52
Mapa 2- Zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar no Brasil-----	65
Mapa 3- Distribuição da cana-de-açúcar no Centro/sul do Brasil-----	67
Mapa 4- Localização das Unidades Produtoras de açúcar e álcool do Paraná-----	69
Mapa 5- Distribuição da cana-de-açúcar no Estado do Paraná-----	70
Mapa 6- Paraná, localização da Mesorregião Noroeste Paranaense-----	74
Mapa 7- Paraná, cobertura vegetal da Mesorregião Noroeste Paranaense-----	76
Mapa 8- Paraná, uso potencial do solo da Mesorregião Noroeste Paranaense-----	78
Mapa 9- Paraná, rede hidrográfica da Mesorregião Noroeste Paranaense-----	79
Mapa 10- Paraná, municípios da Mesorregião Noroeste por Microrregiões-----	81
Mapa 11- Paraná, mobilidade intermesorregiões 1980/1991-----	92
Mapa 12- Paraná, localização geográfica dos municípios escolhidos-----	108
Mapa 13- Abrangência territorial da Unidade de Rondon sobre a mão-de-obra no corte da cana-de-açúcar- 2010-----	118
Mapa 14- Noroeste Paranaense, territorialidade das áreas arrendadas para a Unidade de Rondon- 2010-----	121
Mapa 15- Abrangência territorial da Unidade São Tomé sobre a mão-de-obra no corte da cana-de-açúcar- ano 2010-----	142
Mapa 16- Noroeste Paranaense, territorialidade das áreas arrendadas para a Unidade São Tomé- ano 2010-----	144
Mapa 17- Abrangência territorial da Unidade de Cidade Gaúcha sobre a mão-de-obra no corte da cana-de-açúcar- ano 201-----	154
Mapa 18- Noroeste Paranaense, territorialidade das áreas arrendadas para a Unidade de Cidade Gaúcha- ano 2010-----	156

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Primeiros limites de produção do açúcar de usina no Brasil-----	56
Tabela 2- Evolução da cultura canavieira no Brasil 1933 a 1973-----	57
Tabela 3- Distribuição espacial da produção açucareira do Brasil por regiões 1929/75-----	58
Tabela 4- Paraná, Produção de Álcool, 1948-49 a 1960-61 / (litros de álcool)-----	60
Tabela 5- Destilarias de Álcool em Atividade no Estado do Paraná- 2000-----	62/63
Tabela 6- Mesorregião Noroeste Paranaense, números de municípios por classes demográficas-----	82
Tabela 7- Noroeste Paranaense- número de estabelecimentos e área por grupo de área total nos anos de 1970, 1980 e 1996-----	93
Tabela 8- Norte do Paraná, Quantidade produzida, Área plantada e colhida de cana-de-açúcar no ano de 1990 por Mesorregiões Geográficas-----	95
Tabela 9- Norte do Paraná, Quantidade produzida, Área plantada e colhida de cana-de-açúcar no ano de 2008 por Mesorregiões Geográficas-----	96
Tabela 10- Município de Rondon- Evolução da população urbana, rural e total 1970-2010-----	110
Tabela 11- Município de Rondon, estrutura fundiária, nº de estabelecimentos por classe de área (ha) -----	111
Tabela 12- Rondon, estabelecimentos agropecuários e área segundo as atividades econômicas- 2006-----	112
Tabela 13- Rondon, número de estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas- 2009-----	113
Tabela 14- Origem da mobilidade e número de trabalhadores mobilizados pela Unidade de Rondon- ano 2010-----	117
Tabela 15- Município de São Tomé- Evolução da população urbana, rural e total. 1970/2010-----	134
Tabela 16- Município de São Tomé, estrutura fundiária, nº de estabelecimentos por classe de área (ha) 1970/1996-----	135
Tabela 17- São Tomé, número de estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas- 2009-----	136
Tabela 18- Origem da mobilidade e número de trabalhadores rurais mobilizados pela Unidade São Tomé- ano 2011-----	140

Tabela 19- Município de Cidade Gaúcha- Evolução da população urbana, rural e total. 1970/2010-----	147
Tabela 20- Município de Cidade Gaúcha, estrutura fundiária, nº de estabelecimentos por classe de área (ha) 1970/1996-----	149
Tabela 21- Cidade Gaúcha, número de estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas- 2009-----	152
Tabela 22- Origem da mobilidade e número de trabalhadores rurais mobilizados pela Unidade de Cidade Gaúcha- ano 2010-----	153

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- localidades fundadas pela CTNP/CMNP na mesorregião Noroeste Paranaense-	85
Quadro 2- Utilização das terras na Mesorregião Noroeste Paranaense-----	93
Quadro 3- Noroeste do Paraná, área plantada e quantidade produzida de cana-de-açúcar, ano- 2008-----	99/100
Quadro 4- Noroeste Paranaense, área municipal ocupada pela lavoura canavieira, ano de 2008-----	101/102
Quadro 5- Município de Rondon, evolução da área plantada com lavoura temporária- ano 2000 a 2009-----	114
Quadro 6- Município de Rondon, evolução da área plantada com lavoura permanente (ha)- ano 2000 a 2009-----	115
Quadro 7- Município de São Tomé, evolução da área plantada com lavoura temporária, 2000 a 2009-----	138
Quadro 8- Município de São Tomé, evolução da área plantada com lavoura permanente, 2000 a 2009-----	138
Quadro 9- Cidade Gaúcha, evolução da área plantada com lavoura temporária, 2000 a 2009--	150
Quadro 10- Cidade Gaúcha, evolução da área plantada com lavoura permanente, 2000 a 2009-----	150

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Evolução populacional da Mesorregião Noroeste Paranaense no período de 1970 a 2000-----	88
Gráfico 2- Município de Rondon- Evolução da população urbana e rural. 1970/2010-----	111
Gráfico 3- Município de Rondon, área plantada com lavoura canavieira, mandioca, milho, soja, café e laranja- ano 2009-----	116
Gráfico 4- Evolução populacional do Município de São Tomé- anos 1970 a 2010-----	134
Gráfico 5- Município de São Tomé, evolução da área plantada com as principais lavouras, 2000 a 2009 (em hectares)-----	139
Gráfico 6- Município de Cidade Gaúcha- Evolução da população 1970/2010-----	148
Gráfico 7- Cidade Gaúcha, evolução da área plantada com as principais lavouras- 2000 a 2009-----	151

LISTA DE SIGLAS

MST	Movimento dos trabalhadores rurais sem terra
CPT	Comissão pastoral da terra
SSR	Serviço social rural
ETR	Estatuto do trabalhador rural
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
IAA	Instituto do açúcar e do álcool
PROÁLCOOL	Programa nacional do álcool
CUT	Central única dos trabalhadores
GAART	Grupo de Articulação dos Assalariados Rurais Temporários
FEAJART	Fórum de Entidades que atuam junto ao Assalariado Rural Temporário
FMI	Fundo Monetário Internacional
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAEP	Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo
CENAL	Comissão Executiva Nacional do Álcool
ZAECANA	Zoneamento Agroecológico da cana-de-açúcar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
MINEROPAR	Minerais do Paraná
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
CMNP	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
GERCA	Grupo Executivo de Racionalização da cafeicultura
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento econômico e social
FINEM	Linha de financiamentos a empreendimentos
PEA	População economicamente ativa
SIALPAR	Sindicato da Indústria de Fabricação do álcool do Estado do Paraná
SIAPAR	Sindicato da Indústria do açúcar no Estado do Paraná
SIBIOPAR	Sindicato da Indústria de Produção de Biodiesel do Estado do Paraná
ALCOOPAR	Associação de Produção de Bioenergia do Estado do Paraná
CANAPAR	Associação dos Plantadores de Cana do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1- DISCUSSÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA MOBILIDADE DA FORÇA DO TRABALHO	19
1.1- <i>A mobilidade da força do trabalho na sociedade capitalista</i>	19
1.2- <i>A agricultura camponesa e o aparecimento do trabalhador rural no Brasil: um olha para os cortadores da cana-de-açúcar</i>	30
2- O ESTADO E O CAPITAL SUCROALCOOLEIRO: OS AGENTES E SUAS CONTRADIÇÕES	43
2.1- <i>Breve histórico sobre o Estado capitalista</i>	43
2.2- <i>Políticas estatais e a atividade canavieira</i>	48
3- A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA MESORREGIÃO NOROESTE PARANAENSE	74
3.1- <i>Caracterização da área de estudo</i>	74
3.2- <i>Processo de ocupação territorial</i>	80
3.3- <i>Modernização agrícola e seus efeitos no Noroeste Paranaense</i>	89
4- O TRABALHADOR VOLANTE E A MOBILIDADE DOS CORTADORES DA CANA-DE-AÇÚCAR DO NOROESTE PARANAENSE: ESTUDOS DE CASOS DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO DE RONDON, SÃO TOMÉ E CIDADE GAÚCHA	106
4.1- <i>Rondon</i>	109
4.2- <i>São Tomé</i>	133
4.3- <i>Cidade Gaúcha</i>	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
REFERÊNCIAS	169

INTRODUÇÃO

Ao analisar o espaço de uma determinada região, o fundamental é não perder de vista as atividades geoeconômicas que tanto influenciam ou influenciaram a vida de seus habitantes. Sendo assim o espaço, no bojo do processo produtivo, une os homens e, ao mesmo tempo, ele os separa (SANTOS, 2009). O que faz unir no espaço é a sua função no modo capitalista de produção, em especial, de produzir mercadorias. Logo, o que faz separar no espaço são as próprias contradições sociais, impostas pelo modo capitalista de produção.

Com a mundialização da economia, o espaço se tornou global. Porém, a utilização de suas potencialidades é seletiva, destinadas apenas àqueles que dispõem de capital para agir. Contudo, o capital não age sozinho. Ele é móvel e necessita de capital constante e variável, para transformar matérias-primas em mercadorias, gerando com isso a mais-valia aos seus detentores.

É dentro desse processo, que o capital une e separa os homens dentro do espaço. A mobilidade do capital também se dá em função da mobilidade centrada no trabalho. São trabalhadores, que ao longo do processo produtivo foram expropriados dos seus meios de produção, tornando os “libertos” à procura de empregos à serviço do capital. Com a expropriação dos meios de produção, a mobilidade do trabalho vem se tornando forçada no modo capitalista de produção, pois os homens e as mulheres passaram a dispor apenas de suas “ferramentas” biológicas, seus corpos, suas funções vitais, suas forças dentre outras. Seus corpos então, são inseridos no mercado de trabalho como mercadorias, submetidos às exigências do modo capitalista de produção (GAUDEMAR, 1976). Isso reflete tanto nos trabalhadores urbanos, quanto nos trabalhadores rurais.

Dentro desse contexto, objetivou-se com esta pesquisa estudar a mobilidade dos trabalhadores e trabalhadoras da cana-de-açúcar da Mesorregião Noroeste Paranaense e investigar como se manifesta a mobilidade em função da mancha crescente de produção canavieira, tomando como referência os municípios de Rondon, São Tomé e Cidade Gaúcha. Também pretendeu-se avaliar o lugar dos trabalhadores do campo na economia global, em detrimento da policultura e em especial das culturas destinadas à alimentação humana.

Para o alcance dos objetivos almejados, foram elaboradas questões (sobre a mobilidade, origem e trajetória física e social dos trabalhadores e o vínculo com o trabalho no corte), para serem aplicadas aos trabalhadores rurais das usinas dos municípios em causa, a partir de uma metodologia “quanti/quali”, onde trataremos de dados quantitativos, bem como

de entrevistas semi-diretivas. Aliado a esta compilação foram captadas imagens que complementaram as observações de campo. Buscou-se também dados secundários, a partir dos institutos, de usinas/destilarias e outras instituições que apresentaram informações relevantes. Parte dos dados quantitativos foram espacializados pela representação cartográfica, principalmente no que diz respeito à mobilidade dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

A metodologia utilizada para a realização das entrevistas foi baseada na história oral de vida. Este procedimento consiste em registrar relatos de vida, estabelecendo vínculos imediatos com a sociedade e incentivando a história local (CARNEIRO, J. 2010). Com este método, foi possível ouvir os cortadores e cortadoras de cana-de-açúcar e registrar o que os mesmos pensavam a respeito da profissão, do modo capitalista de produção no meio rural que tende à mecanização, dentre outras relações de trabalho. Os trabalhadores e trabalhadoras da cana-de-açúcar têm voz, basta apenas ouvi-los. No mundo globalizado atual, esses trabalhadores passam despercebidos pelo sistema produtivo e até mesmo pela sociedade no geral, devido ao baixo grau escolar, que por ventura acabaram inserindo-os nas últimas filas do mercado de trabalho, restando apenas serviços exaustivos como o corte da cana-de-açúcar dentre outros.

Essas relações precárias no mundo do trabalho são reflexos das contradições sociais tão expressivas ainda no território brasileiro, que excluiu uma parcela considerada da população do crescimento e desenvolvimento econômico, desencadeados principalmente na segunda metade do século XX. No geral, o sistema capitalista culpa o indivíduo pela sua baixa qualificação que o leva à essas relações de trabalho. Contudo, nesta pesquisa ressaltamos que essa baixa qualificação não é culpa do indivíduo e sim do próprio sistema e da ausência do Estado para com os trabalhadores rurais, que condicionaram e incentivaram a economia moderna tecnificada, excluindo com isso boa parte da força de trabalho rural do processo produtivo e desenvolvimentista.

Para tanto, esta pesquisa foi dividida em quatro capítulos, sendo no primeiro levantado os pressupostos teóricos da mobilidade da força do trabalho, partindo como referência a teoria da mobilidade forçada de Gaudemar (1976). Também foi trabalhada a noção de “mobilidade humana” de Rocha (1998) e por fim, foi dada ênfase à “produção camponesa do Brasil” que, conforme as relações capitalistas foram se intensificando no campo, reproduziu a mobilidade forçada tanto no meio urbano, quanto no meio rural.

O segundo capítulo trata da relação dos agentes econômicos ligados ao setor sucroalcooleiro, dentre eles o Estado e os capitalistas do setor, que devido aos investimentos e incentivos estatais a agroindústria canavieira no Brasil foi sendo beneficiada e ampliada de capital constante, precarizando ainda mais a mão-de-obra rural que vinha sendo expropriada do campo. É possível perceber então o papel antagônico do Estado na sociedade capitalista, que ao mesmo tempo em que se volta à economia moderna capitalizada, ele cria brechas onde agem as entidades e demais organizações de classes sociais, tornando-se num Estado participativo, como campo estratégico de lutas políticas nos termos de Poulantzas (1980).

Já o terceiro capítulo vem tratar da produção do espaço da Mesorregião Noroeste Paranaense, levando-se em consideração as principais características físicas bem como humanas e geoeconômicas e os efeitos causados na região mediante a modernização agrícola e a expansão da lavoura canavieira.

O quarto capítulo vem resgatar a origem do trabalhador volante ou bóia-fria no Brasil e em especial na Mesorregião Noroeste Paranaense. Por fim foram feitas breves considerações sobre os municípios escolhidos, levando-se em conta o processo histórico, bem como a expansão da lavoura canavieira e a mobilidade dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do setor sucroalcooleiro.

Os três municípios analisados foram escolhidos porque os mesmos compreendem a Microrregião Geográfica de Cianorte e, como poderá ser observado em Mapas e em Tabelas, esta é a localidade onde mais se concentra e produz cana-de-açúcar e derivados da Mesorregião Noroeste, em função do número de Unidades Produtoras do setor sucroalcooleiro presentes nesta região. Com isso, procurou-se descobrir de onde vêm os trabalhadores para o plantio e corte da cana-de-açúcar das Unidades dos três municípios.

A mobilidade da força do trabalho se apresenta em diversas escalas geográficas. Procurou-se nesta pesquisa a relação das escalas globais e nacionais e seus efeitos no âmbito de escala regional e local. No que diz respeito ao setor sucroalcooleiro, os principais impactos de escala global (devido as exportações do açúcar e etanol) no local estão relacionados à precarização do trabalho e à mobilidade forçada, além do detrimento da policultura e da agricultura familiar decorrente da expansão da monocultura canavieira.

1- DISCUSSÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA MOBILIDADE DA FORÇA DO TRABALHO

1.1- A mobilidade da força do trabalho na sociedade capitalista

La mobilité de la force de travail renvoie ainsi d'emblée aux conditions d'existence du capitalisme que sont la production des forces de travail, leur mise en exercice dans le procès de production, leur circulation entre les différentes sphères d'activité.

Jean-Paul de Gaudemar

O homem, desde a sua história remota, adquiriu a arte de se mobilizar pelo território terrestre na busca pela sua sobrevivência. Nos primórdios da humanidade, os grupos humanos eram fortemente determinados pelo seu meio geográfico, e ao se mobilizarem pelo território à procura de meios de subsistência, sentiam a necessidade de conservar informações sobre determinados lugares, a fim de guardá-las e transmiti-las a outros grupos (FERREIRA & SIMÕES, 1986)¹.

Ao se tratar da mobilidade da força de trabalho do homem, é necessário levar em consideração os pressupostos de que o trabalho humano é consciente e proposital, ao passo que dos animais é apenas instintivo².

Tendo o trabalho consciente e intencional, o homem vai adquirindo a arte de amoldar a natureza às suas exigências, necessidades e desejos. Sendo assim, o homem vai criando instrumentos e ferramentas de trabalho, e vai aos poucos se desvencilhando do determinismo natural que o meio geográfico impusera aos grupos humanos (HADDOCK LOBO, 1959). Isto pelo fato de seu organismo ter *certa elasticidade que lhe permite considerável grau de adaptação e sua engenhosidade dá-lhe a possibilidade de combater, cientifica e tecnicamente, o meio que o cerca* (BEAUJEU-GARNIER, 1971, p.57). Isso fez com que a força de trabalho humana produzisse, além de um excedente,

¹ As referidas autoras ressaltam ainda que “desta necessidade surgiram os primeiros esboços representando a superfície da terra, isto é, os primeiros mapas” (1986, p.30). O Homem vai adquirindo então maiores percepções acerca do espaço geográfico, fazendo-o com que volte aos lugares propícios à sua reprodução.

² De acordo com Harry Braverman “O trabalho na sua forma humana foi chamado ação inteligente por Aristóteles. Seu esforço baldado para descobrir uma causa única subjacente a todos os produtos da natureza, animais e humanos, deu a mais antiga forma a este princípio distintivo do trabalho humano em relação aos de outros animais” (1987, p.50).

as condições sociais e culturais para ampliar sua própria produtividade, de modo que seu produto excedente pode ser continuamente ampliado. Do ponto de vista do capitalista, esta potencialidade multilateral dos seres humanos na sociedade é a base sobre a qual efetua-se a ampliação do seu capital (BRAVERMAN, 1987, p.58).

Tratando-se dos pressupostos teóricos da mobilidade da força do trabalho na sociedade capitalista, Rocha (1998) ressalta a mobilidade do trabalho no âmbito da mobilidade humana. Esta por sua vez é estudada pelo referido autor como a junção de três fenômenos: a mobilidade física, da força do trabalho, e a mobilidade social.

A mobilidade física subdivide-se em macromobilidade física e micromobilidade física. São mobilidades horizontais que *se reproduzem no espaço concreto, físico, apresentando um perfil histórico- geográfico* (ROCHA, 1998, p.14). Fundamentam-se em estudos migratórios partindo de um estudo histórico de tais fluxos, sendo que a macromobilidade física diz respeito aos deslocamentos dos indivíduos em escala geográfica internacional, nacional, estadual e municipal e na micromobilidade a escala temporal é mais curta, se tratando dos deslocamentos diários da casa ao trabalho, às compras, etc.

A mobilidade centrada no trabalho, diz respeito aos deslocamentos horizontais e se dá no âmbito da qualificação dos indivíduos, *de seus status profissional, da produtividade do trabalho, de sua condição funcional, e de sua submissão à lógica capitalista de acumulação* (ROCHA, 1998, p.14). Por fim, a mobilidade social é entendida como a mobilidade vertical, que busca interpretar as mudanças de status sociais dos indivíduos, suas posições nas esferas sociais e seus movimentos de polarização de classes.

Contudo, ROCHA (1998) define a mobilidade humana como

uma noção que procura estabelecer a síntese das construções teóricas sobre vários conceitos de mobilidade, desenvolvidos nos ramos das ciências humanas que trataram da questão. Procura-se uma articulação dos diversos caminhos teóricos percorridos com o intuito de criar uma noção com algum poder explicativo. Para tanto, parto de uma perspectiva transdisciplinar para atingir o objetivo almejado (ROCHA, 1998, p.13).

O autor assinala, de acordo com as informações mencionadas anteriormente, a importância da transdisciplinaridade para tratar do tema mobilidade humana, sendo que a base teórica, para o referido estudo, se dá a luz do materialismo histórico, enraizado em diversos ramos das ciências humanas.

Um dos problemas do conhecimento científico é a neutralidade de muitas ciências ao estudar a realidade vigente. Para Morin (2000) essa neutralidade e o individualismo nos levam aos erros mentais, intelectuais, e dentre outros. É necessário cada vez mais a transdisciplinaridade e a multidisciplinaridade no conhecimento científico do século XXI, para que possamos entender o contexto global e as suas repercussões no âmbito de escalas geográficas locais.

Além da Ciência Geográfica, também encontramos a mobilidade humana em outras áreas do conhecimento, como na História, Economia, Ciências Sociais, Filosofia enfim, nas demais áreas que constituem as Ciências Humanas e reiteramos que é necessário derivar por entre estas áreas, para que possamos entender a mobilidade na sua complexidade no global, para aplicarmos em casos específicos como em escalas regionais ou locais. É em especial nas Ciências econômicas que encontramos os estudos da mobilidade da força do trabalho, tema de estudo neste capítulo.

A teoria da mobilidade da força do trabalho, foi desenvolvida pelo economista Frances Jean-Paul de Gaudemar (1976), em *Mobilité du travail et accumulation du capital*, onde o autor refletiu a origem da temática no âmbito do processo de acumulação capitalista e de autores clássicos das Ciências Econômicas tendo como principais precursores L. Walras, Adam Smith e dentre outros e posteriormente com os teóricos do pensamento econômico socialista, K. Marx, Rosa Luxemburg e Vladimir I. Lênin.

A mobilidade da força do trabalho, de acordo com os economistas, está voltada ao Espaço econômico, sendo que essa mobilidade dos homens se dá pelas atividades econômicas regidas pelo modo de produção capitalista. A concepção de espaço econômico e de força de trabalho pelos teóricos Fisiocratas se dava em torno da produção e do consumo, numa análise organicista e naturalista do espaço, ao passo que para os marxistas, a mobilidade da força do trabalho era vista sob um viés crítico, como sendo de lutas de classes sociais, a luz do materialismo histórico dialético (GAUDEMAR, 1976).

Os autores do pensamento econômico clássico refletiam a mobilidade do trabalho sob o olhar do Liberalismo Econômico, que surgia para fazer frente ao mercantilismo que tinha fortemente o Estado no controle econômico dos Países europeus (GAUDEMAR, 1976).

Foi com Adam Smith as primeiras análises de uma acumulação de capital engendrada à luz do trabalho produtivo concreto, que se deu sobre a dupla emancipação do capital e do trabalho, libertos dos entraves feudais. Esta liberdade das estruturas feudais, segundo Smith, se deu de forma natural (GAUDEMAR, 1976).

Adam Smith, analisou esse processo de transição do feudalismo-capitalismo na época em que intensificavam as relações liberais, num período de intensa revolução e mudança na ordem político econômica, cultural e no pensamento científico da época. As grandes descobertas geográficas, científicas, o protestantismo, a revolução industrial e francesa, dentre outros fatos, contribuíram para a ascensão do liberalismo europeu, e o antigo regime fundamentado na teologia e no protecionismo de Estado, já não se adaptavam às mudanças que ocorriam na sociedade européia desde então (LASKI, 1973).

As leis naturais, que surgiram nesta época influenciaram o pensamento econômico daquele período, camuflando as contradições e lutas de classes que sempre estiveram presentes na história das sociedades.

As questões referentes ao trabalho, estavam voltadas às exigências do capital, controlados pelos “homens de negócios”, a luz da política- econômica *laissez-faire*.

O liberalismo, consubstanciado na filosofia do *laissez-faire*, propunha a não intervenção do Estado no sistema econômico, acreditando os economistas clássicos que a ordem econômica seria governada por um conjunto de leis naturais. Todavia, o extremo do liberalismo proposto no século XVIII gerou uma série de problemas sociais, enquanto o conjunto das leis naturais, responsável pela regulação automática da atividade econômica, parecia desmoronar-se diante das constantes crises que abalavam as economias nacionais (ROSSETTI, 1975, p.81).

A mobilidade do trabalho então, neste período mencionado, inseriu-se nas leis orgânicas e naturais que permeavam as ciências econômicas. Esses conjuntos de leis não davam conta de explicar a crescente desigualdade e opressão da classe trabalhadora, pelo contrário, elas legitimavam o processo de apropriação e exploração do trabalho pelo capital.

Contudo, é no conceito marxista, que buscamos uma reflexão crítica do trabalho na sociedade capitalista. No sistema econômico anterior ao modo de produção capitalista, Gaudemar (1976) sinaliza a imobilidade do trabalho, no sentido do trabalhador estar enraizado nas estruturas rígidas do feudalismo, centrado nas relações servo senhores e de não ter a liberdade de escolher o seu trabalho e o lugar de exercer. É com o processo de queda do sistema feudal e com a ascensão do modo capitalista de produção que o trabalhador se tornou “livre” para escolher onde exercer a sua profissão.

Para Gaudemar,

le marche du travail naît avec la production capitaliste. Avant le capital comme rapport de production dominant, les travailleurs sont dans de rapports de production figés: serfs ou campagnons, tous sont astreints aux règles strictes de leur status, dépendants de leurs seigneur ou de leurs corporations. Le capitalisme libère les travailleurs de ces entraves héritées de l'époque féodale en supprimant jusqu'à leur expression juridique, en les rayant du corps des lois. Dissolvant le mode de production, le capitalisme rend le travailleur libre, mobile. Libre, c'est-à-dire libre de se vendre, seulement libre de se vendre au capital. Mobile, c'est-à-dire capable d'aller seul au marche pour se vendre et de se soumettre à l'exploitation capitaliste. Un nouveau marche apparaît (1976, p.172).

Vale lembrar, que essa passagem do feudalismo para o capitalismo, foi um processo histórico revolucionário e transformador, que acabou rompendo com as estruturas rígidas do sistema feudal e, no modo capitalista de produção, a mobilidade do trabalho conquistada desde então se tornou modo de opressão (ROCHA, 1998).

Com o surgimento do Capitalismo (período anterior a Revolução Industrial), Braverman (1987) assinala que, a revolução no modo de produção, começou com a força de trabalho, quando os servos se libertaram dos senhores feudais e passaram a trabalhar nas fábricas artesanais. Já com o advento da indústria moderna, a revolução começa com os instrumentos de trabalho. Em outras palavras,

No primeiro estágio do capitalismo o trabalho tradicional do artesão é subdividido em suas tarefas constituintes e executado em série por uma cadeia de trabalhadores parcelados, de modo que o processo muda pouco; o que mudou foi a organização do trabalho. Mas no estágio seguinte, a maquinofatura, o instrumento de trabalho é retirado das mãos do trabalhador e transferido para um mecanismo acionado por energia da natureza captada para esse fim que, transmitida à ferramenta, atua sobre o material para produzir o resultado desejado; assim, a mudança no modo de produção neste caso advém de uma mudança nos instrumentos de trabalho (BRAVERMAN, 1987, p. 148).

A Figura 1 representa a praça principal de uma cidade europeia nos finais da Idade Média e começo do capitalismo onde a força de trabalho dos artesãos, dos pintores, além dos comerciantes, revolucionou a época e corroborou com o advento do modo capitalista de produção. Percebe-se a mobilidade dos cidadãos e dos comerciantes, sendo que um pintor expõe suas obras e um fabricante de instrumentos trabalha ao ar livre.

Com o fim das estruturas rígidas feudais, o trabalhador passa a adquirir para si seus próprios instrumentos de trabalho. Em muitas cidades europeias os artesãos se organizavam em corporações sob certa hierarquia e, com a intensificação do modo capitalista em decorrência da revolução técnico científica que condicionou novos instrumentos e novas

gerências para o trabalho, os artesãos das antigas fábricas artesanais se mobilizaram para as grandes indústrias que surgiam desde então.

Esses novos instrumentos de trabalho (Figuras 2 e 3) apareceram em virtude da transformação da ciência em capital, que passaram então a explorar cada vez mais a força de trabalho humana (BRAVERMAN, 1987).

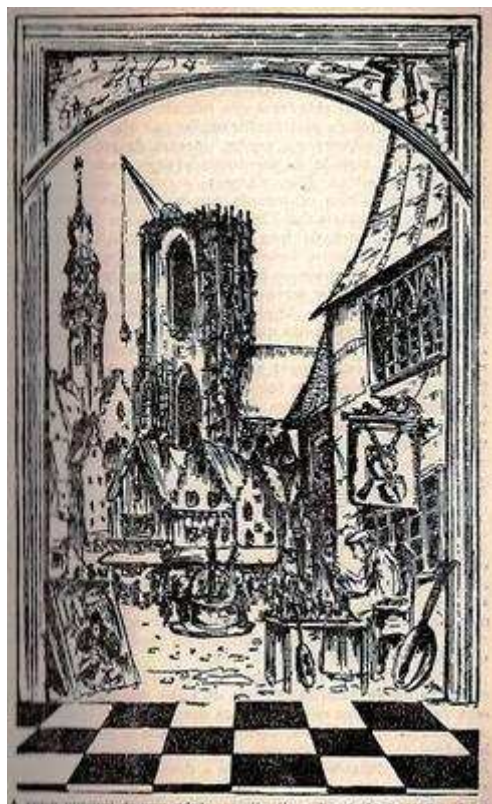


Figura 1- Praça principal de uma cidade européia nos finais da Idade Média e começo do capitalismo.
Fonte: HADDOCK LOBO, 1959.

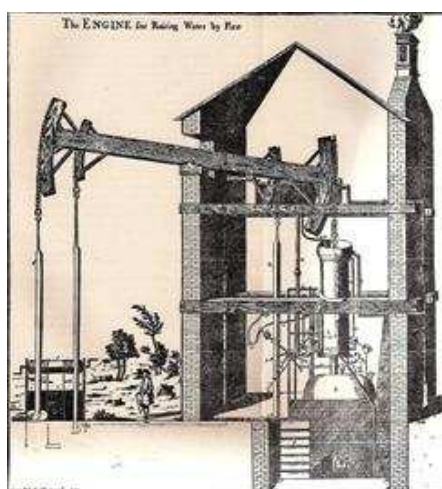


Figura 2- Máquina a vapor de Newcome construída com o fim de mover bombas de água.
Fonte: HADDOCK LOBO, 1959.

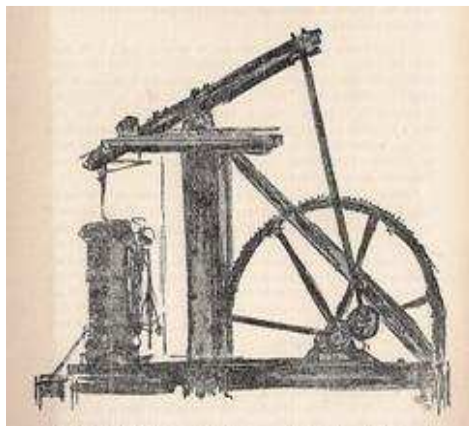


Figura 3- Máquina de tecer de Watt.
Fonte: HADDOCK LOBO, 1959.

A força de trabalho no modo capitalista de produção (principalmente após esse período de intensa modificação dos instrumentos de trabalho) vem então para satisfazer as exigências de alto consumo da classe trabalhadora e, principalmente, para satisfazer as exigências do capital e estabelece-lo como modo de produção dominante, como afirma Marx (1975):

A força de trabalho não existe senão como disposição do indivíduo e, em consequência, supõe a existência dele. Ora, para conservar-se, o indivíduo tem necessidade de um certo número de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário para a produção da força de trabalho se reduz, pois, ao tempo necessário para a produção desses meios de subsistências. Ou melhor, o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários para a conservação de seu possuidor (1975, p.31).

A mobilidade da força do trabalho apresenta- nos a submissão contínua do homem que submete o seu comportamento às exigências do modo de produção capitalista e à reprodução desse sistema. Os deslocamentos humanos segundo Gaudemar (1976) refletem as exigências e necessidades do capital. Para o autor a mobilidade do trabalho é

une caractéristique du travailleur soumis au capital et par là même du mode de production capitaliste. Elle fonde la condition d'exercice de la force de travail come marchandise, distinguant en cela définitivement le travailleur "libre" de l'esclave, dont la capacité de travail est stable et ne s'emploie que de manière traditionnelle et locale, donné une fois pour toutes (GAUDEMAR, 1976, p.125.)

O trabalhador nada possui além de sua força de trabalho. Esta por sua vez, aparece no modo capitalista de produção como uma mercadoria, quando o seu possuidor coloca a venda.

O detentor de capital, oferta um preço a ser pago em dinheiro para usufruir dessa mercadoria. Ao comprar a força de trabalho, esta passa a pertencer ao capitalista, que através do seu uso, passa a tirar proveitos e lucros através da apropriação da mais-valia.

A mais-valia é produzida pelo emprego da força de trabalho. O capital compra a força de trabalho e paga, em troca, o salário. Trabalhando, o operário produz um novo valor, que não lhe pertence, e sim ao capitalista. É preciso que ele trabalhe um certo tempo para restituir unicamente o valor do salário. Mas isso feito ele não pára, mas trabalha ainda mais algumas horas por dia. O novo valor que ele produz agora, e que passa então ao montante do salário, se chama mais-valia. (...) Se a jornada de trabalho é, digamos, de dez horas, das quais seis serão empregadas para substituir o valor da força de trabalho, as outras horas servirão para produzir certa quantidade de mais-valia. (MARX, 1975, p.54-55).

A mais-valia é apropriada pelo capitalista e na medida em que ele aumenta ainda mais a jornada de trabalho, aumenta-se a mais-valia e conseqüentemente ocorre aumento na produção.

Esse processo de circulação de mercadorias, seja ela força de trabalho ou seus produtos, salários, preços mais-valia etc., concretizam-se no modo capitalista de produção numa mercadoria universal: o dinheiro. Então, além da mobilidade da força de trabalho o modo capitalista de produção intensifica a mobilidade do capital, tendo o dinheiro como forma econômica por excelência, que converte a configuração material das trocas de mercadorias em seus conteúdos de valor. O salário pago ao trabalhador é feito através do dinheiro e o lucro do capitalista ou a mais-valia apropriada torna-se dinheiro capital. A transformação do dinheiro em capital ou na formação de mais-valia origina-se no processo de produção da mercadoria (PELIANO, 1990).

O capital acena como modo de produção dominante na sociedade capitalista, no processo de acumulação do próprio capital, quando este passa a explorar a força de trabalho e se apropria da mais-valia gerada pela classe trabalhadora. O sistema capitalista oprime o trabalhador, na medida em que o submete às suas exigências, inserindo-o na sua circulação como uma simples mercadoria. E quem alimenta o mercado da força de trabalho, são os próprios trabalhadores que, pela mobilidade, produzem esse duplo caráter nas mercadorias: valor de uso e valor de troca.

Se no passado, o trabalho criava e recriava as relações de produção necessárias às formas de apropriação da natureza pelo homem, no modo capitalista de produção, o trabalho cria e recria as condições de produção e reprodução do sistema capitalista. É através do

trabalho e na apropriação da mais-valia que o capitalista investe em tecnologias e em outras técnicas para o processo de produção. Na medida em que ele investe nesse processo, passa a diminuir muitas vezes o trabalho vivo necessário à produção de certas mercadorias. Com isso cria-se um verdadeiro “exército de reserva” de trabalho, onde muitos trabalhadores estão “livres” para se mobilizarem a procura de serviços. Essa grande leva de trabalhadores faz com que os capitalistas paguem o mínimo possível na sua mão-de-obra, e esse feito o leva à acumulação ainda mais de capital (MARX, 1975).

O trabalhador se vê assim. Se por um lado ele está “livre” para o mercado de trabalho à procura de emprego, por outro é no seio da própria classe trabalhadora que se cria e recria as condições capitalistas de produção e de mais-valia além da formação do próprio “exército de reserva” de mão-de-obra, uma vez que são os próprios trabalhadores os principais agentes produtores de mais-valia, que é apropriada pelo capitalista com fins de acumulação ou investimentos em capitais constantes. (MARX, 1976).

Tais “exércitos”, fruto da centralização do capital, são pessoas desprovidas de quaisquer meios de obtenção de suas sobrevivências, constituindo-se então, na forma elementar da exploração capitalista, sendo que a sua realização se dá pela mobilidade forçada (SILVA, 2008).

Esse assunto referente ao mundo do trabalho numa abordagem marxista, adentrou na geografia principalmente na segunda metade do século XX, no período da renovação do pensamento geográfico. É na Geografia Crítica que encontramos a maior parte da temática do trabalho sob o olhar marxista. As constantes transformações que ocorreram no mundo depois da segunda guerra mundial, intensificando as relações contraditórias do modo capitalista de produção com a formação de centros e periferias, países desenvolvidos e subdesenvolvidos, etc., condicionaram mudanças no pensamento geográfico desde então. A geografia tradicional, embasada num positivismo descritivo já não abarcavam as relações sociais e ambientais que vinham modificando as relações humanas tão rapidamente.

Ao se tratar da Geografia do Trabalho, a temática foi muito utilizada por diversos autores históricos da Ciência Geográfica. Contudo, o enfoque era dado de maneira indireta. Exemplo disso, é o conceito de Gêneros de Vida. Entende-se, através dessa teoria, que através do trabalho os grupos humanos, em determinadas regiões, criam os seus modos de vida através da transformação do meio onde estão inseridos (LA BLACHE, 1936). Neste caso, a diversidade do meio contribuirá com a diversidade dos gêneros de vida, principalmente no

que diz respeito à cultura, à alimentação, etc., sempre numa abordagem possibilista historicista, com o homem modificando o meio-ambiente através do trabalho.

No entanto, ao tratar da mobilidade da força do trabalho, é necessário, não apenas fazer uma análise descritiva do meio. As categorias fundamentais do conhecimento geográfico, tais como paisagem, região, espaço, habitat, população e entre outros devem ser levados em consideração e sempre estar ressaltando a mobilidade do trabalho modificando-os constantemente, pois com a mobilidade humana, aparecem novas relações culturais e sociais, novas vidas, novas relações com o meio ambiente e, conseqüentemente, transformações nos mesmos.

De acordo com Santos (1988) a paisagem retrata um momento da sociedade, enquanto que o espaço é o resultado da junção dessa sociedade com a paisagem transformando-a constantemente.

O conjunto de trabalhos muda, assim como a visão de conjunto (sociedade-natureza). O movimento das pessoas corresponde à etapa de produção que está dando naquele momento. Todos são produtores- o operário, o artista de teatro, o vendedor do supermercado, o intelectual, o motorista de taxi etc., mesmo quem não está diretamente no processo de produção, já que também consome. É a maneira com que se dá a produção, e o intercâmbio entre os homens que dá aspecto à paisagem. O trabalho morto (acumulado) e a vida se dão juntos, mas de maneira diferente. O trabalho morto seria a paisagem. O espaço seria o conjunto do trabalho morto (formas geográficas) e do trabalho vivo (contexto social) (SANTOS, 1988, p. 21).

As transformações no espaço são as grandes questões para o geógrafo ao estudar a mobilidade do trabalho, pois como se viu anteriormente, entende-se que é através do trabalho que o homem se modifica, bem como a sociedade e a natureza. Muitas vezes, essa mobilidade vem se apresentar de maneira contraditória. Um exemplo disso, são as mobilidades camponesas que vêm gerando há décadas conflitos entre mobilidade- terra.

A principal questão colocada por Gaudemar (1976) ao estudar a mobilidade da força do trabalho foi que essa mobilidade se dá de maneira forçada, onde os trabalhadores com o desenrolar do sistema capitalista tiveram que se sujeitar às exigências do capital.

Com essa reflexão, é possível perceber a mobilidade forçada no decorrer da história da atividade canavieira no Brasil. Primeiramente, os portugueses introduziram essa atividade no País sob o regime da escravidão forçada, primeiro mobilizando os índios para os engenhos nordestinos, e depois os escravos africanos. Esse molde de organização do trabalho na economia canavieira perdurou por quase quatro séculos de história no Brasil.

Nas décadas finais do século XIX e ao longo do século XX o governo brasileiro veio legitimando essa opressão e a mobilidade forçada, através dos incentivos e financiamentos para a modernização do setor canavieiro e principalmente com as criações de leis e decretos frágeis, no que diz respeito ao operariado rural brasileiro, que por sua vez acabavam legitimando a ação do patronato agrícola.

A mobilidade do trabalho apresenta-se com essa visão escalar e com a relação das mais diversas escalas geográficas como, por exemplo, as questões globais interferindo nas escalas de âmbito nacional, regional e local. A figura 4 representa essa mobilidade e no caso do setor sucroalcooleiro, o açúcar e o etanol transformam-se em mercadorias através da transformação da matéria-prima (cana-de-açúcar) pelo trabalho.

Atualmente O Brasil exporta aproximadamente 65% do açúcar, e de 10 a 20% da produção total de etanol. O País é o maior produtor de cana-de-açúcar e de açúcar e o segundo produtor de etanol, perdendo apenas para os Estados Unidos (O Diário, 2010).

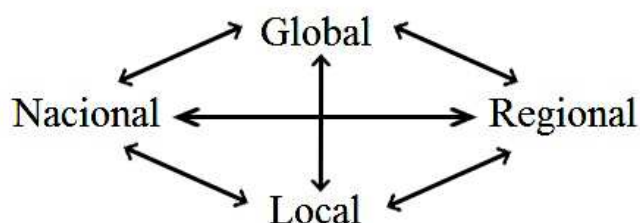


Figura 4- Esquema de representação de escalas geográficas
Elaboração: RIBEIRO, 2010.

O esquema acima representa as relações comerciais, numa visão escalar, onde abarca a produção e o destino da atividade canavieira. Greves e paralisações locais causam impactos econômicos nas mais diversas escalas, dentre elas no global, pois os países compradores de açúcar e etanol poderão correr o risco de ficar sem as mercadorias e no âmbito nacional e regional, o país ou um determinado Estado da federação (onde há graves e paralisações), deixarão de vender e de gerar divisas com essa atividade que tende a crescer.

Voltando a falar sobre a mobilidade forçada do trabalho, constata-se no Brasil esse fenômeno entre os trabalhadores urbanos e rurais, especialmente após o êxodo rural urbano decorrente da modernização da agricultura e da expansão da industrialização no centro-sul do País, e em especial nas grandes metrópoles.

Portanto, constata-se a mobilidade forçada dos trabalhadores rurais na medida em que estes foram, no decorrer do século XX, expropriados dos seus meios de produção (no caso do

trabalhador rural, a terra) logo tendo que procurar outros mecanismos de trabalho para a sua sobrevivência. Os antigos camponeses, após perderem o vínculo com a terra devido a vários fatores, tiveram a “liberdade de escolher seus empregos” nos núcleos urbanos, e alguns no próprio campo migrando diariamente (o caso do bóia-fria). Esse fenômeno passa a ser uma exigência, pois do contrário, esse contingente populacional não teria outras opções para garantir seu sustento e sobrevivência.

1.2- A Agricultura camponesa e o aparecimento do trabalhador rural no Brasil: um olhar para os cortadores da cana-de-açúcar.

A produção geográfica no campo se dá em virtude dos diversos conflitos desencadeados no País no decorrer da segunda metade do século XX. Até então, a Ciência Geográfica se preocupava com as questões agrícolas, produções, valores, consumo etc., no âmbito de uma geografia quantitativa e pragmática. Contudo, era necessário evidenciar dentro da produção geográfica as questões sociais e em especial as contradições sócio econômicas que o capital pusera no meio rural brasileiro. A geografia passou então, a estudar e entender esses processos contraditórios desencadeadores dos conflitos sociais no campo, à luz de uma geografia crítica. Sob essa perspectiva, Oliveira (2001, p. 9) assinala que

As transformações sociais e políticas a que o País esteve submetido no pós-guerra abriram novas perspectivas à produção geográfica. E como sempre, nas crises da sociedade em geral, criou-se o espaço para que, sob o populismo, o debate político chegasse à geografia. E é óbvio que esta intervenção dos geógrafos foi sobre a questão agrária. O prefácio do livro *Geografia Agrária do Brasil*, de Orlando Valverde (que só ficou no primeiro volume) constitui um marco político da produção geográfica.

É dentro do pensamento crítico que encontramos as ferramentas para as investigações acerca do campesinato brasileiro e a sua luta pelo acesso a terra. Além de Valverde, citado anteriormente, também encontramos outros nomes dentro da produção geográfica como Manoel Correia de Andrade que escreveu, dentre vários livros e artigos, *A Terra e o Homem no Nordeste* dedicando um capítulo especial às ligas camponesas.

Daí concluirmos que estamos vivendo em um período crítico: ou as reivindicações populares justas são atendidas e dá-se ao homem do campo condições de vida compatíveis com a dignidade humana ou a revolução prevista (...) será inevitável e a estrutura fundiária arcaica que aí temos ruirá, arrastando em sua queda tudo que nela se apóia. Sua situação é tão difícil,

suas condições tão precárias que a esta altura ninguém a defende, todos a atacam desde os comunistas até os católicos, divergindo apenas pela maneira mais ou menos rápida, mais ou menos radical de como planejam destruí-la (ANDRADE, 1964, p. 257).

Percebe-se que o autor destaca a estrutura fundiária brasileira, que desde o período colonial fundamenta-se na grande propriedade bem como na monocultura. Essa é a realidade da quase totalidade do País, sendo que o processo de concentração de terras nas mãos de poucos, gerou mobilidade da força do trabalho do meio rural para o urbano, principalmente na segunda metade do século XX quando ocorreu a modernização das técnicas agrícolas de produção no meio rural brasileiro.

Oliveira (2001) ressalta que esse período de modernização das técnicas agrícolas combina com a mundialização da economia, onde o Brasil vem expandindo consideravelmente as culturas de produtos para a exportação, em detrimento, quase sempre, das culturas destinadas à alimentação e ao mercado interno. É a etapa monopolista de produção, onde o capitalismo vem, contraditoriamente, unificando o que ele separou no início do seu desenvolvimento: indústria e agricultura. Esta unificação se deu porque

o capitalista se tornou também proprietário das terras, latifundiário portanto. Isso se deu porque o capital desenvolveu liames de sujeição que funcionam como peias, como amarras ao campesinato, fazendo com que ele produza, às vezes, exclusivamente para a indústria. Dois excelentes exemplos desse processo são as usinas ou destilarias de açúcar e álcool e os produtores de fumo. Nas usinas ou destilarias, indústria e agricultura são partes ou etapas de um mesmo processo. Capitalista da indústria, proprietário de terra e capitalista da agricultura têm um só nome, são uma só pessoa. Para produzir utilizam o trabalho do assalariado, dos bóias-frias (OLIVEIRA, 2001, p. 24).

Nesse processo de capitalização, no campo brasileiro, se dá pela destruição do campesinato ou dos pequenos produtores de alto consumo³. Com o desenrolar desse processo, Oliveira (2001) aponta a existência de duas classes sociais distintas, típicas da inserção da agricultura brasileira no mercado capitalista: os camponeses abastados (os pequenos capitalistas rurais) e os camponeses empobrecidos (que se tornariam proletários). Os pequenos proprietários rurais, na maioria das vezes arrendam suas terras para as empresas agrícolas, enquanto que os camponeses empobrecidos, conseqüentemente, perdem o seu meio de produção- a terra.

³ Nesta pesquisa usamos o termo “alto consumo” para referir-se às culturas de subsistências.

É dentro desse processo de separação da propriedade de produção camponesa que aparece no Brasil o trabalhador rural. Desprovido do seu meio de produção, no caso a terra, o camponês passa a ofertar a sua força de trabalho, o único bem que lhe restou.

É dentro desta concepção, que houve no Brasil uma intensa mobilidade da força de trabalho no meio rural, em especial dos emigrantes da região norte/nordeste do Brasil para o centro/sul do País.

No decorrer desta mobilidade, os migrantes deixaram para trás suas regiões de origem, buscando melhores condições de vida em outras localidades. Essa mobilidade modificou constantemente a paisagem rural- urbana no País, corroborando com o aumento demográfico de muitas cidades brasileiras. A intensificação da modernização agrícola das décadas de 1960/70, com a entrada das máquinas substituindo a mão-de-obra no campo condicionaram um esvaziamento populacional muito grande da zona rural para o meio urbano.

A mobilidade dos trabalhadores rurais passou a ser vista no âmbito rural-urbano, não mais separando o meio rural do meio urbano e sim fazendo a junção destes dois fenômenos. Oliveira (2001) ressalta que a mobilização dos trabalhadores rurais no Brasil para o acesso a terra é feita na cidade. Exemplos disso são as marchas do MST, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), etc., que reivindicam seus direitos à terra e melhores condições de vida aos trabalhadores rurais.

O aparecimento do trabalhador rural no Brasil se dá através do tempo, em razão dos acontecimentos políticos e geoeconômicos de épocas. De acordo com Ianni (1977) a história do trabalhador rural no Brasil é a história do progressivo, mas ao mesmo tempo contraditório processo de separação entre a propriedade dos meios de produção e a propriedade da força de trabalho. É a história das relações entre o trabalhador e o empresário ou, em outras palavras, do colono, do morador, do agregado, empregado, camarada, volante, bóia-fria, peão, assalariado permanente e temporário, de um lado, e, por outro, do fazendeiro, usineiro, criador, empreiteiro de mão-de-obra ou gato (IANNI, 1977).

No decorrer da separação da propriedade de produção e da força de trabalho, o Estado com as políticas estatais esteve presente no processo na medida em que condicionou alguns acontecimentos político econômicos importantes, especialmente voltados à economia cafeeira e canavieira como observa Ianni (1977, p.1):

Primeiro, a extinção do tráfico de escravos, a imigração de braços para a lavoura, a lei do Ventre Livre e a lei dos Sexagenários, entre 1850 e 1885. Segundo, a abolição do regime de trabalho escravo, em 1888, e a grande naturalização dos imigrantes, estabelecida pela constituição de 1891. A

abolição e a naturalização geral dos imigrantes que nada declarassem em contrário ao estipulado na constituição, foram atos políticos que instituíram o trabalho livre, o trabalhador como cidadão. Terceiro, o regime de trabalho livre vigente na fazenda de café, desde a segunda metade do século XIX até 1930, foi o regime de colonato, que se estruturou em forma jurídico-política, segundo leis especiais. Quarto, no ciclo amazônico da borracha, que teve o seu apogeu nos anos 1890-1912, não houve qualquer tentativa do poder público no sentido de garantir alguma reivindicação ou algum direito ao seringueiro. O sistema de aviamento, que era baseado numa cadeia de endividamentos, subjugava o seringueiro ao seringalista, este ao aviador e o aviador ao exportador de borracha. Quinto, a consolidação das Leis do Trabalho (CLT), promulgada pela ditadura do Estado Novo, em 1943, não contemplava, se não um plano muito secundário, algumas reivindicações do proletariado rural. Aliás, o Estatuto da Lavoura Canavieira, de 1941, em seus artigos 19 a 26, procurava garantir a condição de morador para o trabalhador do canavial. Esse estatuto reeditava alguns dos dispositivos que haviam sido estabelecidos no começo do século para o colonato da fazenda de café. Sexto, em 1963 promulgou-se o Estatuto do Trabalhador Rural, no qual, pela primeira vez na história social do trabalho agrícola, definem-se em forma relativamente sistemática as condições político-econômicas do contrato de trabalho na agricultura brasileira; e não apenas na cafeicultura ou na agroindústria canavieira.

O Estado se fez assim presente ao longo da história dos trabalhadores rurais livres no Brasil, preparando então, o terreno para a agricultura capitalista no País. Este período de mudança das relações de trabalho pós-escravatura combina com os primeiros indícios de industrialização do Brasil e, as transformações que vinham ocorrendo nas instituições governamentais da época, fizeram com que o Estado fosse projetado como o centro máximo das decisões:

As políticas fiscal, tarifária, cambial e monetária se integram em escalas crescentes, de modo a propiciar créditos e incentivos a investimentos cada vez mais controlados pelo poder público. Todavia, segundo os requisitos do regime, é preciso que o Estado interfira no mercado de trabalho. Como a reprodução do capital se funda na força de trabalho, esta ganha um estatuto especial na época da industrialização, em particular quando se apresenta ao nível de relações de classes (IANNI, 1965, p. 143).

As categorias sociais passaram a ganhar forças principalmente após a revolução de 1930, quando grupos que antes eram considerados de oposição conseguem acesso ao poder. Vale lembrar que nas primeiras décadas do século XX tinham acesso ao poder os políticos de São Paulo e Minas Gerais, quando da chamada Política do “café com leite”. Após os anos de 1930 com a destruição deste antigo sistema partidário, uma elite industrial toma o poder e suas atenções são dadas à modernização das atividades industriais no meio urbano e rural.

Nesse processo, uma classe operária urbana nasce, fazendo com que o Estado se concentrasse na mesma, ofertando leis e estatutos trabalhistas, pois, a exemplo do que vinha de fora, dos trabalhadores se organizando dentro de partidos de esquerda, a burguesia industrial brasileira passa então a ceder algumas reivindicações para os trabalhadores urbanos, a fim de controlá-los indiretamente, e camuflar as contradições entre burguesia e operariado que poderiam gerar lutas de classes e ameaçar o domínio da elite industrial sobre o trabalhador urbano (IANNI, 1965).

Esses fatos e surtos de movimentos e organizações partidárias de esquerda eram comuns na época devido à revolução bolchevique na Rússia, que ecoara em diversas partes do globo terrestre (IANNI, 1965).

Decorrente disso e dentre outros fatores, fizeram com que as atenções aos trabalhadores rurais demorassem para serem acatadas. Houve, como sinalizado anteriormente, alguns estatutos trabalhistas, no entanto voltados mais a favor dos fazendeiros de café e aos usineiros do que propriamente aos trabalhadores rurais.

As lutas e reivindicações dos trabalhadores bóias-frias aconteceram com o tempo, na organização e mobilização dos mesmos no território nacional. Corroborou com isso a questão da reforma agrária e as revoltas como em Porecatu e no sudoeste do Paraná, Trombas e Formoso no Estado de Goiás, e dentre outras, ou devido à *formação de diversas organizações, como as Ligas e sindicatos, nos anos 50 e 60, que houve a preocupação de formular uma legislação que atendessem suas necessidades* (PRIORI, 1996, p.7).

As Leis Trabalhistas no meio rural brasileiro só foram criadas e consolidadas após 1950, dentro deste período de intensa mobilização e concentração de terras no País, com o advento da modernização da atividade rural que promovia o êxodo rural-urbano, e gerando até os dias de hoje, diversas revoltas no território brasileiro. Neste momento, as principais políticas por parte do Estado para com os trabalhadores rurais surgiram do Serviço Social Rural (SSR), do então presidente da época, Getúlio Vargas, que sinalizava algumas medidas que proporcionavam um padrão de vida melhor para o homem do campo, já que a população urbana era constituída de uma camada social mais alfabetizada e educada, além de dispor de uma renda média elevada em relação à população rural (PRIORI, 1996). Vargas (1969) ressalta que a população rural

desprovida de amplas possibilidades de ensino e de serviços sociais de modo geral, subalimentada, exposta a graves endemias, com renda baixa e freqüentemente instável, vegeta num nível mínimo de existência quase inteiramente à margem de quaisquer providências da política social que, em

tão ampla escala, beneficia a população urbana. Pode-se asseverar que o habitante do campo vive, até certo ponto, num quadro cultural de séculos passados, acusando pouca influência do progresso técnico, social, educacional dos tempos modernos (VARGAS, 1969, p.11-12).

A política de Serviço Social Rural de Vargas antecede o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) dos anos de 1960. Nesta época, intensifica o processo de modernização das técnicas de produção no campo. Na medida em que se diversifica a empresa agrícola, a pecuária, a agroindústria e etc., desenvolve-se a legislação de trabalho no campo e o Estado *passa a estabelecer diretrizes jurídicas, ou melhor, condições político-econômicas, destinadas a organizar ou reorganizar as relações de produção* (IANNI, 1977, p.14).

Em se tratando dos trabalhadores da agroindústria canavieira, a Lei nº 4.870 de 1 de Dezembro de 1965 conferia ao dono do canavial o total monopólio de assistência social:

Seja residente ou não, o assalariado permanente da fazenda de cana ou usina é levado a receber a assistência como um favor do empresário, antes do que uma parte do direito seu. A forma pela qual pode ser aplicada a legislação relativa à assistência social aos trabalhadores das usinas, destilarias e canaviais permite que o usineiro e o fazendeiro aumentem o seu controle político sobre os operários rurais e industriais (IANNI, 1977, p.10).

Esse controle político por parte dos usineiros refletia no tipo de trabalho ofertado pelo setor sucroalcooleiro e em especial se tratando do corte da cana-de-açúcar. Como sabemos hoje, devido às várias denúncias por parte do Ministério do Trabalho, além de estudos já realizados acerca desta problemática, os trabalhadores rurais bóias-frias do setor canavieiro realizam os trabalhos mais exaustivos e degradantes no meio rural, onde, em muitos casos, podem vir a óbito por exaustão, fruto de paradas cardiovasculares etc.

Alguns autores vieram ao longo da segunda metade do século XX relatar as condições precárias desse serviço ofertado pela agroindústria canavieira no Brasil, dentre eles, Maria Conceição D' Incão e Mello em *O Bóia fria acumulação e miséria*, ressalta que, além da concentração da propriedade fundiária nas mãos dos poucos fazendeiros, faz um paralelo com o êxodo rural-urbano e a exploração da força de trabalho no meio rural. O pequeno agricultor que, depois de ser separado da sua propriedade dos meios de produção e da força de trabalho, migrando para o meio urbano, tiveram que se proletarizar no corte da cana-de-açúcar, serviço de baixa remuneração, além de ouvir relatos de mortes de trabalhadores no eito de trabalho (D'INCÃO, 1975).

Relatos como esses também encontramos em Silva (1999), que ressalta quais são os agentes do processo de exploração-dominação no eito da cana, ou em outras atividades agrícolas que necessitem de trabalhadores temporários, como na citricultura, e dentre outras.

Esse processo de exploração e dominação dos capitalistas foi observado por Thomaz Júnior (2002), que apontou como principal legitimador nesse processo o Estado, que lançava mão de leis frágeis para controlar essa exploração. É a relação dos “sujeitos sociais” (capitalistas, trabalhadores e Estado), no processo de reprodução do sistema capitalista, contraditório, sendo que o Estado aparece a serviço dos capitalistas, na medida em que vem enfraquecendo e fragmentando os sindicatos dos trabalhadores rurais e dificultando então, a atuação dos mesmos na luta pelas reivindicações e direitos por parte dos trabalhadores.

Em pleno século XXI, com toda a modernização que vem passando a agroindústria canavieira no Brasil, trazendo divisas para o País devido à exportação do Etanol, ainda existem resquícios de trabalhos arcaicos análogos à escravidão, que perpetuou aproximadamente quatro séculos no território brasileiro. Os mesmos eram de outras regiões brasileiras que migraram para cidades do centro-sul do país para trabalharem no corte da cana-de-açúcar e muitos deles vieram a falecer em cidades onde praticavam essa atividade.

As informações a seguir nos apresentam o histórico dos cortadores de cana mortos no setor canavieiro paulista, retirados do banco de dados da PASTORAL DO MIGRANTE, (2009):

- **CASOS DE 2004**

1. José Everaldo Galvão, 38 anos, natural de Araçuaí-MG, falecido em abril de 2004, no hospital de Macatuba-SP. Causa da morte: parada cardiorrespiratória. Sepultado em Araçuaí - MG.
2. Moises Alves dos Santos, 33 anos, natural de Araçuaí-MG, falecido em abril de 2004, no hospital de Valparaíso-SP. Causa da morte: parada cardiorrespiratória. Sepultado em Araçuaí – MG.
3. Manoel Neto Pina, 34 anos, natural de Caturama - BA, falecido em maio de 2004 no hospital de Catanduva-SP. Causa da morte: parada cardiorrespiratória. Sepultado em Palmares Paulista-SP.

- **CASOS DE 2005**

4. Lindomar Rodrigues Pinto, 27 anos, natural de Mutans – BA, falecido em março de 2005, em Terra Roxa_SP. Causa da morte: parada respiratória. Sepultado em Mutans-BA.
5. Ivanilde Veríssimo dos Santos, 33 anos, natural de Timbiras-MA. Causa da morte: pancreatite aguda. Sepultada em julho de 2005 em Pradópolis-SP.
6. Valdecy de Paiva Lima, 38 anos, natural de Codó-MA. Faleceu em julho de 2005 no Hospital São Francisco de Ribeirão. Causa da morte: acidente cerebral hemorrágico. Sepultado em Codó-MA.
7. José Natalino Gomes Sales, 50 anos, natural de Berilo - MG. Falecido em agosto de 2005, no hospital de Batatais-SP. Causa da morte: parada cardiorrespiratória. Sepultado em Francisco Badaró – MG.
8. Domício Diniz, 55 anos, natural de Santana dos Garrotes - PB. Falecido em setembro de 2005, em trânsito para o hospital em Borborema, SP. Causa da morte: desconhecida. Sepultado em Borborema-SP.
9. Valdir Alves de Souza, 43 anos. Falecido em 04 de outubro de 2005 em Valparaíso-SP. Não temos outras informações.
10. José Mario Alves Gomes, 45 anos, natural de Araçuaí-MG. Faleceu em Rio das Pedras, em 21 de outubro de 2005. Causa da morte: ignorada. Foi sepultado em Araçuaí-MG.
11. Antonio Ribeiro Lopes, 55 anos, natural de Berilo-MG. Faleceu em 23 de novembro de 2005 em Guariba – SP. Causa da morte: edema hemorrágico pulmonar e cardiopatia dilatada descompensada. Foi sepultado em Guariba-SP.

- **CASOS DE 2006**

12. Juraci Santana, 37 anos, natural de Elesbão Veloso - PI. Faleceu no dia 29 de junho de 2006, no município de Jaborandi - SP. Causa da morte: desconhecida. Foi sepultado em Elesbão Veloso – PI.
13. Maria Neusa Borges, 54 anos, residente em Monte Alto. Faleceu no dia 24 de julho. Causa da morte: desconhecida. Foi sepultada em Monte Alto-SP.
14. Celso Gonçalves, 41 anos. Faleceu no dia 26 de julho de 2006 em Taiaçu-SP. Causa da morte: desconhecida. Foi sepultado em Monte Alto, SP.
15. Oscar Almeida, 48 anos. Faleceu em Itapira dia 15 de setembro de 2006. Causa da morte: desconhecida. Foi sepultado em Conchal, SP.

- **CASOS 2007**

16. José Pereira Martins, 51 anos, natural de Araçuaí-MG, residente em Guariba SP. Faleceu no dia 28 de março de 2007. Causa da morte: enfarto do miocárdio. Foi sepultado em Guariba-SP.
17. Lourenço Paulino de Souza, 20 anos, natural de Axixá do Tocantins - TO e morava em Colina – SP. Faleceu no dia 24 de abril de 2007. Causa da morte: desconhecida. Foi sepultado em Vila Tocantins – TO.
18. Adailton Jesus dos Santos, 34, natural de São Raimundo Nonato – PI, faleceu no dia 19 de maio de 2007, no Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto. Residia em Cravinhos. Causa da morte: choque anafilático causado por infecção. Foi sepultado em São Raimundo Nonato – PI.
19. José Dionísio de Souza, 33 anos, natural de Salinas - MG e morava na cidade de Ipaussu, no interior paulista. Faleceu no dia 20 de junho de 2007. Causa da morte: desconhecida. Seu corpo foi levado para o povoado de Fruta de Leite – MG.

20. Edilson Jesus de Andrade, 28 anos, natural de Tapiramutá-BA, faleceu no dia 11 de setembro de 2007. Residia em Guariba. O atestado de óbito do hospital aponta como causa da morte uma doença auto-imune, chamada púrpura trombocitopênica idiopática. Seu corpo foi sepultado em Guariba.

- **CASOS 2008**

21. Mariano Baader, de 53 anos, faleceu no dia 19 de maio de 2008. Residia em Presidente Prudente [SP]. O atestado de óbito do hospital aponta como causa da morte se deu em decorrência de parada cardiorrespiratória por causa indeterminada.

22. José Ilton Farias Guimarães, 32 anos, natural de Bom Conselho -PE. Faleceu em maio de 2008 em Ibaté - SP. No atestado de óbito a causa está como enfarto súbito.

- **CASOS 2009**

21. Adeilton dos Santos da Silva, 33 anos, solteiro, natural d Maceió - AL. Trabalhava na Usina Campestre, faleceu no dia 12 de agosto de 2009 na cidade de Avanhandava - SP. Causa da morte: Hemorragia digestiva. Foi sepultado em Messias - AL.

Nota-se que a maioria dos trabalhadores veio do Norte e Nordeste do Brasil, e alguns de Minas Gerais. Essa mobilidade da força do trabalho no setor canavieiro paulista se dá em virtude dos investimentos e incentivos ao setor, fruto das políticas e empreendimentos do IAA e do PROÁLCOOL⁴. O Nordeste, que até os anos de 1950 era o principal produtor de cana-de-açúcar do Brasil, posterior a essa data e principalmente com a modernização das técnicas de produção no meio rural nas décadas de 1970/80 a região nordestina vem sendo ultrapassada pela atividade sucroalcooleira do centro-sul do país. Isso condicionou a mobilidade da força de trabalho no setor, pois a lavoura canavieira é uma das atividades

⁴ Assunto abordado no próximo capítulo, onde trataremos da ascensão e evolução da atividade canavieira no Brasil, delineando as principais políticas públicas por parte do Estado para a consolidação e modernização do setor agroexportador sucroalcooleiro.

agrícolas que mais emprega mão-de-obra no meio rural e foram em especial migrantes nordestinos para o “mar de cana” do Estado paulista.

As principais doenças que levaram a óbito os trabalhadores apontados anteriormente estão relacionadas às doenças cardiorrespiratórias, dentre os principais motivos, consequência da exaustão no eito do corte da cana-de-açúcar. Nota-se, que a idade dos mesmos varia, dos 20 aos 50 anos. Jovens e adultos e em alguns casos idosos são vítimas do trabalho exaustivo da cana-de-açúcar. Os meios de comunicação pouco divulgam esses casos, camuflando muitas vezes os motivos que os levaram a morte.

Essa superexploração fez com que os trabalhadores se organizassem em entidades estatais ou em classes como, por exemplo, em Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, ou no próprio movimento dos trabalhadores, com objetivos pautados nas melhorias salariais, além de reivindicações contra essa exploração no canavial. A organização e a mobilização clássica acerca desta problemática foi o tema central do protesto social em Guariba, em maio de 1984, desencadeado em virtude do aumento do trabalho no corte de cana, e a manutenção do salário até então, que mal dava para pagar as necessidades básicas do trabalhador (PENTEADO, 2000).

Na década de 1970/80, houve um período de grandes agitações sociais no Brasil, tanto no meio rural quanto no meio urbano. Foi o momento em que surgiram muitas organizações de classes dentro do sindicalismo brasileiro, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), ou movimentos populares dentro da igreja católica como a Pastoral da Terra (CPT), e dentre outros. Esses movimentos revelaram, aos poucos, o movimento contraditório da sociedade brasileira, fruto da relação e exploração do capital sobre o trabalho (THOMAZ JÚNIOR, 2002).



Figura 5- Cortador de cana-de-açúcar
Fonte: Pastoral do Migrante, 2010.

Se por um lado o Estado e o poder estatal promovem a acumulação de capital por parte dos agroindustriais, por outro, é através dele que os trabalhadores se organizam e reivindicam direitos já conquistados através do Estatuto do Trabalhador Rural. Além do Estado, também

existem grupos de pressão que atuam entre a sociedade e o Estado, exercendo influências dentro das organizações partidárias atuantes em momentos de eleição, trazendo consigo a problemática da realidade brasileira, seja no meio urbano, seja no meio rural.

Sobre os grupos de pressão, Bonavides (1978, p.535-536) assinala que

São organizações da esfera intermediária entre o indivíduo e o Estado, nas quais um interesse se incorporou e se tornou politicamente relevante. Ou são grupos que procuram fazer com que as decisões dos poderes públicos sejam conformes com os interesses e as idéias de uma determinada categoria social. (...) Os grupos de pressão não são outra coisa se não as forças sociais, profissionais, econômicas e espirituais de uma nação, enquanto aparecem organizadas e ativas.

Contudo, isso depende também da filosofia do partido político que está no poder, se for de esquerda ou direita, se está mais ao lado dos capitalistas e da economia moderna ou dos trabalhadores, influencia nas decisões e nas conquistas dos grupos de pressão. Vale lembrar que estes, além de estarem presentes nos grupos sociais, estão também nos grupos econômicos dominantes da sociedade. São pessoas que influenciam fortemente as políticas governamentais.

Em prol das reivindicações dos trabalhadores da cana-de-açúcar estão alguns grupos que atuam nos meios de comunicações, denunciando o sistema precário de serviço ofertado por algumas usinas brasileiras. A Pastoral do Migrante ressalta o cotidiano dos trabalhadores, suas origens e destinos, além da exploração do trabalhador rural das usinas. A Pastoral da Terra desde a segunda metade do século XX, vem atuando no meio rural, organizando os trabalhadores através de fóruns e entidades como o Grupo de Articulação dos Assalariados Rurais Temporários (GAART) formado por lideranças surgidas entre os bóias-frias que se constituiu e ganhou forças na segunda metade de década de 1990 (BROIETTI, 2003), e o Fórum de Entidades que atua junto ao Assalariado Rural Temporário (FEAJART).

Além desses e dentre outros fóruns, a CPT organiza também a Romaria da Terra que tem por objetivo a reflexão, a politização, a esperança e luta pela libertação dos assalariados rurais na busca pela conquista da cidadania, dos direitos sociais, além de melhores condições de vida (BROIETTI, 2003).

Devido à ausência do Estado na área social, ou pelo seu enfraquecimento em decorrência dos estímulos às organizações capitalistas internacionais e nacionais, esses grupos vêm atuando e fazendo o papel que o Estado deveria arcar para com a sociedade como um todo. Todavia, no modo de produção capitalista, o Estado se apresenta a serviço do capital,

criando suas estratégias e fomentando lucros exacerbados para garantir a reprodução do próprio sistema capitalista. Sendo assim, em muitos casos, as leis e as organizações trabalhistas são pautadas para esse fim: de legitimar a geração de mais-valia por parte dos capitalistas e consequentemente aumentar seus lucros, enquanto que os trabalhadores são cada vez mais explorados e dominados por esse modo de produção.

É com essa dominação e exploração do capital sobre o trabalho, que se constata a mobilidade forçada do trabalho rural no Brasil, especialmente em se tratando dos trabalhadores cortadores e cortadoras da cana-de-açúcar.

2- O ESTADO E O CAPITAL SUCROALCOOLEIRO: OS AGENTES E SUAS CONTRADIÇÕES

2.1- Breve histórico sobre o Estado capitalista

Por trás de toda atividade econômica, existe uma série de agentes sociais envolvidos no processo de produção, bem como no processo de acumulação de capital. Dentre os principais agentes, o Estado aparece como sendo o mais importante na medida em que serve de controle de antagonismos de classes, em benefício da classe hegemônica capitalista. Com o intuito de legitimar a contradição de classes sociais, é através do Estado que a burguesia historicamente impõe o seu poder diante da sociedade.

Como observa Santos (1979), atualmente todos os Estados são modernos e refletem as principais transformações desenroladas no mundo moderno. A Sociologia nasce e também se desenvolve nesse interim, refletindo as transformações ocorridas nesse mundo (IANNI, 1989).

É nas Ciências Sociais em especial, e na ciência política, que encontramos as críticas acerca do Estado em relação à sociedade. Muitos cientistas buscam essa crítica nos escritos de Karl Marx e Friedrich Engels, no desenrolar dos movimentos revolucionários do século XIX na Europa. A ideologia por de trás da política econômica do *laissez-faire*, no auge do liberalismo econômico do século XIX, deixou uma grande massa da população de fora dos assuntos políticos e econômicos, sendo que esse era papel dos “homens de negócios”.

Deixem o homem de negócios libertar-se, e ele libertará a humanidade. Mas, para libertar-se, ele deve estar na posse do Estado; isso já ele fez em grande medida. E descobre agora que, para empregá-lo a serviço de suas mais ambiciosas finalidades, não lhe resta outra tarefa senão obrigar o Estado a aceitar a concepção mais limitada possível de suas funções (LASKI, 1973, p.131).

A revolução industrial, que a princípio se desenvolveu na Inglaterra em meados do século XVIII, expandiu-se pelo mundo a partir do século XIX especialmente em outros países europeus depois da Revolução Francesa. A relação que os Estados Nacionais tiveram antes desse acontecimento, na época do chamado mercantilismo e protecionismo econômico que perpetuou três séculos antes do advento da revolução francesa (1789), foi amplamente criticada e as grandes firmas, o comércio, a classe empresarial como um todo viam o *ancien régime* ultrapassado e nele uma barreira para os “homens de negócios” na medida em que estes queriam produzir, e difundir sua ideologia e seus produtos livremente para outros países

(*laissez-faire*). O Estado deveria aceitar a nova égide do capital e a classe empresarial então passou a controlar o Estado e, consequentemente, a sociedade. O sistema econômico gerou tendências poderosas no sentido de manutenção e fortalecimento das desigualdades de renda e riqueza, típicas de todas as sociedades capitalistas, devido a expansão do liberalismo econômico. A acumulação do capital se fazia presente nas mãos destas pessoas, enquanto que a grande massa operária vivia rechaçada pelo sistema.

O século XIX foi bastante conturbado e violento, devido a essa crescente desigualdade de renda e pobreza. Foi neste momento que apareceu a Escola Socialista de Economia, tendo como objetivo principal a reação contra a política liberal. As principais críticas desenvolvidas contra os liberais foram criadas pelos socialistas Karl Marx e Friedrich Engels, e mais tarde apareceram outros teóricos que aliaram as teorias destes à práxis, e consolidaram regimes político-econômicos de cunho socialista como, por exemplo, na Rússia e na China na primeira metade do século XX.

Hobsbawm (1977) em *A Era do Capital* apresenta as principais frentes de conflitos que ocorreram na Europa no decorrer do século XIX que contribuíram de certa forma para o aparecimento das teorias socialistas, tendo como principais personagens os trabalhadores pobres urbanos, camponeses, o proletário industrial e mineiro e permeavam em meio a eles, estudantes e dentre outros profissionais liberais.

As revoluções e manifestações principalmente na França na década de 1840 surtiram efeito e foram transmitidas para longe de suas fronteiras: na Alemanha, Itália, Hungria, Inglaterra (com o cartismo e quebradeira de máquinas), e, até mesmo no Brasil com a Insurreição Pernambucana em 1848 e mais tarde na Colômbia as revoluções ecoaram. A falta de organização, de ideologia e liderança desses movimentos fizeram com que a revolução não obtivesse êxito (HOBBSAWM, 1977). No entanto alguns nomes entraram para a história, como o de Marx e de Engels e dentre outros que serviram de formação ideológica na medida em que esses líderes colocaram as suas teorias na práxis, fazendo-as de base para a organização dos trabalhadores perante o Estado.

Ao tratar dos pressupostos teóricos do Estado e a sua relação para com a sociedade, muitos cientistas trataram do tema fazendo o resgate nos escritos de Karl Marx e Engels neste período conturbado da história contemporânea. Vale mencionar que muitos Estados Nacionais resultaram dessas manifestações e lutas de classes sociais no decorrer dos séculos XIX e XX, nas quais grande parte dos trabalhadores tiveram acesso e passaram a ter influência

diretamente dentro do Estado. Todavia, bem como nos lembra Carnoy (1984), Marx não desenvolveu diretamente uma teoria coerente sobre o Estado, porém

as concepções marxistas do Estado devem ser deduzidas das críticas de Marx a Hegel, do desenvolvimento da teoria sobre a sociedade (incluindo sua teoria da economia política) e de suas análises de conjunturas históricas específicas, tais como: a revolução de 1848 na França, e a ditadura de Luiz Napoleão, ou a Comuna de Paris de 1871. Além disso, temos a obra mais recente de Engels (1884) e *O Estado e a Revolução*, de Lênin (1917) (CARNOY, 1984, p.65).

A formulação do Estado em Marx de acordo com Carnoy contradiz a concepção de Estado “racional” e ideal de Hegel, pautadas numa relação justa e ética entre o Estado e os elementos da sociedade.

Para Hegel, o Estado é eterno, não histórico; transcende à sociedade como uma coletividade idealizada. Assim, é mais do que as instituições simplesmente políticas. Marx, ao contrário, colocou o Estado em seu contexto histórico e o submeteu a uma concepção materialista da história. Não é o Estado que molda a sociedade mas a sociedade que molda o Estado. A sociedade, por sua vez, se molda pelo modo dominante de produção e das relações de produção inerentes a esse modo (CARNOY, 1984, p.66).

No livro de Engels (1960) *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* o autor desenvolveu o conceito histórico fundamental das condições materiais da sociedade, a sua estrutura social e o Estado, através de investigações desenvolvidas por Morgan. Nesta obra, Engels ressalta que o Estado tem, na sua origem, *a necessidade de controlar os conflitos sociais entre os diferentes interesses econômicos e que esse controle é realizado pela classe economicamente mais poderosa na sociedade* (Apud CARNOY, 1984, p.69).

Esse controle tem por objetivo a necessidade de mediar o conflito de classes sociais e na manutenção de certa ordem que venha a reproduzir o domínio econômico da burguesia. Engels observa também que a formação da sociedade moderna está embasada na propriedade privada, no comércio e no poder do Estado. Esse resultado é fruto de um longo processo historicamente materializado desde o estágio pré-histórico do homem, passando pelo estado selvagem, pela barbárie até atingir as primeiras formas de Estado propriamente dita com a gens de origens grega, romana e germânica, até alcançar a civilização (ENGELS, 1960).

Esse domínio burguês da sociedade, através do Estado, ainda se faz presente na sociedade atual, sob a égide do neoliberalismo. No atual período de globalização, os Estados seguem uma certa lógica de desenvolvimento global onde, muitas vezes, a burguesia de

Estados nacionais estão intimamente ligadas à burguesia estrangeira. O Estado passa então a beneficiar e incentivar a economia moderna, materializada nas grandes empresas capitalistas do circuito moderno da economia, através de fundos de investimentos, promovidos por bancos internacionais como, por exemplo, o Fundo Monetário Internacional (FMI). Na esfera política, a Organização das Nações Unidas (ONU) se faz presente na organização política e no controle da mesma em diversos países, em especial nos subdesenvolvidos (SANTOS, 1979).

Também neste sentido, do Estado a serviço do capital e das grandes firmas, Miliband (1972, p.100) observa que a empresa capitalista

depende em grau cada vez maior das concessões e do apoio direto do Estado, e só pode preservar seu caráter privado à base desse apoio público. A intervenção estatal na vida econômica significa de fato, em sentido amplo, uma intervenção destinada a ajudar a empresa capitalista.

Os apontamentos de Miliband (1972) se aplicam ao estudar a história da atividade canavieira no Brasil, tema de estudo no próximo item deste capítulo. As empresas canavieiras dependeram, ao longo de toda a sua história, do governo federal para conseguir a sua ascensão na economia nacional e internacional.

O Estado vem a ajudar as empresas através do processo de construção de infraestrutura básica quando, por exemplo, abre túneis e constrói estradas para o escoamento da produção, além do controle do setor produção-distribuição, e das leis e estatutos trabalhistas para garantir a mão-de-obra e geração de mais-valia, etc., (MILIBAND, 1972). O autor, ao escrever *O Estado na Sociedade Capitalista*, faz suas reflexões nas sociedades capitalistas avançadas, pois acredita que tais sociedades, apesar de suas numerosas diversidades, *possuem um número suficiente de traços básicos em comum de maneira a oferecer um contexto geral para o estudo do papel que nelas desempenha o Estado* (MILIBAND, 1972, p. 9).

No entanto, é preciso levar em consideração que muitas das teorias políticas e econômicas desenvolvidas nos países de capitalismo avançados se transferiram e reproduziram-se nos países ditos Terceiro Mundo, de economias subdesenvolvidas. Nas economias modernas (circuito superior) dos países subdesenvolvidos, também encontramos financiamentos diretos e indiretos por parte do Estado às grandes firmas, à formação profissional, a promoção das indústrias de base, além dos subsídios à produção e à *exportação e todas as formas de acordos com as firmas dominantes da economia, tais como legislações fiscais discriminatórias, leis de investimentos e planos de desenvolvimentos* (SANTOS, 1979, p.125).

Os incentivos à economia dominante acabam por reduzir a capacidade de investimentos dos Estados nacionais em outros setores que também interessam diretamente à população. Santos (1979, p. 126) observa que

o preço que o Estado paga protegendo o setor moderno da economia não é somente financeiro, é também político. O Estado vê assim seu poder de decisão reduzir-se e, por isso mesmo, seu próprio papel de Estado, porque tem que conceder cada vez mais recursos para responder a uma modernização cumulativa. Por esse motivo torna-se cada vez menos independente.

A relação do Estado para com a sociedade no Brasil gera mobilidade da força do trabalho na medida em que há polos de concentração do setor moderno da economia em determinadas regiões do país. O resultado é um fluxo populacional exacerbado em áreas de atração econômica como, por exemplo, no centro-sul do País. Em contrapartida há aquelas regiões em atraso econômico, onde não existe interesse por parte do Estado e dos capitalistas em investir e incentivar o desenvolvimento para barrar esse fluxo migratório. A consequência disso é o desenvolvimento desigual e contraditório no território nacional, onde a acumulação de capital se concentra e se territorializa nessas áreas de atração econômica.

Essas desigualdades econômicas no território brasileiro se deram principalmente com a intensificação do parque industrial no centro-sul do País na segunda metade do século XX, incentivada pelo Estado, que se passava por um processo de transição econômica. Anterior à segunda metade do século XX, a economia brasileira estava praticamente voltada aos produtos e matéria-prima do setor primário, destinados à exportação. Devido à acumulação de capital nestas atividades, surge uma elite industrial que também passa a influenciar o poder do Estado. Este por sua vez, passa a fazer políticas voltadas não somente à oligarquia agrária, mas também à elite industrial que vinha surgindo devido ao acúmulo de capital vinculado ao setor primário (IANNI, 1965).

Sendo assim, o Estado passa a servir a atividade moderna. Criam-se políticas públicas em favor do desenvolvimento, da modernidade e da maquinização das forças produtivas. Essas políticas neoliberais trouxeram para o Brasil não somente o progresso, mas também a desigualdade e a dualidade dentro do nosso território. Ao mesmo tempo em que o Brasil apresenta setores econômicos modernos, providos de alta tecnologia nos mais diferentes setores econômicos, tanto no primário, secundário e terciário, por outro lado vemos atividades arcaicas e tradicionais dentro desses setores, em diversas áreas do país. Um exemplo disso é a própria atividade canavieira, que gera lucros exorbitantes aos usineiros e ao governo nacional

através da exportação do açúcar e do etanol, em contrapartida, gera a precarização do trabalho no eito do corte, além de impactos ambientais.

O Estado se apresenta assim: A serviço do crescimento e desenvolvimento econômico das empresas capitalistas criando as suas estratégias para a realização desses objetivos. Por outro lado, é através do Estado que os trabalhadores reivindicam e se mobilizam para conseguir seus direitos, e melhores condições de vida como apontados no capítulo anterior. Ao mesmo tempo em que ele segrega, e cria contradições de classes sociais, é através do Estado que essas contradições de classes são amenizadas, principalmente com a organização do proletariado dentro do Estado.

A seguir, observaremos a relação do Estado com a empresa canavieira no Brasil, sua relação com os diferentes agentes sociais, Estado e capitalistas, no processo de modernização e mecanização desta atividade no País. Os resultados apresentados a seguir só foram possíveis com as concessões e apoios diretos do Estado, através de incentivos e financiamentos, além também de pesquisas e desenvolvimento na área da produção de açúcar e álcool combustível. As principais leis e regulamentos de nível nacional que promoveram a ascensão da economia canavieira no País refletiram em diversos Estados, dentre eles no Paraná.

Essa relação do Estado com a atividade canavieira no Brasil nada mais é do que o próprio Liberalismo Econômico adentrando no País e posteriormente se intensificando na segunda metade do século XX com o Neoliberalismo. Harvey (2008, p.87) aponta que o Estado Neoliberalista produz *tipicamente legislação e estruturas regulatórias que privilegiam as corporações e, em alguns casos, interesses específicos, como energia, produtos farmacêuticos, agronegócios, etc.* Em se tratando do setor sucroalcooleiro, as propaladas políticas em torno do etanol combustível e dentre outros vêm contribuindo com o crescimento desse segmento agroindustrial, fazendo com que o Estado financie pesquisas, dê incentivos para a construção de unidades de produção do setor, além também da divulgação dos produtos gerados por esse ramo agroindustrial no mercado exterior.

2.2- Políticas estatais e a atividade canavieira

A expansão da Agroindústria Canavieira no Brasil que presenciamos atualmente é feita através do emprego cada vez maior de capital e de alianças político econômicas entre o Estado e o capitalista usineiro, os latifundiários e dentre outros segmentos dominantes da

nossa sociedade ligados ao setor agroindustrial brasileiro desde a origem desta atividade agrícola no País.

A atividade canavieira no Brasil, desde a época em que o Brasil era colônia de Portugal, esteve fortemente ligada às relações político-econômicas governamentais. Na época, a colônia seguia as ordens e atendia os interesses do país europeu. Como nos lembra Szmrecsányi (1979):

A intervenção governamental na agroindústria canavieira tem uma longa história no Brasil, história essa que praticamente se confunde com a do próprio subsetor, o mais antigo e ainda um dos mais importantes ramos de atividades da economia nacional. Na verdade, o intervencionismo estatal na economia açucareira só não predominou durante o Império e nas primeiras décadas do regime republicano. Ele foi intenso durante todo o período colonial e voltou a acentuar-se depois da revolução de 1930, quando passou a assumir suas atuais características, entre as quais figuram com destaque o planejamento (SZMRECSÁNYI, 1979, p.161-162).

O século XIX e as primeiras décadas do século XX, como expresso anteriormente, foram marcados pela expansão do Liberalismo Econômico europeu, onde o capital ditava as regras comerciais. O Brasil foi fortemente influenciado por essas relações capitalistas. No entanto, em meio às crises que abalavam a economia canavieira na segunda metade do século XIX, devido à concorrência com os demais países produtores como, por exemplo, Porto Rico e países filipinos, além da falta de mão-de-obra específica e das técnicas atrasadas de produção, os capitalistas usineiros recorriam ao Estado e ao planejamento estatal para livrarem-se de certas dificuldades.

Dentre esses e outros problemas que permeavam na economia canavieira levaram políticos e homens de negócios da época a se preocuparem com a modernização da lavoura e da industrialização açucareira, tanto que nas últimas décadas do século XIX, o Estado subsidiou e incentivou a construção de engenhos centrais e em especial no centro-sul do país (TEIXEIRA, 1988).

O Parlamento brasileiro designou, em 1879, uma comissão Especial para proceder ao levantamento do estado da agricultura no país, especialmente o caso da cana-de-açúcar. A referida comissão elaborou, então, um parecer e projeto sobre a criação do banco de crédito territorial e fábricas centrais de açúcar, apresentado na sessão de 20 de julho daquele mesmo ano, na câmara dos deputados. A investigação parlamentar revelou seis problemas principais: 1) falta de treinamento profissional entre fazendeiros e trabalhadores; 2) falta de transporte; 3) taxas altas; 4) carência de mão-de-obra; 5) necessidade de divisão do trabalho e 6) falta de capital (SOUZA, 1978 *apud* TEIXEIRA, 1988, p.62).

Dentre as principais carências apontadas, aparecem aquelas relacionadas às infra-estruturas e relações de trabalho, além dos custos de capital na produção. Dentro desse contexto, Rosa Luxemburg ressalta que para a reprodução do capital e, conseqüentemente o aumento do mesmo, o capitalista necessita de meios de produção materiais tais como: matéria-prima, máquinas e etc., para dar à parte constante do capital a forma produtiva; força de trabalho assalariada suficiente e da existência de um mercado que produza os meios de subsistências para a reprodução da classe trabalhadora (LUXEMBURG, 1970).

Sob essas condições, ainda há uma série de processos específicos para a reprodução ampliada capitalista, ou mesmo para a acumulação de capital na atividade canavieira, sendo que a primeira condição

A produção deve criar a mais-valia, pois a mais-valia é a única forma em que é possível sob o sistema capitalista o incremento da produção. Essa condição deverá cumprir-se no próprio processo de produção, na relação entre capitalista e operário, na produção de mercadorias. *Segunda condição*: para que haja a apropriação da mais-valia destinada à ampliação da reprodução, uma vez cumprida a primeira condição, ela deverá realizar-se transformando-se em dinheiro. Essa condição nos leva ao mercado onde as probabilidades de troca decidem sobre o destino ulterior da mais-valia e, portanto, também da futura reprodução. *Terceira condição*: supondo que se consiga realizar a mais-valia, e uma parte da mais-valia realizada se transforme em capital destinado à acumulação, o novo capital terá que tomar forma produtiva, isto é, transformar-se em meios de produção e força de trabalho. Além disso, a parte de capital trocada pela força de trabalho adotará por sua vez a forma de meios de subsistência para os trabalhadores. Essa condição conduz de novo ao mercado, inclusive ao mercado de trabalho (LUXEMBURG, 1970, p. 23-24).

Se todo esse processo de fato existir, vem então a reprodução ampliada e o aumento de capital para o capitalista. Com isso, esses apontamentos nos deixam claro os objetivos dos agentes do setor canavieiro e do Estado, nos incentivos e financiamentos pautados para a concretização e construção dos Engenheiros Centrais, e na modernização da atividade canavieira no Brasil nos finais do século XIX. O País dava os primeiros passos no processo de industrialização, e novas atividades surgiam. Com isso, novas técnicas para a produção eram necessárias, sendo que o Estado, controlado pela oligarquia agrária, estava disposto a promover essa modernização nas atividades agrícolas com ajuda do capital externo, além também de promover o aparecimento do assalariado rural no Brasil como foi apontado no capítulo anterior.

Nas décadas finais do século XIX e meados do século XX, em se tratando de escalas globais o capitalismo entrava em nova fase, ou seja, o capital financeiro, os trusts, os

monopólios, passaram a ditar as regras econômicas de diversos países europeus, sendo que estes, por sua vez, passaram a investir capitais em outros países, com intuito de modernizar diversas regiões do globo terrestre, para que essas áreas de influências os fornecessem matérias-primas e compravam das metrópoles produtos manufaturados. É o período em que Lenin (1978) chama de *El imperialismo, Fase superior del Capitalismo*. Para o autor,

El imperialismo es el capitalismo en la fase de desarrollo en que ha tomado cuerpo la dominación de los monopolios y del capital financiero, ha adquirido señalada importancia la exportación de capitales, ha empezado el reparto del mundo por los trusts internacionales y ha terminado el reparto de toda la Tierra entre los países capitalistas más importantes (LENIN, 1978, p.187).

O Brasil inseriu-se nestas relações econômicas e o seu papel na Divisão Internacional do Trabalho foi o fornecimento de matéria-prima para os países desenvolvidos, principalmente o café, a borracha, e o açúcar que vinham de crises já assinaladas anteriormente. E para isso, capital estrangeiro entrou no País, principalmente para modernizar as relações de produção agrícola, além também da construção de toda uma infra-estrutura para o escoamento da produção para os grandes portos, dentre eles o de Santos, o de Paranaguá, etc. Tratando-se de capitais exteriores, vale lembrar a forte influência da Inglaterra no período, com as construções das estradas de ferro no centro-sul do Brasil, onde o País pagava, além de juros da dívida externa, lotes de terras para as empreiteiras inglesas, causando diversos conflitos pela posse da terra, dentre eles no Contestado, nos Estados do Paraná e Santa Catarina.

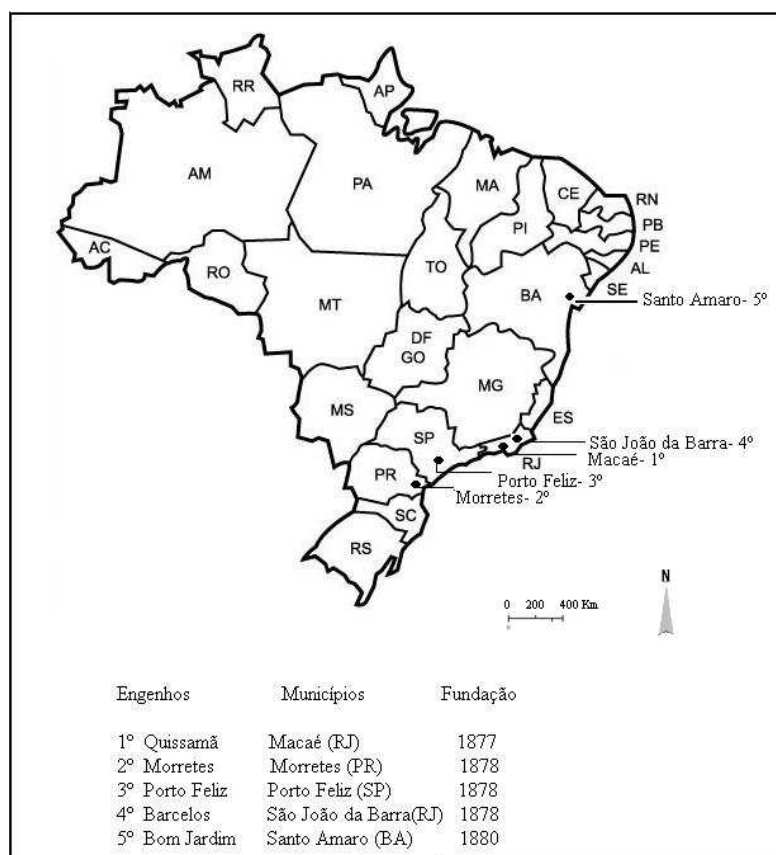
Os capitalistas foram incentivados por financiamentos pautados nas construções dos Engenhos. Para que houvesse a força de trabalho necessária à geração de todo o processo de acumulação do capital e de mais-valia, o Estado criou as leis e estatutos promovendo a vinda de migrantes, libertando escravos e fornecendo todas as condições possíveis para o aparecimento do assalariado rural no Brasil, acabando com as velhas relações de trabalho escravo que predominou por quase quatro séculos de história no País. Por fim, para os assalariados que apareciam dentro desse contexto, restara a mobilidade forçada do trabalho.

O surgimento do assalariado rural no Brasil começa a acontecer nos finais do século XIX, mesmo período do planejamento dos Engenhos Centrais. Nesta época, ocorre lentamente o processo de separação da propriedade de produção e da força do trabalho, fazendo com que os trabalhadores inseridos na rígida estrutura no modelo escravocrata colonial se libertassem, tornando-se livres para a mobilidade forçada do trabalho. A extinção

do tráfico de escravos, a vinda de imigrantes europeus para a lavoura, a abolição do regime de trabalho escravo, e dentre outros fatores assinalados no capítulo 1 contribuíram para a mão-de-obra assalariada na atividade canavieira.

Desse modo, o Estado dava as primeiras condições de acumulação de capital e para o erguimento da atividade canavieira, que vinha passando por crises ao longo do século XIX. Os capitalistas, ao se depararem a certas dificuldades devido às condições precárias de produção e falta de mão-de-obra específica, se refugiam no Estado com o intuito de minimizar essas contradições no meio econômico. O Estado na sociedade capitalista tem o papel de subsidiar toda e infra-estrutura básica, os meios de produção para o proveito das grandes empresas e dos capitalistas (MILIBAND, 1972), sejam em países desenvolvidos, ou subdesenvolvidos (SANTOS, 1970).

O Mapa 1 apresenta os primeiros projetos de construção dos Engenhos Centrais, na segunda metade do século XIX. Na época, o Estado do Paraná recebeu recursos e construiu o seu Engenho Central na cidade de Morretes. Porém, essa atividade ficou bastante restrita à área serrana e não resultou em crescimento significativo do setor, ainda que até o presente existam naquela área pequenas unidades produtoras de aguardente (TEIXEIRA, 1988).



Mapa 1- Localização dos primeiros Engenhos Centrais do Brasil.

Fonte: TEIXEIRA, 1988.

Organização: NEMO- Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização, 2010

O planejamento por parte do Estado para a melhoria da economia canavieira do Brasil através da construção dos Engenhos Centrais, não surtiu o efeito esperado. Dentre os motivos que condicionaram a crise dos Engenhos Centrais, o país não conseguiu evitar a concorrência com os demais países produtores de açúcar, e com o açúcar de beterraba. Além do mais, ocorreram problemas internos como os citados por Souza (1978):

com o fornecimento da cana, a falta de braços, a má administração, a falta de planejamento nos transportes e no emprego de capitais e a inexperiência de muitos industriais. A estas somar-se-iam como causas imediatas: o desgaste das máquinas e as dificuldades na substituição de peças; mão-de-obra especializada escassa e alguns técnicos charlatões atraídos pelo importante mercado de trabalho brasileiro; além de fato de que alguns dos intitulados Engenhos Centrais não passavam de simples engenhos que tinham melhorado os maquinários (SOUZA, 1978, XIII *Apud* TEIXEIRA, 1988, p.82).

Sob esses efeitos negativos, a reprodução do capital, já expresso anteriormente, não terá as condições favoráveis para a sua realização. Não são apenas financiamentos, dinheiro, novas relações de trabalhos, para que surtissem o efeito esperado. É necessário também que se encontrem as formas concretas no mercado, que propiciará o aumento do capital e acumulação do mesmo no setor (LUXEMBURG, 1970).

O Brasil vinha de mudanças significativas, porém não eram suficientes ainda para o acúmulo de capital na atividade canavieira. Os primeiros passos para a industrialização e inserção da economia nacional na nova Divisão Internacional do Trabalho, sob a égide do capitalismo monopolista, estavam apenas começando (IANNI, 1965).

Somado a isso, a economia cafeeira acenava no mercado brasileiro como o principal produto econômico, destinado à exportação. Neste caso, as políticas de planejamento econômico-social por parte do Estado voltaram às principais regiões plantadoras de café, pois a oligarquia agrária cafeeira deteve o controle Estatal por muitos anos. As demais atividades econômicas, como a cana-de-açúcar, entraram em crise.

No decorrer dos anos finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX surgiram outros ciclos econômicos, como o da borracha na região Amazônica e com isso houve uma intensa mobilidade da força do trabalho nessas áreas, em especial migrantes nordestinos, oriundos da principal região brasileira da época produtora de açúcar. Consequentemente, a atividade canavieira foi necessitando cada vez mais de braços para a lavoura, sendo um dos efeitos negativos que levaram ao fim das tentativas de modernizações e planejamentos dos Engenhos Centrais.

No entanto, é preciso ressaltar que o planejamento da construção dos Engenhos Centrais marca os antecedentes da relação do Estado e a economia canavieira no sentido de modernizar esta atividade no Brasil antes da consolidação do Instituto do Açúcar e do Alcool, na década de 1930.

Em decorrência da crise de 1929, que abalou a economia mundial e com o desenrolar da segunda guerra, a comercialização do açúcar brasileiro sentiu fortemente esse impacto no âmbito nacional e internacional, assim como outras atividades econômicas para a exportação da época. O comércio de açúcar da região nordestina para o centro-sul do país, que na época era feito pelo transporte marítimo no Oceano Atlântico, foi interrompido devido à guerra submarina. Neste caso, era necessário investir em outras localidades, sendo que o centro-sul do Brasil já mostrava indícios de industrialização. O Estado passa então a incentivar e a criar órgãos para a industrialização do açúcar e, também, políticas voltadas ao álcool combustível, pois assim o país dependeria menos da gasolina importada, cujo consumo interno não parava de crescer (SZMRECSÁNYI, 1979).

O álcool, (que até a década de 1930 era considerado um subproduto da cana, destinando-se quase exclusivamente ao consumo doméstico e às incipientes indústrias químicas e farmacêuticas da época) depois da institucionalização do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) ele passa a ser usado como carburante e de subproduto ele se torna produto. Neste caso, o álcool deveria ser desidratado, transformando-se em álcool anidro ou absoluto isento de água. Para tais mudanças no setor canavieiro desta época era necessária a construção de grandes destilarias com aparelhamento moderno, além de enfrentar a concorrência da gasolina no mercado interno. Esses objetivos não poderiam ser alcançados sem a intervenção direta do Estado e,

a primeira medida neste sentido foi o decreto n. 19.717, de 20/02/1931. Estabelecia este decreto que a partir de 01/06/1931, o pagamento dos direitos de importação de gasolina somente poderia ser efetuado depois de feita a prova de haver o importador adquirido, para adicionar à mesma, álcool de procedência nacional, na proporção mínima de 5% sobre a quantidade de gasolina que pretendesse despachar, calculada em álcool a 100°. O mesmo decreto tornava obrigatório, para os automóveis de propriedade ou a serviço da União, dos Estados e dos Municípios, o consumo de carburante que contivesse, pelo menos, álcool na proporção de 10%. Além disso, isentava de impostos e taxas a importação, até 31/03/1932, o material necessário à montagem de usinas para o fabrico e redistilação do álcool anidro e indispensável ao aperfeiçoamento e adaptação das destilarias existente no País (SZMRECSÁNYI, 1979, p.171).

O Estado veio, através desse decreto e de muitos outros a interferir de forma direta na agroindústria canavieira. Em 1933, através do decreto n. 22.789 de 01/06/1933 o Governo Federal criava o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

O Instituto se encarregava então de dirigir, fomentar e controlar a produção de açúcar e de álcool em todo o país, passando a responder não apenas aos decretos e atribuições de órgãos que o procedera, mas também de outras atribuições que foram acrescidas com o passar dos anos (ANDRADE, 1950 *apud* SZMRECSÁNYI, 1979).

Szmrecsányi (1979, p. 180) apresenta as duas primeiras alíneas do artigo 4º do Decreto n. 22. 789:

- a) “Assegurar o equilíbrio interno entre as safras anuais de cana e o consumo de açúcar, mediante a aplicação obrigatória de uma quantidade de matéria prima, a determinar, ao fabrico do álcool”;
- b) “Fomentar a fabricação do álcool anidro, mediante a instalação de destilarias centrais nos pontos mais aconselháveis, ou auxiliando as cooperativas e sindicatos de usineiros que para tal fim se organizarem, ou os usineiros individualmente, a instalar destilarias ou melhorar suas instalações atuais”.

Como se pode ver, os principais objetivos do Instituto era de promover o reerguimento da indústria açucareira, solucionando os efeitos causados pela superprodução do produto devido à crise 1929 e incentivar a produção do álcool combustível através da construção de destilarias para essa finalidade. Em outras palavras, a participação do IAA foi mais expressiva em relação ao álcool do que no açúcar. Esta por sua vez teve os seus limites de produção e quando a produção canavieira de um determinado Estado da federação excedia esses limites, os excedentes destinavam-se ao fabrico do álcool e seus derivados (SZMRECSÁNYI, 1979).

Tabela 1- Primeiros limites de produção do açúcar de usina no Brasil

Estados Produtores	Limites de Produção		Data da resolução do IAA
	Sacos	%	
Pará, Maranhão, Ceará e Rio Grande do Norte	54.443	0,4	24/9/1935
Paraíba	225.912	1,9	24/9/1935
Pernambuco	4.450.193	37,6	11/3/1936
Alagoas	1.301.928	11	23/12/1935
Sergipe	721.519	6,1	1/10/1935
Bahia	685.101	5,8	16/9/1935
Minas Gerais	339.599	2,9	9/7/1935
Rio de Janeiro	2.000.137	16,9	11/7/1935
São Paulo	2.067.863	17,4	11/7/1935

Fonte: SZMRECSÁNYI, 1979.

Esse limite na produção do açúcar por parte do governo federal na época, apontada pela Tabela 1, foi para conter a crise de 1929, quando muitos países deixaram de comprar o açúcar brasileiro. Esses limites tinham por objetivo conter a superprodução do açúcar no mercado interno e paralelo a isso, o Brasil dava os primeiros passos na fabricação do álcool combustível, tão importante para o processo de industrialização brasileiro. Na época, o País dependia da importação de outras fontes energéticas (TEIXEIRA, 2002).

As Tabelas 2 e 3 vêm apresentar a evolução da produção da cana-de-açúcar e a produção açucareira no Brasil, respectivamente, no período em que o Instituto (IAA) interferiu nessa atividade econômica. Percebe-se que nos anos de 1930 houve um crescimento tímido da produção canavieira, dentre outros motivos, o Estado pusera um controle rígido na produção de açúcar pra conter as crises que permeavam a economia canavieira.

Tabela 2- Evolução da cultura canavieira no Brasil 1933 a 1973.

<i>Anos</i>	<i>Área (1000 ha)</i>	<i>Produção (1000 TM)</i>	<i>Rendimento (TM/ha)</i>
1933	430	15.523	36
1934	473	17.793	38
1935	437	16.681	38
1936	461	18.496	40
1937	395	15.737	40
1938	394	16.409	43
1939	482	19.514	41
1940	515	21.475	42
1941	560	21.463	38
1942	559	21.574	39
1943	577	22.051	38
1944	676	25.149	37
1945	657	25.179	38
1946	758	28.069	37
1947	773	28.990	38
1948	819	30.893	38
1949	797	30.929	39
1950	828	32.671	39
1951	874	33.653	38
1952	920	36.041	39
1953	991	38.337	39
1954	1.027	40.302	39
1955	1.073	40.946	38
1956	1.124	43.976	39
1957	1.172	47.703	41
1958	1.208	50.019	41
1959	1.291	53.477	41
1960	1.361	57.178	42
1961	1.367	59.378	43
1962	1.467	62.535	43
1963	1.509	63.723	42
1964	1.519	66.399	44
1965	1.705	75.853	44
1966	1.636	75.788	46
1967	1.681	77.087	46
1968	1.687	76.610	45
1969	1.672	75.247	45
1970	1.725	79.753	46
1971	1.692	79.595	47
1972	1.951	90.941	47
1973	2.210	102.287	46

Fonte: SZMRECSÁNYI, 1979.

Organização: NEMO- Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização, 2010.

Tabela 3- Distribuição espacial da produção açucareira do Brasil por regiões 1929/75.

<i>Safras</i>	<i>Produção total</i> <i>1000 sacos</i>	<i>Norte/Nordeste</i>		<i>Centro/Sul</i>	
		<i>1000 sacos</i>	<i>%</i>	<i>1000 sacos</i>	<i>%</i>
1929/30	10.804	7.431	69	3.373	31
1930/31	8.256	5.605	68	2.651	32
1931/32	9.157	5.650	62	3.507	38
1932/33	8.746	5.313	61	3.432	39
1933/34	9.049	5.121	56,5	3.938	43,5
1934/35	11.136	7.155	64	3.981	36
1935/36	11.841	7.191	61	4.650	39
1936/37	9.550	4.162	43,5	5.388	56,5
1937/38	10.907	5.462	50,1	5.445	49,9
1938/39	12.703	8.049	63,5	4.654	36,5
1939/40	14.406	9.133	63,5	5.273	36,5
1940/41	13.512	8.015	59,5	5.497	40,5
1941/42	13.839	7.743	56	6.096	44
1942/43	14.759	8.620	58,5	6.139	41,5
1943/44	15.314	9.525	62	5.789	38
1944/45	14.897	8.195	55	6.712	45
1945/46	15.418	8.256	53,5	7.162	46,5
1946/47	18.352	9.929	54	3.426	46
1947/48	22.623	12.103	53,5	10.520	46,5
1948/49	23.579	12.740	54	10.839	46
1949/50	21.140	10.083	48	11.057	52
1950/51	24.817	12.589	51	12.228	49
1951/52	26.596	11.841	44,5	14.754	55,5
1952/53	30.802	14.792	48	16.010	52
1953/54	33.376	14.150	42	19.226	58
1954/55	35.568	15.193	43	20.375	57
1955/56	35.464	17.048	42	18.416	52
1956/57	37.580	17.396	46	20.187	54
1957/58	43.378	17.091	38,5	27.287	61,5
1958/59	53.859	17.805	33	36.054	67
1959/60	50.864	20.133	39,5	30.731	60,5
1960/61	54.350	19.967	37	34.383	63
1961/62	56.434	21.490	38	34.944	62
1962/63	51.079	16.773	33	34.306	67
1963/64	51.645	19.070	37	32.576	63
1964/65	59.422	21.042	35,5	38.380	64,5
1965/66	75.982	20.123	26,5	55.859	73,5
1966/67	68.599	24.150	36	44.059	64
1967/68	70.261	24.666	35	45.595	65
1968/69	68.530	23.280	34	45.250	66
1969/70	72.216	26.761	37	45.455	63
1970/71	85.328	28.969	34	56.359	66
1971/72	89.774	30.819	34,3	58.955	65,7
1972/73	98.874	33.313	33,7	65.561	66,3
1973/74	111.382	32.926	29,6	78.456	70,4
1974/75	112.010	38.095	34	73.915	66

Fonte: SZMRECSÁNYI, 1979.

Organização: NEMO- Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização, 2010.

A produção canavieira vai aumentando consideravelmente nos anos finais da década de 1950 e nas décadas de 1960/70, pois, é o período de intensificação do parque industrial brasileiro, ocorrendo mudanças sócio político e cultural no País, culminando com a urbanização brasileira em decorrência do êxodo rural-urbano e, em virtude desses e dentre outros fatos, o Brasil precisava aumentar a produção canavieira pra disponibilizar matéria-prima necessária para suprir a demanda de açúcar e de álcool que o País necessitava.

Na primeira metade do século XX, a principal localidade produtora de açúcar do País era a região Norte/Nordeste. Já na década de 1950 em diante, a região nordestina vai perdendo hegemonia, e o Centro/Sul do Brasil acenava como os principais produtores de açúcar do País (Tabela 3), principalmente com os investimentos e concessões de créditos por parte do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) para a construção de usinas e destilarias nesta localidade (TEIXEIRA, 1988).

Em se tratando do Paraná, o Estado ingressou de forma expressiva no mercado nacional de açúcar e passou a ter uma produção significativa logo nos primeiros anos da década de 1940⁵, após esse período de criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Nesse momento,

a cultura da cana-de-açúcar ingressou no Paraná pelo Norte Pioneiro, ocupando áreas nos municípios vizinhos do Estado de São Paulo, como Jacarezinho, Cambará, Andirá, Bandeirantes, Porecatu entre outros, onde se instalaram as primeiras usinas de açúcar (MENEQUETTI, 1988, p.139).

No período de fomento do IAA, surgem no Paraná, devido aos incentivos e financiamento do Instituto, as seguintes usinas: Central Paraná, no município de Porecatu; Usina Bandeirantes, no município de Bandeirantes; Usina Jacarezinho, no município de Jacarezinho; Malucelli, no município de Morretes⁶. Nos anos de 1943/44 o Estado produziu 114 toneladas de açúcar. Em menos de 10 anos, devido às instalações das usinas, fruto dos empreendimentos e financiamentos por parte do IAA, o Paraná passou a produzir 23 298 toneladas do mesmo produto (TEIXEIRA, 1988).

⁵ No período Colonial, a cana-de-açúcar era a principal atividade econômica e, esta área hoje correspondendo ao Estado do Paraná, ainda ligada à Província de São Paulo, participou de forma indireta no ciclo econômico do açúcar, fornecendo força de trabalho indígena para a monocultura da cana-de-açúcar nordestina. Naquele momento, pelo menos de forma direta, o Paraná pouco acrescentou ao ciclo da economia açucareira que vigorou nos primeiros séculos de colonização do Brasil. Sobre esse contexto histórico, ver TEIXEIRA (1988).

⁶ Na década de 1960, houve novas políticas de expansão da indústria sucroalcooleira, propiciando a abertura de novas usinas, como a Usina Santa Terezinha no distrito de Iguatemi. Das usinas citadas até então, a de Bandeirantes, Central do Brasil, Jacarezinho, Malucelli, somente esta última encerrou suas atividades na década de 1960, enquanto as demais permaneceram (TEIXEIRA, 2002).

A produção alcooleira não foi diferente. Com a obrigatoriedade da adição de álcool anidro à gasolina, o produto acabou gerando nova demanda para o setor canavieiro, gerando perspectivas no futuro e consolidando a nova matriz energética atual. No ano agrícola de 1948/49, o Estado produziu 1.164.550 litros de álcool, chegando a uma produção de 7.997.700 litros nos anos de 1960/61 (Tabela 4).

Tabela 4- Paraná, Produção de Álcool, 1948-49 a 1960-61 / (litros de álcool)

Anos	U S I N A S				Total do Estado
	Bandeirantes	Central Paraná	Jacarezinho	Malucelli	
1948/ 49	400.550	764.000	*	*	1.164.550
1949/ 50	531.480	1.475.840	918.135	*	2.925.455
1950/ 51	806.940	2.615.300	880.000	15.000	4.317.240
1951/ 52	931.340	2.499.593	716.000	101.600	4.248.533
1952/ 53	1.226.000	2.584.000	902.100	121.400	4.833.520
1953/ 54	567.010	1.398.400	1.139.950	119.365	3.224.725
1954/ 55	1.783.000	2.433.700	813.650	96.400	5.126.750
1955/ 56	1.312.000	3.173.400	925.724	71.000	5.482.124
1956/ 57	1.296.000	3.034.000	1.309.700	99.800	5.740.390
1957/ 58	2.422.400	3.560.000	1.698.580	118.400	7.799.380
1958/ 59	2.167.100	3.799.000	1.876.241	118.000	7.960.341
1959/ 60	1.392.530	2.814.000	1.788.800	133.800	6.129.130
1960/ 61	3.141.000	3.576.000	1.143.300	137.400	7.997.700

Fonte: Teixeira, 1988.

* dados não disponíveis

Essa força do agronegócio canavieiro no Centro/Sul do Brasil não teria sido tão forte e significativa nos dias atuais se o Estado não tivesse interferido diretamente na produção. O governo federal se fez presente nos momentos de crise do setor canavieiro: nas crises sofridas pela concorrência com outros países produtores de açúcar em meados do século XX; na modernização da atividade canavieira na década de 1930 com o IAA; na superprodução interna; no incentivo à produção do álcool combustível nas décadas de 1930 e posteriormente nos anos 1970/80; e atualmente com as políticas voltadas ao Etanol e aos biocombustíveis.

Além disso, Tomaz Júnior (2002) observa que a relação do Estado com a agroindústria canavieira

não restringe apenas às instâncias de planejamento e controle, bem como da fiscalização da produção, distribuição e comercialização dos produtos. Está presente também, assim como para as demais esferas da atividade econômica, na normatização e regramento jurídico-institucional das relações sociais de trabalho, com o atributo de realizar a mediação entre capital e trabalho. Nesse sentido, em consonância com as demandas e exigências do capital, o Estado delimita o raio de ação do trabalho, com base em pressupostos legais e institucionais, tentando, assim, condicionar o comportamento das entidades representativas dos trabalhadores em todas as

suas instâncias da estrutura vertical oficial (sindicatos, federações e confederações) (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p.56).

Percebe-se então, que não é recente o fato do Estado interferir na economia canavieira do País. Sua intervenção é fruto de um longo processo histórico desencadeado no decorrer do século XX, que culminou com a acumulação de capital no ramo e consolidou a moderna Agroindústria Sucroalcooleira atual.

Outro período que fomentou a política por parte do governo federal para a agroindústria canavieira foi na crise energética dos anos 1970, quando os principais países árabes produtores de petróleo se organizaram (OPAEP) e aumentaram os preços do petróleo, sobrevalorizando seus produtos. Isso desencadeou diversas crises na economia mundial e em especial na economia brasileira. O País dependia quase inteiramente do transporte rodoviário e produzia pouco petróleo, ficando numa situação crítica e levando o governo federal a um programa de planejamento que *o liberasse em parte da importação do petróleo, e que também dinamizasse a indústria canavieira (...) com a concessão de empréstimos aos industriais que dispusessem a montar destilarias* (QUEIROZ, 2007, p.22)

O governo federal, com o objetivo de minimizar as importações de petróleo, criou o Programa Nacional do Álcool em 1975.

O PROÁLCOOL foi instituído através do Decreto 76.593 de 14/11/1975. É um programa federal, administrativo pelo Ministério da Indústria e Comércio através da CENAL- Comissão Executiva Nacional do Álcool, cujo objetivo foi o de expandir a produção de álcool, e a capacidade industrial de transformação, visando à obtenção de álcool para a substituição da gasolina, assim como incrementar o uso no setor químico, cujo intuito foi o de minimizar o desequilíbrio da balança de pagamento (TEIXEIRA, 1988, p.218).

O Programa Nacional do Álcool teve duas fases importantes que resultaram no aumento da produção canavieira em áreas tradicionais de açúcar: A primeira em 1975/ 79, quando ocorreu o financiamento para a montagem e ampliação das destilarias anexas às usinas, e a fabricação de álcool anidro para ser misturado à gasolina. A segunda foi a expansão acelerada (1980-1986), onde houve o aumento significativo da produção de álcool hidratado para o uso de motores exclusivos a álcool que vinham sendo fabricados e as plantações de cana-de-açúcar se expandiram para áreas até então ocupadas por outras culturas. Também nesta fase acelerada, houve a montagem de novas destilarias (RIBEIRO, 2008).

A primeira e a segunda fase do Proálcool foi o principal motivo da expansão das destilarias no território brasileiro. Muitos usineiros receberam recursos para a montagem de suas destilarias, contudo já havia o projeto consolidado. Ao invés de produzirem apenas açúcar, os mesmos passaram a produzir álcool nas mesmas unidades de produção. O dinheiro vindo do Estado para as construções de destilarias anexas serviram para a acumulação de capital no setor e com isso, os capitalistas do ramo passaram a construir novas unidades em outras cidades. Teixeira (2002, p. 209) comenta que o Estado do Paraná,

a partir da primeira fase recebeu financiamentos para instalar 10 destilarias de álcool, fato que o colocou em segundo lugar do País, depois de São Paulo, na implantação de destilarias autônomas e como o terceiro em recebimentos de recursos. Na segunda fase do programa, recebeu recursos para instalar mais 22 destilarias autônomas, continuando a ser o segundo Estado brasileiro em números de destilarias e o terceiro em recursos recebidos.

A Tabela 5 mostra as destilarias de álcool em funcionamento no Estado do Paraná no ano 2000. Segundo a tabela, vemos um aumento expressivo de destilarias autônomas no período de 1980- 1986. Esse fenômeno surgiu devido à segunda fase do Proálcool, que como já foi dito, corresponde a fase de aceleração do setor sucroalcooleiro com o crescimento da frota de veículos movidos especialmente a álcool.

Tabela 5- Destilarias de Álcool em Atividade no Estado do Paraná- 2000

DESTILARIA	MUNICÍPIO	TIPO (*)	ANO ATIVID.
Bandeirantes	Bandeirantes	Anexa	1970/ 71
Central Paraná	Porecatu	Anexa	1970/ 71
Jacarezinho	Jacarezinho	Anexa	1970/ 71
Santa Terezinha	Maringá	Anexa	1971/ 72
Casquel	Cambará	Autôn./ anexa: 00	1977/ 78
Damisa	Santo A. Platina	Autônoma	1978/ 79
Alto Alegre	Colorado	Autôn./anexa: 91	1979/ 80
Goioere	Moreira Sales	Autôn./anexa: 95	1980/ 81
Santa Laura	Ibaiti	Autônoma	1980/ 81
Copagra	Nova Londrina	Autônoma	1981/ 82
Dacalda	Jacarezinho	Autônoma	81/82
Usaciga	Cidade Gaúcha	Autôn./ anexa: 94	83/ 84
Cocafé	Astorga	Autônoma	83/ 84
Cocari	Marialva	Autônoma	83/ 84
Cooperval	Jandaia do Sul	Autôn./ anexa: 96	83/ 84

Corol	Rolandia	Autôn./ anexa: 93	83/ 84
Cotal	Tapejara	Autônoma	83/ 84
Covapi	Paranacity	Autônoma	83/ 84
Melhoramentos	Jussara	Autônoma	83/ 84
Coopcana	São C. Ivaí	Autônoma	83/ 84
Vale do Ivaí	S. Pedro do Ivaí	Autôn./ anexa: 93	83/ 84
Dail	Ibaiti	Autônoma	84/ 85
Americana	Nova Am.da Colina	Autônoma	84/ 85
Coamo	Campo Mourão	Autônoma	85/ 86
Sabarálcool	Eng. Beltrão	Autôn./ anexa: 93	85/ 86
Coamto	São Tomé	Autônoma	86/ 87
Cofercatu	Porecatu	Autôn./ anexa: 93	86/ 87
Coocarol	Rondon	Autônoma	86/ 87
Julina	Tapejara	Autôn./ anexa: 93	86/ 87
São José	Paranacity	Autôn./ anexa: 94	86/ 87
Cocamar	Maringá	Autônoma	87/ 88
Mideçu	Mandaguaçu	Autônoma	88/ 89
Ivaté	Ivaté	Autôn./ anexa: 96	88/ 89
Perobalcool	Umuarama	Autôn./ anexa: 98	89/ 90
Nova Produtiva	Astorga	Autônoma	99/ 00

Fonte: TEIXEIRA, 2002.

O Programa Nacional do Álcool, mesmo passando por diversas crises ao longo da década de 1980, modelou a moderna agroindústria sucroalcooleira do País atualmente. Muitas usinas e destilarias anexas às mesmas que estão em atividades nos dias de hoje são resultados desse processo, devido a acumulação de capital no setor, em virtude dos incentivos estatais. Além disso, a fabricação de carros destinados locomoverem a álcool também fizeram parte do processo. Devido às complicações sócio ambientais acerca do petróleo e as especulações políticas e econômicas em torno do mesmo, o álcool e a fabricação de carros *flex-fuel*, que podem ser rodados com álcool, gasolina, ou na mistura dos dois combustíveis, vêm impulsionando o crescimento do setor alcooleiro do Brasil atualmente (TOMAZ JÚNIOR, 2007).

O crescimento do setor canavieiro ocorreu graças às políticas incrementadas por parte do Estado, no sentido de fomentar e incentivar as montadoras de veículos a produzirem carros flex-fuel, além das políticas de exportação do Etanol brasileiro.

Atualmente, o mais recente incentivo à expansão da atividade canavieira no território brasileiro por parte do Estado é o Zoneamento Agroecológico da cana-de-açúcar (Zaecana).

Este zoneamento tem por objetivo a produção de etanol e açúcar e no fornecimento de subsídios técnicos, além de formulações de políticas públicas destinadas à expansão da cultura canavieira no Brasil (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2009).

O Mapa 2 mostra a possível expansão da cana-de-açúcar nas principais áreas de aptidão física que dá maior produtividade a essa cultura, promovido pelo zoneamento, sendo que as áreas indicadas para a expansão

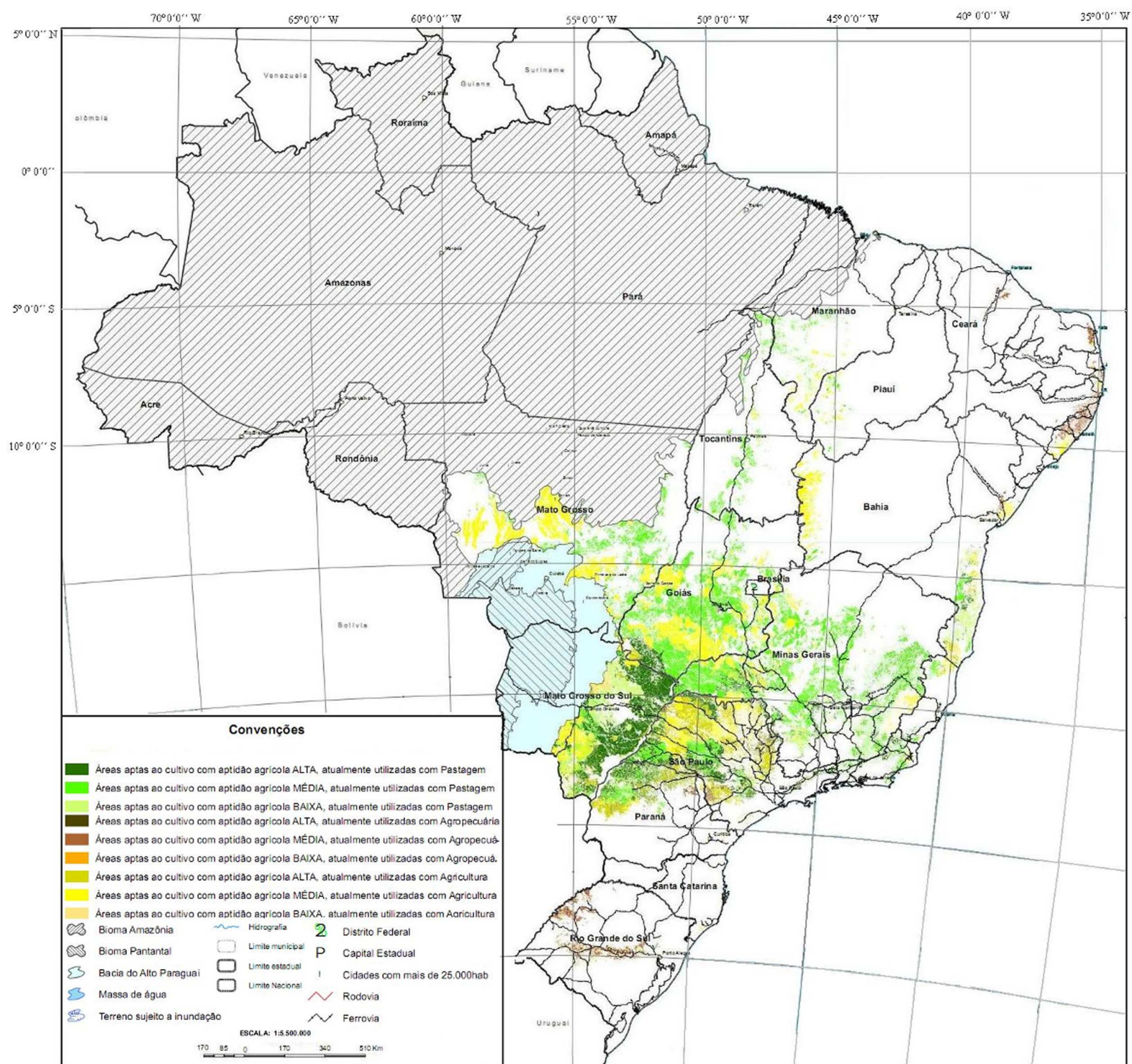
compreendem aquelas atualmente em produção agrícola intensiva, produção agrícola semi-intensiva, lavouras especiais (perenes, anuais) e pastagens. Estas foram classificadas em três classes de potencial (alto, médio e baixo) discriminadas ainda por tipo de uso atual predominante (Ag- Agropecuária, Ac- Agricultura, Ap- Pastagem) com base no mapeamento dos remanescentes florestais em 2002, realizado pelo Probio- MMA (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2009, p.7).

Além disso, para a elaboração do zoneamento, o governo levou em consideração três fatores físicos importantes: o solo (aptidão edáfica ou pedológica); o clima (aptidão climática- riscos climáticos); e a cultura. Essas características foram aplicadas no território brasileiro, e foram destacadas as áreas mais propícias ao cultivo da cana-de-açúcar (Mapa 2). As regiões mais aptas ao cultivo têm a temperatura anual média acima dos 19°C e risco de geada menor que 20%. Quanto ao potencial pedológico levou-se em consideração 6 fatores que limitam o cultivo: deficiência de fertilidade, deficiência de água, excesso de água ou deficiência de oxigênio, suscetibilidade à erosão, impedimentos à mecanização, e impedimento ao sistema radicular. Além disso, as áreas com declividade superior a 12% foram excluídas (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2009).

Segundo o Ministério da Agricultura (2009), o Brasil dispõe aproximadamente 64,7 milhões de ha de áreas aptas à expansão da gramínea, sendo que destes, 19,3 milhões de ha foram considerados de alto potencial produtivo; 41,2 milhões de ha de potencial produtivo médio; e apenas 4,3 milhões de ha como baixo potencial.

Observa-se pela Figura 6 que a cana-de-açúcar se apresenta apta a se expandir pelo centro oeste do Brasil, em razão das condições pedológicas e climáticas da região central brasileira. No Estado de Goiás, a cana de açúcar vem adentrando na mesorregião Sul Goiano. Dentre várias pesquisas desenvolvidas por pesquisadores da região, a cana tende a se expandir em áreas onde pode comprometer a agricultura familiar e a produção de alimentos⁷.

⁷ Informação adquirida através da participação de evento- Simgeo- Simpósio de geografia da Universidade Estadual de Goiás- unidade Quirinópolis- 2010, que teve como tema central a expansão da cana-de-açúcar nas áreas de cerrado.



Mapa 2- Zoneamento Agroecológico da cana-de-açúcar no Brasil

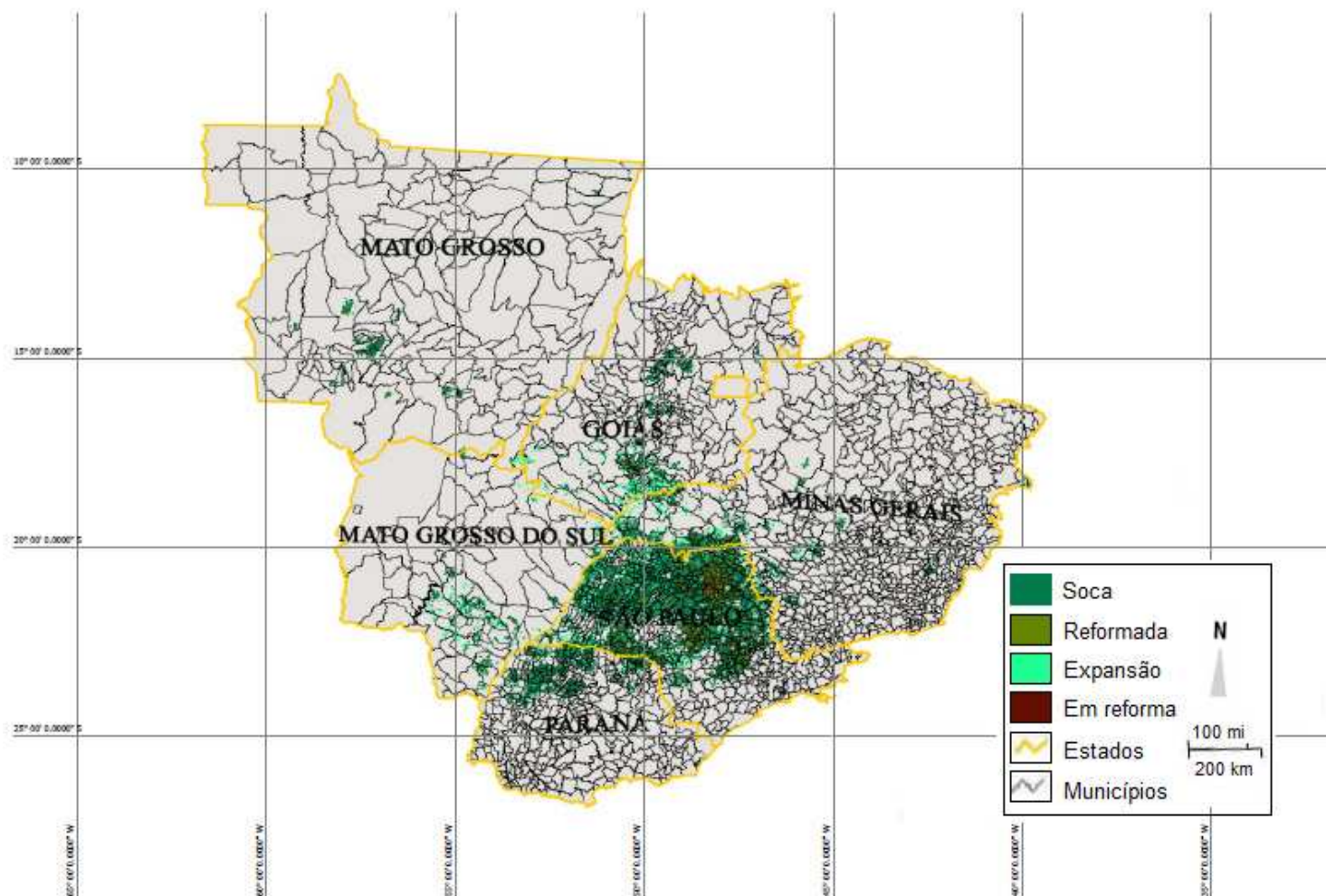
Fonte: Ministério da Agricultura, 2009.

Adaptado: NEMO- Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização, 2010.

O incentivo do Estado às agroindústrias sucroalcooleiras gerou mobilidade da força de trabalho no território brasileiro, na medida em que esse setor se concentrou no centro-sul do País. São trabalhadores de várias regiões do Brasil que se deslocam para os canaviais do centro-sul, na esperança de melhores condições de vida. No entanto, o que se presencia são trabalhos precarizados e, muitas vezes, análogos à escravidão, conforme denúncias por parte do ministério do trabalho, principalmente nos Estados de São Paulo, e no norte-nordeste do Brasil (ZAFALON, 2007).

No entanto, em virtude do incentivo à expansão da cana-de-açúcar na região central brasileira, haverá mobilidade dos cortadores de cana-de-açúcar para essas regiões do Brasil, onde muitos retornarão aos seus lugares de origem. Esses trabalhadores tornaram-se os “errantes do fim do século”, nome dado pela pesquisadora Maria Aparecida Moraes e Silva ao estudar a problemática dos bóias-frias. Estes são formados pelas pessoas “sobrantes”, que não conseguem outra forma de trabalhar, a não ser migrar e servir de mão-de-obra barata para as agroindústrias.

O Mapa 3 apresenta a distribuição geográfica da cana-de-açúcar nas regiões do centro/sul do Brasil. Percebe-se que a gramínea vem ocupando espaços agrícolas nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. A tendência é a cultura se expandir nas áreas de cerrados para a produção do agrocombustível.



Mapa 3- Distribuição da cana-de-açúcar no Centro/sul do Brasil.

Fonte: CANASAT, 2009.

Elaboração: NEMO- Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização- UEM, 2010.

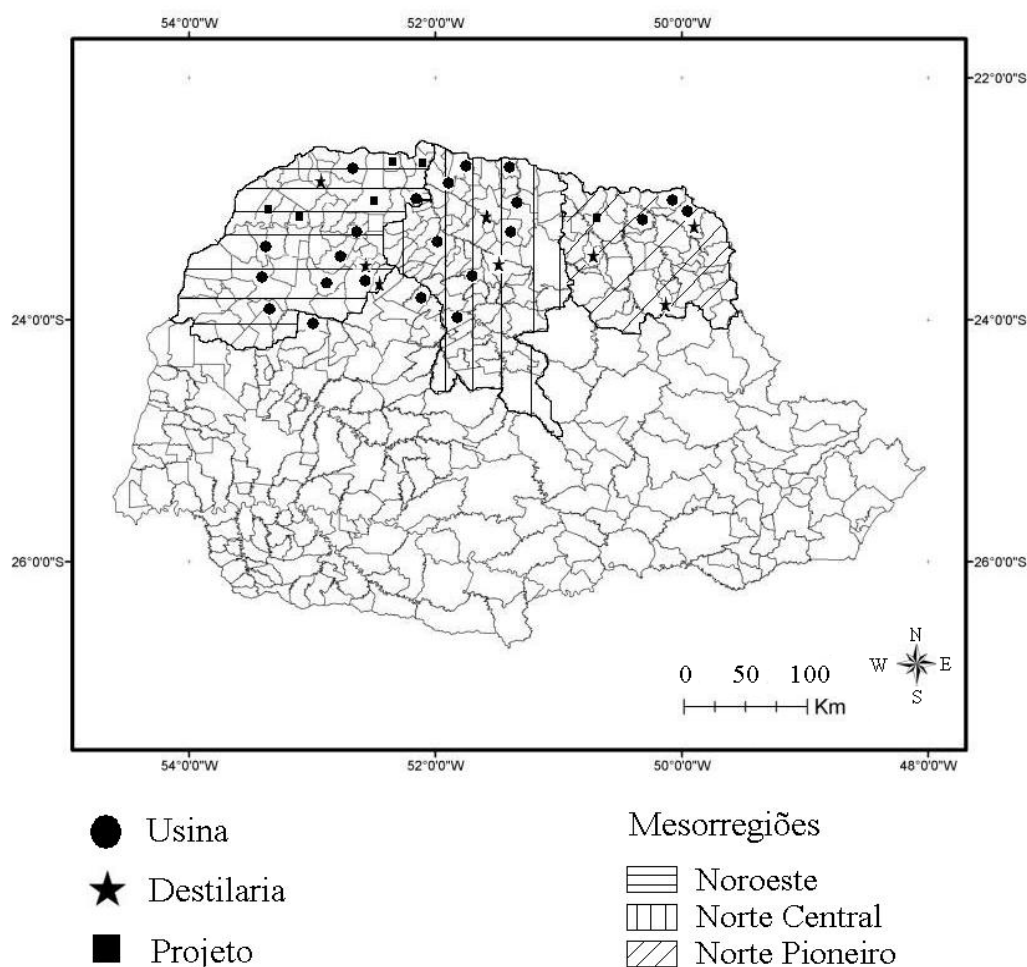
Devido a essa expansão do agronegócio canavieiro nas áreas de cerrado brasileiro,

várias transformações vão se efetivando no decorrer das últimas décadas, concernentes ao papel social das instâncias produtivas e avanços tecnológicos, seu financiamento e abrangência de atuação, políticas implementadas, novas exigências de mercado de trabalho, entre outros. A produção do etanol passa a exigir novos arranjos e áreas de produção, vitimando o Cerrado brasileiro em nome da modernização da matriz energética. Com destaque para o Estado de Goiás, a expansão sucroalcooleira tem sido fortalecida se comparada a outros Estados como Minas Gerais e São Paulo (GONÇALVES & MENDONÇA, 2010, p. 57).

Observa-se, então, mais uma vez o Estado como o principal agente financiador das instâncias produtivas, implementando novas políticas estatais para o beneficiamento dos agentes do agronegócio sucroalcooleiro brasileiro. Essa relação entre Estado e usineiros não são nada mais que reflexos da expansão capitalista neoliberal no campo brasileiro.

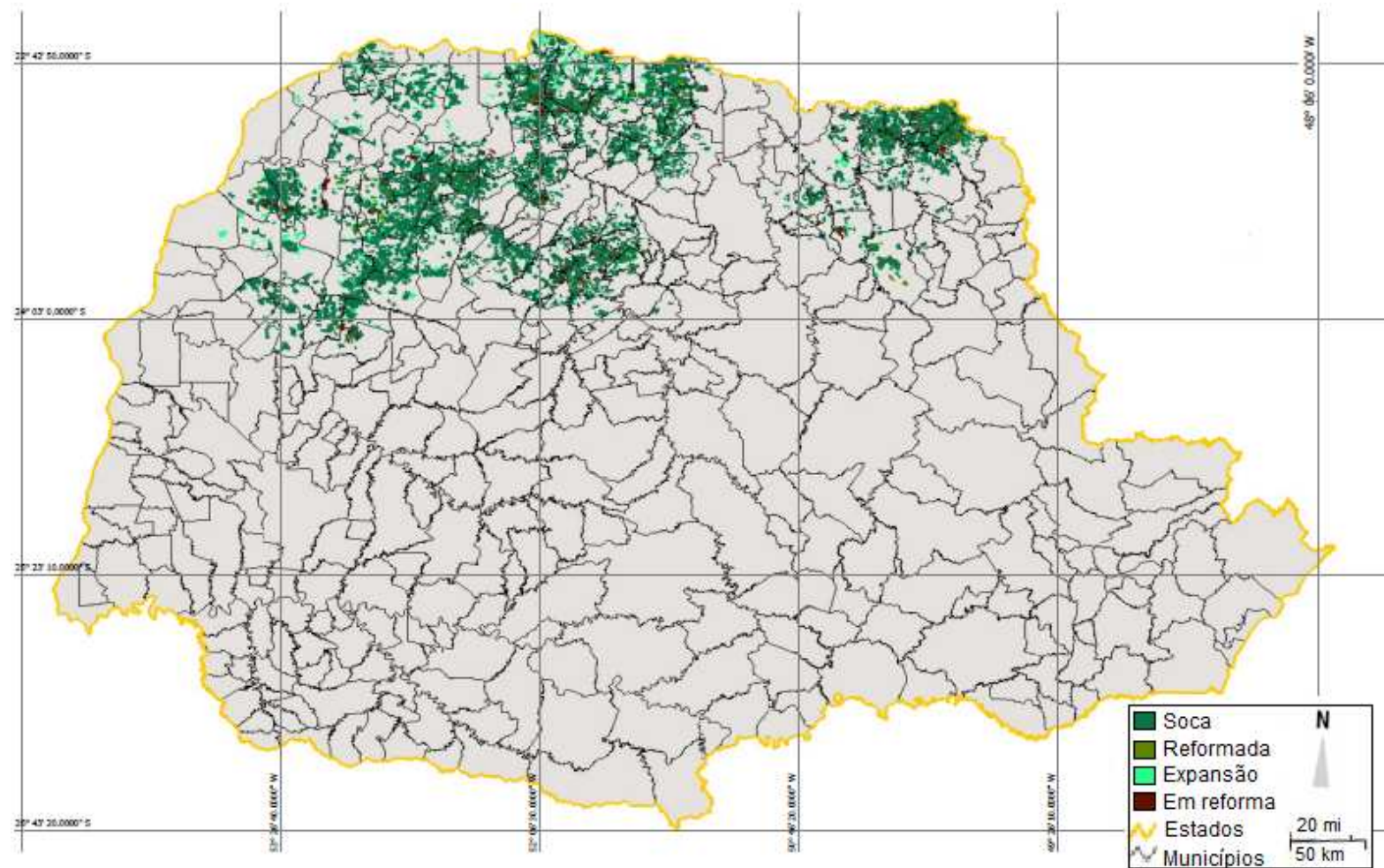
No Paraná essas relações Estado- Usineiros estão presentes, quase que exclusivamente, no Norte do Estado. O Mapa 4 apresenta a localização geográfica das unidades de produção, sendo que os projetos em construção expressam o processo mais recente de crescimento do setor sucroalcooleiro, apoiado na exportação do açúcar e no consumo interno e externo de álcool. É possível constatar, através do Mapa 4, uma tendência a expansão da cana-de-açúcar em área de pastagem (Noroeste Paranaense). Percebe-se também, comparando este Mapa com o Mapa 5, que as unidades seguem a lógica capitalista e se localizam próximas às matérias-primas, ou seja, no setentrão paranaense.

Constata-se, que atualmente as unidades em produção representadas pelo Mapa 4, que antes eram projetos, já estão em funcionamento na mesorregião Noroeste Paranaense. A tendência é que a cana de açúcar se expanda nesta localidade, seguindo as condições pedológicas e climáticas, decorrentes, principalmente, dos solos arenosos nestas áreas, onde atualmente predominam as pastagens.



Mapa 4- Localização das unidades produtoras de álcool e açúcar do Estado do Paraná
 Fonte: RIBEIRO; ENDLICH, 2010.

O Paraná produziu em 2009- 55.331.668 (IBGE, 2009) toneladas de cana-de-açúcar, ficando atrás de São Paulo- 388.933.898 toneladas (IBGE, 2009), e de Minas Gerais- 58.384.105 toneladas (IBGE, 2009). Nos últimos anos, Minas Gerais ultrapassou o Paraná na Produção canavieira. Dentre outros motivos, o fato da intensificação e dos incentivos à expansão da atividade canavieira nas áreas de cerrados do centro-sul do Brasil, tem contribuído vertiginosamente para com o aumento da produção mineira. O Estado Paulista lidera a produção e o Estado de Goiás também acena com crescimento desta atividade, produzindo 42.972.585 toneladas de cana-de-açúcar (IBGE, 2009).



Mapa 5- Distribuição da cana-de-açúcar no Estado do Paraná

Fonte: CANASAT, 2009.

Elaboração: NEMO- Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização- UEM, 2010.

O Mapa 5 apresenta a distribuição geográfica da cana-de-açúcar no Estado do Paraná. É possível observar que a gramínea ocupa quase a totalidade do perímetro urbano de diversos municípios. Essa alta concentração de cana-de-açúcar acaba inibindo a produção de alimentos, levando vários pequenos agricultores a arrendarem suas terras para os agentes do setor sucroalcooleiro.

Esse processo de concentração de cana e diminuição de alimentos se reproduz em diversas localidades do Brasil e em diferentes épocas. As crises entre a produção canavieira e a demanda de alimentos não são discussões recentes no território brasileiro. Temos indícios da expansão da produção canavieira provocando queda na produção alimentar por todo o período colonial, quando o açúcar era o principal produto de exportação. Sobre o assunto Graziano da Silva (1985, p.24) diz que

a produção de alimentos do latifúndio variava muito em função do preço do seu produto destinado à exportação. Por exemplo, quando o preço do açúcar (e mais tarde do café) subia no mercado mundial, todas as terras e os escravos eram utilizados para expandir a sua produção, diminuindo assim a produção de alimentos. Nesses períodos havia fome na colônia e as autoridades estimulavam os pequenos agricultores a expandirem a sua produção, para abastecer não só as vilas e cidades, como às vezes os próprios latifúndios.

Observa-se, mesmo com o passar dos tempos a lógica que permeia as práticas do setor sucroalcooleiro permanecem muito parecidas. São esses fatos que justificam esse olhar para o passado brasileiro para que possa iluminar e auxiliar na compreensão do presente.

Recentemente iniciou-se uma ampla discussão sobre os biocombustíveis e a alta dos preços dos alimentos, sobre a qual se pronunciou da seguinte forma Oliveira (2008a), apontando que essa questão tem se agravado em duas direções:

A primeira envolve a contínua ocupação pela cana-de-açúcar dos solos mais férteis existentes no país, conseqüentemente, vai deslocando a cultura dos alimentos básicos – arroz, feijão e mandioca – para as áreas de solos menos férteis. Este procedimento ou provoca a queda na produtividade por unidade de área dessas culturas, ou então vai tornando mais cara a sua produção, em decorrência dos custos dos fertilizantes (OLIVEIRA, 2008a, p.29).

Essa ocupação da cana nos solos férteis, ainda segundo o autor, *cresce cada vez mais nas terras próximas às usinas*. Oliveira (2008a) cita o exemplo da Região de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, onde há municípios com mais de 90% de suas terras ocupadas pela cana-de-açúcar.

A expansão canavieira no Estado do Paraná e em outros Estados, é abordada pelo mesmo autor em artigo publicado no jornal Folha de São Paulo de 17 de abril de 2008. Segundo ele, além da expansão canavieira estar mais concentrada no Estado de São Paulo,

(...) já o está também no Paraná, em Mato Grosso do Sul, no Triângulo Mineiro, em Goiás e em Mato Grosso. Nesses Estados, reduziu-se a área de produção de alimentos agrícolas e se deslocou a pecuária na direção da Amazônia. Isso deu, conseqüentemente, em desmatamento. Por isso, a expansão dos agrocombustíveis continuará a gerar a redução da produção de alimentos (OLIVEIRA, 2008b, opinião).

Isso se confirma no Estado do Paraná, onde a cana se concentra quase exclusivamente no Norte do Estado, numa área tradicionalmente destinada à produção de alimentos e de grãos, culturas que geraram a ocupação, surgimento e desenvolvimento de núcleos urbanos na região. Com a expansão da cana-de-açúcar nas áreas de pastagens do Paraná, esta atividade provavelmente se expandirá para outros Estados, dentre eles, os que compreendem a Amazônia legal. O Zoneamento Climático inibe a expansão da cana nesta área. Contudo, a pecuária vem crescendo a cada ano, trazendo consigo o desmatamento da Floresta Amazônica.

Ainda sobre o agrocombustível e a alta dos preços dos alimentos o mesmo autor aponta ainda uma segunda direção que tem se agravado no cenário mundial:

a segunda direção envolve as opções norte-americanas e européia de produzir etanol a partir do milho e de outros cereais (cevada, por exemplo) respectivamente. Essa opção retirou do mercado uma parte do milho destinado à alimentação humana e à produção de ração. Logo, provocou a elevação dos preços dos demais grãos, pois no lugar do milho que ia para a produção de ração, foi consumida mais soja, e no lugar do consumo humano dos derivados do milho entraram o trigo e o arroz. Assim, todos os alimentos tiveram seus preços elevados (OLIVEIRA, 2008a, p.29).

Neste caso, nas palavras do autor, entende-se que há uma relação direta e indireta do etanol com a alta dos preços dos alimentos. E sobre a falta de alimentos no futuro, Oliveira ainda explica: *Não acredito que chegará a faltar alimentos, mas penso que seus preços vão continuar se elevando por muitos anos e, conseqüentemente, os pobres é que enfrentarão a consequência desta crise* (OLIVEIRA, 2008a, p.29).

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que reúne os países mais ricos do mundo, vê alternativas para conter a crise dos alimentos segundo o Jornal Hoje Notícias de Maringá: *A OCDE recomendou a abertura de mercados para os*

biocombustíveis e matérias-primas para permitir uma produção mais eficiente e mais barata, e recomendou políticas de suporte para reduzir a pressão para cima dos preços dos alimentos (Hoje Notícias, 2008, p.A6).

Os Estados Unidos são os maiores produtores de etanol, feito a partir do milho, sendo responsáveis por 48% da produção em 2007. O Brasil é o segundo maior produtor, fabricando o etanol a partir da cana-de-açúcar e sendo responsável por 31% da produção mundial. A União Europeia, que produz biodiesel através do óleo de canola e de colza é responsável por 60% da produção global do produto. (HOJE NOTÍCIAS, 2008).

Essa questão da diminuição da produção de alimentos é apenas uma, dentre várias questões e impactos decorrentes do avanço do agronegócio canavieiro no Brasil. Outra questão importante, que merece ser contextualizada é a precarização do trabalho no setor. No capítulo 1 sinalizamos as mortes no canavial nos anos de 2004 a 2009. Isso se deve porque

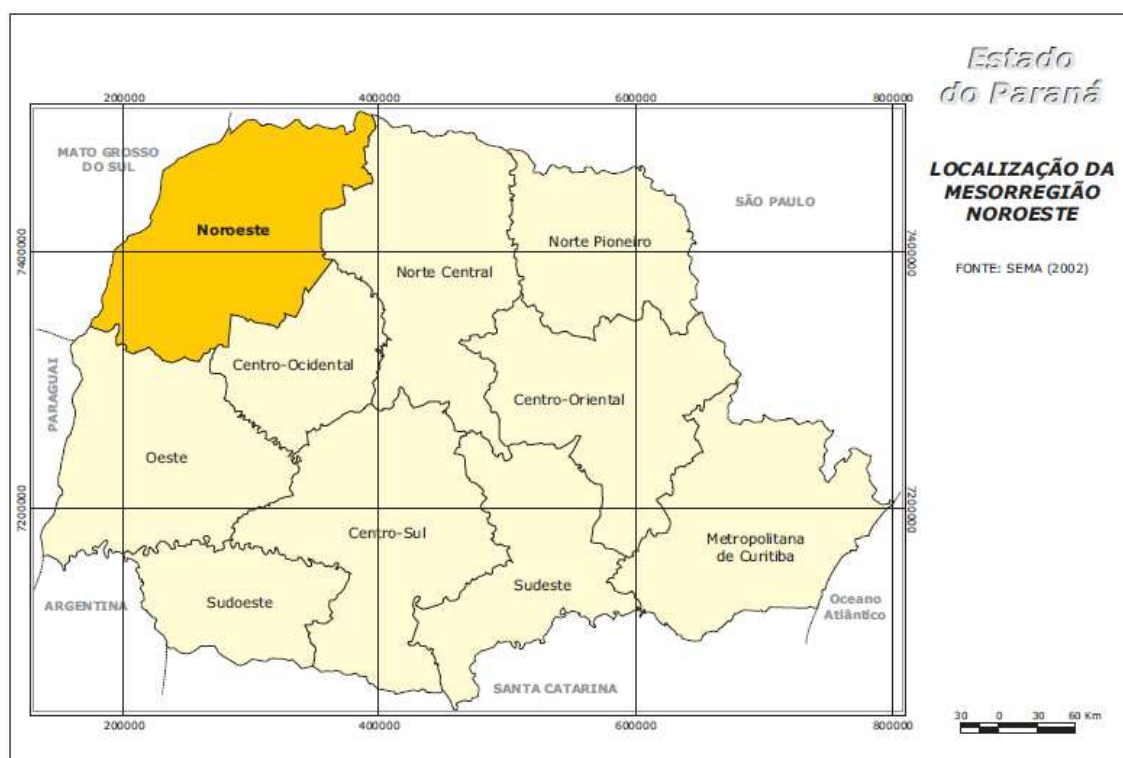
essa atividade se dá às expensas, como vimos constatando nas nossas pesquisas e de outras, que se multiplicam por todo o país, do aumento da exploração do Trabalho, com formas assemelhadas de trabalho degradante e escravo, do desrespeito aos contratos de trabalho, da legislação social (CLT, Constituição Federal) e ambiental, do descaso em relação às paradas obrigatórias, aos laudos ergonômicos- por envolver esforços repetitivos, à base da obrigatoriedade de cortar mais e mais-, e que tem provocado, além das mortes, lesões de grande magnitude que caracterizam invalidez ou diminuem sensivelmente a própria capacidade/ produtividade do trabalhador, submetido à exigências de sua força e resistência física (THOMAZ JÚNIOR, 2007, p. 20).

Esses fatos devem ser lembrados constantemente ao se estudar a mobilidade dos cortadores da cana-de-açúcar, pois ao mesmo tempo em que o Estado Neoliberal promove a ascensão das empresas sucroalcooleiras, gera também, em contrapartida, contradições sociais no território. A mobilidade do trabalho no corte da cana se apresenta como “forçada” nos moldes de Gaudemar (1976), já que além do desrespeito aos contratos de trabalho, os cortadores de cana-de-açúcar são obrigados a cortar mais e mais a gramínea, para gerar lucros e divisas ao Estado com a exportação do Etanol combustível. Veremos a seguir os principais efeitos no âmbito de escala regional e local, devido ao aumento da lavoura canavieira.

3- A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA MESORREGIÃO NOROESTE PARANAENSE

3.1- Caracterização da área de estudo

A Mesorregião Noroeste do Paraná localiza-se no Terceiro Planalto paranaense, abrangendo uma área de 2.481.601,5 hectares, correspondendo aproximadamente 12,4% do Território Estadual (IPARDES, 2004), fazendo fronteira com o Estado do Mato Grosso do Sul a oeste e com o Estado de São Paulo ao norte. Ao Sul, o Noroeste Paranaense faz divisa com a Mesorregião Oeste, a sudeste com a Mesorregião Centro-Ocidental e a leste com a Mesorregião Norte Central (Mapa 6).



Mapa 6- Estado do Paraná, localização da Mesorregião Noroeste Paranaense
Fonte: IPARDES, 2004

As características físicas da Mesorregião Noroeste Paranaense diferem um pouco das demais localidades do Norte do Paraná, em função das suas unidades pedológicas que, na região em questão consiste numa estrutura arenosa facilmente erosiva, com a presença de ravinhas e voçorocas. Estas características refletem a história geológica do Estado do Paraná, como apresentada na Figura 6 em seguida. O Noroeste Paranaense localiza-se no Terceiro Planalto Paranaense, na sua quase totalidade na Formação Arenito Caiuá, que corresponde a unidade litoestratigráfica da Bacia do Paraná depositada no Cretáceo superior sobre os Basaltos da Formação Serra Geral, que originaram solos com baixo teor de argila e de metais

pesados, gerando a estrutura arenosa (IPARDES, 2004). Em função dessas características, juntamente com o clima Subtropical Úmido Mesotérmico (cfa⁸) que predomina por quase toda a região (MAACK, 1968) e com as características do relevo suavemente ondulado, com uma altitude média de aproximadamente 300 m acima no nível do mar, condicionou e refletiu o uso do solo do Noroeste Paranaense, bem como o processo histórico de ocupação geoeconômica e humana, assunto delineado mais adiante.

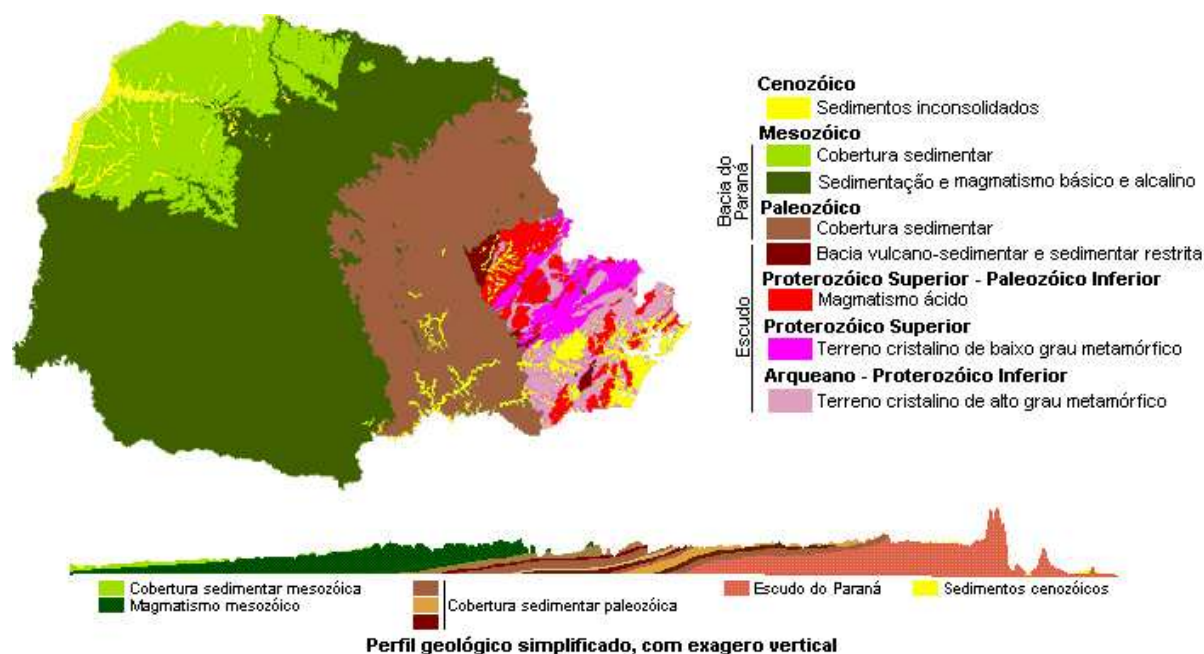
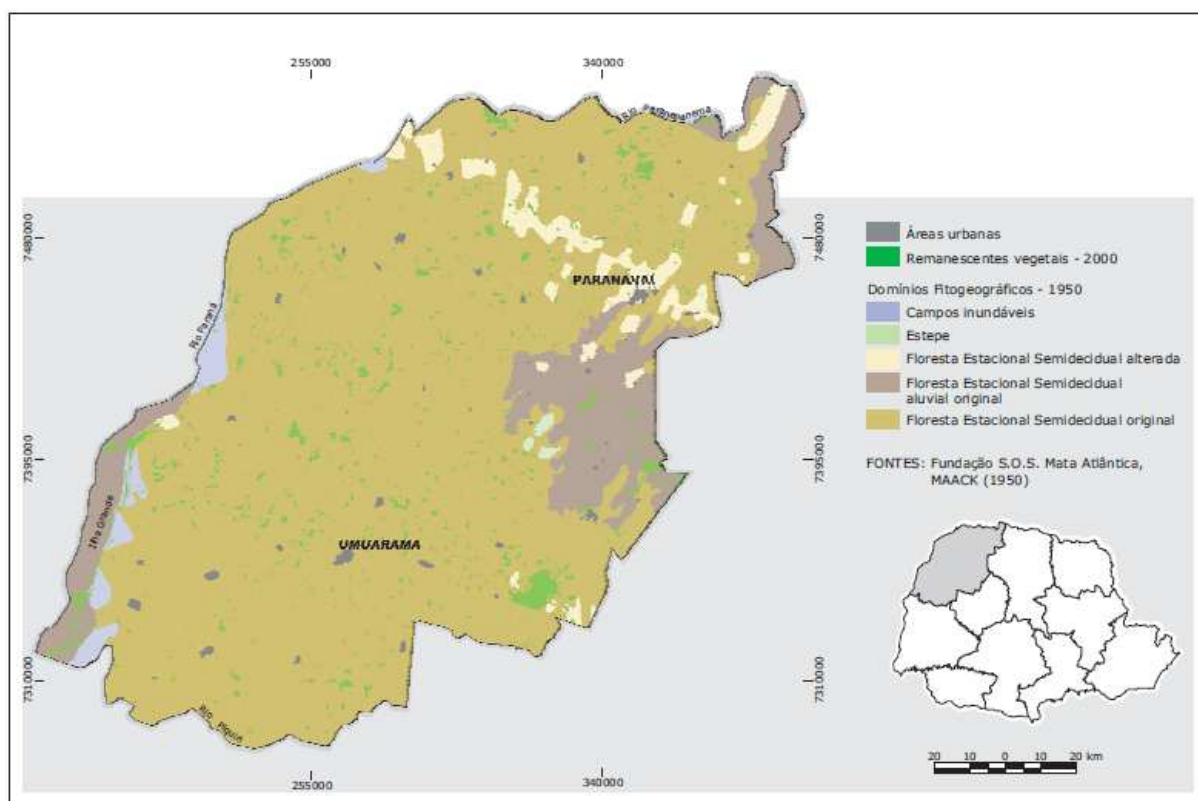


Figura 6- Paraná, principais unidades geológicas do Estado do Paraná
Fonte: MINEROPAR, 2003.

A cobertura vegetal nativa da região era constituída por florestas tropicais em especial por três Biomas distintos: Floresta Estacional Semidecidual (FES), Campos inundáveis nas zonas de vales dos rios e as Estepes. A Floresta (FES) dominava a paisagem da mesorregião (IPARDES, 2004). Esses biomas determinavam os teores de matéria orgânica nos solos, dando e assegurando uma boa fertilidade nos mesmos. Após a ocupação territorial e o uso intensivo do solo, estes perderam a sua fertilidade aparente pelo fato de possuírem baixa reserva mineral, além de serem vulneráveis à erosão hídrica. Esse fenômeno desencadeou sérias restrições ao uso agrícola (MUZILLI et al, 1990). Atualmente, a vegetação nativa que

⁸ Caracterizado por verões quentes e geadas menos frequentes, com temperatura nos meses mais quentes acima de 22°C, e nos meses mais frios abaixo dos 18°C. Também encontra-se na mesorregião o clima Subtropical úmido mesotérmico cfb, com verões frescos, geadas severas, sem estação seca. Temperatura nos meses mais quentes inferiores a 22°C, e nos meses mais frios inferiores a 18°C. a Pluviosidade da mesorregião está entorno de 1600 a 1900 mm, com tendência de concentração no período de verão.

condicionava a fertilidade natural dos solos se apresenta devastada por quase a sua totalidade, restando aproximadamente 4,1% da original (Mapa 7).



Mapa 7- Estado do Paraná, cobertura vegetal da Mesorregião Noroeste Paranaense.
Fonte: IPARDES, 2004.

Percebe-se, que em 1950 a Floresta Estacional Semidecidual (nome dado em função às estações do ano) original predominava na região e também por quase todo o Norte Paranaense. Essa formação vegetal se apresenta como uma continuação da Floresta Atlântica que predominava ao longo do litoral brasileiro. A floresta adentrou pelo Norte Paranaense, passando pelo Noroeste, até atingir as proximidades da foz do rio Iguaçu. Na década de 1940 a paisagem natural paranaense foi estudada pelo geógrafo alemão Reinhard Maack e até os dias de hoje seus trabalhos são utilizados, servindo de referências para estudos sobre a questão ambiental do Estado do Paraná.

A Figura 7 apresenta a cobertura vegetal descrita por Maack em 1940. Constata-se que a Floresta Semidecidual localizava-se nas áreas de clima tropical (Norte paranaense e litoral). Com o uso intensivo da agricultura, essas florestas e matas deram lugar às atividades agroindustriais para a exportação. Ainda hoje há vestígios desta floresta em bosques e em áreas de preservação.

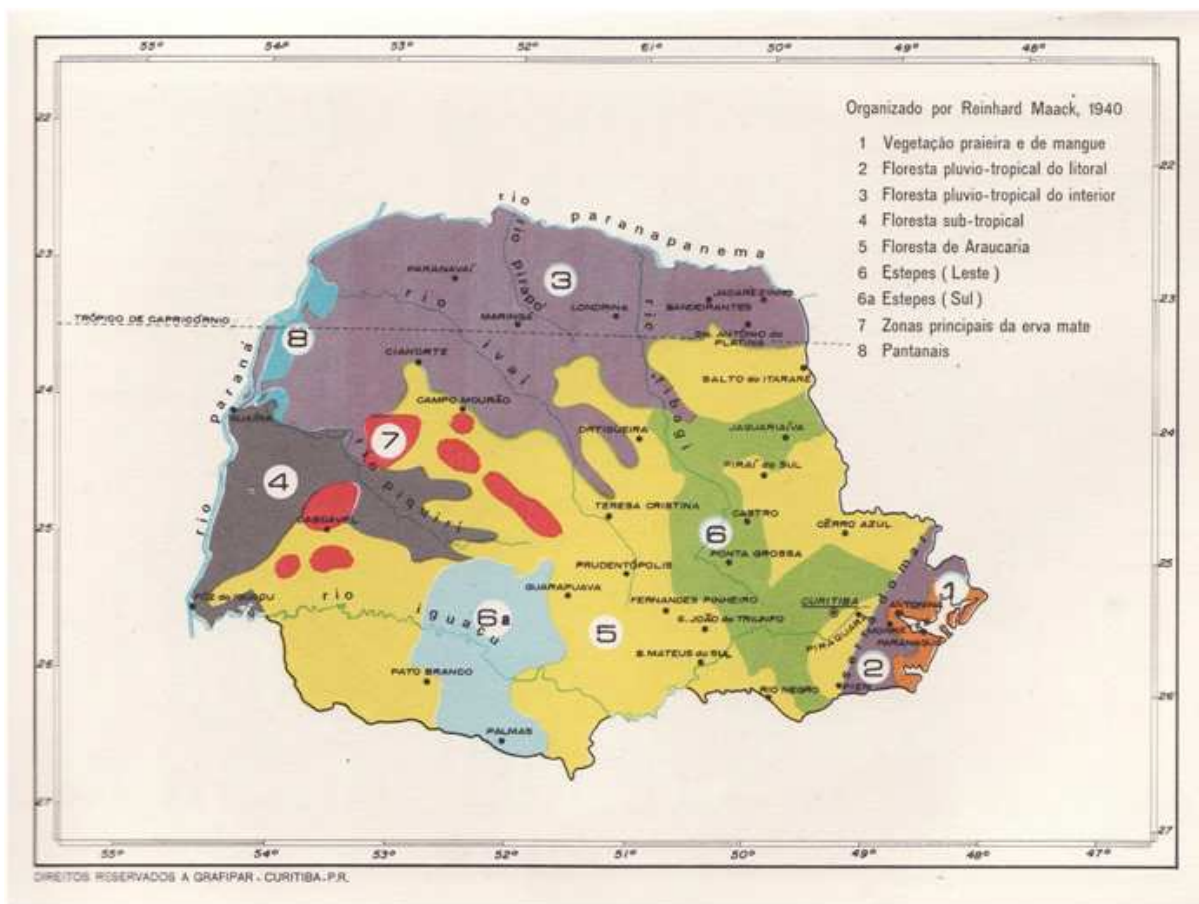
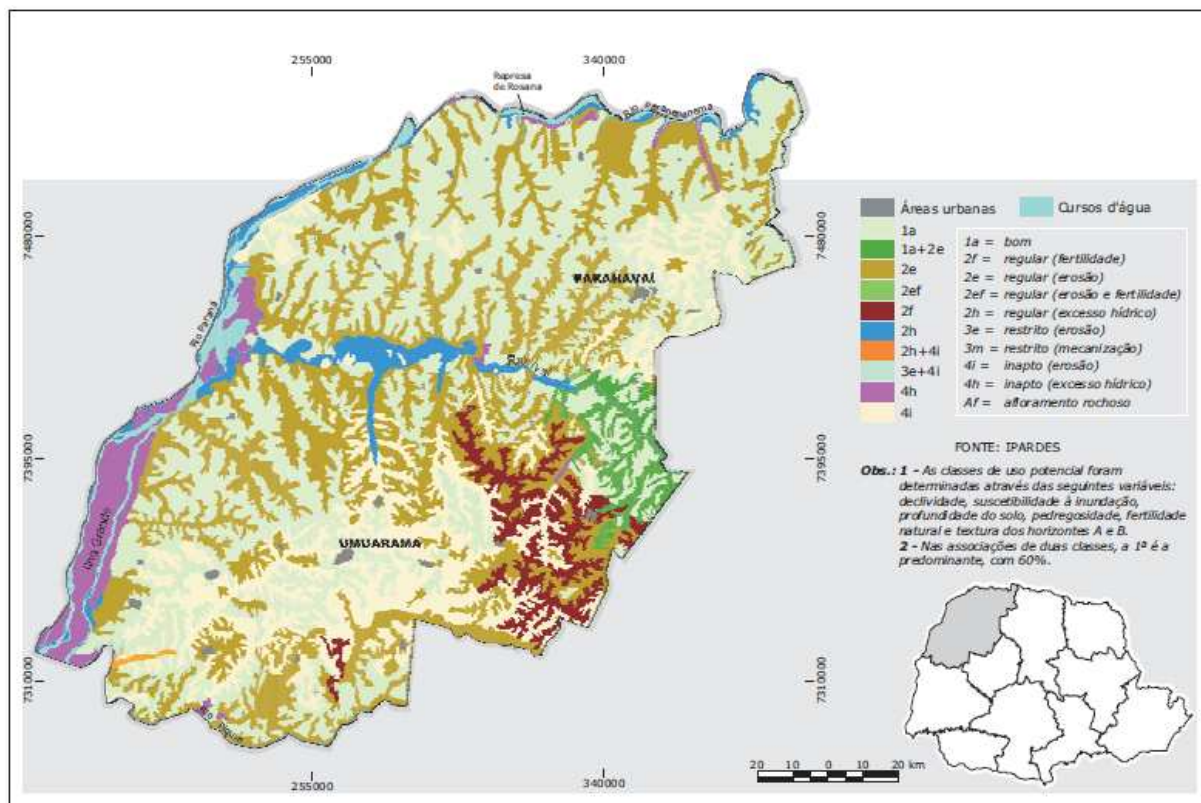


Figura 7- Vegetação do Estado do Paraná organizado por Reinhard Maack no ano de 1940.
 Fonte: HERTEL, 1969.

Pelo fato da Mesorregião depender da sua vegetação original para assegurar a fertilidade natural dos solos, com o desmatamento e a entrada das atividades agrícolas principalmente posterior à década de 1960, quando se dá a modernização da agricultura, os solos vão perdendo essa fertilidade, tornando-os frágeis aos processos erosivos, que por sua vez acabam desfavorecendo a prática agrícola, a não ser com o uso de defensivos e demais técnicas de correção de solos.

IPARDES (2004) estima que 45% dos solos da Mesorregião Noroeste estejam aptos às atividades agrossilvopastoris, permitindo o uso de máquinas agrícolas. Por outro lado, as áreas regulares com problemas de erosão ocupam aproximadamente 30% da região. O Mapa 8 apresenta o uso potencial do solo da Mesorregião Noroeste Paranaense.

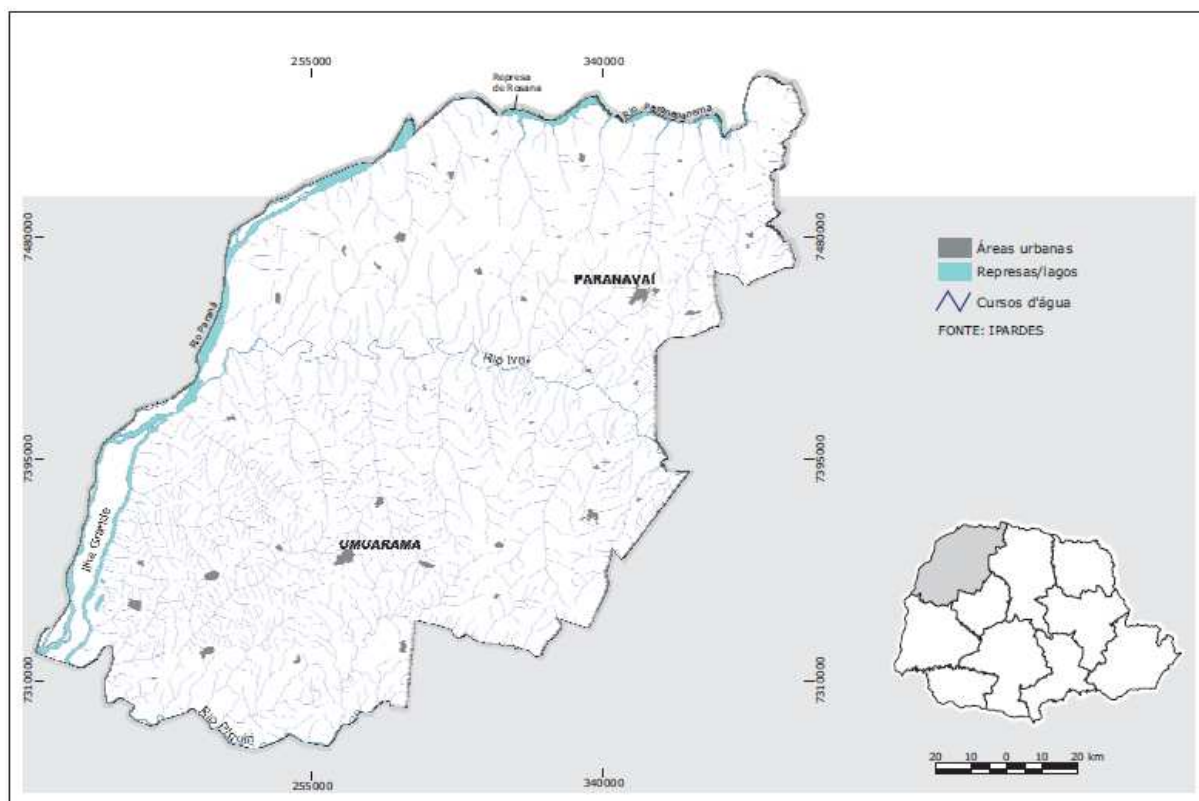


Mapa 8- Estado do Paraná, uso potencial do solo da Mesorregião Noroeste Paranaense.
 Fonte: IPARDES, 2004.

Observa-se que nas áreas próximas aos fundos de vales, o solo apresenta-se apto à atividade agrícola. Nestas localidades, as principais atividades que vem se destacando são as pastagens e as culturas de grãos (IPARDES, 2004). Contudo, atualmente a cana-de-açúcar vem se destacando na região, pois quase todo o Norte Paranaense está na localidade ideal e apta ao desenvolvimento da gramínea, como apresentado no capítulo anterior sobre o Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar (temperatura média acima dos 19° C).

Nas áreas de solos regulares, porém com problemas de erosão, estão associados principalmente aos vales de drenagens de rios principais e secundários. Percebe-se que os principais problemas apresentados estão associados à fertilidade e à erosão. Tais problemas que coube ao poder público estadual o planejamento e estudos para o auxílio de pequenos e médios agricultores do Arenito Caiuá na década de 1990 (TEIXEIRA, 2002).

Vale lembrar também que, a região é favorecida pela presença de quatro bacias hidrográficas: rios Paraná (a leste), Ivaí (no centro da mesorregião), Piquiri (ao sul) e Paranapanema (ao norte). Todos estes apresentando curso parcial na Mesorregião (Mapa 9).



Mapa 9- Estado do Paraná, rede hidrográfica da Mesorregião Noroeste Paranaense.
Fonte: IPARDES, 2004.

Como a atividade agrícola predomina na Mesorregião, o uso exacerbado de agrotóxicos e demais defensivos agrícolas, bem como o desmatamento de áreas de preservação natural, vem acarretando diversos problemas ao longo dos cursos dessa rede hidrográfica, tais como: erosão nas encostas, diminuição do fluxo da água corrente, a presença de ravinas e voçorocas e dentre outros. Isso gera diversos problemas em escalas locais, principalmente no clima regional, além de gerar problemas para o próprio homem que depende desta fonte. O uso indiscriminado dos recursos que a natureza dispõe para o homem acarreta vários problemas de ordem sistêmica, tais como relacionados à saúde, à desertificação dos solos, à qualidade de vida em geral.

Ao se estudar a mobilidade da força do trabalho de uma certa atividade num determinado território, é importante para a geografia esse levantamento das bases físicas, pois são nessas paisagens que os grupos humanos vão produzindo o seu espaço geográfico, em decorrência da mobilidade centrada no trabalho para a construção territorial. A paisagem, de acordo com Santos (2009) compreende dois elementos: os objetos naturais que não foram resultados da ação humana e nem tocados por ela e os objetos sociais decorrentes do trabalho humano no passado e materializados no presente.

A paisagem nada tem de fixo, de imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados. A mesma coisa acontece em relação ao espaço e à paisagem que se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade (SANTOS, 2009, p. 54).

Assim, no decorrer da presença humana no Noroeste Paranaense, a mobilidade dos homens construiu e reconstruiu a paisagem e o espaço regional.

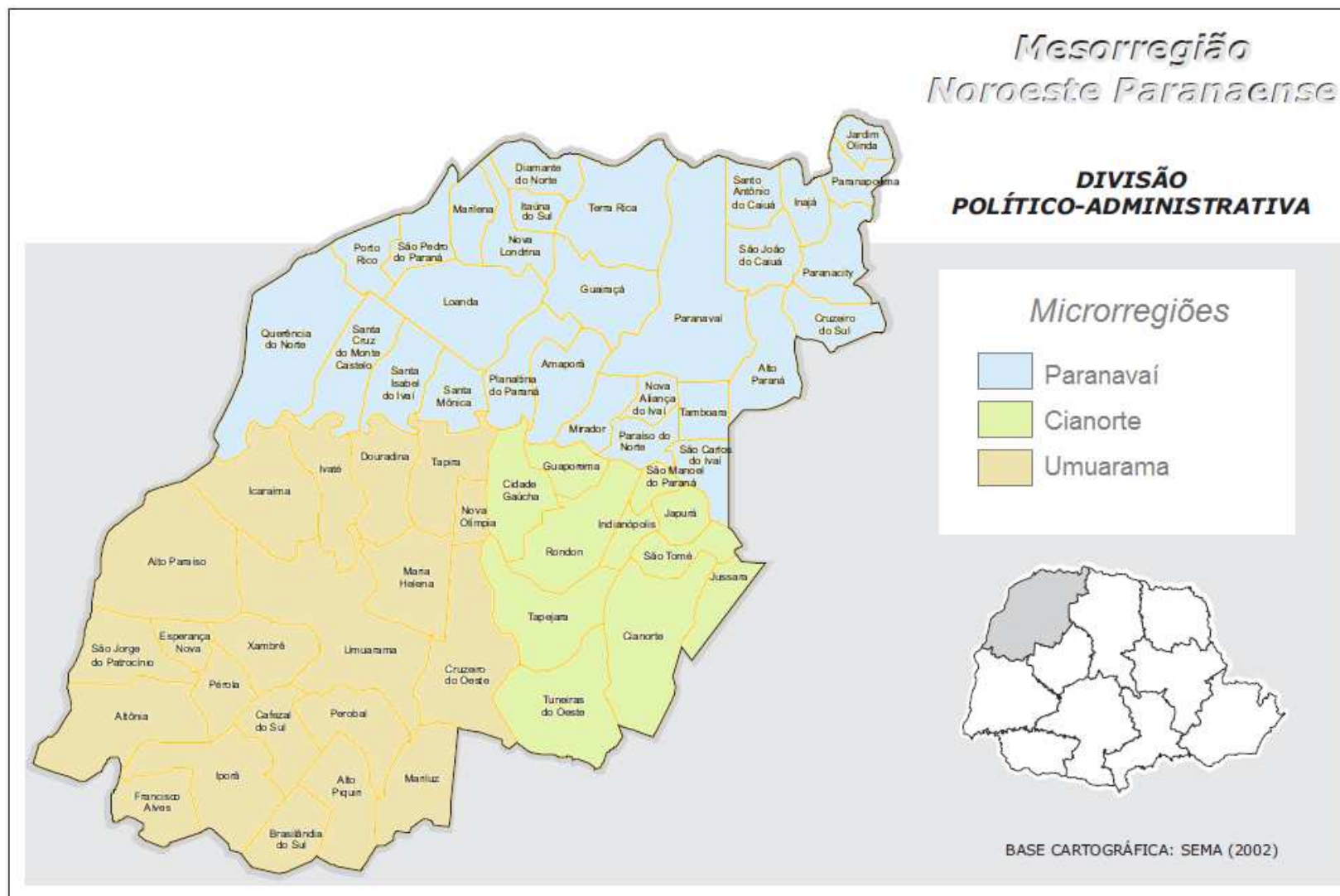
3.2- Processo de ocupação territorial

A Mesorregião Noroeste Paranaense é formada pela união de 61 municípios, agrupados em três microrregiões: microrregião de Paranavaí, de Cianorte e Umuarama (Mapa 10). Estes municípios se destacam na mesorregião Noroeste Paranaense em função de suas dimensões populacionais, além também de seus respectivos níveis de polarização. O processo de desenvolvimento recente do Estado do Paraná, principalmente da metade do Século XX aos dias de hoje, desencadeou modernização intensa da base produtiva, concentrando-se em alguns polos regionais. Esse fato gerou disparidades tanto entre regiões como internamente às mesmas⁹.

Os municípios que compreendem a mesorregião Noroeste Paranaense são quase na sua maioria demograficamente pequenos. Com exceção dos três municípios polos já citados anteriormente, apenas Cruzeiro do Oeste se enquadra na classe dos municípios que possuem entre 20 mil a menos que 50 mil habitantes, sendo que os demais estão na classe de municípios que possuem menos de 20 mil habitantes (Tabela 6).

A Tabela 6 apresenta a classe de tamanho populacional dos municípios da mesorregião Noroeste Paranaense e pelos números apresentados é possível verificar a presença intensa de municípios demograficamente pequenos. Percebe-se que são 45 localidades (mais da metade da mesorregião) com população inferior a 10 mil habitantes, sendo que apenas três estão na classe de municípios com população entre 50 mil a 100 mil habitantes. São os municípios de Umuarama, com 95.153 habitantes, Paranavaí com 79.110 habitantes e Cianorte com aproximadamente 64.498 habitantes residentes (IBGE, 2007).

⁹ Este assunto será focado no próximo capítulo, onde iremos discutir a problemática dos municípios periféricos, nos quais desenvolvem a atividade canavieira na mesorregião Noroeste.



Mapa 10- Estado do Paraná e os Municípios da Mesorregião Noroeste Paranaense por Microrregiões Geográficas
 Fonte: IPARDES, 2004.
 Elaboração: Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização- NEMO- 2010.

Tabela 6- Mesorregião Noroeste Paranaense, números de municípios por classes demográficas.

<i>Classes de Municípios</i>	<i>Número de Municípios</i>
Até 5 mil habitantes	20
De 5 mil a menos de 10 mil habitantes	25
De 10 mil a menos de 20 mil habitantes	12
De 20 mil a menos de 50 mil habitantes	1
De 50 mil a menos de 100 mil habitantes	3

Fonte: IBGE, Censo demográfico- População residente 2007.

Organização: NEMO, 2010.

De acordo com os critérios de avaliação do IBGE, uma cidade para ser considerada de porte médio deve apresentar uma população total entre 100 e 500 mil habitantes (ENDLICH, 2009). Levando-se esses critérios em consideração, a Mesorregião Noroeste não apresentaria núcleos urbanos de médio porte. No entanto, no Estado do Paraná, núcleos urbanos com população entre 50 mil e 100 mil habitantes são considerados centros regionais. Estes são os casos de Paranavaí e Umuarama, sendo que Cianorte *está em processo de consolidação de sua posição como centro regional* (ENDLICH, 2009, p.49).

Nas últimas décadas, principalmente depois da modernização da agricultura dos anos de 1970, houve um ritmo de declínio demográfico acentuado de muitos municípios da Mesorregião Noroeste. Essa constante mobilidade da população, se deu principalmente em municípios demograficamente pequenos, cujos núcleos urbanos vêm apresentando certas dificuldades, sobretudo no mercado de trabalho, além da formação educacional de jovens e adultos. Estas são as principais carências apontadas pela população de muitas cidades da mesorregião, em produzir e reproduzir suas vidas nestas localidades. Boa parte da força de trabalho de jovens e adultos migraram para os núcleos polos de atração da Mesorregião, sendo que uma parcela considerada vão para outras localidades do Paraná, ou até mesmo para outros Estados brasileiros.

É preciso tratar com um certo historicismo ao se estudar a presença humana na mesorregião Noroeste Paranaense, pois esta área foi palco de diversos agentes produtores do espaço geográfico. A teoria do espaço geográfico desenvolvida por Santos (2006) nos remete a uma interpretação de um dado território através das técnicas de apropriação do meio natural pelos homens. O referido autor fez uma comparação com os geomorfólogos que datam a superfície terrestre através dos cortes que fazem no relevo e os permitem datar áreas ou regiões inteiras de acordo com a disposição das camadas que apresentam diversas fases da história natural do planeta. Ao se tratar da apropriação do meio natural pelo homem, podem

ser datada pelas técnicas de produção de apropriação do território, (em se tratando do modo capitalista de produção), como por exemplo, *a técnica do transporte, da comunicação, do dinheiro, do controle, da política e, também, técnicas de sociabilidade e da subjetividade* (SANTOS, 2006, p. 35). Assim, pode-se entender, através de outras referências como em Santos (1988), que o espaço de uma configuração territorial é o resultado do trabalho humano sobre o próprio território no decorrer do tempo, sendo que o presente ainda guarda resquícios de antigas relações dadas no passado.

Em especial na Mesorregião Noroeste Paranaense, encontramos este exemplo de apropriação territorial, desde a mais antiga história da presença humana na área. Antes da ocupação capitalista europeia, populações indígenas habitaram a região abrindo picadas e vias como o Caminho de Peabiru, por onde mais pra frente, percorreram vários nomes que constam na História oficial do Paraná, dentre eles o padre Montoya que ajudou a construir diversas reduções jesuíticas no Norte Paranaense, Cabeza de Vaca, Hans Staden entre outros. Nos dias de hoje ainda encontramos vestígios desse momento histórico do nosso Estado. Santos (2006) salienta que a apropriação do território pelos grupos nativos constituem as pré-técnicas de apropriação territorial.

Contudo, logo nos primeiros séculos de colonização do território brasileiro, a mesorregião Noroeste teve o seu primeiro contato com o modo capitalista de produção quando

Os espanhóis estabeleceram, na segunda metade do século XVI, as povoações de Ciudad Real del Guayrá (anteriormente Ontiveros) e Villa Rica del Espíritu Santo. As dificuldades em submeter os indígenas originaram as reduções jesuíticas, a maioria localizada às margens dos rios (Paranapanema, Pirapó, Ivaí, Piquiri e Iguaçu, entre outros). Esses pueblos foram destruídos por bandeirantes paulistas. Deles pouco restou, além de uma herança toponímia de alguns municípios (ENDLICH, 2009, p.52).

Este momento histórico não resultou numa produção e ocupação efetiva da região. Somente na segunda metade do século XIX com a emancipação política do Paraná consta a (re) ocupação efetiva na área, resultado de fundações de colônias militares no norte paranaense com o objetivo de fiscalizar a mobilidade de homens e mercadorias para o Mato Grosso e Paraguai (ENDLICH, 2009).

A cada momento histórico, a Mesorregião em questão foi palco de interesse de diversos agentes econômicos. Na época em que os espanhóis estiveram presentes na região, os interesses econômicos e comerciais eram voltados aos metais preciosos facilmente encontrados nos Andes Sul-americanos. Neste caso, o Noroeste paranaense não esteve nos

planos dos colonizadores espanhóis, pelo menos de forma direta. Contudo, a área acabou sendo disputada pelos então portugueses, no caso Bandeirantes paulistas que tinham por objetivo, além de capturar índios e venderem como escravos, garantir o domínio e a expansão territorial que vinham fazendo desde então (PADIS, 1981).

Neste período, vale lembrar que a economia brasileira estava voltada para o Nordeste e a principal atividade no Brasil Colonial era a canavieira. Contudo, no litoral paranaense e no primeiro e segundo planalto já apareciam os primeiros núcleos urbanos, fruto dos primeiros ciclos econômicos dessa área que hoje chamamos Paraná. Primeiramente o ouro e posteriormente o tropeirismo e o comércio de gado no Estado paulista, sendo que o Paraná era caminho de passagem para as tropas riograndenses. No norte paranaense predominava as matas virgens.

Após a emancipação do Paraná, na segunda metade do século XIX, a fundação das colônias militares na área refletia o interesse dos agentes da época: garantir a posse das terras setentrionais paranaense, incentivar a colonização dessas áreas e etc. Para isso, a nível de escalas nacionais e globais, o Estado incentivou a vinda de migrantes, em especial agricultores que já tinham experiências com a terra. A atividade cafeeira no período já acenava como uma das mais importantes fontes de renda para o País. Foram migrantes de outros Estados brasileiros, principalmente de São Paulo e Minas Gerais, além de migrantes estrangeiros, como os italianos, e dentre outros.

Corrêa (2005) afirma que a produção do espaço urbano é feita através dos interesses de cinco agentes: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado, e os grupos sociais excluídos. Isso nos leva a interpretação de que nas últimas décadas do século XX, houve um certo interesse dos agentes de Estado para com o Noroeste paranaense, visto que essas terras precisavam ser inseridas no modo capitalista de produção, para gerar rendas e divisas ao Estado. Para isso, foi necessária a proteção da área para garantir a posse das terras. Posteriormente surgiram diversos grupos imobiliários estatais e particulares com fins de loteamento da área, principiando então os primeiros núcleos urbanos da região Noroeste.

Contudo, foi nas primeiras décadas do século XX que a Mesorregião Noroeste Paranaense desenvolveu a sua ocupação efetiva, inserindo-se economicamente a nível de escala geográfica nacional. O café, que vinha adentrando no Norte paranaense fruto da expansão da economia cafeeira paulista, foi o principal negócio lucrativo que levou muitos

agentes econômicos a lotearem áreas rurais. Muitas loteadoras eram de capital estrangeiro, sendo que algumas eram estatais.

Ao estudar a atuação planejada de empresas colonizadoras do noroeste do Paraná para o desenvolvimento da atividade cafeeira, Endlich (2009, p. 76) observa que

o cultivo do café já existia na área conhecida como norte pioneiro quando surgiram empresas colonizadoras, caracterizando a ocupação da porção mais ocidental paranaense. Várias empresas colonizadoras atuaram em toda região, loteando áreas rurais e criando assentamentos que, em poucos anos, se tornaram municípios. A colonizadora mais conhecida é a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), de capital inglês, responsável pela criação direta de mais de sessenta núcleos urbanos. Além das localidades criadas pelas empresas, desmembramentos posteriores tornaram ainda mais densa a rede urbana regional.

A referida autora, ao escrever *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades*, levou em consideração o Noroeste paranaense numa escala de abordagem maior do que a que escolhemos para tratar neste trabalho. O Noroeste foi abordado pela professora Endlich como sendo a junção de três Mesorregiões: Mesorregião Norte Central Paranaense, Mesorregião Noroeste e Mesorregião Centro Ocidental. No entanto, é possível referenciá-la ao tratar das localidades da Mesorregião Noroeste fundadas pela Companhia de Terras Norte do Paraná (que posteriormente passou a se chamar Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná). O Quadro 1 apresenta as tais localidades. Percebe-se que foram 12 localidades fundadas pela companhia e 3 fundadas por terceiros em áreas da CTNP/CMNP.

Quadro 1- localidades fundadas pela CTNP/CMNP na mesorregião Noroeste Paranaense.

Localidades fundadas pela CTNP/CMNP	Localidades fundadas por terceiros em áreas da CTNP/CMNP
Cianorte, Cruzeiro do Sul, Inajá, Indianópolis, Japurá, Jussara, Perobal, Santo Antônio do Caiuá, São João do Caiuá, São Tomé, Tuneiras D'Oeste Umuarama.	Alto Paraná, Paranacity Paranapoema.

Fonte: ENDLICH, 2009.

O processo de colonização da Mesorregião Noroeste Paranaense reflete o estilo de ocupação da fronteira agrícola que predominou nas áreas do Norte paranaense, fundamentado no regime de colonização planejada e

por meio do loteamento das terras para a venda em pequenas parcelas, as empresas de colonização atraíram para a região milhares de trabalhadores que, juntamente a suas famílias, formaram pequenas e médias propriedades voltadas à produção para o consumo próprio e para a comercialização. Ao mesmo tempo, a ampla oferta de terras baratas e, em geral, de ótima qualidade, constituiu um forte atrativo ao capital fundiário especulativo, que incrementava parte de seus rendimentos lançando mão de contratos de parcerias, colonato e arrendamento. Nesse processo, distintas correntes migratórias, formadas basicamente por paulistas, mineiros e nordestinos, mas também por imigrantes com origem nas áreas pioneiras de ocupação do Estado, no leste paranaense, penetraram no vasto território, conformando uma onda intensa e acelerada de povoamento que, paulatinamente, desarticulava a incipiente economia primitiva local (IPARDES, 2004, p. 21).

A Figura 8 apresenta de forma generalizada como foi o processo de repartição das terras pela CTNP. Observa-se o predomínio total das pequenas propriedades, sendo que as habitações ficavam geralmente nos fundos dos vales.



Figura 8- Visão panorâmica do sistema de repartição das terras pela CMNP
Fonte: COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1977.

Para facilitar o acesso viário aos colonos, garantindo a comunicação das propriedades rurais e o escoamento da produção, os próprios agentes empreendedores construíram uma série de estradas e pontes, vias férreas e outros, para dar suporte à atividade agrícola que se expandia pela região. Geralmente, como apresenta a Figura 8, as estradas ficavam no espigão, nos divisores de águas. Além disso, diversos núcleos urbanos foram se formando na medida em que as atividades agrícolas, em especial a cafeeira, foram se intensificando (IPARDES, 2004).

Sobre a formação dos núcleos urbanos, a Companhia de Terras Norte do Paraná também atuou de forma planejada, sendo que, de acordo com os documentos da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (1977, p. 77-78),

as cidades destinadas a se tornarem núcleos econômicos de maior importância seriam demarcadas de cem em cem quilômetros, aproximadamente. Entre estas, distanciados de 10 a 15 quilômetros um do outro, seriam fundados os patrimônios, centros comerciais e abastecedores intermediários. Tanto nas cidades como nos patrimônios a área urbana apresentaria uma divisão em datas residenciais e comerciais. Ao redor das áreas urbanas se situariam cinturões verdes, isto é, uma faixa dividida em chácaras que pudessem servir para a produção de gêneros alimentícios de consumo local, como aves, ovos, frutas, hortaliças e legumes. A área rural seria cortada de estradas vicinais, abertas de preferência ao longo dos espigões, de maneira a permitir a divisão da terra da seguinte maneira: pequenos lotes de 10, 15 ou 20 alqueires, com frente para a estrada [...]. Esse pequeno proprietário não agiria como o grande fazendeiro de café, que produzia grandes safras e as comercializava nos grandes centros, diretamente em São Paulo ou em Santos. Ele venderia seu pequeno lote de sacas de café nos patrimônios, aos pequenos maquinistas, que por sua vez comercializavam a sua produção nas cidades maiores, já com representantes das casas exportadoras. Por outro lado, esse pequeno proprietário não gastaria o dinheiro recebido como o grande fazendeiro, nas grandes cidades. Ele o gastaria ali mesmo, no comércio estabelecido nos patrimônios, gerando assim uma distribuição de interesses e uma circulação local de dinheiro que constituíram um salutar fator de progresso local e regional (*apud* ENDLICH, 2009, p. 81).

Em poucas décadas, em decorrência desse processo de ocupação, surgiram ao todo na área da Companhia de Terras Norte do Paraná aproximadamente 110 núcleos urbanos sendo que, na maioria transformaram-se em municípios (PADIS, 1981). A Figura 9 nos mostra essa configuração planejada da rede urbana no norte paranaense, fruto do planejamento feito pela CMNP.

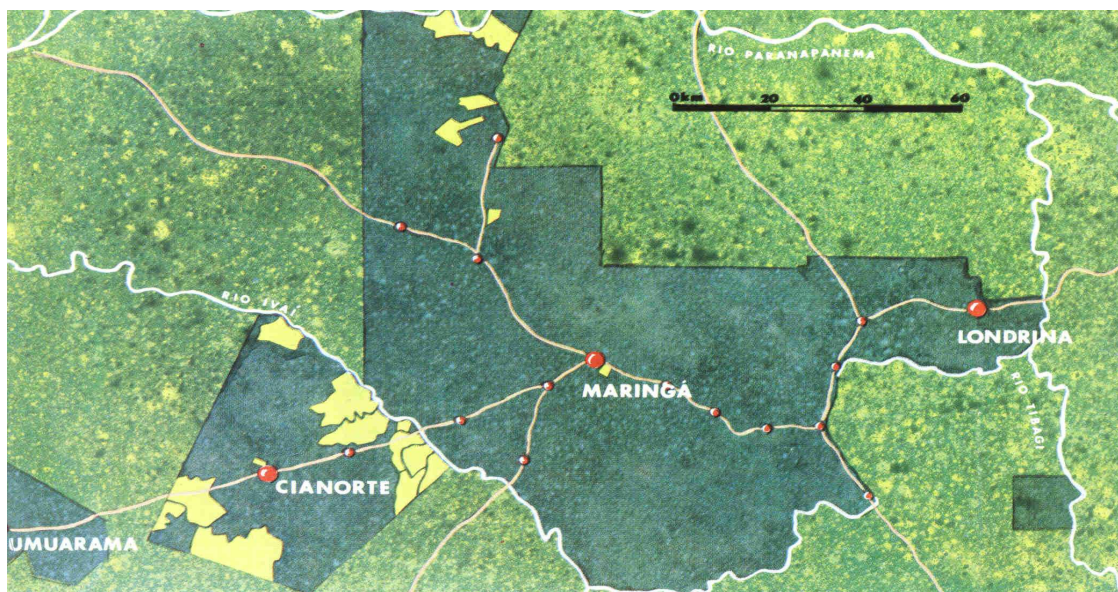


Figura 9- Área colonizada pela CMNP e a distribuição e ordenamento dos centros urbanos (cidades e patrimônios).

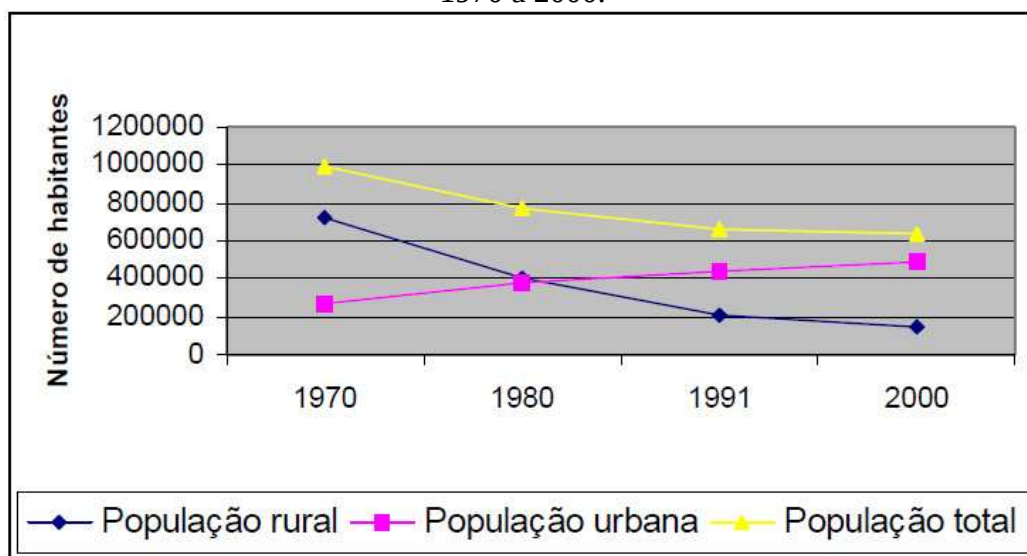
Fonte: COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1977.

Percebe-se os municípios que se destacavam na época como núcleos de maior importância: Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama. Estes funcionaram como centros econômicos e entre essas localidades criaram-se uma série de outros núcleos com fins de escoamento da produção. Cianorte e Umuarama compreende, hoje, duas microrregiões pertencentes à Mesorregião Noroeste Paranaense. Outra cidade polo da Mesorregião é Paranavaí, que teve a sua ocupação efetiva mais recente, o que muitos historiadores chamam de Norte Novíssimo de Paranavaí. A colonização se deu através de outras empresas loteadoras, privadas e estatais.

Dentro desse contexto de acelerado crescimento populacional no Norte do Paraná, a Mesorregião Noroeste alcançou aproximadamente 936 mil habitantes no início da década de 1970, constituindo então a segunda área mais populosa do interior paranaense (IPARDES, 2004). Em 2007 esse número caiu para 652.605 habitantes (IBGE, 2007).

Essa intensa perda populacional (Gráfico 1) se deu em decorrência da expansão da agricultura moderna, especialmente após 1970, quando o Paraná passa a introduzir no campo novas técnicas avançadas para o cultivo. O café, que no passado condicionou todo o processo de ocupação territorial do Norte paranaense, foi substituído pela produção de *commodities* e pelas pastagens, causando alterações bruscas nas relações de trabalho, principalmente com a entrada das máquinas agrícolas poupadoras de mão-de-obra no campo.

Gráfico 1- Evolução populacional da Mesorregião Noroeste Paranaense no período de 1970 a 2000.



Fonte: GRIGÓRIO JUNIOR, 2004.

É possível perceber no Gráfico 1 o declínio populacional total da Mesorregião, principalmente a diminuição da população rural. Se o café mantinha a população rural, esse fenômeno não aconteceu depois de 1970 com a mecanização agrícola e com as grandes áreas destinadas às pastagens.

Dentre as Mesorregiões paranaenses, a Mesorregião Noroeste evidenciou as maiores taxas de decréscimo populacional. Corroborou com isso os fatores físico geográficos, em especial pedológicos da região, bem como ressalta (IPARDES, 2004, p.22):

a mesorregião Noroeste, formada essencialmente por solos do tipo arenito Caiuá, passou a sofrer um rápido processo de erosão e de esgotamento para práticas agrícolas, sob os efeitos do forte movimento expansivo da fronteira agrícola da etapa precedente. Nesse contexto, a região não conseguiu incorporar os vetores da modernização tecnológica que transformou de forma acelerada a agricultura das áreas mais dinâmicas do Estado. Diferentemente destas, a substituição dos cafezais no Noroeste cedeu espaço principalmente à ampliação extensiva das pastagens, agudizando o quadro de desarticulação da estrutura fundiária de pequenos estabelecimentos de parceiros arrendatários, predominante até então, e de expulsão populacional.

A mesorregião Noroeste Paranaense foi assim, sendo palco de influências de diversos agentes econômicos no decorrer da presença humana na área, sendo que em cada período histórico, a área foi modelada em função de interesses de tais agentes. Contudo, após o advento da modernização das técnicas agrícolas de produção, apareceram novos agentes econômicos que, por sua vez, modelaram a antiga paisagem que predominava no cenário da época da economia cafeeira. Primeiramente, o café cedeu lugar para as pastagens de uso extensivo, depois às culturas de citrus e mandiocultura que também faziam parte, em algumas “ilhas” de cultivos, entre as pastagens. Nas últimas décadas, a cana-de-açúcar se apresenta como uma das principais atividades no campo da Mesorregião, fruto da expansão desta atividade no Paraná.

3.3- A Modernização Agrícola e seus efeitos no Noroeste Paranaense

O processo de modernização agrícola no Brasil, desencadeado nas décadas de 1960/70, consiste num marco importante que vem determinando profundas mudanças na organização das atividades agrícolas e industriais, impondo novas relações entre esses setores, entre os pequenos e médios agricultores, além de demandar novos papéis em municípios que dependem do setor primário para mover suas economias.

Dentro desta perspectiva, Graziano da Silva (1985) aponta que a modernização da agricultura acentuou as disparidades regionais brasileiras não apenas nas três macrorregiões-Nordeste, Norte e Centro-Sul, como também dentro dessas regiões. O crescimento das disparidades regionais dentro destas regiões se dá em função de dois importantes fenômenos:

- a) A especialização de algumas áreas, que se transformam em monoculturas em função de economias externas (transporte, armazenamento, processamento do produto, e etc.);
- b) O fato de o progresso técnico não se difundir no ritmo que esperavam aqueles que admitiam a falsa hipótese de um mercado de concorrência perfeita no campo, nem muito menos de esse progresso eliminar os menos eficientes, ou seja, aqueles que estivessem fora do “tamanho ótimo”, conceito também falso, porque se baseia numa transposição de uma pretensa economia interna de escala que certamente existe na indústria, mas não no atual estágio de desenvolvimento da agricultura brasileira (as evidências empíricas indicam que a cana-de-açúcar constitui-se na honrosa exceção que apenas confirma a regra) (GRAZIANO DA SILVA, 1985, p.50-51).

Estas características podem ser observadas no Estado do Paraná, nos espaços agrícolas dominados pela soja. Também existem localidades onde um cultivo domina toda uma região ou um perímetro urbano de algum município. Este, como um de vários exemplos, tem a cana-de-açúcar, principalmente no Noroeste Paranaense que acaba se concentrando e tomando para si o monopólio agrícola, que por sua vez condiciona as políticas municipais a seu favor e mobilizando uma série de trabalhadores no eito do corte, com a desculpa de que a atividade canavieira é a que mais emprega no campo.

Graziano da Silva (1985) também coloca que a modernização da agricultura aumentou a sazonalidade do trabalho agrícola. Isso porque a modernização agrícola, em algumas culturas, não

atingiu todas as fases do ciclo produtivo, especialmente a fase da colheita, que é uma das mais exigentes em termos de mão-de-obra, e também porque o progresso técnico se incrustou em determinadas áreas de monoculturas específicas, reforçando as oscilações sazonais próprias do calendário agrícola (GRAZIANO DA SILVA, 1985, p.51).

Esse fenômeno fez com que acelerasse o êxodo rural, além também de transformar as relações de trabalhos no campo (GRAZIANO DA SILVA, 1981).

A intensificação e o aprofundamento das relações capitalistas no campo se deu especialmente no Norte do Paraná, dois principais processos relacionados a partir da década

de 1970: a substituição de culturas tradicionais pelas ditas “culturas modernas” e a transformação da base técnica produtiva da agricultura.

Como foi ressaltado anteriormente, a estrutura fundiária que predominava por quase todo o Norte Paranaense baseava-se nas pequenas e média propriedades, sendo que o café era a principal cultura no campo. Porém, não se limitava apenas ao café, mas sim em outras atividades voltadas a alimentação, cultivadas entre os pés de café. O trabalho era familiar, sendo que os indivíduos habitavam a zona rural.

Com esse processo das relações capitalistas, houve todo um processo de erradicação dos cafezais, iniciados já nos anos de 1961, sendo que o Estado mais uma vez apareceu, facilitando e dando suporte para a entrada das “culturas modernas”. Em 1961 o Estado criou o Grupo Executivo de Racionalização da cafeicultura (GERCA), e esse programa

estabeleceu metas que abrangiam desde a erradicação dos cafezais considerados antieconômicos, até o incentivo a diversificação de culturas nas áreas liberadas pela erradicação do café. Assim, se por um lado o governo tinha pressa em diminuir a demanda deste produto -café- por outro lado oferecia estímulos (concretizados especialmente por linhas de créditos específicas- SNCR) inicialmente à pecuária, e posteriormente à introdução da cultura de oleaginosas em rotação com a cultura de trigo (FONSECA, 2006, p.86).

Tais relações nada mais são do que o Estado incentivando e estimulando a economia moderna, favorecendo as relações capitalistas e, de maneira direta e indireta, contribuindo com as desigualdades e contradições sociais no campo, que tem gerado diversas lutas e conflitos pela terra, depois desse período de modernização da agricultura.

A integração da indústria à agricultura estava e perdura atualmente entre empresas e grupos econômicos de diversos ramos de atividades, desde capitais nacionais a estrangeiros. Os mesmos eram especializados no fornecimento de insumos, máquinas agrícolas, sementes, adubos, agrotóxicos e fertilizantes onde o Estado facilitava a entrada desses implementos através do crédito rural, que determinava o endividamento de muitos pequenos agricultores que existiam desde então (CARVALHO, 2008).

A modernização atende, seguindo esse pensamento, aos interesses privados (caracterizado pela grande indústria) e o capital estatal que sempre foi gerenciado pela elite nacional em função de seus interesses particulares. A formação da agroindústria ampliou o controle do capital sobre o território, e paralelamente sobre as relações sociais agonizando ainda mais as injustiças sociais (CARVALHO, 2008, p. 60).

Em se tratando do Noroeste Paranaense, a pecuária se tornou a principal atividade pós 1970, com a erradicação dos cafezais. Além do café, ela modifica também as relações de trabalho. Como a pecuária necessita de menos força de trabalho, houve uma intensa mobilidade populacional do Noroeste paranaense para outras Mesorregiões do Estado, como mostra o Mapa 11.

Percebe-se que a população se deslocou para as áreas de atração populacional do Estado, dentre elas nos municípios polos econômicos de Maringá e Londrina, localizados na Mesorregião Norte Central e na região de Curitiba. Esse intenso fluxo migratório demonstra a fragilidade dos municípios do Noroeste em absorver a mão-de-obra que foi dispensada da zona rural.

Esse intenso fluxo migratório e o esvaziamento de muitas cidades do Norte Paranaense se deve ao fato de que a região incorporou rapidamente as novas tecnologias, sendo que um dos principais resultados foi essa concentração populacional nas localidades polos econômicos e a criação de diversos municípios periféricos dentro do Estado. Esse fenômeno se baseia com as colocações de Graziano da Silva (1985) quando ele afirma que a modernização produz desigualdades em diversas escalas geográficas e dentro das mesmas.



Mapa 11- Paraná, Mobilidade Intermesorregiões 1986/1991.
Fonte: CARVALHO, 2008

Outro processo que contribuiu com esse fluxo populacional foi a concentração fundiária, que acabou intensificando a exclusão econômico social do Noroeste Paranaense.

Isso fez com que aparecesse na região diversos grupos e organizações que lutam pelo direito a terra e pela reforma agrária, sendo que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) influencia a luta pela desapropriação do latifúndio improdutivo. Na década de 1980 foram iniciados os acampamentos, sendo que hoje em dia existem assentamentos nos municípios de Querência do Norte, Terra Rica e em Paranacity.

Tabela 7- Noroeste Paranaense- número de estabelecimentos e área por grupo de área total nos anos de 1970, 1980 e 1996.

Grupo de Área Total (HA)	1970		1980		1996	
	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área
Menos de 1	757	338	1.490	551	374	277
1 a menos de 10	49.411	307.205	26.015	151.162	10.457	83.439
10 a menos de 20	21.592	293.653	14.279	197.860	7.174	121.944
20 a menos de 50	9.002	267.826	8.386	258.886	6.520	237.473
50 a menos de 100	2.006	142.278	2.732	194.599	2.541	201.625
100 a menos de 500	2.161	469.699	3.107	669.598	3.147	740.307
Mais de 500	481	414.675	705	835.481	728	863.633
Sem declaração	25	***	***	***	***	***

Fonte: CARVALHO, 2008.

A Tabela 7 apresenta o número de estabelecimentos e a área por grupo. Percebe-se que no ano de 1996 predominava na região as pequenas e médias propriedades. As grandes, com mais de 500 ha, mesmo aparecendo em menor número, houve um aumento significativo das mesmas nas décadas que seguem a mecanização da agricultura.

Carvalho (2008, p.73) aponta que *a luta pela terra e a expulsão da população rural tem suas razões na mudança da estrutura agrária da região*. Um fator primordial, segundo a autora, foi a grande quantidade de terras destinadas às pastagens, chegando em 1996 a uma área de 1.663.748 ha, representando mais de 70% da área total registrada no período.

Quadro 2- Utilização das terras na Mesorregião Noroeste Paranaense.

	1970	1975	1980	1985	1996
Lavoura Permanente	421.993	391.135	335.493	235.580	64.402
Lavoura Temporária	315.399	224.425	202.513	286.439	305.933
Pastagem	999.537	1.430.917	1.582.322	1.594.475	1.663.748

Fonte: CARVALHO, 2008.

É possível observar através do quadro 2 a diminuição das terras destinadas às lavouras permanentes e um aumento nas áreas de pastagens. A lavoura temporária percebe-se que ela manteve-se próximos das áreas que tinham em 1970, tendo uma queda acentuada no ano de 1985 (de 315.399 ha passando para 202.513 ha) e em 1996 foi para 302.933 ha. Dentre os motivos que apareceram para a lavoura temporária se estabelecer e se superar em relação as lavouras permanentes, foi a introdução da cultura de grãos e o início da atividade canavieira na Mesorregião, fruto das políticas incentivadas pelo PROÁLCOOL.

Em se tratando da cana-de-açúcar, há um marco interessante na região que data dos meados da década de 1980, justamente após o Programa Nacional do Alcool. A Figura 10 apresenta esse possível marco. Percebe-se a gramínea ocupando poucos espaços agrícolas em 1985 nas áreas de Arenito Caiuá (representado pela cor laranja) e já em 2009 a cultura se mostra bem significativa na região.

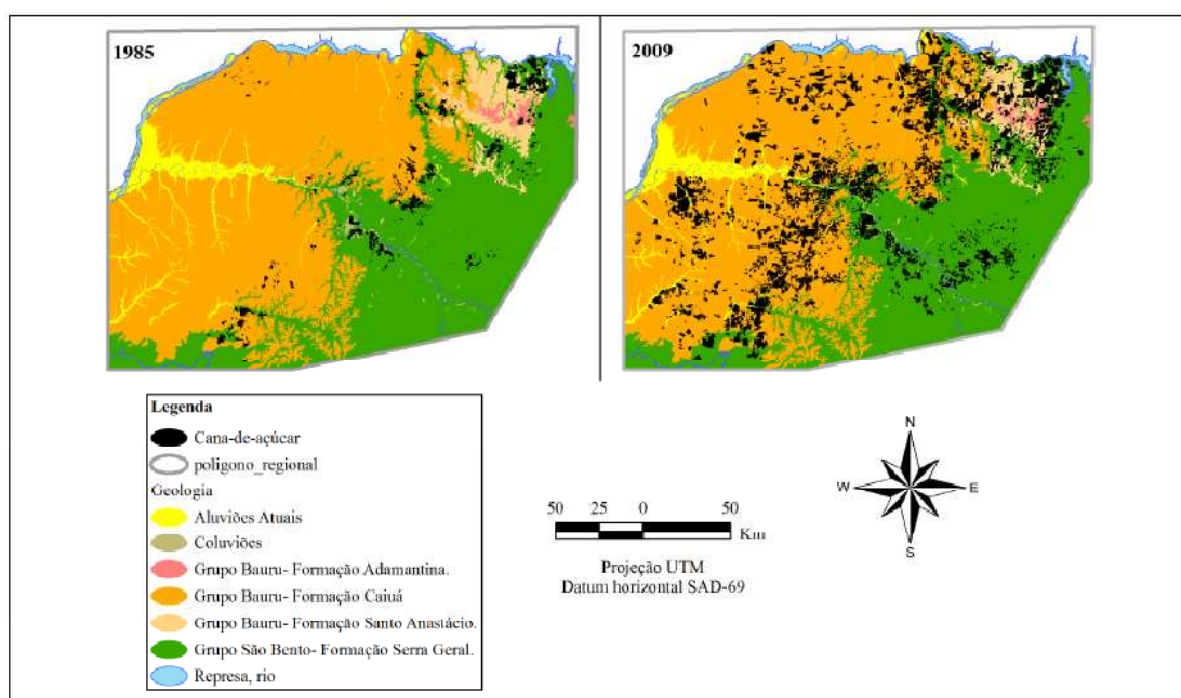


Figura 10- Expansão da lavoura canavieira na Mesorregião Noroeste Paranaense, 1985 a 2009.
Fonte: MONTANHER; CREMON, 2010.

É possível constatar essa expansão nas áreas de pastagens, como foi apontado no capítulo anterior e, conforme se expande essa atividade, há a expansão das relações de trabalho no corte e nova territorialidade se dá em função destas relações. Os trabalhadores, ao serem contratados pelas usinas, passam ao controle destas e se mobilizam pelo Noroeste

paranaense seguindo a lógica capitalista, ou seja, nas áreas arrendadas e ocupadas com cana-de-açúcar para as empresas sucroalcooleiras.

No capítulo anterior, foi tratado da ascensão da atividade canavieira no Brasil e o boom desta atividade se deu no período final de 1970 e começo dos anos 80. Foi nessa época que a mundialização do capital, ressaltado no primeiro capítulo, toma formas e vai se intensificando no campo. As agroindústrias, incentivadas pelo capital nacional e internacional, vão ocupando vários lugares e controlando-os, seguindo a lógica capitalista. Existem várias áreas que arrendam terras para essas empresas, sendo que no Noroeste paranaense as indústrias do ramo sucroalcooleiro e as do ramo da mandioca e amido são as que mais se destacam na região atualmente.

No capítulo anterior, sinalizamos as unidades de produção de açúcar e álcool, usinas e destilarias anexas ou não, das décadas de 1970 a 2000 (Tabela 5). Fragmentando essa tabela e apresentando os municípios do Noroeste paranaense que possuem unidades de produção neste período, teríamos os seguintes resultados: Nova Londrina, Cidade Gaucha, Tapejara, Paranacity, Jussara, São Carlos do Ivaí, São Tomé, Rondon, Ivaté e Umuarama foram contemplados com unidades produtoras, sendo que todas elas surgiram na década de 1980, período em que começam a aparecer as primeiras manchas de cana-de-açúcar na região, como aponta a figura 10.

No Primeiro censo agropecuário realizado pelo IBGE que se tem informação sobre a produção canavieira nas Mesorregiões do Norte Paranaense, foi no ano de 1990. A Tabela 8 apresenta alguns dados interessantes referentes a isso.

Tabela 8 – Norte do Paraná, Quantidade produzida, Área plantada e colhida de cana-de-açúcar no ano de 1990 por Mesorregiões Geográficas.

<i>Mesorregião Geográfica</i>	<i>Quantidade Produzida (Toneladas)</i>	<i>Área Plantada (Hectares)</i>	<i>Área Colhida (Hectares)</i>
Noroeste Paranaense	2.297.996	31.206	31.206
Norte Central Paranaense	5.067.740	66.677	66.677
Norte Pioneiro Paranaense	3.205.833	44.223	44.220
TOTAL	10.571.596	142.106	142.103

Fonte: IBGE, 1990.

Elaboração: NEMO, 2010.

É possível notar que, além de possuir menores quantidades produzidas de cana-de-açúcar, a Mesorregião Noroeste também era em 1990 a localidade do Norte do Estado onde a cultura menos ocupava áreas agrícolas. Dentre outros motivos já sinalizados neste capítulo, a pecuária no momento era a atividade mais significativa da Mesorregião. No entanto, já no ano de 2008, a Mesorregião Noroeste é a localidade do Norte Paranaense que mais vem desenvolvendo essa atividade. Fato que pode ser constatado na tabela a seguir (Tabela 9).

Tabela 9- Norte do Paraná, Quantidade produzida, Área plantada e colhida de cana-de-açúcar no ano de 2008 por Mesorregiões Geográficas.

<i>Mesorregião Geográfica</i>	<i>Quantidade Produzida (Toneladas)</i>	<i>Área Plantada (Hectares)</i>	<i>Área Colhida (Hectares)</i>
Noroeste Paranaense	24.159.391	289.993	289.993
Norte Central Paranaense	14.102.873	158.529	158.529
Norte Pioneiro Paranaense	9.617.145	102.888	102.888
TOTAL	47.879.409	551.410	551.410

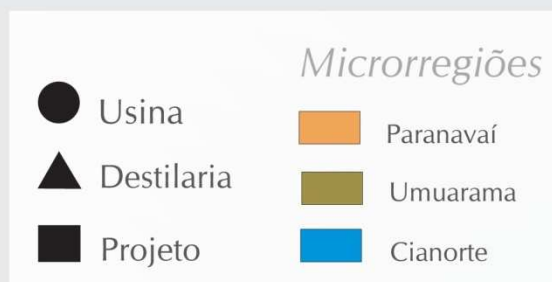
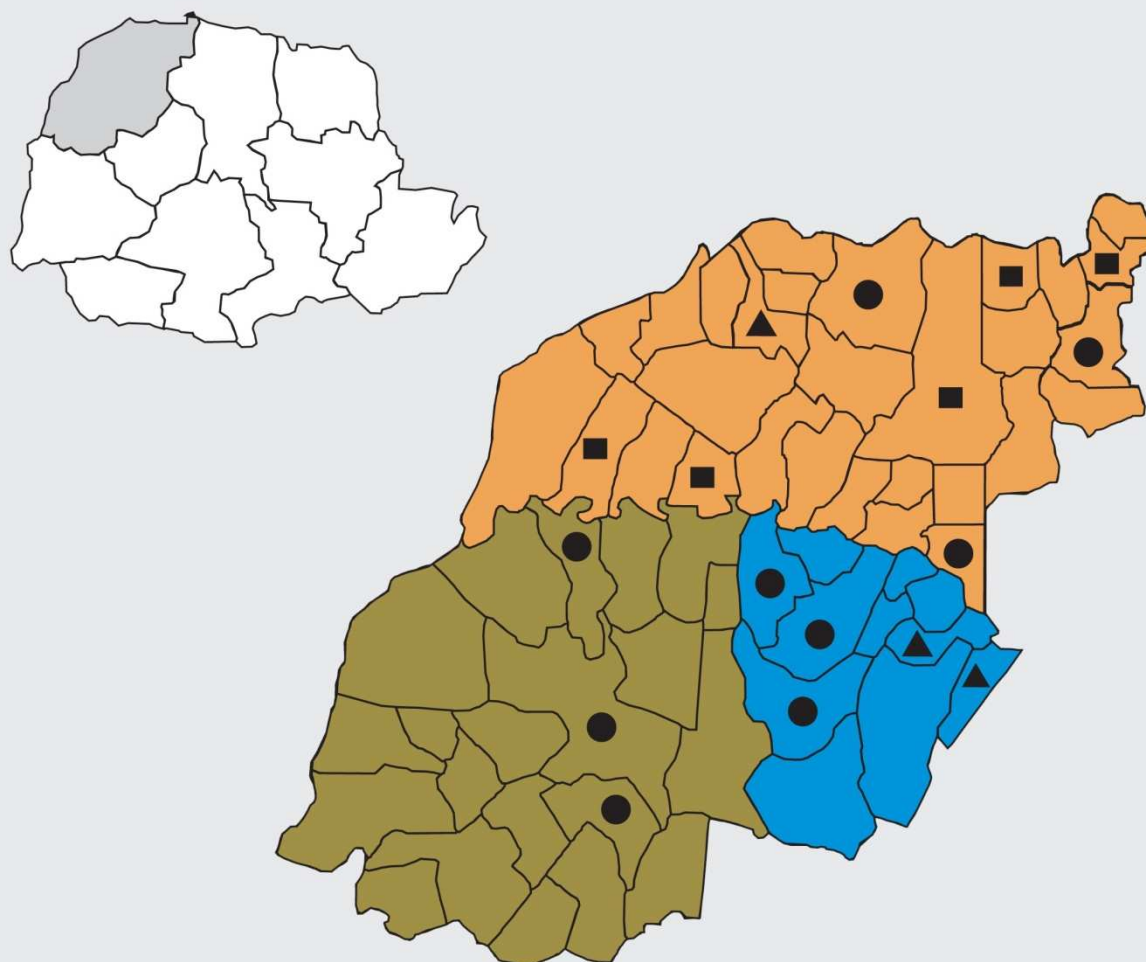
Fonte: IBGE, 2008.

Elaboração: NEMO, 2010.

É possível observar que a cultura canavieira veio, nestas últimas décadas, ganhando espaço agrícola na Mesorregião Noroeste Paranaense. Atualmente a Mesorregião em questão é a localidade do Norte paranaense que mais vem se expandindo e praticando essa atividade. Dentre vários motivos que condicionaram esse avanço, foram as próprias políticas estatais promovendo a expansão da gramínea nas áreas de pastagens do Noroeste paranaense e o controle desta atividade nas áreas do Norte Central e Pioneiro, onde predominam as grandes agroindústrias voltadas a produção de grãos. A Mesorregião Centro Ocidental Paranaense produz cana-de-açúcar e possui algumas unidades produtivas, como em Moreira Sales e em Engenheiro Beltrão. Contudo, a sua produção é pouco significativa comparando com as Mesorregiões que integram o Norte paranaense.

Também vem contribuindo com esse avanço da cana no Noroeste paranaense as políticas voltadas ao Etanol combustível nos últimos 8 anos, onde o governo federal vem disponibilizando recursos para a construção de novas usinas e destilaria para o fomento e o crescimento deste segmento agroindustrial. Se até o ano de 2000 no Noroeste existiam apenas 10 municípios com unidades, em 2008 esse número aumentou para 17 (Figura 11).

Mesorregião Noroeste Paranaense



BASE CARTOGRÁFICA: SEMA (2002)

Figura 11- Paraná, Localização das Unidades de Produção de açúcar e álcool do Noroeste Paranaense
 Fonte: RIBEIRO; ENDLICH, 2010.
 Adaptado: NEMO, 2010.

Outro motivo que vem contribuindo com essa expansão, é que a cana passou a ser mais lucrativa para os pequenos e médios agricultores. Os problemas em função do solo arenítico da região, juntamente com a descapitalização destes agricultores condicionam esses arrendamentos para as usinas. Vejamos o depoimento de um sindicalista da Mesorregião:

veja o lado do agricultor que tem lá, 10 alqueires de terras e com esse solo degradado que tá, e descapitalizado, ele vai conseguir manter lá umas 50 a 60 cabeças de gado. Isso aí ele vai tirar o leite, ou vai produzir a carne. Então, a renda é pequena. Se você tem 10 alqueires, e é entre 1000 a 1400 a renda por alqueire, o proprietário vai tirar livre, livre sem se preocupar com nada, entre 10 mil a 14 mil reais por ano. Aí ele vai fazer outra atividade (Trabalho de campo¹⁰).

Percebe-se na fala do sindicalista, que muitas vezes as condições naturais pedológicas da região vêm corroborando para os arrendamentos das usinas. Muitos pequenos e médios agricultores preferem arrendar suas terras para as usinas e destilarias, do que para as outras atividades como a mandioca, pois cana paga um preço maior no arrendamento. Esse fato merece atenção, pois são principalmente das pequenas e médias propriedades que provem os alimentos da nossa mesa (OLIVEIRA, 2008b). Essa expansão da cana, como se pode observar não só no Paraná mais também em outros Estados, vem em detrimento da produção de alimentos.

O Quadro 3- apresenta algumas informações sobre a produção canavieira na Mesorregião Noroeste. Os municípios em negrito são os maiores produtores de cana-de-açúcar na Mesorregião, com uma produção acima de 1 milhão de toneladas. No entanto, há uma série de municípios, como se observa no quadro, que vem produzindo entre 800 a 900 mil toneladas, sendo alguns próximos de 1 milhão, que são os municípios de Paranacity, São Tomé, Paraíso do Norte, São Carlos do Ivaí e Tuneiras do Oeste. Em outros censos do IBGE, Paranacity é apresentado com uma produção acima de 1 milhão de toneladas (IBGE, 2006). Essa oscilação é comum a cada ano, porque determinadas áreas de cultivo estão sendo reformadas, adubadas e remodeladas para o recebimento da safra no ano seguinte. Essas áreas de solos em reforma podem ser constatadas pela imagem do canasat, que tem por objetivo mapear as áreas de cana-de-açúcar do centro/sul do Brasil.

¹⁰ Entrevista com Sr. Claudemir Domingues, presidente do sindicato dos trabalhadores rurais do município de Rondon

Quadro 3- Noroeste do Paraná, área plantada e quantidade produzida de cana-de-açúcar, ano- 2008.

Município	Variável	
	Área plantada (Hectares)	Quantidade produzida (Toneladas)
Altônia - PR	-	-
Alto Paraná - PR	1.325	177.285
Alto Piquiri - PR	3.363	298.275
Amaporã - PR	2.032	200.250
Brasilândia do Sul - PR	59	4.286
Cafezal do Sul - PR	3.211	286.331
Cianorte - PR	9.000	775.800
Cidade Gaúcha - PR	8.533	596.397
Cruzeiro do Oeste - PR	15.247	1.210.185
Cruzeiro do Sul - PR	7.743	619.053
Diamante do Norte - PR	1.996	174.610
Douradina - PR	3.882	286.169
Esperança Nova - PR	-	-
Francisco Alves - PR	-	-
Guairaçá - PR	7.576	644.490
Guaporema - PR	7.580	656.292
Icaraíma - PR	10.533	764.569
Inajá - PR	4.303	319.018
Indianópolis - PR	3.456	276.594
Iporã - PR	634	65.617
Itaúna do Sul - PR	1.040	97.552
Ivaté - PR	13.821	1.004.289
Japurá - PR	2.500	242.500
Jardim Olinda - PR	1.447	170.338
Jussara - PR	4.450	409.400
Loanda - PR	3.053	259.505
Maria Helena - PR	1.728	151.247
Marilena - PR	2.835	220.668
Mariluz - PR	7.180	630.928
Mirador - PR	6.252	593.790
Nova Aliança do Ivaí - PR	2.477	243.209
Nova Londrina - PR	3.690	302.702
Nova Olímpia - PR	2.560	191.035
Paraíso do Norte - PR	9.035	807.693
Paranacity - PR	11.568	844.786
Paranapoema - PR	3.660	370.028
Paranavaí - PR	7.837	688.661
Perobal - PR	2.702	258.611
Pérola - PR	-	-
Planaltina do Paraná - PR	887	75.398
Porto Rico - PR	-	-
Querência do Norte - PR	-	-
Rondon - PR	19.988	1.548.710
Santa Cruz de Monte Castelo - PR	150	12.750
Santa Isabel do Ivaí - PR	438	42.048
Santa Mônica - PR	3.342	320.832
Santo Antônio do Caiuá - PR	326	21.190

São Carlos do Ivaí - PR	11.372	934.403
São João do Caiuá - PR	2.577	200.635
São Jorge do Patrocínio - PR	-	-
São Manoel do Paraná - PR	1.088	95.288
São Pedro do Paraná - PR	20	960
São Tomé - PR	10.200	867.000
Tamboara - PR	4.877	387.834
Tapejara - PR	20.420	1.659.004
Tapira - PR	3.840	288.407
Terra Rica - PR	7.635	671.727
Tuneiras do Oeste - PR	12.480	984.360
Umuarama - PR	11.380	1.133.532
Alto Paraíso - PR	200	21.945
Xambrê - PR	465	51.205

Fonte: IBGE, 2008.

Elaboração: NEMO, 2010.

– Município que não produz cana-de-açúcar.

Comparando o Quadro 3 com o seguinte, os resultados aparecem diferenciados. No Quadro 4 foi levado em consideração a área plantada com cana-de-açúcar em relação ao perímetro municipal dos municípios da Mesorregião. Neste caso, percebe-se a concentração da cana-de-açúcar em alguns municípios destacados, onde a cana-de-açúcar ocupa mais de 30% do perímetro municipal. Vale lembrar que o perímetro municipal é formado pelo meio urbano e o meio rural. Levando em consideração apenas o meio rural, é bem possível que a cana-de-açúcar seja a principal atividade advinda do campo nestas localidades.

Os municípios que mais se destacam, em relação a concentração de cana-de-açúcar acima dos 30% são: Cruzeiro do Sul, com 30%; Guaporema, 38%; Ivaté, 33,6%; Paraíso do Norte, 44%; Paranacity, 33%; Rondon, 35,9%; São Carlos do Ivaí, 50,5%; São Tomé, 46,7%; Tapejara, 34,5%. É possível perceber também, além desses ressaltados acima, que existem aqueles locais onde a concentração vem oscilando entre 20 a 30%, o que é considerada alta quando se trata de apenas um cultivo.

No próximo capítulo, serão selecionados três municípios para fins de investigação, sendo eles Rondon, São Tomé e Cidade Gaúcha onde será comparada essa concentração de cana-de-açúcar com as demais culturas no campo. Assim será possível verificar nesses municípios a concentração da cana em detrimento dos demais cultivos, dentre eles os advindos da agricultura familiar.

Quadro 4- Noroeste Paranaense, área municipal ocupada pela lavoura canavieira, ano de 2008.

<i>Municípios</i>	<i>Perímetro</i>	<i>Área Plantada</i>	<i>% de área plantada</i>
	<i>Municipal</i>	<i>com cana-de-açúcar</i>	<i>com cana-de-açúcar</i>
	<i>(Hectares)</i>	<i>(Hectares)</i>	
Altônia - PR	-	-	-
Alto Paraíso - PR	96.777	200	0,2
Alto Paraná - PR	40.771,90	1.325	3,2
Alto Piquiri - PR	44.772,20	3.363	7,5
Amaporã - PR	38.473,40	2.032	5,3
Brasilândia do Sul - PR	29.103,90	59	0,2
Cafezal do Sul - PR	33.620,50	3.211	9,5
Cianorte - PR	81.166,60	9.000	11
Cidade Gaúcha - PR	40.304,40	8.533	21
Cruzeiro do Oeste - PR	77.922,20	15.247	19,5
Cruzeiro do Sul - PR	25.878	7.743	30
Diamante do Norte - PR	24.289,40	1.996	8,2
Douradina - PR	41.985,20	3.882	9,2
Esperança Nova - PR	-	-	-
Francisco Alves - PR	-	-	-
Guairaçá - PR	49.393,90	7.576	15,3
Guaporema - PR	20.018,80	7.580	38
Icaraíma - PR	67.524,10	10.533	15,5
Inajá - PR	19.470,50	4.303	22
Indianópolis - PR	12.262,30	3.456	28
Iporã - PR	64.789,40	634	1,0
Itaúna do Sul - PR	12.887	1.040	8,1
Ivaté - PR	41.090,70	13.821	33,6
Japurá - PR	16.518,40	2.500	15,1
Jardim Olinda - PR	12.851,50	1.447	11,3
Jussara - PR	21.081,20	4.450	21,1
Loanda - PR	72.249,60	3.053	4,2
Maria Helena - PR	48.623,40	1.728	3,6
Marilena - PR	23.236,60	2.835	12,2
Mariluz - PR	43.317	7.180	16,6
Mirador - PR	22.150,60	6.252	28,2
Nova Aliança do Ivaí - PR	13.127,20	2.477	18,9
Nova Londrina - PR	26.938,90	3.690	13,7
Nova Olímpia - PR	13.630,80	2.560	18,8
Paraíso do Norte - PR	20.456,50	9.035	44,2
Paranacity - PR	34.895,10	11.568	33,2
Paranapoema - PR	17.587,40	3.660	20,8
Paranavaí - PR	120.246,90	7.837	6,5
Perobal - PR	40.670,70	2.702	6,6
Pérola - PR	-	-	-

Planaltina do Paraná - PR	38.569,20	887	2,3
Porto Rico - PR	-	-	-
Querência do Norte - PR	-	-	-
Rondon - PR	55.608,60	19.988	35,9
Santa Cruz de Monte Castelo - PR	44.201,20	150	0,3
Santa Isabel do Ivaí - PR	35.565	438	1,2
Santa Mônica - PR	25.995,60	3.342	12,9
Santo Antônio do Caiuá - PR	21.906,60	326	1,5
São Carlos do Ivaí - PR	22.507,70	11.372	50,5
São João do Caiuá - PR	30.441,20	2.577	8,5
São Jorge do Patrocínio - PR	-	-	-
São Manoel do Paraná - PR	9.538,20	1.088	11,4
São Pedro do Paraná - PR	25.065,30	20	0,1
São Tomé - PR	21.862,40	10.200	46,7
Tamboara - PR	19.334,50	4.877	25,2
Tapejara - PR	59.140	20.420	34,5
Tapira - PR	43.436,70	3.840	8,8
Terra Rica - PR	70.058,70	7.635	10,9
Tuneiras do Oeste - PR	69.887	12.480	17,9
Umuarama - PR	122.742,50	11.380	9,3
Xambrê - PR	35.971,30	465	1,3

Fonte: IBGE, 2008.

– Municípios que não plantam cana-de-açúcar.

Elaboração: NEMO, 2010.

A Figura 12 representa a espacialização geográfica dos dados referentes ao Quadro 4 onde é possível verificar uma mancha verde escura de cana-de-açúcar, que são os municípios igual ou acima de 30% de seu perímetro municipal ocupada com a cultura.

Geralmente são nestas áreas que há intensamente a mobilidade no corte da cana-de-açúcar pois, conforme outros quadros apresentados, são grandes áreas ocupadas com o cultivo da gramínea. Existem alguns municípios que não produzem cana-de-açúcar, porém dispõem de mão-de-obra para o corte da cana. Outros produzem poucas toneladas de cana, mas ofertam trabalhadores para o corte. Como nos seus municípios de origem eles não têm muitas áreas arrendadas (ainda) para o setor sucroalcooleiro, os mesmos são contratados e mobilizados para o corte em outros municípios. Este assunto será tratado mais especificamente no próximo capítulo.

Mesorregião Noroeste Paranaense

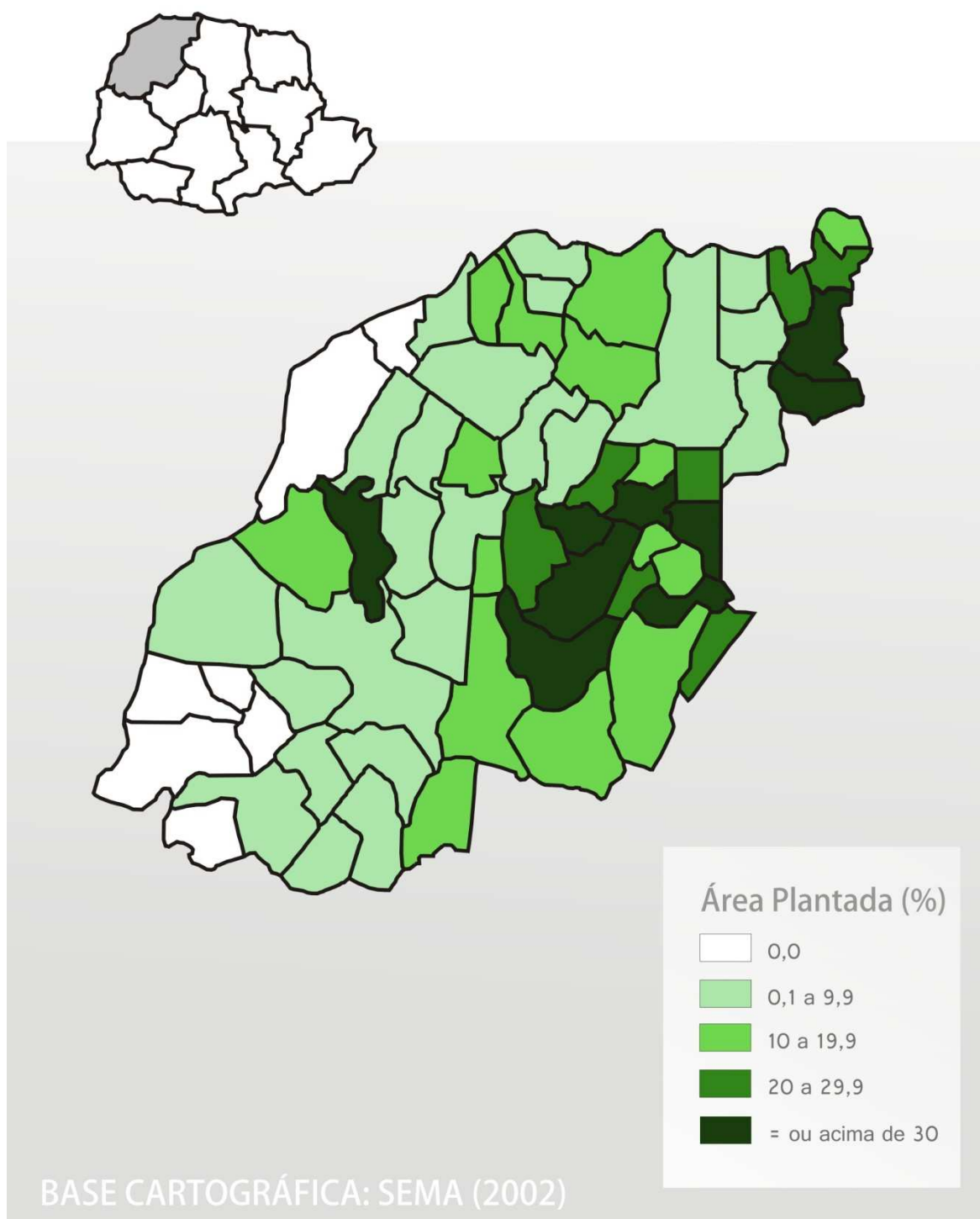


Figura 12- Noroeste Paranaense, área municipal ocupada pela lavoura canieira, ano de 2008.

Fonte: IPARDES, 2004; IBGE, 2008.

Elaboração: NEMO, 2010.

A construção de novas agroindústrias do ramo sucroalcooleiro no Noroeste paranaense (ver projetos- Figura 11) vem impulsionando essa concentração de cana nos municípios sedes das usinas/destilarias, ou nos municípios próximos, consumindo grandes áreas agricultáveis. As usinas e destilarias geralmente estão sendo financiadas com a ajuda do BNDES, que financiou empresários do ramo através da linha de financiamentos a empreendimentos (FINEM). Este é o caso de Terra Rica, onde a nova planta do grupo Santa Terezinha vem operando desde o dia 2 de maio de 2007.

Xavier (2007, p.A6) aponta que

o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), investiu R\$ 99 milhões na unidade do Grupo Santa Terezinha em Terra Rica por meio da linha financiamento a empreendimentos (FINEM). A unidade tem capacidade para processar até 1,5 milhão de toneladas de cana por ano. O investimento total foi de R\$ 185 milhões.

Estes financiamentos por parte do governo federal para a construção de usinas e destilarias vêm mudando o perfil destas cidades demograficamente pequenas. Além da questão da concentração da gramínea, a economia local vem sendo movimentada, no comércio e no setor imobiliário. Com uma planta instalada num município, este atrai população das mais variadas localidades para a mão-de-obra. São trabalhadores mobilizados tanto para o corte da cana-de-açúcar, quanto para trabalharem dentro das indústrias. Logo, os que trabalham nas indústrias acabam residindo nos municípios sedes. Isso vem acontecendo em Terra Rica e em outras cidades e o setor imobiliário acaba lucrando com isso, pois seus imóveis acabam sendo valorizados devido à procura pela moradia por parte desses trabalhadores.

Percebe-se então, nestes municípios sedes de usinas e destilarias, uma relação intrínseca entre os agentes dominantes da nossa sociedade: primeiro os proprietários dos meios de produção, que neste caso são os capitalistas do agronegócio sucroalcooleiro que recebem recursos do Estado para a construção de suas usinas e destilarias, que tem nos arrendamentos dos proprietários fundiários as áreas para a produção e reprodução de sua matéria-prima (cana-de-açúcar). Segundo aparece o proprietário fundiário que se vê num negócio lucrativo o arrendamento das terras e posteriormente os promotores imobiliários que lucram com a vinda de trabalhadores para estes municípios. E por fim, resta aos grupos sociais excluídos a mobilidade forçada no corte da cana-de-açúcar ou, dependendo da sua

qualificação, trabalhar dentro das unidades produtivas sucroalcooleiras, ambos produzindo e gerando mais-valia para os proprietários dos meios de produção.

Cabe ao Estado, como foi comentado no capítulo 2, legitimar essas contradições sociais abrindo mão de leis de decretos frágeis no que diz respeito aos bóias-frias, e incentivar com o dinheiro público a economia moderna sucroalcooleira.

No próximo capítulo dar-se-á uma atenção especial aos trabalhadores boias-frias dos municípios de Rondon, São Tomé e Cidade Gaúcha, e tratar-se-á nestas localidades das relações dos mais diversos agentes sociais ligados ao setor sucroalcooleiro do Noroeste Paranaense.

4- O TRABALHADOR VOLANTE E A MOBILIDADE DOS CORTADORES DA CANA-DE-AÇÚCAR DO NOROESTE PARANAENSE: ESTUDOS DE CASOS DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO DE RONDON, SÃO TOMÉ E CIDADE GAÚCHA.

O trabalhador volante ou “bóia-fria” é resultado da

[...] expropriação da terra de pequenos produtores agrícolas, decorrentes do desenvolvimento do modo de produção capitalista, que provoca o processo conhecido como o êxodo rural, e de outro lado é reabsorvido como assalariado temporário, pelo próprio sistema produtivo agrário, como solução mais vantajosa do que a máquina durante os períodos de picos de demanda da força de trabalho (D'INCAËO, 1984, p.26).

Além disso, o bóia-fria também aparece neste momento histórico como resultante do estado de miserabilidade social, especialmente em municípios periféricos como no caso da Mesorregião Noroeste Paranaense, que mobiliza trabalhadores não tecnificados, do campo ou da cidade, para submeter a esse tipo de relações de trabalho, consistindo na única oferta de emprego para os mesmos. Sendo assim, o setor sucroalcooleiro encontrou na Mesorregião Noroeste as condições ideais para a geração de sua mais-valia, fruto dessa mobilidade no corte da cana-de-açúcar e dentre outras.

A formação do assalariado rural na Mesorregião Noroeste Paranaense segundo Josiane F. Carvalho está “concomitantemente ligada à modernização da agricultura”. De acordo com a autora,

As políticas de industrialização no campo e a expropriação dos lavradores fizeram com que estes tivessem que migrar para as metrópoles em busca de empregos, ou ainda, se submeter à volta para o campo como operários (CARVALHO, 2008, p.128).

Esta é a realidade de muitos municípios da Mesorregião Noroeste como pôde ser constatado no capítulo anterior. Além do fluxo populacional, a cana-de-açúcar vem se tornando, depois da modernização agrícola, a principal atividade no campo de muitas localidades e uma das que mais emprega trabalhadores rurais.

Se na sociedade Feudal os servos estavam presos à terra dos senhores feudais e com o surgimento do capitalismo os mesmos tornaram-se “libertos” conforme sinalizado no primeiro capítulo deste trabalho, percebe-se na Mesorregião em questão este processo semelhante: na medida em que se intensifica as relações capitalistas no campo, os antigos trabalhadores

rurais, pequenos agricultores, que outrora viviam e criavam raízes no campo, passaram a migrar para as cidades tornando-os móveis para a força de trabalho no meio urbano ou rural.

Neste caso, o trabalhador assalariado rural vem tendo dupla característica: de ser livre para vender a sua força de trabalho como uma mercadoria e de estar destituído de quaisquer meios de produção ou de subsistência necessária à sua sobrevivência.

Estando destituídos de quaisquer meios de produção, é o que lhe dá o caráter, como afirma Gaudemar (1976), da mobilidade forçada. A mobilidade do trabalho aparece como uma manifestação mais clara dessa necessidade dos assalariados rurais em buscar sua sobrevivência.

A existência nestes municípios do Noroeste Paranaense de uma população desempregada ou trabalhando temporariamente no campo acaba atendendo aos requisitos de acumulação do capital na economia canavieira e nas demais atividades rurais da região. É dentro deste contexto que a mobilidade da força do trabalho no corte da cana-de-açúcar aparece como um fator primordial para a acumulação do capital, uma vez que possibilita ao empresário usineiro a minimização de capital constante no eito (máquinas, colhedoras, etc.), além também da diminuição da remuneração (capital variável) da força do trabalho empregada.

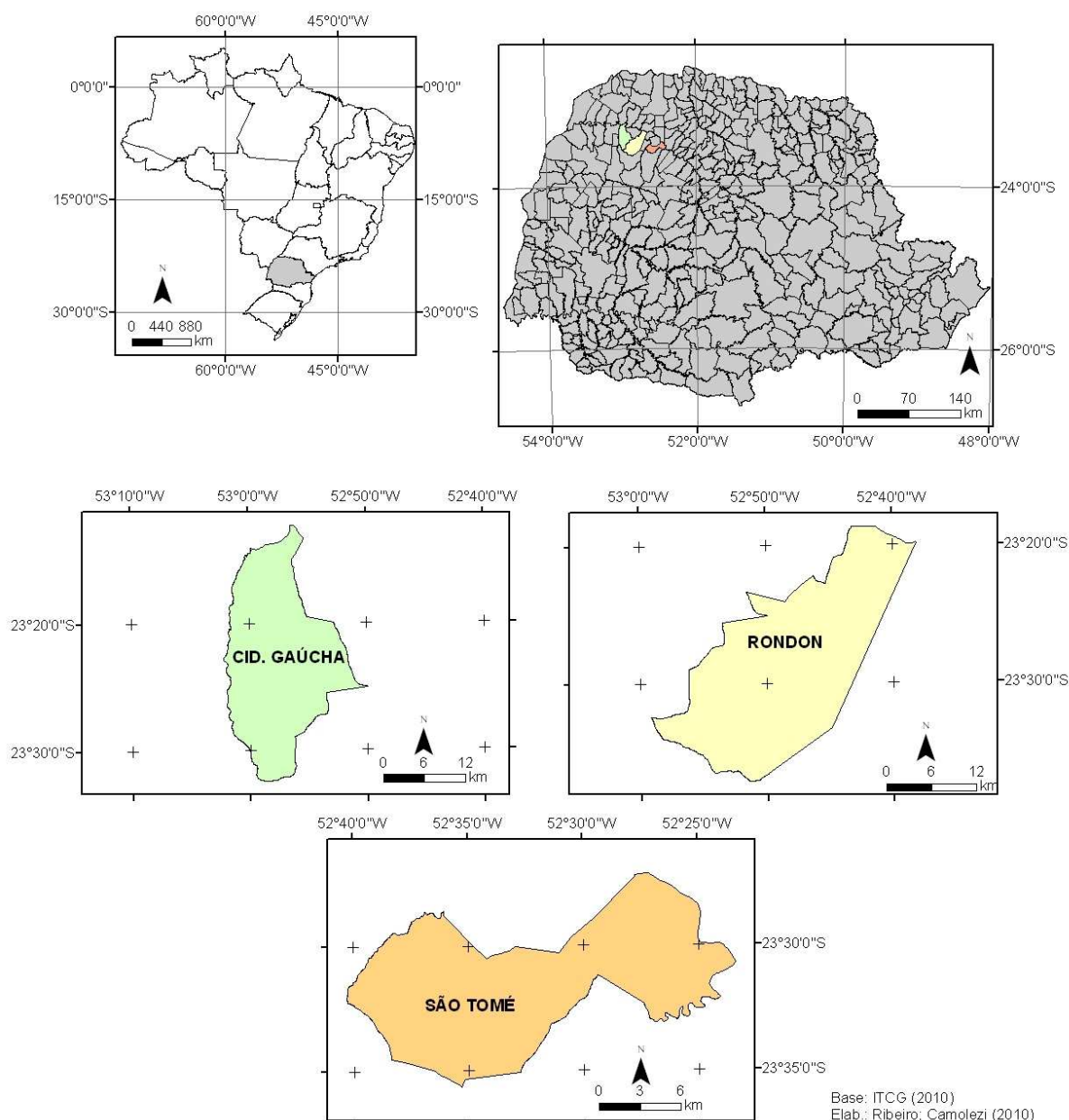
A presença do bóia-fria na Mesorregião Noroeste afirma o sistema pelo qual a produção no meio rural se realiza. D'Incão (1975, p.87) aponta que *a presença do bóia-fria enquanto componente das fileiras ofertantes de força de trabalho, enquanto membro da superpopulação relativa, é afirmadora do sistema.*

Em se tratando do corte da cana-de-açúcar, o setor canavieiro mobiliza estes trabalhadores das mais variadas localidades e até mesmo de outros Estados brasileiros, como serão apresentados mais pra frente nos municípios escolhidos para feitos de investigação da mobilidade do trabalho no corte da cana-de-açúcar.

Os municípios para fins de investigação da mobilidade dos cortadores da cana-de-açúcar são Rondon, São Tomé e Cidade Gaúcha. Estes municípios, bem como pode ser observados nos gráficos do capítulo 3, são umas das localidades onde a cana-de-açúcar mais se concentra, em relação ao perímetro total municipal. Os três municípios fazem parte da Microrregião Geográfica de Cianorte, possível de ser localizada no Mapa 10. É nesta Microrregião onde há maior concentração de cana no Noroeste Paranaense (Figura 12).

Os três municípios tiveram histórias semelhantes, criados na época em que a economia cafeeira estava no seu auge no Norte Paranaense, nas décadas de 1950/60. Com o processo da

modernização da agricultura nas décadas de 1970/80, houve nestes municípios um declínio demográfico acentuado, seguindo a perda populacional constatada em toda a Mesorregião Noroeste no período, como foi ressaltado no capítulo 3. Parte da população migrou ou para as cidades polos do Noroeste como Cianorte, Umuarama e Paranavaí ou para outras Mesorregiões do Estado e até mesmo para outros Estados Brasileiros.



Mapa12: Estado do Paraná, localização geográfica dos municípios escolhidos

Com o fim da cafeicultura, as pastagens foram as principais atividades do campo destes municípios, contudo, com os programas do PROÁLCOOL e com os incentivos às agroindústrias, a cana-de-açúcar passou a ser a principal atividade advinda do meio rural.

Os municípios em questão, além da pecuária e da atividade canavieira, recebem diversas influências da cidade pólo- Cianorte. Esta localidade é conhecida no âmbito de escala nacional pelas suas indústrias de confecções (Capital da Moda), tendo o maior polo atacadista do sul do País (GRIGÓRIO JUNIOR, 2004) que por sua vez expande pequenas facções nos municípios próximos. Tanto em Rondon como em São Tomé existem pessoas que migram todos os dias pra Cianorte, buscando tecidos e demais materiais para a costura local.

4.1- Rondon

A história de Rondon está ligada aos empreendimentos imobiliários atribuídos a Leôncio de Oliveira Cunha, proprietário de uma gleba de terras na região. A área onde se localiza o município começou a ser aberta em 1949, quando o colonizador contratou corretores que já havia feito serviços no Estado de São Paulo. Com isso, os pioneiros, ou seja, os primeiros proprietários da localidade foram basicamente pequenos agricultores ou trabalhadores rurais paulistas, oriundos da região de Marília (ENDLICH, 2009). O café foi a principal atividade que atraiu esses proprietários que vinham com o ideal de fazer riqueza e conquistar mais terras. Além desses, vieram também mineiros para a mão-de-obra na cafeicultura.

Endlich (2009) estudando as pequenas cidades e desenvolvimento local aponta que Rondon, nesse período de mobilização de pequenos proprietários rurais e de trabalhadores, teve um crescimento bastante rápido.

No final da década de 1950, já estava instalada uma pequena cidade com energia elétrica, cinema, escola e outros serviços. O município tinha serrarias e máquinas de beneficiamento de café. Eram 34 estabelecimentos industriais entre os diversos ramos: madeireiro, cerâmica e produtos alimentares. Quanto ao comércio, eram 41 estabelecimentos varejistas, dois atacadistas e uma agência bancária. Para atender ao fluxo de viajantes, no município havia seis hotéis e uma pensão que prestavam serviços de hospedagem e alimentação (ENDLICH, 2009, p.242).

Essas informações revelam a importância e a dinâmica da economia cafeeira no período. Em 1960 Rondon já contava com 38.063 habitantes (ENDLICH, 2009). Contudo, nesta década houve alguns desmembramentos: Cidade Gaúcha (que na mesma década de

1960 deu origem a Nova Olímpia e Guaporema); e Indianópolis (deu origem mais tarde, em 1990, a São Manoel do Paraná).

Devido a esses desmembramentos, em 1970 Rondon contava com 22.005 habitantes. Desde então não houve mais nenhum desmembramentos. No entanto, com a mecanização agrícola que ocorreria posteriormente, o declínio populacional do município vai se acentuando. Esse declínio é explicado pela migração e pela expulsão do homem do campo. O município não estava preparado para receber essa leva de trabalhadores oriundos da atividade cafeeira, e uma migração para outras regiões ocorreu. A Tabela 10 e o Gráfico 2 apresenta esse declínio demográfico.

Tabela 10- Município de Rondon- Evolução da população urbana, rural e total. 1970-2010.

<i>Ano</i>	<i>População Urbana</i>	<i>População Rural</i>	<i>Total</i>
1970	3.595	18.410	20.005
1980	3.237	9.760	12.997
1991	4.266	4.381	8.647
2000	5.826	2.689	8.515
2010	7.200	1.805	9005

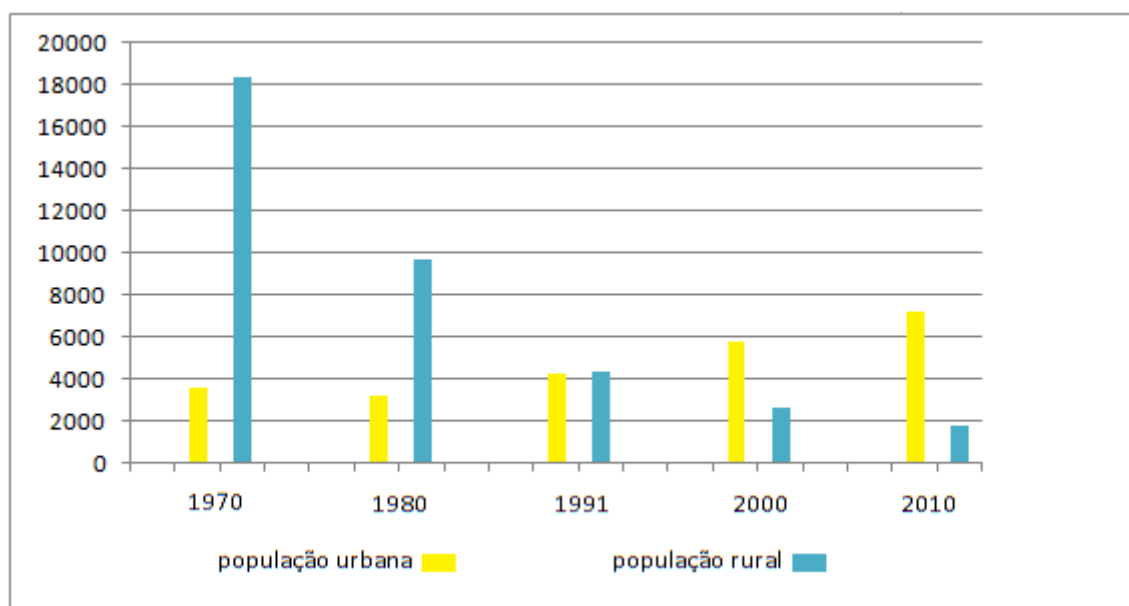
Fonte: IBGE, censos demográficos.

Elaboração: NEMO, 2010.

Percebe-se a diminuição total do município no período de 1970 a 2010 (Tabela 10 e Gráfico 2). Houve também no período um aumento da população urbana em relação à população rural. Se em 1970 a população urbana era de apenas 3.595, em 2010 ela se aproxima de 7.200 habitantes. Esse fenômeno se deu em função do êxodo rural-urbano, tão significativo na época em nível de escala nacional que, se por um lado o sistema tirou uma quantidade expressiva de agricultores rurais do campo, por outro o sistema os colocou de volta ao campo na condição de operariado rural, servindo de mão-de-obra barata para as agroindústrias que vinham crescendo deste então, fruto dos incentivos por parte do Governo federal.

Com a intensificação da mecanização agrícola, houve também uma dupla característica nesse processo: ao mesmo tempo em que se aumentava o maquinário agrícola, substituindo o trabalho humano, aumentava também o número de trabalhadores rurais procurando emprego. Ou seja, com o aumento das máquinas, o exército de reserva de trabalhadores aumentava e com isso os salários baixavam, contribuindo na geração de mais-valia para os agentes dos segmentos agroindustriais.

Gráfico 2- Município de Rondon- Evolução da população urbana e rural. 1970-2010.



Fonte: IBGE, censos demográficos
Elaboração: NEMO, 2010.

Esse processo vem acontecendo desde o período mencionado, de 1970 até 2010. A população rural vem diminuindo uma vez que as relações capitalistas no campo vêm se intensificando. No primeiro capítulo foi ressaltado a agricultura camponesa no Brasil e o seu declínio no âmbito do processo de mundialização do capital, que se intensifica no Brasil nesse período da modernização agrícola. Os produtos destinados a exportação passaram a ser as principais atividades no campo brasileiro, sendo uma delas a cana-de-açúcar. No município em questão, além da problemática do êxodo rural e a expulsão do homem do campo, também tem a questão da concentração fundiária, fruto do processo da mundialização econômica com a entrada das relações capitalistas no meio rural brasileiro. Percebe-se na tabela 11 a diminuição das pequenas propriedades e o aumento das grandes.

Tabela 11- Município de Rondon, estrutura fundiária, nº de estabelecimentos por classe de área (ha) 1970-1996

<i>Ano</i>	<i>Menos de 1 a 5</i>	<i>5 a 10</i>	<i>10 a 20</i>	<i>20 a 50</i>	<i>50 a 100</i>	<i>100 a 500</i>	<i>mais de 500</i>
1970	706	633	401	203	48	79	13
1980	71	127	193	180	79	103	15
1996	55	84	100	126	68	83	15

Fonte: GRIGÓRIO JUNIOR, 2004

Endlich (2009) aponta que a área rural do município é marcada pelo latifúndio e pelo absenteísmo, e que gerou implicações negativas na dinâmica populacional do município uma vez que comprometeu na geração de empregos e nos demais fatores sociais positivos, dentre eles podemos citar a policultura e a agricultura camponesa.

Essa característica da concentração fundiária e da diminuição demográfica também pode ser constatada em Cidade Gaúcha e em São Tomé, pois estes municípios dentre outros seguiram a lógica do período no que se refere à Mesorregião Noroeste, marcada pela evasão populacional no decorrer na modernização agrícola.

A economia do município de Rondon atualmente está voltada quase que exclusivamente às atividades agroindustriais. A Tabela 12 apresenta o número de estabelecimentos rurais e área conforme as atividades. Nota-se que as atividades mais significativas estão voltadas à lavoura temporária e à pecuária.

Tabela 12- Rondon, estabelecimentos agropecuários e área segundo as atividades econômicas- 2006.

<i>Atividades Econômicas</i>	<i>Estabelecimentos</i>	<i>Área (ha)*</i>
Horticultura e floricultura	19	503
Lavoura permanente	80	9.542
Lavoura temporária	225	23.084
Pecuária e criação de outros animais	334	17.928
Produção florestal de florestas nativas	2	X
Produção florestal de florestas plantadas	7	292
TOTAL	667	51.398

Fonte: Cadernos municipais, IPARDES 2010.

*Unidades com menos de três informantes estão desidentificados com o caráter X.

As atividades advindas da lavoura temporária e da pecuária juntas somam 41.012 hectares de área, ou seja, mais de 80% da área agropecuária do município destinada somente à essas atividades. Em se tratando da lavoura temporária, a principal atividade é a cana-de-açúcar. Além desta, também encontramos a mandiocultura, citricultura e o café (atividades da lavoura permanente), além dos frangos e seus abatedouros (pecuária e criação de outros animais). Destas atividades, o setor sucroalcooleiro é a que mais emprega, tanto no corte da cana-de-açúcar quanto nos serviços dentro da Usina Santa Teresinha- Unidade de Rondon.

Em relação ao mercado de trabalho, de acordo com IPARDES (2010), o setor que mais emprega trabalhadores no município é o industrial voltado à produção alimentícia, de bebidas e álcool etílico, empregando aproximadamente 2.131 trabalhadores (Tabela 13).

Numero significativo, visto que a População Economicamente Ativa (PEA) de Rondon é de 4.408 trabalhadores.

Tabela 13- Rondon, número de estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas- 2009

<i>Atividades Econômicas</i>	<i>Estabelecimentos</i>	<i>Empregos</i>
Indústrias de produtos minerais não metálicos	1	2
Indústria metalúrgica	2	4
Indústria da madeira e do imobiliário	2	7
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	11	144
Indústria de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico	11	2.131
Construção civil	3	57
Comércio varejista	84	245
Comércio atacadista	5	18
Instituições de crédito, seguro e de capitalização	2	10
Administradoras de imóveis, valores mobil., serv. téc. profis., aux.ativ.econ.	4	12
Transporte e comunicações	28	101
Serviços de alojamento, alim., reparo, manut., radiodifusão e televisão	11	45
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	5	23
Ensino	5	15
Administração pública direta e indireta	2	326
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca	77	170
TOTAL	253	3.310

Fonte: Cadernos municipais, IPARDES 2010.

É possível constatar pela Tabela 13 que as principais atividades que empregam a PEA estão voltadas às agroindústrias. Também é válido ressaltar que, dos 4.408 da População Economicamente Ativa, 1.301 são trabalhadores rurais (IPARDES, 2010), geralmente volantes, trabalhando no corte da cana-de-açúcar, na mandiocultura, laranja etc.

Essa dinâmica reflete as atividades agrícolas no município, pois o setor agroindustrial necessita de matéria-prima para a sua produção. Em especial, o que predomina são as lavouras destinadas a abastecer essas agroindústrias, e com isso aumentam-se as áreas de cultivos para a agricultura capitalizada, em detrimento da agricultura camponesa.

O Quadro 5 apresenta a evolução da área plantada com lavoura temporária do município de Rondon, nos anos de 2000 a 2009. É possível observar as grandes quantidades de áreas destinadas a um só cultivo, no caso a cana-de-açúcar, em relação às demais culturas. Também se constata um aumento gradativo da lavoura canavieira, em detrimento de outras

culturas como, por exemplo, do abacaxi, do algodão herbáceo, mamona dentre outros que, além de serem cultivados em pequenas áreas, deixaram de existir em 2009.

Quadro 5- Município de Rondon, evolução da área plantada com lavoura temporária- ano 2000 a 2009.

<i>Lavoura Temporária</i>	<i>Área Plantada (hectares)</i>									
	<i>Ano</i>									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Abacaxi	-	2	2	-	2	-	-	3	-	-
Algodão herbáceo (em caroço)	-	68	5	5	70	80	12	-	-	-
Amendoim (em casca)	40	50	30	20	40	40	40	40	5	3
Arroz (em casca)	110	110	110	87	37	17	27	30	24	10
Batata-doce	2	2	2	2	-	-	-	2	2	-
Cana-de-açúcar	6.014	8.747	10.861	12.078	13.285	14.901	15.220	18.604	19.988	16.378
Feijão (em grão)	320	145	130	190	160	130	150	140	20	15
Mamona (baga)	25	15	-	-	-	-	-	-	-	-
Mandioca	1.102	710	812	500	1.000	1.200	900	1.000	500	650
Melancia	2	2	2	-	-	5	2	4	-	-
Milho (em grão)	1.829	1.950	1.300	1.350	600	500	650	500	460	480
Soja (em grão)	350	620	600	750	900	800	800	250	100	225
Sorgo (em grão)	-	-	-	-	15	20	-	-	-	-

Fonte: Censo agropecuário, IBGE.

Elaboração: NEMO, 2010.

Percebe-se, que além das culturas citadas anteriormente, o aumento da área plantada com a cana-de-açúcar vem diminuindo também as áreas destinadas às culturas provenientes da agricultura camponesa, dentre elas o feijão e o arroz. No caso do feijão, se em 2000 a área compreendia 320 hectares, o que já é pouco quando se trata de uma cultura para a alimentação humana, em 2009 a cultura ocupava apenas 15 hectares. Já o arroz, em 2000 a cultura era cultivada em 110 hectares, passando para apenas 10 hectares em 2009. A área plantada com milho e com a mandioca também acena em queda de 2000 a 2009, tendo alguns anos de alta, como no caso da mandioca, atingindo 1000 hectares e 1200 hectares, nos anos 2004 e 2005 respectivamente. Isso porque a mandioca se trata de uma atividade forte na Mesorregião Noroeste, sendo matéria-prima para as agroindústrias e fecularias do ramo. As demais atividades são praticadas especialmente em pequenas propriedades, sendo que muitas delas estão sendo arrendadas para o setor sucroalcooleiro, pois como se pode observar é uma atividade “segura”, que tende a se expandir no município.

Também é possível perceber a diminuição das áreas destinadas a lavoura permanente. Banana, abacate e dentre outros vêm diminuindo suas áreas nos anos 2000 a 2009 (Quadro 6). Observa também, que essas atividades são desenvolvidas em pequenas áreas, e tende ao desaparecimento. São essas e dentre outras questões, que Oliveira (2008a) aborda a problemática alimentar em função dessa expansão da lavoura canavieira, que vem acontecendo em diversos Estados brasileiros e em diversos municípios. Um dos problemas colocado em pauta é o aumento dos preços dos alimentos. Como no caso de Rondon, diversos produtos advindos do campo, sendo da lavoura temporária ou permanente, terão que ser adquiridos em outros municípios, o que acarreta no aumento dos preços devido aos custos dos meios de transportes e da produção.

Quadro 6- Município de Rondon, evolução da área plantada com lavoura permanente (ha)-ano 2000 a 2009.

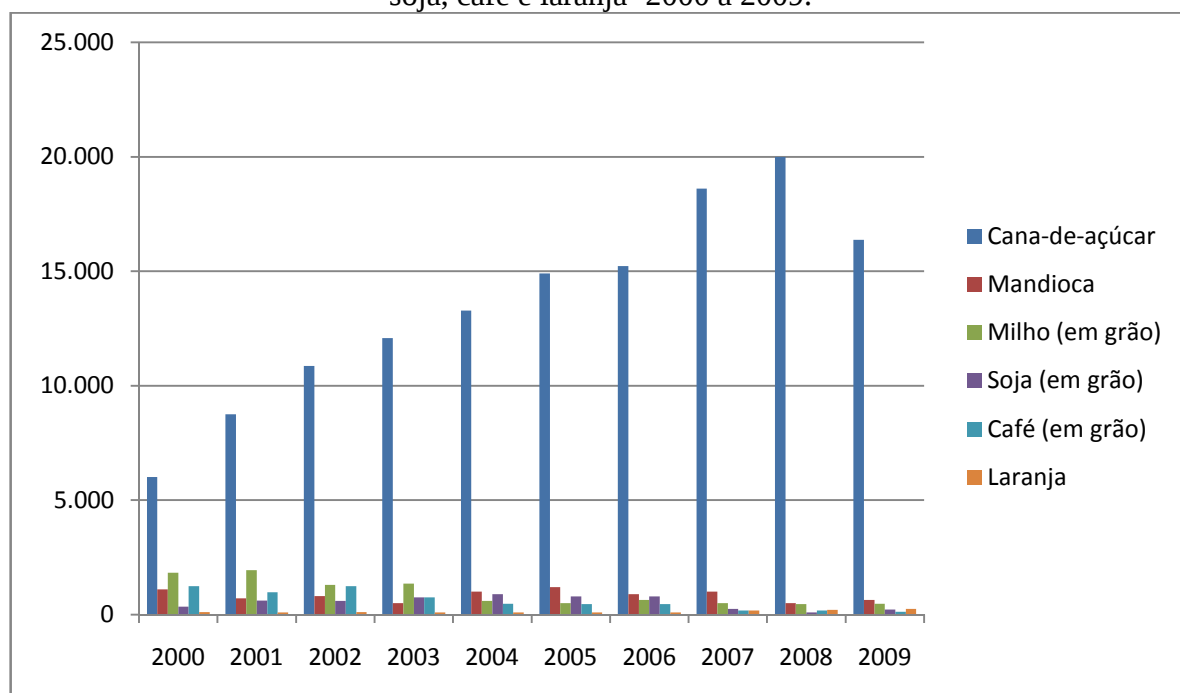
<i>Lavoura Permanente</i>	<i>Área Plantada</i>									
	<i>Ano</i>									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Abacate	10	14	14	14	14	14	7	7	7	3
Banana (cacho)	3	3	3	-	-	-	-	1	1	1
Borracha (látex coagulado)	-	15	15	15	15	15	15	36	36	33
Café (em grão)	1.240	975	1.248	760	475	455	460	180	186	119
Caqui	1	2	2	2	2	-	-	-	-	-
Coco-da-baía	-	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Laranja	115	91	105	104	95	104	104	175	203	250
Limão	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Manga	4	4	4	4	4	4	-	2	2	-
Maracujá	-	-	-	-	1	4	8	4	4	-
Palmito	-	2	2	2	-	-	-	2	2	2
Tangerina	3	3	3	3	3	-	-	-	-	-

Fonte: Censo agropecuário, IBGE.

Elaboração: NEMO, 2010.

Em se tratando dos principais cultivos advindos do campo no município de Rondon no ano de 2009, os que mais se destacam em relação às áreas plantadas são: cana-de-açúcar (16.378 hectares), mandioca (650 hectares), milho (480 hectares), laranja (250 hectares), soja (225 hectares) e o café (119). O Gráfico 3 apresenta os valores obtidos pelos Quadros 5 e 6 onde percebe-se a diferença das culturas em relação a cana-de-açúcar. Esta é de longe a principal cultura do campo, sendo que a sua influência, como se verá a seguir, não remete apenas ao campo, mas também influencia toda a cidade, no que diz respeito ao espaço urbano e na política local.

Gráfico 3- Município de Rondon, área plantada com lavoura canavieira, mandioca, milho, soja, café e laranja- 2000 a 2009.



Fonte: Censo agropecuário, IBGE.

Elaboração: NEMO, 2010.

A cana-de-açúcar passou a ser uma das principais atividades do campo logo na década de 1990, ano em que se tornou ativa a unidade produtiva Coocarol¹¹. A unidade também foi instalada com os estímulos do Proálcool, e em 2003 era considerada a segunda maior destilaria de álcool hidratado do Paraná (ENDLICH, 2009).

A dinâmica da Unidade de Rondon é de expressão Mesorregional no que se refere à contratação de mão-de-obra, e Microrregional quanto ao arrendamento de terras. A contratação dos cortadores da cana-de-açúcar extrapola os limites municipais e até mesmo Mesorregionais, sendo procedentes dos seguintes municípios conforme a Tabela 13: São João do Caiuá, Santa Isabel do Ivaí, Amaporã, Mirador, Paraíso do Norte, Tamboara, Alto Paraná, Tapira, Nova Olímpia, Cidade Gaúcha, Guaporema, Rondon, São Manoel do Paraná, Floraí, Maria Helena, Cruzeiro do Oeste, Tapejara, Indianópolis, Japurá, São Tomé e Terra boa. O Mapa 13 apresenta essa espacialidade geográfica dos trabalhadores mobilizados para o corte da cana-de-açúcar pela Unidade.

Percebe-se, além dos trabalhadores da Mesorregião Noroeste, a Unidade mobiliza trabalhadores da Mesorregião Norte Central, caso do município de Floraí, e da Mesorregião Centro Ocidental, município de Terra Boa. Além desta abrangência mesorregional, a usina

¹¹ Nos anos 2000 a destilaria Coocarol foi vendida para o Grupo Santa Terezinha LTDA.

mobiliza 27 trabalhadores do Estado de Alagoas. A Tabela 14 apresenta o número de trabalhadores mobilizados por municípios e por Alagoas pela Unidade de Rondon.

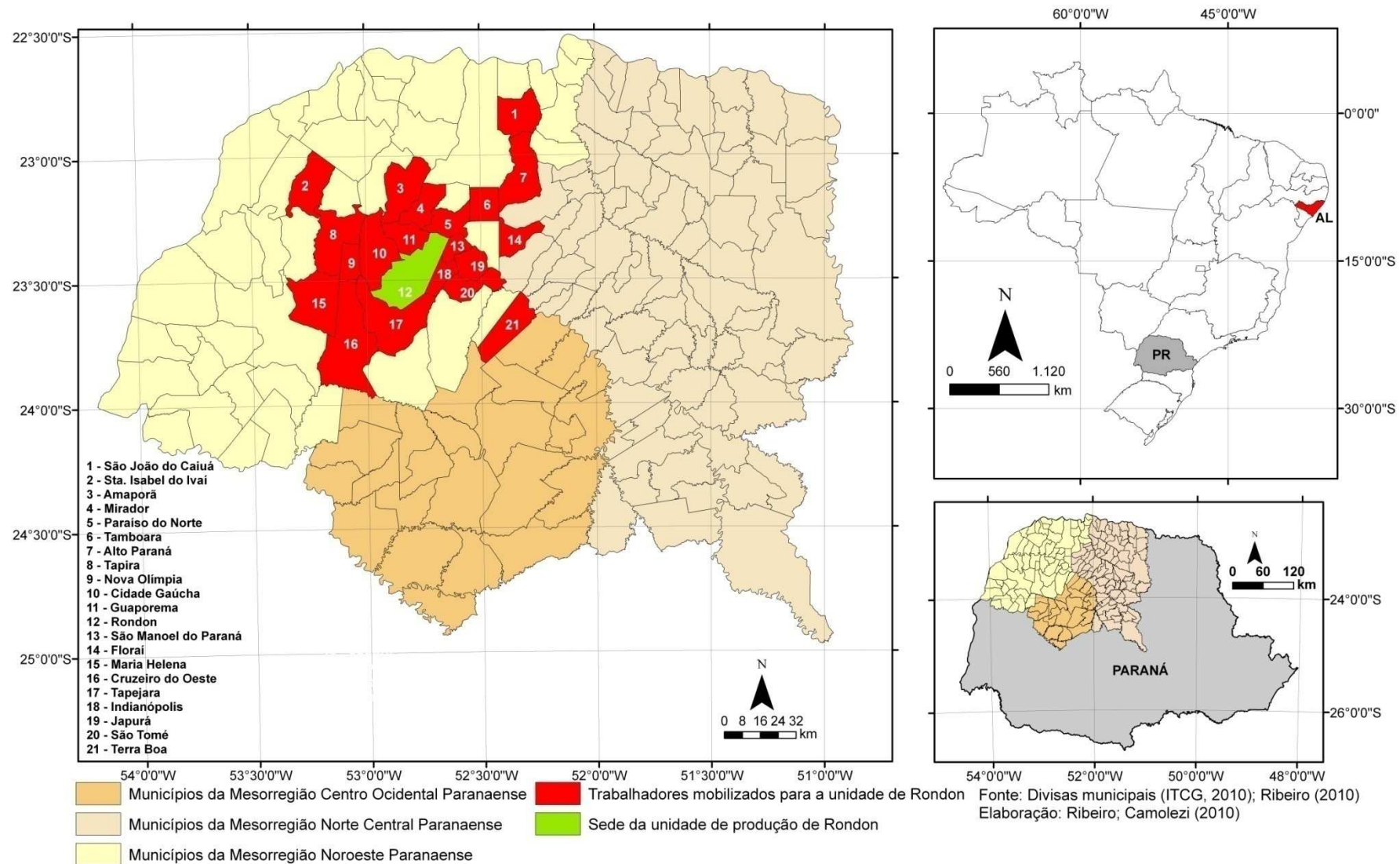
Tabela 14- Origem da mobilidade e número de trabalhadores mobilizados pela Unidade de Rondon-ano 2010.

<i>Origem dos Trabalhadores</i>	<i>Número de Trabalhadores Mobilizados</i>
Alagoas	27
São João do Caiuá	81
Santa Isabel do Ivaí	37
Amaporã	84
Mirador	61
Paraíso do Norte	31
Tamboara	46
Alto Paraná	79
Tapira	71
Nova Olímpia	91
Cidade Gaúcha	57
Guaporema	60
Rondon	93
São Manoel do Paraná	79
Floraí	38
Maria Helena	55
Cruzeiro do Oeste	50
Tapejara	43
Indianópolis	79
Japurá	37
São Tomé	37
Terra Boa	32

Fonte: Trabalho de campo- Sindicato dos trab. Rurais de Rondon.

Elaboração: NEMO, 2010

Essa abrangência da territorialidade da mão-de-obra é caracterizada pela macro-mobilidade do trabalho, nos moldes teóricos de Rocha (1998), onde o autor afirma que a macromobilidade se dá no âmbito das migrações municipais, estaduais, nacionais e etc., centrada no trabalho.



Mapa 13- Abrangência territorial da Unidade Rondon sobre a mão-de-obra no corte da cana-de-açúcar- ano 2010.

No que se refere a mobilidade dos cortadores da cana-de-açúcar de Rondon, depois do corte da cana os trabalhadores são dispensados e vão trabalhar em outros setores, como na laranja e na mandioca, pois a entre safra da cana coincide com os tratos culturais da mandioca e com a colheita da laranja. A colheita da cana-de-açúcar se dá em torno de 8 meses, sendo que os trabalhadores rurais se dividem em: plantio da cana, no corte manual e no corte mecanizado. Aproximadamente 40% das áreas arrendadas para a Unidade de Rondon fazem o uso do corte mecanizado. Afirma o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município que *não tem mão-de-obra humana para cortar toda essa cana*¹². O processo de mecanização do corte da cana-de-açúcar vem acontecendo na medida em que vai faltando mão-de-obra humana. Neste caso, os agentes do setor sucroalcooleiro vão suprimindo esta necessidade com as máquinas. Os trabalhadores de Alagoas, depois da safra canavieira voltam para os seus lugares de origem, retornando à Rondon somente no mês de março, quando voltam as atividades de corte.

A mobilidade dos cortadores da cana-de-açúcar no território brasileiro atualmente se dá em função de três motivos principais, expresso no primeiro capítulo, e em parte neste último onde tratamos dos trabalhadores volantes: primeiro se tratando da mecanização agrícola que acarretou no detrimento da agricultura camponesa e a expulsão do homem do campo, onde parcela significativa desta mão-de-obra tornou-se “livre” para se mobilizarem no meio rural brasileiro, na condição de trabalhador volante ou bóia-fria; segundo a criação de todo um corpo de leis trabalhistas para legitimar essa mobilidade e terceiro a atração de espaços dinâmicos que atraem esses trabalhadores.

Decorrente destas três características é o que acarreta a mobilidade forçada dos cortadores da cana-de-açúcar nas Unidades Sucroalcooleiras da Mesorregião Noroeste Paranaense, e não apenas aqui, mas também em diversas regiões brasileiras que necessitam destes trabalhadores e trabalhadoras volantes. Em se tratando da Mesorregião Noroeste, os trabalhadores mobilizados da região Nordeste vêm para o Paraná alegando que aqui ganham mais do que nos serviços oferecidos por lá, inclusive quando se trata do corte da cana-de-açúcar. A Unidade sucroalcooleira de Rondon freta ônibus que vai até Alagoas e busca esses trabalhadores. Estes, até a alguns anos atrás viviam em galpões e em alojamentos no município de Rondon, porém com falhas na administração desse pessoal, os mesmos passaram a alugar casas na cidade. Em entrevistas com cortadores de cana-de-açúcar, um deles ressaltou que a Unidade já teve problemas com trabalhadores vindos do Nordeste do

¹² Trabalho de campo.

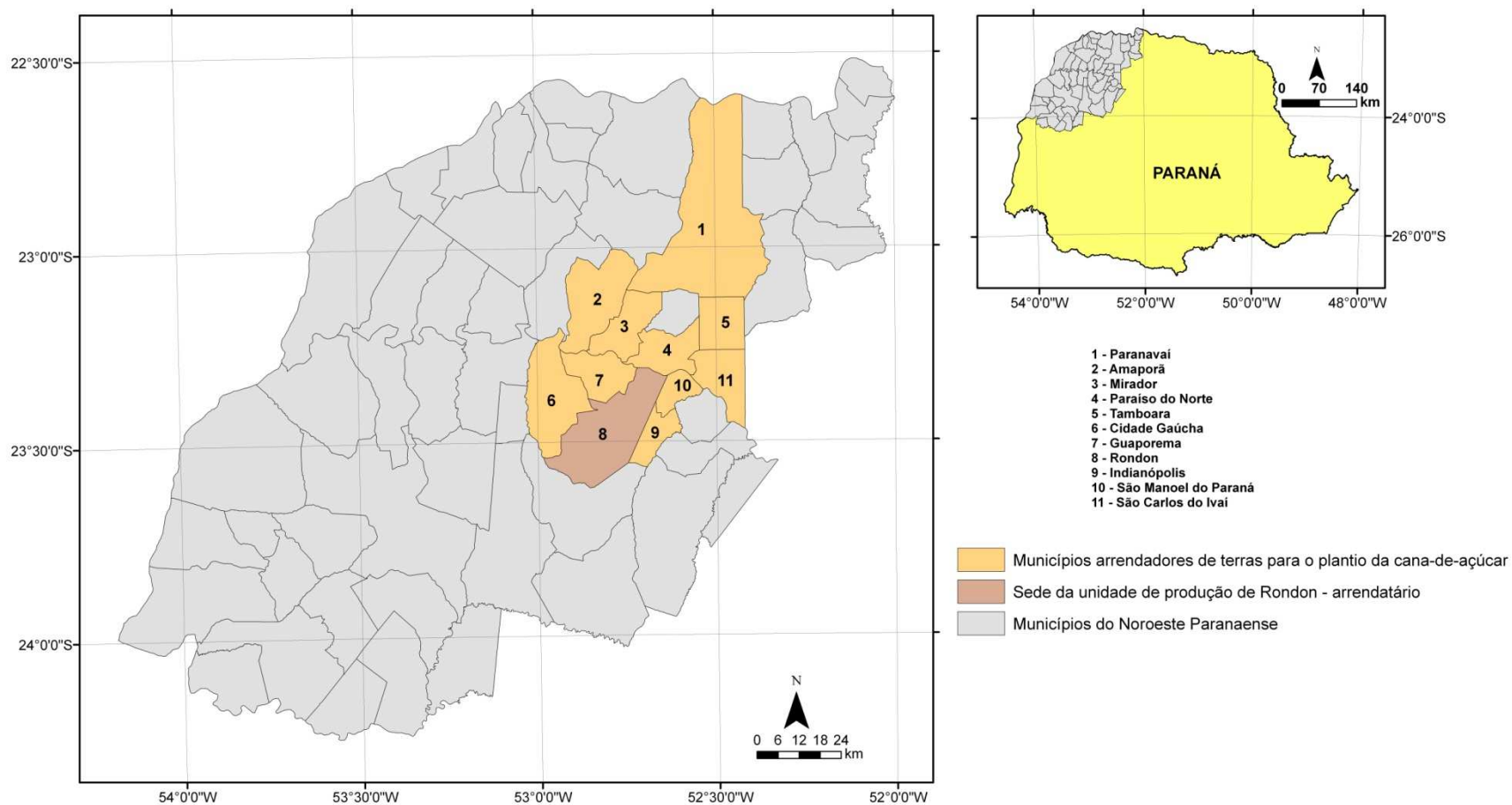
Brasil, pelo fato deles se organizarem, e se mobilizarem em greves reivindicando melhores salários, além de melhores condições de moradias.

Os cortadores de cana-de-açúcar têm a característica de se mobilizarem diariamente, não possuindo um local fixo de trabalho. Os trabalhadores mencionados anteriormente migram nos municípios que arrendam cana-de-açúcar para a Unidade. Esta possui áreas arrendadas nos municípios de Paranavaí, Amaporã, Mirador, Paraíso do Norte, Tamboara, Cidade Gaúcha, Guaporema, Rondon, Indianópolis, São Manoel do Paraná e São Carlos do Ivaí. São ao todo 11 municípios que arrendam cana-de-açúcar e o Mapa 14 apresenta essa espacialidade no Noroeste Paranaense, espaço de mobilidade dos cortadores ligados à empresa.

Em se tratando das áreas arrendadas, observa-se que as mesmas compreendem municípios da Mesorregião Noroeste, porém as áreas extrapolam no que diz respeito à Microrregião. São áreas das Microrregiões Geográficas de Cianorte e Paranavaí.

Pode-se observar também pelos Mapas 13 e 14 que os trabalhadores se mobilizam numa área de aproximadamente 200 km de suas localidades de origem. Em conversa com o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Rondon, o mesmo informou que os cortadores trabalham nas áreas arrendadas próximas aos municípios de origem. Exemplo: os cortadores de Indianópolis cortam cana-de-açúcar no município de Indianópolis, ou em Rondon, São Manoel do Paraná, e Paraíso do Norte, localidades próximas a Indianópolis. No entanto, se queimarem muitas áreas canavieiras no município de Paranavaí, a Unidade pode mobilizar todos os trabalhadores dos municípios que ofertam mão-de-obra para as áreas de Paranavaí que necessitam do corte.

Isso também vem contribuir com a mobilidade forçada, pois os trabalhadores são obrigados a se mobilizarem de acordo com as necessidades da empresa. É a firma que diz onde e em qual município cortar cana-de-açúcar, sendo que sempre está presente um funcionário encarregado dos meios de transporte desses trabalhadores.



Fonte: Divisas municipais (ITCG, 2010); Ribeiro (2010)
Elaboração: Ribeiro; Camolezi (2010)

Mapa 14- Noroeste Paranaense, territorialidade das áreas arrendadas para a Unidade de Produção de Rondon- ano 2010

É possível observar também, correlacionando os Mapas 13 e 14, que as áreas arrendadas não são necessariamente àquelas da abrangência da mão-de-obra no corte. Um dentre outros exemplos, é o município de São Tomé que tem trabalhadores mobilizados pela Unidade de Rondon, no entanto, o município não compreende àqueles que arrendam terras para a empresa. Também encontramos alguns casos onde um município arrenda cana-de-açúcar pra mais do que uma localidade. É o caso de Rondon, que tem terras arrendadas para as unidades de São Tomé, Cidade Gaúcha e dentre outras, além do próprio município de Rondon. Esse fenômeno será verificado adiante, quando trataremos dos municípios de São Tomé e Cidade Gaúcha.

Como pode se observar no Mapa 14, o ordenamento territorial se dá em função das áreas arrendadas com cana-de-açúcar para a unidade de Rondon. Este fato, de acordo com Thomaz Júnior (2002) subverte os limites territoriais impostos pelo Estado, ou seja, as fronteiras municipais. Já no que diz respeito ao trabalho (como identidade corporativa, ou seja, como sindicato), delimita-se pelas fronteiras municipais. Isso quer dizer que a empresa domina e controla uma área relativamente grande, onde o capital é hegemônico no processo produtivo, não fragmentado, desagregando as ações do mundo do trabalho.

Cada município representado pelo Mapa 14 possui um sindicato dos trabalhadores rurais. Enquanto que o capital sucroalcooleiro se apresenta como uma única entidade, os sindicatos se apresentam como várias entidades, tendo limites municipais de atuações e não na abrangência territorial da empresa sucroalcooleira.

Existem diversos sindicatos ligados às empresas sucroalcooleiras: Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Sindicatos dos Condutores, Sindicato dos Trabalhadores da Alimentação, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e dentre outros. Essa fragmentação dificulta a organização dos trabalhadores numa só classe, o que resulta na alienação do trabalho.

Capital e trabalho, coabitantes de um mesmo processo contraditório mas enraizados em esferas diferentes do processo social da produção, um a ser expressar no outro- elo fundamental de sustentação da contradição-, materializam-se sobre bases qualitativamente diferentes. O capital, de um lado, hegemoniza o processo, conformando assim, sob o seu controle, a totalidade produtiva. O trabalho, por outro lado, ao inserir-se nesse processo, entra subsumido, real ou formalmente, dependendo do desenvolvimento das forças produtivas (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p.221).

Essa submissão do trabalho pelo capital se dá por mediações do Estado, que legitima esse processo através das leis que acabam fragmentando a ação sindical em diversas categorias e cria todas as bases legais para a ação empresarial do capital.

Em se tratando dos cortadores da cana-de-açúcar, estes trabalhadores estão ligados aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. O STR de Rondon está ligado aos trabalhadores de Rondon, enquanto que Guaporema, Cidade Gaúcha, Indianópolis, Amaporã e outros, possuem seus Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, tendo seus respectivos municípios como abrangência territorial. Quando um trabalhador ligado à unidade de Rondon porventura vir a se machucar, mesmo num município diferente de sua origem e filiação sindical, o sindicato do município onde ocorreu o fato atenderá o mesmo.

Quando a questão for contratos de trabalhos e aumentos salariais, informou o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondon que ele e os demais sindicalistas que têm seus municípios com áreas arrendadas para a unidade de Rondon se juntam e vão discutir juntos essas relações. Segundo o mesmo, essa união e esse encontro é o que lhe dão forças para atuar junto com trabalhadores, pois essas empresas sucroalcooleiras nunca vêm sozinhas uma vez que estão ligadas às entidades de organização do capital.

Essas entidades sindicais das empresas sucroalcooleiras têm por objetivo unificar interesses entre as diversas entidades de vários Estados brasileiros. Thomaz Junior (2002, p.121) afirma que *essas entidades são moldadas à abrangência das necessidades e demandas requeridas pelo capital, em escala regional, estadual, nacional e internacional, dispondo de trânsito nos bastidores de todos os escalões dos poderes constituídos (executivo, legislativo e judiciário)*. Com isso existe uma união entre o capital sucroalcooleiro brasileiro no que diz respeito à valorização do capital, na busca constante de maquinários dentre outros meios técnicos científicos para melhorias compensatórias. O capital com essa união acaba se fortalecendo organicamente, além de neutralizar as possíveis conquistas e avanços no que diz respeito à classe trabalhadora e suas respectivas entidades de classes como os sindicatos, as federações, as centrais sindicais e da sociedade civil organizada dentre outras.

Enquanto que o capital sucroalcooleiro se unifica no âmbito de escalas nacional e internacional, os trabalhadores, especial os cortadores e plantadores de cana, se fragmentam, não dispondo de uma entidade única de nível regional, estadual, nacional e internacional, a não ser no âmbito municipal como já expresse anteriormente. É válido ressaltar também que dentro destes sindicatos estão filiados trabalhadores rurais das mais variadas atividades: da cana-de-açúcar, da mandioca, da laranja dentre outras, fragmentando ainda mais a classe dos

trabalhadores rurais e suas entidades. Essa fragmentação no âmbito municipal dos trabalhadores rurais, e a sua difícil organização é o que leva à precarização do trabalho uma vez que permeia em meio a isso a alienação e anomalia por parte do capital sucroalcooleiro, com suas entidades e cooperativas prestando assistências como hospitalares, cestas básicas etc. Isso leva os cortadores a cortarem mais e mais cana, criando certo vínculo com a unidade capitalista sucroalcooleira.

Dentre as entidades sindicais do capital sucroalcooleiro do Paraná há o Sindicato da Indústria de Fabricação do álcool do Estado do Paraná (Sialpar), o Sindicato da Indústria do açúcar no Estado do Paraná (Siapar). Estas entidades, mais o Sindicato da Indústria de Produção de Biodiesel do Estado do Paraná (Sibiopar) estão unidas numa única associação: Associação de Produção de Bioenergia do Estado do Paraná (Alcoopar¹³). Além dessas, existe outra associação que presta auxílio social para o capital sucroalcooleiro- a Associação dos Plantadores de Cana do Paraná (Canapar). Vale lembrar que essas associações de entidades capitalistas são legalizadas pelo Estado e recebem o total apoio, não apenas de nível estadual, mas também nacional.

Atualmente, o piso salarial de um cortador de cana-de-açúcar está em torno de 563 reais. No entanto, os trabalhadores recebem pela produtividade do metro quadrado. Estima-se que recebem aproximadamente R\$18,00 cortando em média 100 a 150 metros de cana. E isso depende também da produtividade da cana e do talhão de onde a cana foi cortada. Existem produções diferenciadas, e diferentes preços dependendo do talhão. Se for nas áreas (ou terrenos) mais difíceis de cortar, a cana terá um preço maior do que nas partes menos complicadas para o corte. Além disso, existem bonificações como cestas básicas no valor de R\$70,00 para os trabalhadores que sempre atingirem o limite salarial. Quando não atingem o limite, a usina paga o restante e o trabalhador recebe os seus R\$563,00 reais.

Esse salário pago aos cortadores da cana-de-açúcar em função da produtividade da cana é um dos processos de trabalho mais desumanos e perversos, denunciados por Adam Smith no século XVIII, e por Karl Marx no século XIX (ALVES, 2006).

É verdade que tanto Adam Smith quanto Karl Marx denunciavam este trabalho, chamando-o de perverso e desumano, analisando apenas esta forma de trabalho em situações em que o trabalhador controlava o seu processo de trabalho e tinham, ao final do dia, pleno conhecimento do valor que tinham ganho, isto porque conheciam o valor do trabalho executado. No corte de cana é diferente, porque os trabalhadores só sabem quantos metros de cana

¹³ Para maiores informações, consulte o site <http://www.alcoopar.org.br/>. O Mapa 4 apresenta a localização dos associados da Alcoopar.

cortaram num dia, mas não sabem, a priori, do valor do metro de cana para aquele eito cortado por ele, este desconhecimento é devido a que o valor do metro de cana do eito depende do peso da cana, que varia em função da qualidade da cana naquele espaço e a qualidade da cana naquele espaço depende, por sua vez de uma série de variáveis (variedade da cana, fertilidade do solo, sombreamento etc.). Nestas condições, as usinas pesam a cana cortada pelos trabalhadores e atribuem o valor do metro, através da relação entre peso da cana, valor da cana e metros que foram cortados. Tudo isto é feito nas usinas, onde estão localizadas as balanças, sem controle do trabalhador. Portanto, entre aquelas situações de trabalho analisadas pelos dois pensadores nos séculos XVIII e XIX e as praticadas na cana nos séculos XX e XXI há uma enorme distância, que é o não controle do salário e do processo de trabalho pelos trabalhadores, este é controlado pelas usinas (ALVEZ, 2006).

Percebe-se, que além da problemática da produção de alimentos apontada no capítulo 2, a precarização do trabalho permeia ainda nas práticas do setor sucroalcooleiro, apesar das mudanças formais nas relações de trabalho. Atualmente supõe-se já se foram as senzalas e a escravidão formal, ainda que ela tenha reaparecido em alguns locais do Brasil, especialmente na Região Norte e Nordeste. Todavia, outros personagens históricos entraram em cena: os cortadores da cana-de-açúcar.

As implicações que o setor sucroalcooleiro promove nestas cidades vão além da questão ambiental, alimentar e da precarização do trabalho. Permeia em meio a isso a manipulação e alienação no âmbito do desenvolvimento local e, até mesmo regional quando se trata desta atividade. O que se fala muito nestes municípios demograficamente pequenos é a importância do setor canavieiro para com o desenvolvimento destas localidades. Com isso, o setor atrela para si as políticas locais, elegendo prefeitos e demais políticos com o propósito de facilitar a atividade na região. Com o Mapa 14, também pode perceber que os municípios que arrendam terras para a usina de Rondon perdem a sua produção canavieira e, conseqüentemente, a produção se concentra no município de Rondon, sede da Unidade de Produção. Logo, o capital acumulado devido a produtividade da cana-de-açúcar (matéria-prima para a produção de Etanol) fica em Rondon, sendo que as demais localidades perdem essa produção. Ou seja, o setor sucroalcooleiro usa o solo, destrói a agricultura camponesa local e estas localidades não têm retorno algum, apenas alguns impostos sobre o uso do solo e a geração de empregos precários locais.

Os municípios arrendadores de cana-de-açúcar para a Unidade de Rondon são simples fornecedores de matéria-prima (cana-de-açúcar) para a agroindústria sucroalcooleira, além também de fornecedores de mão-de-obra para esta e outras Unidades de Produção. Percebe-se

a relação capitalista envolvendo esta atividade e a mobilidade forçada do trabalho no corte da cana-de-açúcar em função dessas relações.

Essas relações capitalistas, no que tange a mecanização agrícola e a intensificação do setor sucroalcooleiro, se reproduzem em várias partes do Brasil.

Em entrevistas com cortadores e cortadoras da cana-de-açúcar do município de Rondon notam-se os efeitos da relação capitalista no campo e, conseqüentemente, a mobilidade forçada na qual foram obrigados a se submeterem. Vejamos o itinerário de uma cortadora de cana-de-açúcar do município de Rondon:

Eu não sou paranaense, mas me considero paranaense. Eu nasci em Minas Gerais. Vim pro Paraná ainda criança nos anos de 1960, com meus pais. Meus pais casaram em Minas, depois veio pra trabalhar na fazenda aqui mesmo em Rondon. Ai depois fomos pra Umuarama carpi mato e construir cerca. Ai depois em 92 nós voltamos pra Rondon, pra morar aqui. Ai já meus pais não trabalhavam mais porque o serviço de cana é um serviço muito forçado, ai já não aguentava mais. Ai então ficou só eu trabalhando, e esse ano faz 18 anos que eu corto cana (Maria, 53 anos).

Percebe-se que a origem da entrevistada é de Minas Gerais. Todo o Norte Paranaense teve a influência mineira, além de paulista, nordestina e dentre outras no processo de ocupação efetiva do território, especialmente nas primeiras décadas do século XX. Nos anos 1950/60, o que motivou a vinda destes mineiros e paulistas foram as atividades advindas da cafeicultura. Como foi ressaltado no capítulo 3, o café foi a principal atividade que atraiu populações de outros Estados na região. Também é possível observar na entrevista os efeitos causados mediante a modernização agrícola. Sua família deixa Rondon devido à entrada das pastagens no meio rural, e foram morar em Umuarama. Desde então não tiveram serviços fixos, trabalhando em serviços gerais dentro das fazendas. Foi uma vida difícil segundo a entrevistada. Os trabalhadores não tinham carteiras assinadas, então os direitos trabalhistas inexistiam. Somado a isso, os problemas em infraestrutura básica no meio urbano também dificultava a vida dessa família. Quando perguntada sobre a evolução intergeracional a mesma continua:

Hoje acostumamos a falar que somos ricos e não sabemos, porque naquela época lá no sítio era mais difícil. Hoje agente tem médico, agente tem dentista tudo na cidade. Então é mais fácil. E naquela época era muito mais difícil, até mesmo pra comprar uma roupa porque agente não ganhava bem. Aqui agente trabalha e tem o salário da gente. Então é uma realidade diferente hoje (Maria, 53 anos).

Foi nesse período de modernização do campo, décadas de 1960/70 que começaram a surgir as principais leis no que diz respeito ao trabalhador rural e, somente com a constituição de 1988 os trabalhadores rurais tiveram por lei os mesmos direitos que os trabalhadores urbanos, das fábricas. Já que o meio urbano destas cidades demograficamente pequenas não ofertaram outros serviços para essas populações vindas do campo, o jeito foi trabalhar no corte da cana-de-açúcar. Essa relação com as usinas/destilarias, bonificações, cestas básicas, filiação sindical, sistema de saúde e dentre outros, fazem com que os cortadores se apeguem às Unidades, percebendo que sem o setor sucroalcooleiro suas vidas seriam mais difíceis. Vale lembrar que esse avanço nas leis trabalhistas e bonificações por parte do setor canavieiro, é resultado da mobilização dos cortadores de cana frente às usinas e organização dos mesmos em suas respectivas entidades. Greves e paralisações ressaltadas no primeiro capítulo contribuíram com essa mobilidade social dos trabalhadores rurais, no que diz respeito às relações de trabalho.

É possível perceber também a mobilidade social no que diz respeito aos entes de sua família. Os pais da entrevistada desproviavam de estudos escolares. Segundo ela, “eles não sabia ler nem escrever. Só trabalhava na roça”. Já a cortadora possui um mínimo de instrução escolar, o que segundo ela deu condições de ler jornais, a bíblia, e os folhetins da missa, além de assinar algum documento.

Constata-se então a vida difícil que essa família levava no bojo do processo de modernização agrícola, aonde só foi reerguida nos anos finais da década de 1980 com a intensificação do setor sucroalcooleiro no Noroeste Paranaense, que atrelou esse contingente de trabalhadores rurais para o corte da cana-de-açúcar. Com a intensificação desta atividade, cidades demograficamente pequenas tiveram essa movimentação no que diz respeito à mão-de-obra e à economia local (mesmo em detrimento da agricultura camponesa).

Quando perguntada sobre as vantagens de trabalhar no corte da cana-de-açúcar, a entrevistada ressalta:

Se eu fosse trabalhar em diária em particular, como na mandioca e na laranja, as vezes tem serviço 15 dias e as vezes passa 15 dias sem. Na cana eu to registrada, e se eu for trabalhar na diária eu não to. Ai até pra me aposentar seria difícil. Ai chega o fim do ano agente tem as férias, tem o décimo terceiro. Em duas em duas safras agente para pra descansar. Tem o seguro. E ali também só tem o fiscal pra mandar na gente. Tudo isso pra mim eu acho melhor cortar a cana, e trabalhar de doméstica eu nunca trabalhei (Maria, 53 anos).

Existe uma preocupação no que se refere à mecanização do corte da cana-de-açúcar e seus efeitos no âmbito local, principalmente no que tange ao mercado de trabalho. Com a entrada das máquinas, centenas de trabalhadores deixarão o corte manual, ocorrendo o desemprego nestas cidades. Certamente, se isso de fato ocorrer, um novo êxodo populacional existirá nestas localidades, caso não existam qualificações profissionais para os trabalhadores rurais. Vejamos mais um depoimento da entrevistada, no que diz respeito ao corte mecanizado:

Ai vai diminuindo o serviço da gente, mas como agente mora aqui e a usina é daqui, serviço agente não fica sem. Tem lugar que a máquina não entra e aí depende de nós. Fica bastante serviço ainda pros trabalhadores rurais [...] e também tem os cursos. Essa usina daqui é boa por causa disso. Ela dá curso e chances pras pessoas. Tem mulher trabalhando na máquina, no trator. Aquelas que quer consegue. Se eu fosse mais nova eu pretendia fazer. Mas não pretendo não porque tem que tirar carteira e fazer os cursos deles. Eu gosto é de trabalhar na roça. Quero cortar cana até os 80 anos e aposentar (Maria).

Neste depoimento percebemos o vínculo que a entrevistada tem com o serviço rural. Esses trabalhadores e trabalhadoras de idade avançada, praticamente trabalharam a vida inteira na roça e não pretende fazer os cursos para outros serviços do setor. Já os mais jovens têm essa pretensão. Os cursos ofertados pelo setor sucroalcooleiro promovem, em alguns casos, a mobilidade social de trabalhadores ex-cortadores de cana-de-açúcar que se instruíram e inseriram-se em outros postos de trabalho deixando para trás o serviço exaustivo no eito. Vejamos o depoimento de um ex-cortador de cana-de-açúcar:

Meus pais moram em Tapejara. Eles dois eram tudo lá da Bahia [...] Eu já nasci aqui em Rondon. O que atraiu eles aqui na região foi o serviço no café, essas coisas assim. Eu cheguei a trabalhar com meus pais no café limpando troncos do café. Serviços assim. Eu comecei a cortar cana em 1995. Aí cortei cana dois anos, e depois fiquei 3 anos sem trabalhar. Voltei em 2002 a cortar cana. Nesse tempo afastado eu fui pra Umuarama trabalhar no lava-jato, e como eu ficava longe dos pais sendo que naquela época eu era novo, não me acostumei, e voltei pra Rondon pra trabalhar na roça mesmo. E hoje eu estou como apontador de serviço [...] O apontador de serviço no caso ele chega na lavoura né, pega e solta o pessoal, e depois ele fiscaliza né. E quando o pessoal acaba o eito ele vai medir o que eles fizeram. Cada apontador tem uma turma, um grupo de 35 pessoas no caso. A minha turma é de Guaporema. Aí aonde o ônibus for eu tenho que ir junto. Geralmente o meu grupo trabalha em Mirador, Guaporema, Indianópolis, Cidade Gaúcha, aonde tiver que ir eu vou junto [...] Eu tenho um salário fixo na carteira, e tenho o prêmio salarial que é a hora extra. Isso é uma faixa etária de uns R\$ 1.300 por mês (Natal, 33 anos).

Observa neste depoimento a trajetória e a mobilidade social nos moldes de Rocha (1998)¹⁴ do entrevistado no que diz respeito à sua profissão. Ficou aproximadamente cinco anos cortando cana-de-açúcar e depois fez o curso de apontador, assumindo então, essa profissão. Ainda de acordo com o entrevistado, esse e dentre outros cursos ofertados pelo setor sucroalcooleiro são realizados de acordo com a procura. Se um cortador de cana pretende fazer algum curso pra se qualificar, o mesmo deve comunicar o apontador e este comunica um responsável da usina que encaminha as fichas de inscrição para o departamento psicológico da Unidade de Produção. É neste departamento que fará a seleção dos candidatos aos cursos. Vejamos:

Os cursos são dados dentro do horário nosso de serviço [...] Geralmente é assim: quando eles querem pegar pessoas como cortadores pra dar cursos de tratorista, eles pegam e pagam o valor da diária. E o curso deles é de 7 horas por dia. Eles recebem pra isso. A pessoa que tem o desejo de ser maquinista ou tratorista comunica no caso o apontador, o apontador comunica o encarregado, e o encarregado comunica a pessoa que promove os treinamentos. Ai é feita uma ficha, e depois é mandado na usina [...] Ai a ficha passa pela psicóloga. Ai no caso se a pessoa for apta né, estiver nos conformes dos padrões da empresa, ela ingressa (Natal).

Vale lembrar que essa qualificação profissional por parte do setor sucroalcooleiro atende as formas de reprodução capitalista no atual momento de mundialização, que coloca a qualificação dos trabalhadores e o conhecimento técnico-científico como requisitos para a acumulação do capital (ROCHA, 1998). Sendo assim, para a acumulação do capital no setor sucroalcooleiro, este promove esses cursos para a qualificação de seus trabalhadores no intuito de garantir o aumento da produção e reprodução do capital. Um apontador de cana-de-açúcar ganha, segundo o entrevistado, em média R\$ 1.300,00 além de horas-extras e demais bonificações. Esse é o salário de um “bom cortador de cana”, que em alguns casos chega a ganhar esse valor. Mesmo tendo o salário equivalente a um “bom cortador de cana”, esse trabalho de apontador segundo o entrevistado é melhor e menos exaustivo do que cortar cana. Esse foi o principal fato que o levou a ser apontador.

Ainda sobre o apontador de cana, o entrevistado relatou que tem o dever de fiscalizar e dialogar com os cortadores de cana. Se um trabalhador estiver fazendo “corpo mole”, cortar 10 metros de cana e sentar, não querer trabalhar mais, o apontador tem que ir lá e dialogar,

¹⁴ Assunto delineado no primeiro capítulo quando tratamos da mobilidade da força do trabalho. Para mais informações acerca deste tema ver ROCHA (1998)- *A Espacialidade das mobilidades humana: um olhar para o Norte Central Paranaense*.

caso contrário a usina será obrigada a cobrir a média salarial, caso esse cortador não atinja a produção mínima. A produção mínima é estimada em R\$ 18,00 sendo que corta em média um cortador 100 a 150 metros quadrados de cana (como já ressaltado nesta pesquisa), para atingir esse valor. Caso cortem esses metros quadrados e não atinja a produtividade, a usina paga o restante que falta. Porém muitos trabalhadores cortam mais do que esse mínimo. Quando perguntado sobre as principais dificuldades neste tipo de trabalho, o mesmo disse:

A principal dificuldade é lidar com gente, porque nem todos têm o pensamento igual. Um pensa de uma forma, outro de um jeito e outro de outro jeito. Agente sempre tenta dialogar com as pessoas, conversar bastante, explicar situações. Tem pessoas que pensa que é ir lá e tirar 10, 15 metros de cana sentar e acabou. Mas tem o compromisso com a empresa. Tem uma carga horária pra ser cumprida. Se a pessoa for lá e tirar 10 metros de cana e não fazer mais nada, a empresa é obrigada a complementar o salário dela. A diária do cortador é R\$ 18,00. Pra isso ele corta em média 80 a 100 metros de cana, dependendo da produção. Só dele ir no serviço, a empresa já paga essa diária. Tem bastante caso de pessoas que corta 10 metros e para, aí agente vai lá pra dialogar, conversar, pra pessoa poder continuar no trabalho. Aí uns falam que tão cansado, outros que tão doente. E quando agente vê que a pessoa tá ruim mesmo agente chama a enfermeira, aí leva a pessoa no médico. Outros queixam de preço (Natal).

O serviço de fiscal, como se vê, fica entre o trabalhador e a usina resolvendo conflitos no que diz respeito ao trabalho no eito. Uma vez do lado do grupo da usina, os fiscais podem causar desentendimentos com os trabalhadores. E quando perguntado se ele se sente mais do lado da usina ou dos trabalhadores, o mesmo comenta:

Eu tento ficar neutro, nem dum lado e nem do outro. Procuro ficar na minha e fazer o meu trabalho, porque se eu puxar pro lado do trabalhador, vou contra a usina, e se eu tender o lado da empresa, eu complico o trabalhador. Tem alguns trabalhadores que aceitam, outros já não. Mas eu gosto de trabalhar, gosto do meu serviço (Natal).

Percebemos então, que esse aumento da produção canavieira e, conseqüentemente, o aumento na exportação de etanol se dá graças aos cortadores da cana, obrigados a cortarem mais e mais cana-de-açúcar, e à fiscalização destes trabalhadores rurais feita pelos apontadores. O trabalho do apontador vem se apresentar como uns dos principais dentro do

setor sucroalcooleiro, que garante a produção para a demanda do açúcar e do etanol no mercado interno e no exterior. São esses os requisitos que fazem com que o setor sucroalcooleiro invista na qualificação dos seus funcionários, sejam eles rurais ou industriais.

Percebe-se também, que mesmo se qualificando e deixando o serviço de corte, o apontador recebe praticamente o mesmo salário do que um “bom cortador” de cana-de-açúcar. Esse fato também se enquadra nos requisitos da geração e apropriação da mais-valia pelos agentes do setor sucroalcooleiro. Basicamente, predominam os baixos salários entre os trabalhadores rurais do setor. Raramente, entre os cortadores de cana, aparece um e outro apto à resistência e ao corte, que acaba superando esses limites diários e igualando o seu salário ao de um apontador.

O relato do próximo entrevistado é apenas um, de tantos outros que moram num município e têm vínculo empregatício com uma empresa de outro município. A origem familiar também é semelhante com a do entrevistado anterior, nordestina por parte de pai. Vejamos:

Meu pai veio da Bahia, faz tempo já. E quando ele veio pra cá ele trabalhou no café. Ele veio era ainda rapazinho, não era nem casado ainda. Ele casou aqui, minha mãe é daqui. Ele veio mais ou menos nos anos 1950. Os pais dele ficaram na Bahia. O resto dos irmãos dele ficou espalhado pelo Brasil: no Mato Grosso, em São Paulo. Ai eu já nasci aqui mesmo, em Guaporema (João, 33 anos).

A História do Norte Paranaense ressalta muito a colonização das empreiteiras paulistas e inglesas na região, e a mobilidade de paulista e mineiro no trabalho assalariado na época da cafeicultura. No entanto uma leva de nordestinos também veio para cá, principalmente nos serviços de queima e derrubada das matas, quando ainda da ocupação territorial efetiva. Percebe-se nas entrevistas essa influência desde a colonização do Noroeste Paranaense e esse vínculo com a atividade cafeeira.

No que diz respeito ao trabalho no corte da cana-de-açúcar, o mesmo continua:

Hoje eu to com 33 anos, comecei na faixa dos 22/23 anos. Tem 10 anos que eu corto cana [...] Antes eu trabalhava na mandioca, essas coisas assim, na roça [...] Em média um cortador ganha uns R\$ 600, 700 reais, depende da produção. Eu tiro uns R\$ 1.300, 1.400 reais, assim cortando em média uns 350 a 400 metros quadrados de cana, dependendo da cana. Mas quando chega a entre safra não é assim não (João).

No que diz respeito ao trabalho no corte, o entrevistado ainda prefere continuar nesse serviço. Com 33 anos de idade, ele suporta cortar cana, em média 350 a 400 metros quadrados. Com isso o seu salário se eleva. Porém daqui alguns anos ele não atingirá essa produtividade devido à exaustão e à idade avançada. Certamente, nesse momento ele procurará os cursos e a mobilidade vertical em outros postos de trabalho. Vejamos:

Eles mesmos da usina falam pra gente estudar mais pra pegar outros serviços futuramente, pra pegar uma máquina né, um trator. Eles dão oportunidade também. Eu tenho vontade de fazer só mais pra frente. Dependendo do salário lá da usina é muito baixo, 1 salário mínimo só. Tem uns no escritório que ganha até R\$ 1.000, mas pra mim por enquanto é melhor cortar cana (João).

Também é possível constatar a mobilidade social no que diz respeito à evolução intergeracional. Assim como os demais entrevistados, a vida atual é melhor do que aquela que seus pais tiveram. O principal motivo que contribuiu com isso foram as condições formais de trabalho como empregos fixos, carteiras assinadas, condições melhores de salários, moradias fixas, planos hospitalares e consultas por parte dos sindicatos e usinas dentre outros. Mesmo sendo um serviço exaustivo como ressaltado pelo entrevistado, as condições formais de trabalho levam muitos à esse serviço. Vejamos mais:

Hoje está bem melhor em. Antes meu pai falava que era mais difícil [...] Ai quando eu era adolescente era difícil também porque era serviço assim né, sem carteira assinada [...] hoje sou filiado ao sindicato, recebo férias. Antes não tinha isso. Optei pela cana por isso. Antes eu trabalhava na mandioca, essas coisas assim, na roça. Optei pela cana também porque sou registrado, e outra porque ganha mais também. Outros serviços eram muito ruim, um dia vai, outro dia não vai. Um dia não vai porque choveu, outro não vai porque deu seca, é um rolo da pega. E na cana agente vai todo dia (João).

As relações formais de trabalho, os ganhos assistenciais, a oferta de cursos de capacitação profissional e dentre outros mobilizam trabalhadores no setor, diferentemente das outras atividades como a mandioca e laranja que contratam trabalhadores diaristas. Além da mobilidade física pelo Noroeste Paranaense, também existe a mobilidade social como apontados nos relatos anteriores. E essas relações se reproduzem em outros municípios que também têm empresas do ramo sucroalcooleiro.

A seguir faremos o mesmo procedimento com o município de São Tomé, sendo possível perceber os mesmos efeitos no decorrer da sua história, como os apresentados no município de Rondon: evasão populacional, concentração de terras, monocultura canavieira e mobilidade forçada.

4.2- São Tomé

O município de São Tomé está ligado aos empreendimentos colonizadores promovidos pela Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná, aproximadamente na década de 1950, quando esta área que hoje compreende o município pertencia à Cianorte. Na época pioneira da colonização, a principal atividade local foi a madeireira, tendo a peroba, o cedro, os marfins e as caviúnas como as principais árvores utilizadas para a comercialização. Posteriormente essa a vegetação cedeu espaço para o café e, devido aos solos férteis (Cianorte e São Tomé marcam a transição das terras roxas às arenosas do Noroeste Paranaense), tão logo o município se tornou promissor e rico.

A origem do nome do município foi dada pelo departamento de topografia da Companhia de Terras, em referência histórica ao Caminho de São Tomé, antigo Caminho de Peabiru, via pré-colombiana que ia do litoral paulista até a cidade paraguaia de Assunción, passando pela região do atual município de São Tomé que era bastante utilizada pelos povos indígenas da época do “descobrimento do Brasil” (Paraná da Gente, 2010). Os Pioneiros do município foram: João Batista Belinezzo, Benedito Paia, José Peres Canhadas, e mais as famílias Garcia, Moros, Aricini e Bortolucci. O município foi criado, sem passar pelo estágio de distrito, em 25 de julho de 1960, através da Lei Estadual n.º 4.245. O primeiro prefeito municipal foi o senhor Luíz Fernando Nicolau.

Em 1970, devido aos empreendimentos voltados à economia cafeeira, o município atingiu 9.298 habitantes, sendo 7.556 provenientes no meio rural, e 1742 no meio urbano (Tabela 15). Uma característica marcante da economia cafeeira, como pode se constatar é o predomínio da população que vivia no meio rural. Assim como Rondon, Cidade Gaúcha e dentre outros municípios do Norte Paranaense tiveram essa característica, onde, no decorrer da mecanização agrícola, muito municípios passaram a ter uma evasão populacional demasiada e, conseqüentemente, um aumento na população urbana. Porém, em termos de população total, o fator marcante nestas localidades é a evasão.

Tabela 15- Município de São Tomé- Evolução da população urbana, rural e total. 1970-2010.

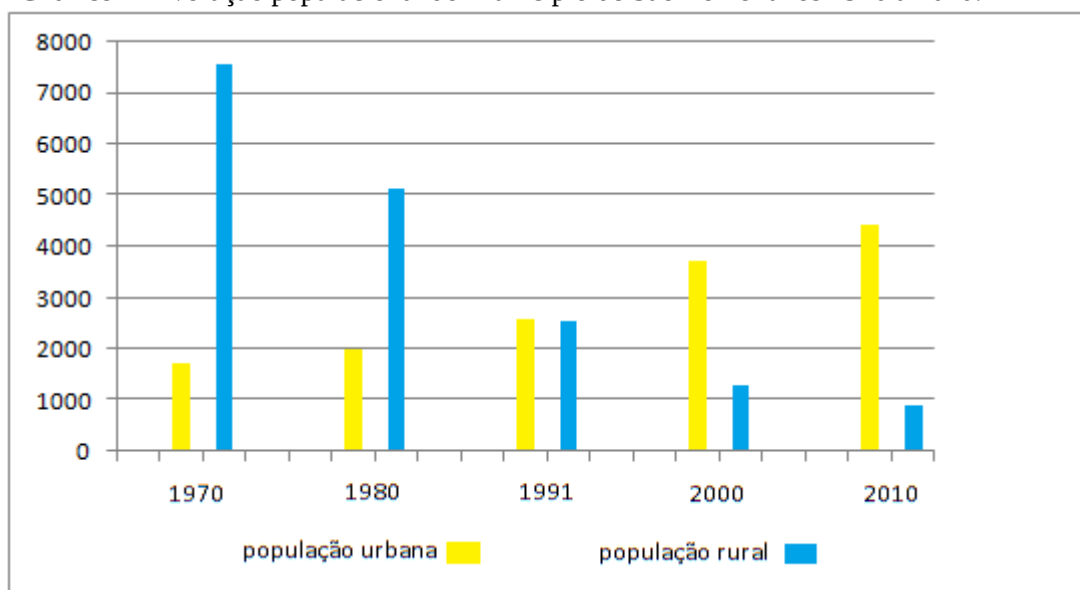
<i>Ano</i>	<i>População Urbana</i>	<i>População Rural</i>	<i>total</i>
1970	1.742	7.556	9.298
1980	2.012	5.146	7.158
1991	2.576	2.539	5.115
2000	3.737	1.304	5.041
2010	4.446	903	5.349

Fonte: IBGE- Censos demográficos 1970 a 2010.

Elaboração: NEMO, 2010.

É possível constatar pela tabela 15 esse fluxo emigratório do município de São Tomé. Apesar da população no meio urbano ter crescido, a evasão total foi muito grande. Se em 1970 a população total do município era de 9.298 habitantes, em 2000 esse número caiu para 5.041. O Gráfico 4 apresenta essa distribuição e percebe-se a queda demasiada da população nas décadas de 1970/80.

Gráfico 4- Evolução populacional do Município de São Tomé- anos 1970 a 2010.



Fonte: IBGE, censos demográficos.

Elaboração: NEMO, 2010.

Assim como em Rondon, essa evasão populacional se deu em decorrência da crise da cafeicultura e a entrada de outras atividades no meio rural, dentre elas a pastagem, além também da concentração de terras. No município de São Tomé, houve uma concentração de terras maior nos grupos de áreas entre 20 a 50, de 50 a 100 e de 100 a 500 hectares. Já no grupo acima de 500 hectares, o município teve uma desconcentração, pois em 1970 havia 2 estabelecimentos nesta categoria, e em 1996 passou para 1 (Tabela 16).

Tabela 16- Município de São Tomé, estrutura fundiária, nº de estabelecimentos por classe de área (ha) 1970-1996

<i>Ano</i>	<i>Menos de 1 a 5</i>	<i>5 a 10</i>	<i>10 a 20</i>	<i>20 a 50</i>	<i>50 a 100</i>	<i>100 a 500</i>	<i>mais de 500</i>
1970	126	341	354	80	12	8	2
1980	37	83	220	133	23	17	2
1996	137	150	219	103	27	16	1

Fonte: GRIGÓRIO JUNIOR, 2004.

Observa-se que houve uma relativa desconcentração de terras em 1980 a 1996. As áreas de 100 a 500 e mais de 500 hectares que deixaram de existir provavelmente foram anexadas pelos demais grupos, relativamente menores, dentre eles os grupos de 50 a 100 hectares, e os grupos menores, de menos 1 a 5 e de 5 a 10 hectares, que houve um aumento neste período.

Atualmente as atividades que vem sendo praticadas no município de São Tomé estão voltadas praticamente às agroindustriais. Contudo também pode constatar no meio urbano as atividades voltadas às indústrias têxteis, do vestuário e artefatos de tecidos. Como já expresse anteriormente nesta pesquisa, o município de São Tomé localiza-se aproximadamente a 15 km do polo econômico de Cianorte, que tem nas indústrias têxteis a sua principal atividade econômica de âmbito nacional.

A atividade que mais gera emprego no município de São Tomé está voltada a indústria de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico, conforme dados apresentados na Tabela 17. Essas atividades vêm sendo as mais importantes devido a presença no município da Unidade de açúcar e de álcool do grupo Santa Terezinha.

Tabela 17- São Tomé, número de estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas-2009

<i>Atividades Econômicas</i>	<i>Estabelecimentos</i>	<i>Empregos</i>
Indústria de extração de minerais	1	26
Indústria de madeira e do imobiliário	2	13
Indústria quím., prod. Farm., veterin., perf., sabões, velas e mat. Plást.	2	135
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	8	155
Indústria de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	12	1.837
Comércio varejista	30	70
Comércio atacadista	1	2
Instituições de crédito, seguro e capitalização	1	4
Admins de imóveis, valores mobil., servi. Técn. Profis., aux. ativ. econ.	2	2
Transporte e comunicações	14	20
Serviço de alojamento, alim., reparo, manut., radiodifusão e televisão	9	21
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	2	2
Ensino	1	-
Administração pública direta e indireta	2	251
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca	21	36
TOTAL	115	2.574

Fonte: Cadernos municipais, IPARDES, 2010.

Essas atividades revelam certa dinâmica e importância para o município uma vez que elas contribuem para a fixação da população local, fazendo com que boa parte da população economicamente ativa (PEA) esteja empregada no município de origem. Com isso revelou-se um pequeno crescimento populacional nos anos de 2000 a 2010, conforme apresentado na Tabela 15. São atividades, tanto na zona urbana quanto na zona rural, que merecem maior atenção no meio acadêmico ao estudar a problemática destes municípios demograficamente pequenos.

A População Economicamente Ativa total de São Tomé se aproxima de 2.791 trabalhadores, segundo IPARDES 2010. Deste total, 2001 trabalhadores são da área urbana, e 790 da área rural. Se referenciarmos os 115 estabelecimentos econômicos de São Tomé, e o total de emprego que eles ofertam- 2.574, percebe-se então o baixo índice de desemprego nesta localidade. Os trabalhadores restantes da PEA que não estão inseridos nestes empregos, provavelmente estão exercendo outras atividades temporárias na zona rural, especialmente na atividade canavieira, ou estão ainda na fase escolar ou em cursos.

Ao se tratar do setor sucroalcooleiro, tema de estudo desta pesquisa, a Unidade de Produção de São Tomé foi instalada no município já na década de 1980. A Destilaria

COAMTO¹⁵, também surgiu com os incentivos do PROÁLCOOL onde, agricultores da região de São Tomé desacreditados com as culturas existentes, decidiram proporcionar outra opção no município, juntando-se e instalando a destilaria. A cana-de-açúcar, além de se adaptar nas áreas de solos arenosos da região, também utilizaria a mão-de-obra advinda do meio rural decorrente da mecanização agrícola. Com isso, diminuía a evasão populacional que tanto preocupava empresários rurais e urbanos devido a falta de mão-de-obra (TEIXEIRA, 1997).

Tamanho foi o empreendimento, que em 10 anos após o surgimento da Unidade, 80% dos empregos gerados no município relacionam-se à Unidade, sendo estes 10% no setor industrial, e 70% na área agrícola (TEIXEIRA, 1997). Essa alta porcentagem de trabalhadores na área rural revela a necessidade dos mesmos em se afirmarem no mercado de trabalho, pois como há de se constatar, a maioria dos trabalhadores rurais ligados ao setor sucroalcooleiro tiveram origens na roça, filhos de pequenos agricultores ou de trabalhadores rurais.

Se por um lado o setor sucroalcooleiro ofereceu emprego à população, por outro a monocultura da cana-de-açúcar marca de forma expressiva as atividades advindas do meio rural de São Tomé, em diminuição ou até mesmo em detrimento de outros cultivos. Isso acarreta o fim da policultura e desagrega cada vez mais a agricultura camponesa, aumentando os preços dos produtos destinados a alimentação humana, que por sua vez acabam vindos de outras localidades.

Os quadros a seguir apresentam a área plantada com lavoura temporária e permanente do município, nos anos de 2000 a 2009. É possível perceber o aumento da cana-de-açúcar e a diminuição da área de alguns cultivos, dentre eles o feijão, arroz (deixa de ser cultivado no ano de 2004), a mandioca e o café. Uma explicação para isso, além da expansão da cana-de-açúcar, a concentração dos cultivos destinados às agroindústrias como a soja, o milho, a mandioca que mesmo diminuindo áreas é uma atividade significativa na região Noroeste, bem como a laranja que vem acenando com um aumento também na área plantada, devido às atividades ligadas à citricultura.

¹⁵ Vale lembrar que nos anos 2000 o Grupo Santa Terezinha incorporou a Coamto, passando então os direitos àquele grupo. Para mais informações sobre as aquisições do Grupo Santa Terezinha, consultar o site http://www.cargapesada.com.br/noticias/noticia_ver.php?id=3110.

Quadro 7- Município de São Tomé, evolução da área plantada com lavoura temporária, 2000 a 2009.

Área plantada (Hectares)										
Lavoura temporária	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Abacaxi	-	-	-	-	-	-	-	25	25	25
Amendoim (em casca)	3	3	4	-	-	-	5	5	8	5
Arroz (em casca)	10	10	10	10	-	-	-	-	-	-
Aveia (em grão)	-	-	-	-	100	40	-	-	-	-
Batata-doce	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cana-de-açúcar	7.530	7.813	7.474	8.906	8.769	9.055	9.311	9.779	10.200	9.534
Feijão (em grão)	110	120	80	30	47	35	60	50	12	6
Mamona (baga)	5	3	-	-	-	-	-	-	-	-
Mandioca	1.303	1.303	903	400	900	1.000	380	470	400	603
Melancia	1	1	2	3	3	4	5	3	3	3
Milho (em grão)	1.263	2.100	1.500	2.050	1.850	1.520	2.650	3.100	1.650	1.620
Soja (em grão)	1.245	1.300	1.800	2.700	2.900	2.900	2.500	1.800	1.700	1.500
Sorgo (em grão)	-	-	-	-	50	-	-	-	-	-
Tomate	1	1	3	3	2	-	-	-	-	-
Trigo (em grão)	150	150	400	300	150	200	250	250	-	260

Fonte: Censo agropecuário, IBGE.

Elaboração: NEMO, 2010.

Quadro 8- Município de São Tomé, evolução da área plantada com lavoura permanente, 2000 a 2009.

Área plantada (Hectares)										
Lavoura permanente	Ano									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Abacate	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-
Café (em grão)	852	652	634	355	321	210	170	119	135	98
Goiaba	30	30	37	30	30	30	30	30	30	30
Laranja	73	73	73	66	71	98	98	117	196	215
Manga	15	15	15	15	15	15	15	5	5	5
Maracujá	-	-	-	-	-	-	-	3	3	3
Palmito	-	-	-	10	10	10	12	12	12	12

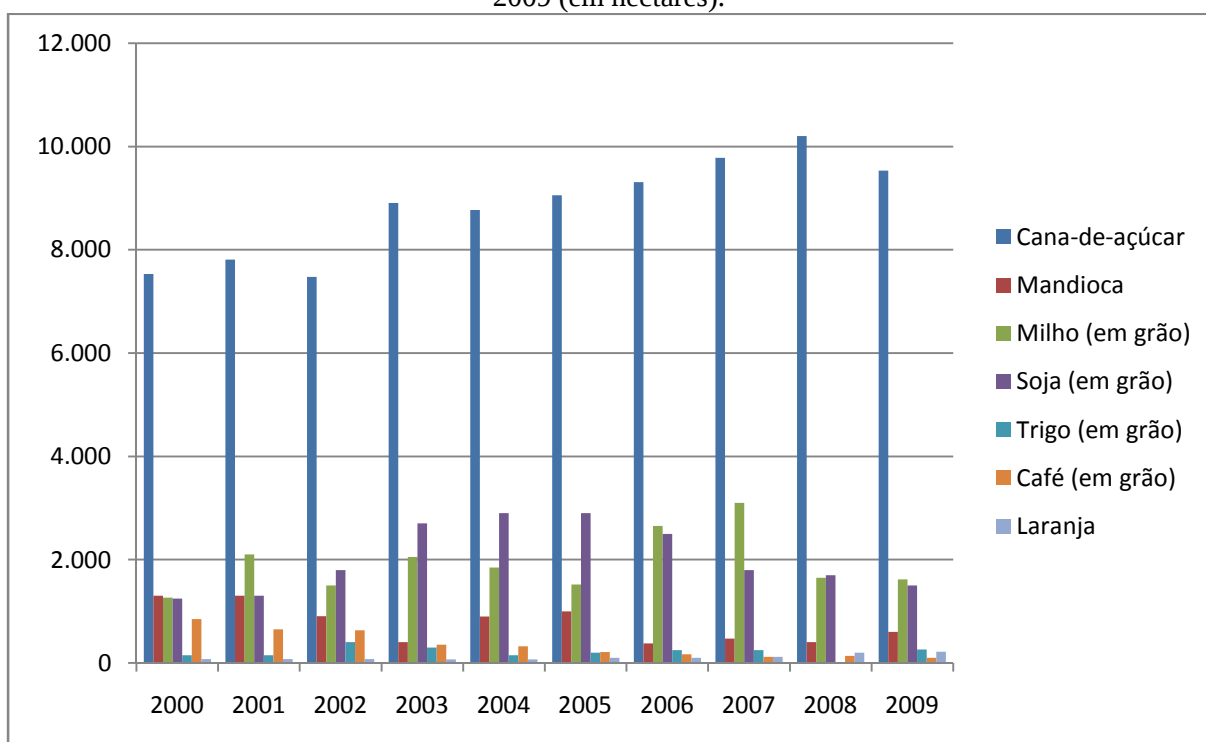
Fonte: Censo agropecuário, IBGE.

Elaboração: NEMO, 2010.

O Gráfico 5 mostra essa relação entre os cultivos, sendo possível observar o predomínio da lavoura canavieira nos anos 2000 a 2009. Em dados e informações anteriores, observamos que a área destinada à cana-de-açúcar no município de São Tomé (IBGE, 2009) compreende entorno de 50% ou mais do perímetro municipal total. Sendo o perímetro municipal aproximadamente 21.862 hectares, somando a área destinada aos principais cultivos como a cana-de-açúcar, a mandioca, o milho, a soja, o trigo, o café e a laranja, o

valor se aproxima de 14.000 hectares. Isso representa aproximadamente 65% de todo o perímetro municipal. Os 35% restantes se destinam ao espaço urbano e à pecuária que também se desenvolve no município, além de outros cultivos. Percebe-se que as atividades da agricultura camponesa destinadas à alimentação humana são menos expressivas e praticadas em poucas áreas.

Gráfico 5- Município de São Tomé, evolução da área plantada com as principais lavouras, 2000 a 2009 (em hectares).



Fonte: Censo agropecuário, IBGE.
Elaboração: NEMO, 2010.

As atividades representadas no Gráfico 5 compreendem aquelas relacionadas às Indústrias de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico, onde ao todo possuem 12 estabelecimentos, gerando cerca de 1.837 empregos (Tabela 17). A principal fonte de renda do município vem das atividades agroindustriais, representadas acima.

Em se tratando do setor sucroalcooleiro, e em especial no que diz respeito ao trabalhador rural, a Unidade São Tomé mobiliza trabalhadores não apenas do município sede, mas também de outros como Guaporema, Rondon, São Manoel do Paraná, Indianópolis, Japurá, Ourizona, Paçandu, Doutor Camargo, Cianorte, Jussara, Terra Boa, Engenheiro Beltrão, Quinta do Sol, Tuneiras do Oeste, Araruna, Peabiru, Fênix, Farol e Barboza Ferraz. A

Tabela 18 apresenta o número de trabalhadores mobilizados por municípios pela Unidade São Tomé, sendo que ao todo o número se aproxima de 1.100 trabalhadores.

Assim como em Rondon, a Unidade São Tomé também é de expressão mesorregional no que diz respeito à abrangência territorial da mão-de-obra no meio rural. São trabalhadores mobilizados das Mesorregiões Noroeste, Norte Central e Centro Ocidental. Isso evidencia a importância das Unidades de Produção, na geração de emprego e renda local de diversos municípios. Ainda atrelado a isso, as usinas não apenas mobilizam trabalhadores rurais para o plantio e corte da cana-de-açúcar, mas também de funcionários especializados em diversas atividades, como nas áreas de engenharia, administração, segurança do trabalho, serviço social e entre outros. Geralmente, as pessoas mais qualificadas vêm de outras localidades e acabam fixando moradia nas cidades sedes ou próximas a estas.

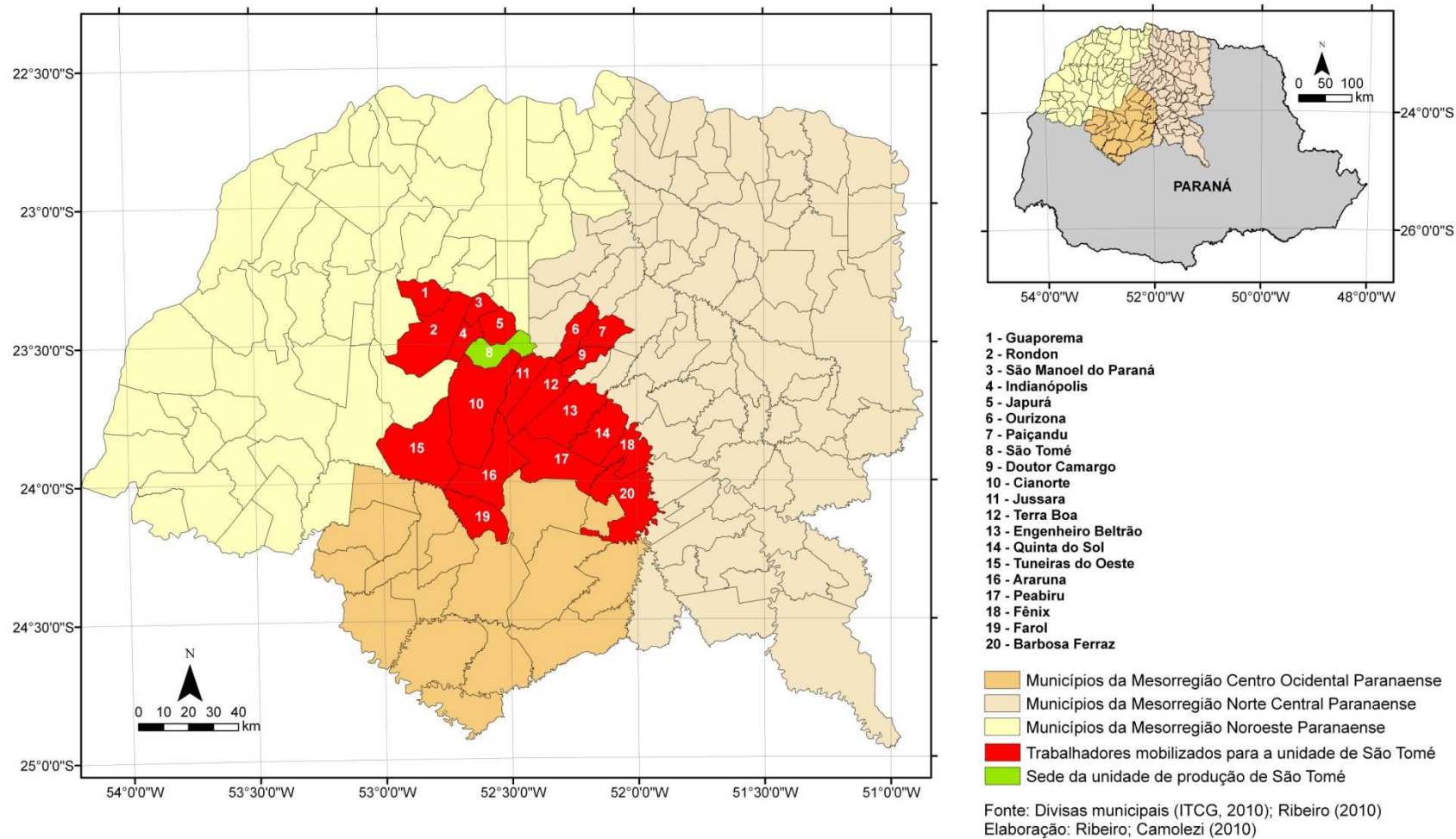
Tabela 18- Origem da mobilidade e número de trabalhadores rurais mobilizados pela Unidade São Tomé- ano 2010.

<i>Origem dos Trabalhadores</i>	<i>Número de Trabalhadores Mobilizados</i>
Guaporema	21
Rondon	11
São Manoel do Paraná	19
Indianópolis	10
Japurá	59
Ourizona	38
Paiçandu	41
São Tomé	200
Doutor Camargo	51
Cianorte	39
Jussara	10
Terra Boa	188
Engenheiro Beltrão	40
Quinta do Sol	103
Tuneiras do Oeste	36
Araruna	34
Peabiru	42
Fenix	41
Farol	37
Barboza Ferraz	44

Fonte: Trabalho de campo- Usina de Açúcar Santa Terezinha LTDA- Unidade São Tomé.
Elaboração: NEMO, 2010.

O Mapa 15 mostra a espacialidade geográfica da mobilidade dos trabalhadores rurais, sendo possível constatar que a Unidade mobiliza trabalhadores em alguns casos de até 100 km de São Tomé, como no caso de Barboza Ferraz.

A Mesorregião Norte Central, como pode-se observar, tem 3 municípios que ofertam mão-de-obra no meio rural para a Unidade São Tomé. São os municípios de Ourizona, Paçandu e Doutor Camargo. Pela escala do mapa, essas localidades parecem próximas de São Tomé (aproximadamente 40 km). No entanto, devido a malha urbana, a distância acaba se aproximando dos 60 a 70 km do município sede. Já a Mesorregião Centro Ocidental é a que mais municípios ofertam trabalhadores para a unidade. Ao todo são 8 municípios: Terra boa, Engenheiro Beltrão, Quinta do Sol, Fenix, Peabiru, Farol, Araruna e Barboza Ferraz. Os demais municípios compreendem a Mesorregião Noroeste. Percebe-se, que diferentemente de Rondon, a Unidade São Tomé não mobiliza trabalhadores do Nordeste e de Minas Gerais.



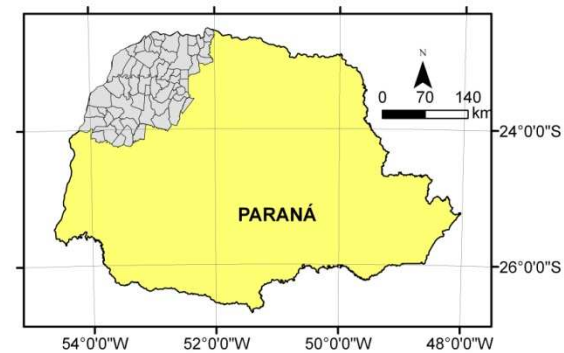
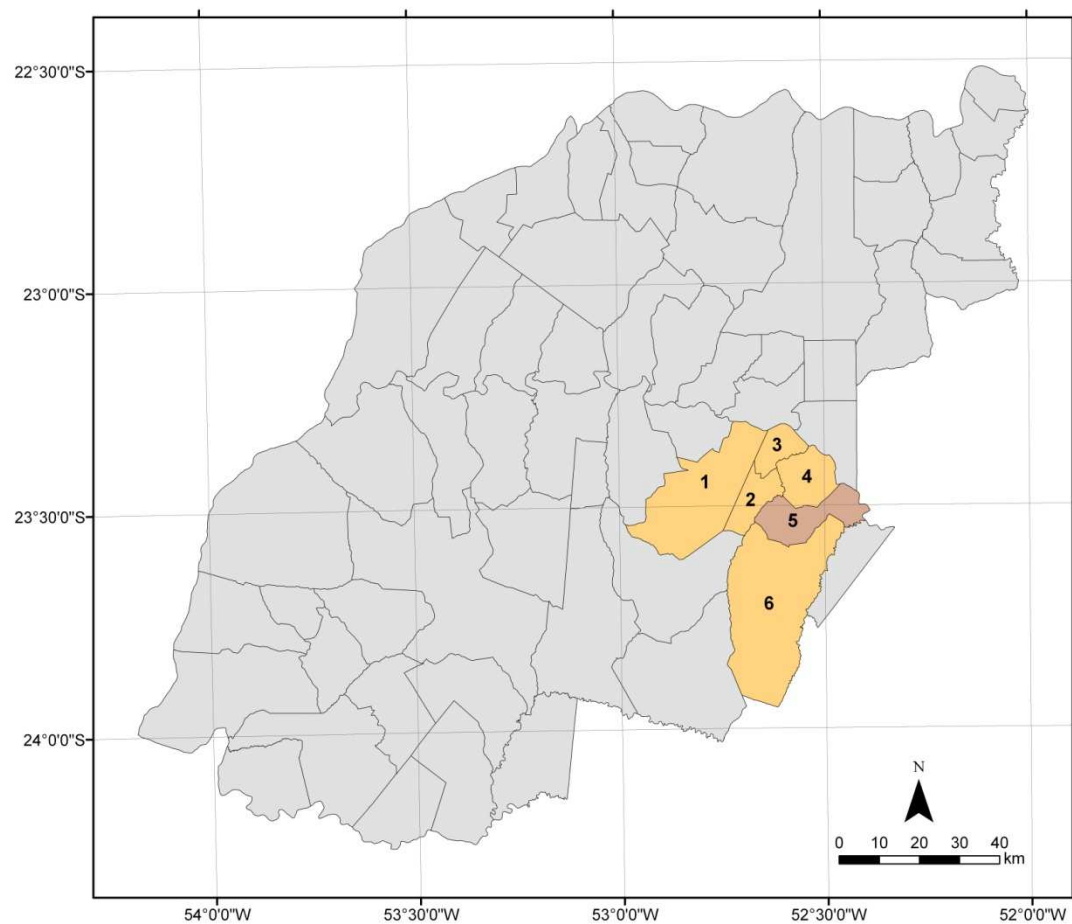
Mapa 15- Abrangência territorial da Unidade São Tomé sobre a mão-de-obra no corte da cana-de-açúcar- ano 2010.

Os trabalhadores rurais da Unidade São Tomé se mobilizam no espaço geográfico da Mesorregião Noroeste para o plantio e corte da cana-de-açúcar. Diferentemente da Unidade de Rondon, a Unidade São Tomé possui poucos municípios arrendadores de cana-de-açúcar, sendo que estes são localidades próximas ao município. Isso significa que os trabalhadores necessitam se deslocar diariamente em um percurso maior para chegarem aos locais de trabalho.

O Mapa 16 apresenta a espacialidade dos municípios arrendadores de cana-de-açúcar para a Unidade São Tomé. Percebe-se que são apenas 6 municípios: São Tomé, Cianorte, Japurá, São Manoel do Paraná, Indianópolis e Rondon. Diferentemente de Rondon, que tem uma abrangência maior nos arrendamentos e com isso os trabalhadores rurais têm a oportunidade de trabalhar próximos aos municípios de origem, não se deslocando em grandes percursos, os trabalhadores rurais da Unidade São Tomé já necessitam deste grande trajeto para chegarem até o local de trabalho, pois comparando o Mapa 15 com o Mapa 16, é possível perceber que muitos municípios que ofertam força de trabalho estão distantes aproximadamente 100 km das localidades arrendadoras de cana-de-açúcar, principalmente os municípios de Barboza Ferraz, Farol, Fênix, Peabiru, da Mesorregião Centro Ocidental.

A lógica que permeia o setor sucroalcooleiro se reproduz em diversos municípios no que diz respeito aos contratos e as ações sindicais. A mão-de-obra extrapola o limite municipal, e os sindicatos estão se fragmentando, limitando-se apenas ao município de origem do trabalhador. O Estado acabou enfraquecendo os sindicatos e, além disso, muitas assistências sociais aos trabalhadores como, por exemplo, hospitalares, planos odontológicos dentre outros passaram a ser de responsabilidade das usinas, ainda que existam alguns direitos por parte dos sindicatos, contudo o trabalhador necessita pagar um custo por isso.

Com isso, além da movimentação de trabalhadores nestes municípios sedes de Unidades Produtivas, o setor mobiliza também planos assistencialistas com o objetivo de promover o bem-estar dos trabalhadores, em especial rurais, por se tratar de uma atividade exaustiva. Estima-se, que 1% da produção do açúcar e 2% da produção de álcool são transferidos para os trabalhadores rurais, através dos planos assistenciais. Esse fato, de acordo com entrevistas com trabalhadores rurais dos municípios, leva muitos trabalhadores adultos a cortarem cana-de-açúcar, pois nenhuma atividade oferece tantas oportunidades de empregos, além de planos de saúde como o setor canavieiro.



- 1 - Rondon
- 2 - Indianópolis
- 3 - São Manoel do Paraná
- 4 - Japurá
- 5 - São Tomé
- 6 - Cianorte

- Municípios arrendadores de terra para plantio de cana-de-açúcar
- Sede da unidade de produção de São Tomé - arrendatário
- Municípios do Noroeste Paranaense

Fonte: Divisas municipais (ITCG, 2010); Ribeiro (2010)
Elaboração: Ribeiro; Camolezi (2010)

Mapa 16- Noroeste Paranaense, territorialidade das áreas arrendadas para a Unidade São Tomé- ano 2010.

Esses planos assistenciais, além da garantir a mão-de-obra e a mais-valia para o capital sucroalcooleiro, também vêm contribuindo, mesmo timidamente, com a mobilidade social de cortadores de cana-de-açúcar, pois de acordo com conversas com trabalhadores de São Tomé, os mesmos relataram que esses planos os fizeram economizar dinheiro e, com isso, eles investiram em outras coisas como na educação dos filhos e na compra de produtos eletroeletrônicos para as suas casas, etc. Vejamos o relato de um trabalhador:

[...] a cana tem médico, tem planos de saúde né. Tudo isso que antes eu não tinha. Remédio, consulta, hoje em dia pra gente que trabalha na roça, é difícil ter né, pagar. Já fui aqui em Cianorte consultar. Já com o dinheirinho que agente ia gastar na saúde, já fazemos outra coisa né. Compramos alguma coisa que precisamos na casa da gente, um móveis, os estudos dos meninos. Antes quando eu trabalhava de diarista, nossa, era complicado em [...] (Joaquim, 48 anos).

E quando perguntado sobre os principais bens adquiridos com o dinheiro da lavoura, o mesmo continua:

Televisão, geladeira, fogão. Eu consegui trocar tudo né. Comprei novo agora. Com prestação né. Tenho um carrinho também, um gol. O carro eu mais a minha esposa que comprou [...] A minha esposa trabalha na costura, na facção aqui mesmo da patroa dela [...] Também ajudei o meu filho nos estudos, lá em Umuarama. Ele fez o curso de segurança no trabalho, e hoje trabalha dentro da usina, aqui de Tomé mesmo [...] Eu sempre falo pros meninos né, estudar e fazer faculdade. Hoje tem tanta faculdade, escola né. Aqui em Cianorte tem a UEM, o campus. Em Gaúcha tem UEM também. Então eles precisam mesmo aproveitar, porque o serviço aqui na roça é difícil. E Hoje pra eles que tem oportunidade, é mais fácil do que no meu tempo. Hoje melhorou muito as coisas (Joaquim).

O trabalhador ao se referir à assistência hospitalar atendida, informou que se estivesse em outras atividades trabalhando de diarista não teria esse atendimento. Geralmente quem presta esse serviço para as Unidades de Produção é a CANAPAR¹⁶, que tem por objetivo amparar seus associados (no caso as Unidade de Produção) na Assistência Social na área médica, farmacêutica, odontológica e auxílio social. O grupo Santa Terezinha é filiada a CANAPAR e esta presta auxílio para as Unidades do grupo. Nestes relatos, podemos mais uma vez perceber que a atividade canavieira, através de suas associações, atrai a mão-de-obra, pois esses planos hospitalares e demais assistências levam o trabalhador volante ao corte de

¹⁶ Para maiores informações sobre o trabalho da Canapar, consultar o site da associação: <http://canapar.com.br>

cana. As demais atividades como a mandioca, a laranja dentre outras acabam, muitas vezes, necessitando de trabalhadores. O dinheiro, que era pra ser investido na saúde do trabalhador, foi aplicado em outros setores como no comércio e na educação. É possível perceber que diversas atividades econômicas acabam lucrando com os programas assistenciais destinados ao trabalhador rural do capital sucroalcooleiro e isso acaba movimentando cidades demograficamente pequenas como São Tomé.

Ainda de acordo com o entrevistado, o setor canavieiro emprega não apenas o chefe de família, mas também os demais. O filho desse entrevistado terminou o segundo grau e fez o curso Técnico em Segurança do Trabalho em Umuarama, que é uma área no mercado de trabalho que o setor sucroalcooleiro procura devido à periculosidade do trabalho dentro das empresas.

Nestes municípios que não dispõem de muitas opções de emprego, a agroindústria canavieira acaba sendo a principal responsável pelas ofertas de trabalho como mostramos anteriormente, além também de promover certa mobilidade social e intergeracional como desse entrevistado. Percebe-se que seus filhos estão se qualificando e tornando-se operários dentro da Usina. O corte da cana-de-açúcar não faz parte dos planos dos mesmos.

A seguir breves considerações sobre o município de Cidade Gaúcha e a mobilidade dos cortadores da cana-de-açúcar.

4.3- Cidade Gaúcha

Diferentemente de Rondon e São Tomé, o município de Cidade Gaúcha foi originado pelos empreendimentos imobiliários da Companhia Ypiranga Boralli e Held¹⁷ Ltda, em 1951, motivados também pela economia cafeeira, que se encontrava no auge da produção brasileira.

Agentes imobiliários ligados à companhia dirigiram-se para os Estados de Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e principalmente para o Rio Grande do Sul, com o objetivo de efetuar vendas de lotes rurais. Os principais colonos foram os gaúchos, motivados pela riqueza vinda da cafeicultura no período (ROSSETTI, 1997).

¹⁷ A Companhia Ypiranga adquiriu terras da Companhia de Terras Norte do Paraná, fundando alguns municípios no Noroeste Paranaense, principalmente aqueles localizados nas áreas do arenito Caiuá como Cidade Gaúcha e Alto Paraná.

A princípio, Cidade Gaúcha pertencia na condição de distrito ao município de Peabiru. De 1952 a 1960, a localidade foi distrito do município de Rondon, sendo elevada à categoria de município em 25 de julho de 1961 pela lei estadual 4245.

O solo, que na época de ocupação era revestido pela floresta Estacional semi-decidual, foi aos poucos dando suporte aos cafezais, sendo que a mata foi revestida, tendo a madeira e suas serrarias também como a principal atividade pioneira no município, juntamente com o café que ia ocupando o espaço da floresta.

Aponta Rossetti (1997) que a companhia Ypiranga seguiu os mesmos métodos de ocupação da Companhia de Terras Norte do Paraná, ou seja, difundindo a pequena propriedade. Os pequenos proprietários exerciam o trabalho familiar, contratando trabalhadores nas colheitas quando necessário. Nesta época, as famílias costumavam a ser numerosas e geralmente todos os integrantes contribuíam com a mão-de-obra.

A exploração dos cafezais se dava às custas da fertilidade natural do solo. Com a derrubada da mata, os solos arenosos tornaram-se facilmente erosivos, causando grandes impactos no meio rural, principalmente após a mecanização agrícola. Até mesmo as pastagens, substitutas dos cafezais, sofreu com os impactos erosivos.

No que se trata da população rural/urbana do município de Cidade Gaúcha, os dados demográficos também se apresentam em declínio, assim como os demais municípios investigados neste capítulo, seguindo o movimento migratório expressivo no que diz respeito à Mesorregião Noroeste. Os impactos erosivos no solo, a substituição da atividade rural tradicional (café) pela agricultura tecnológica, a concentração de terras, as pastagens, somadas a falta de emprego no meio urbano e dentre outros, condicionaram a intensa mobilidade humana destes municípios.

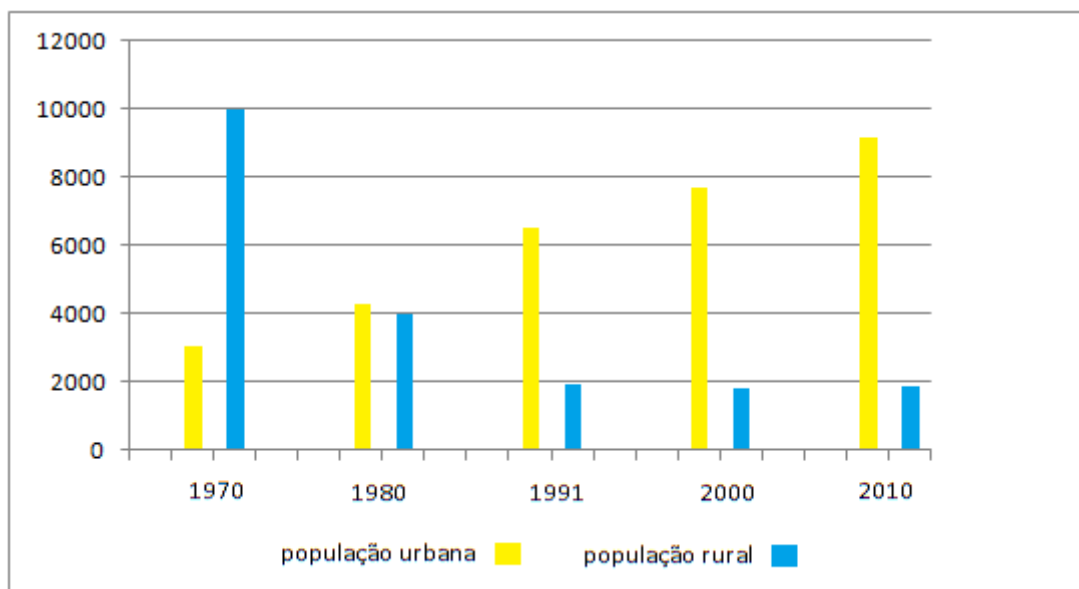
Tabela 19- Município de Cidade Gaúcha- Evolução da população urbana, rural e total. 1970-2010.

<i>Ano</i>	<i>População Urbana</i>	<i>População Rural</i>	<i>total</i>
1970	3.038	10.004	13.042
1980	4.270	3.971	8.241
1991	6.522	1.950	8.472
2000	7.681	1.850	9.531
2010	9.181	1.886	11.067

Fonte: Censos demográficos, IBGE.
Elaboração: NEMO, 2010.

É possível observar o declínio demográfico significativo nos anos de 1970, período da mecanização agrícola, já expresso anteriormente nesta pesquisa, que resultou no fluxo populacional. Se em 1970 a população total do município de Cidade Gaúcha foi de 13.042 habitantes, em 1980 esse número caiu para 8.241, ou seja, aproximadamente 37% da população total de 1970. A população somente volta a aumentar nos anos 2000 a 2010, tendo um crescimento de aproximadamente 16%. Provavelmente se a população de Cidade Gaúcha continuar com esse crescimento demográfico, nos anos 2020 o município terá o número populacional compatível ao ano de 1970. Percebe-se, então, que serão aproximadamente 40 anos ou mais, para município de Cidade Gaúcha se recuperar e atrair população para, finalmente atingir o número demográfico que tinha na época do auge da economia cafeeira.

Gráfico 6- Município de Cidade Gaúcha- Evolução da população urbana, rural. 1970-2010.



Fonte: Censos demográficos, IBGE.

Elaboração: NEMO, 2010.

Outro dado importante a ser ressaltado é o declínio expressivo da população rural frente a urbana. Com a intensificação das relações capitalistas no meio rural, este vai necessitando cada vez menos de mão-de-obra, acarretando o êxodo rural- urbano. Vale lembrar que a cafeicultura atrelava o homem ao meio rural. Feito contrário com a entrada de novas atividades, dentre elas a pastagem, que necessita de bem menos força de trabalho. Em decorrência das pastagens, houve também a concentração das terras.

Tabela 20- Município de Cidade Gaúcha, estrutura fundiária, nº de estabelecimentos por classe de área (ha) 1970-1996

<i>Ano</i>	<i>Menos de 1 a 5</i>	<i>5 a 10</i>	<i>10 a 20</i>	<i>20 a 50</i>	<i>50 a 100</i>	<i>100 a 500</i>	<i>mais de 500</i>
1970	321	240	150	186	54	79	8
1980	178	86	93	90	48	86	15
1996	20	24	42	62	43	76	14

Fonte: GRIGÓRIO JUNIOR, 2004.

A Tabela 20 apresenta a estrutura fundiária do município de Cidade Gaúcha, sendo possível perceber a diminuição das pequenas propriedades e o aumento das classes de 100 a 500 hectares e mais de 500 ha. As propriedades de menos 1 a 5 ha, 5 a 10, 10 a 20 e 20 a 50 ha houve um declínio significativo. Conseqüentemente, as classes de 100 a 500 e mais de 500 ha aumentaram seus estabelecimentos. Isso reflete a dinâmica ocorrida no período devido aos incentivos de nível nacional à modernização do campo, que refletiu no meio rural brasileiro, reproduzindo esse declínio das pequenas propriedades e o aumento das grandes em várias regiões do país (GRAZIANO SILVA, 1985).

Em se tratando do Estado do Paraná, houve a erradicação dos cafezais estimulada pelo próprio Estado, através do Plano de revigoração da cafeicultura (em 1972) que pagava ao agricultor para que erradicasse o café. Com esse procedimento, houve uma queda acentuada na produção das culturas de alto consumo como o arroz, feijão, amendoim e outros, geralmente plantados e explorados como lavouras intercaladas ao café.

Com a erradicação dos cafezais, a entrada das pastagens e o êxodo rural, o setor canavieiro, assim como nos demais municípios, foi favorecido com a mão-de-obra para o plantio e corte da cana-de-açúcar. A Unidade de Produção foi instalada no município em meados da década de 1980, também fruto dos incentivos por parte do Proálcool. A partir de então, a cana-de-açúcar passa a ocupar grandes áreas agrícolas no município, tornando-se a principal atividade do campo.

Em se tratando das lavouras temporárias e permanentes, observa-se que a cana-de-açúcar, assim como nos demais municípios investigados nesta pesquisa se apresenta como o principal cultivo no campo (Quadros 9 e 10).

Quadro 9- Cidade Gaúcha, evolução da área plantada com lavoura temporária, 2000 a 2009.

<i>Área plantada (Hectares)</i>										
<i>Lavoura temporária</i>	<i>Ano</i>									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Abacaxi	4	2	2	1	1	1	1	4	3	3
Algodão herbáceo (em caroço)	50	50	15	50	120	250	17	20	10	-
Amendoim (em casca)	35	70	25	50	50	40	35	30	25	15
Arroz (em casca)	10	20	20	20	20	10	10	5	150	145
Cana-de-açúcar	6.303	6.426	7.403	7.487	7.637	8.137	8.841	8.077	8.533	7.333
Feijão (em grão)	120	200	65	90	120	220	230	205	80	80
Mamona (baga)	-	15	-	-	-	-	-	-	-	15
Mandioca	660	600	605	300	700	650	700	400	600	700
Melancia	7	5	2	6	7	10	10	4	15	12
Milho (em grão)	668	600	500	600	450	450	930	400	310	300
Soja (em grão)	220	-	96	640	750	800	420	570	640	346

Fonte: Censos agropecuários, IBGE.

Elaboração: NEMO, 2011.

De acordo com o Quadro 9, os principais cultivos que diminuíram áreas plantadas no decorrer de 2000 a 2009 foram: o algodão, que mesmo acenando num aumento nos anos 2004/05, deixou de ser cultivado em 2009, o feijão, que chegou a atingir 230 hectares plantado em 2006 e caiu pra 80 hectares em 2009.

Já no que diz respeito à lavoura permanente, também se constata no município a pequena diversificação cultural e as pouquíssimas áreas agrícolas destinadas a elas. O cultivo que mais representa a lavoura permanente é a laranja, que se manteve estável de 2000 a 2009, não diminuindo áreas significativas como o café, que em 2000 era cultivado numa área equivalente a 251 hectares, passando a 53 hectares em 2009, uma queda de aproximadamente 79%.

Quadro 10- Cidade Gaúcha, evolução da área plantada com lavoura permanente, 2000 a 2009.

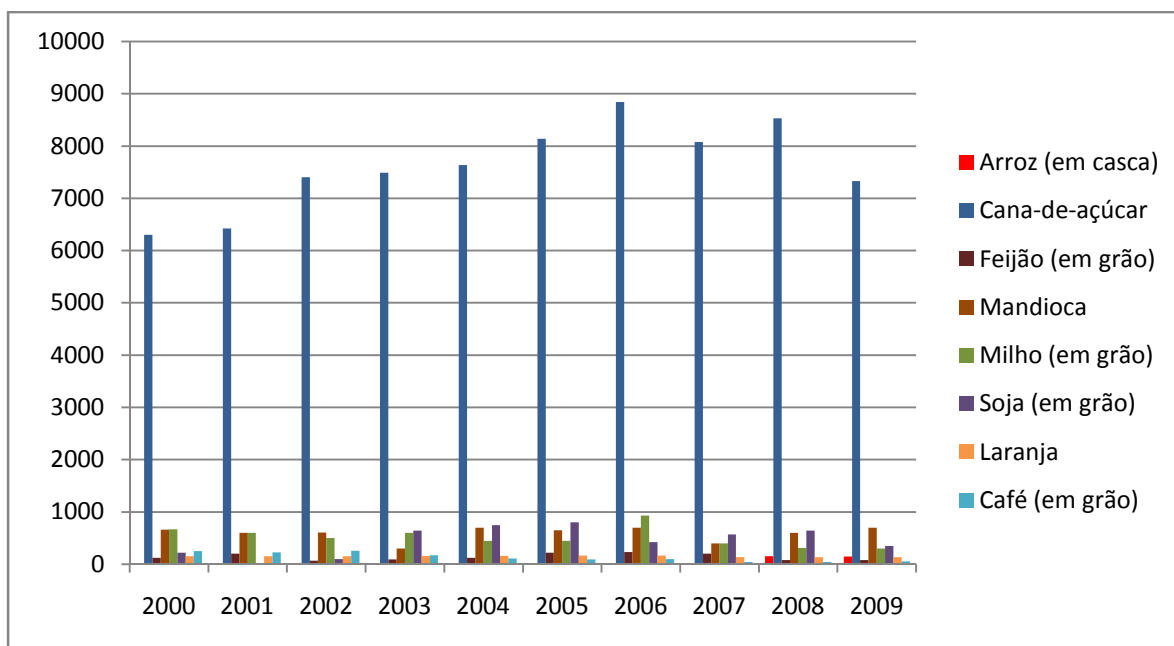
<i>Área plantada (Hectares)</i>										
<i>Lavoura permanente</i>	<i>Ano</i>									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Abacate	2	2	2	1	1	-	-	-	-	-
Café (em grão)	251	228	258	174	109	90	95	40	45	53
Coco-da-baía	-	-	-	2	2	2	2	2	2	2
Laranja	153	153	153	157	157	163	163	133	133	135
Maracujá	-	-	4	1	2	-	-	1	1	1
Palmito	-	2	7	5	3	2	2	2	2	-
Uva	3	3	3	6	8	8	8	8	4	6

Fonte: Censos agropecuários, IBGE.

Elaboração: NEMO, 2011.

Relacionando as principais culturas no Gráfico 7, é possível perceber essa grande diferença na área agrícola municipal. O ano de 2006 constata o maior pico da cana-de-açúcar, se aproximando dos 9.000 hectares cultivados. Já em 2009, a área destinada ao cultivo caiu para um pouco mais que 7.000 hectares. Essa queda não diz necessariamente que a cana deixou de ocupar espaço e sim que propriedades arrendadoras para o setor sucroalcooleiro estão preparando o solo devido o desgaste do mesmo. Com isso a área em preparo fica “descansando” alguns meses, ou até mesmo safras, para então receber a cana-de-açúcar novamente. Isso acarreta a oscilação da área que pode ser constatada no Gráfico 7, a partir de 2006. De 2000 à 2006, a cana foi se expandindo e consequentemente os demais cultivos não acompanhou essa expansão, não alcançando 1.000 hectares cultivados.

Gráfico 7- Cidade Gaúcha, evolução da área plantada com as principais lavouras- 2000 a 2009.



Fonte: Censo agropecuário, IBGE.
Elaboração: NEMO, 2010.

Essa grande quantidade de plantio de cana-de-açúcar na área rural de Cidade Gaúcha influencia o mercado de trabalho do município. Assim como nos demais municípios estudados nesta pesquisa, o setor que mais emprega trabalhadores também é a Indústria de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico (Tabela 21). A População Economicamente Ativa de Cidade Gaúcha de acordo com IPARDES (2010) é de aproximadamente 4.481 pessoas. Destas, 3.633 provenientes no meio urbano, e 848 do meio rural. O total das atividades econômicas do município chega a 278 estabelecimentos, gerando

aproximadamente 3.340 empregos. Constatase então, que esse número não atingiu a quase totalidade da PEA como nos municípios anteriores. Isso se deve ao fato da existência de trabalhadores sem contratos de trabalho ou autônomos, além também do município conter um número considerável de estudantes, diferentemente dos demais municípios estudados. Cidade Gaúcha dispõe de um campus da Universidade Estadual de Maringá- UEM, que oferta o curso de Engenharia agrícola. Os Estudantes que vêm de outras localidades adquirem moradia em Cidade Gaúcha, no entanto não estão inseridos no mercado de trabalho, sendo apenas estudantes.

Além da UEM, também podemos ressaltar outros cursos que passaram a influenciar os estudantes, como o Técnico em Segurança do Trabalho em Umuarama. Cidade Gaúcha fica aproximadamente 70 quilômetros de um dos polos importantes da Mesorregião Noroeste. Todos os dias saem ônibus de Cidade Gaúcha com destino a Umuarama, levando e trazendo estudantes.

Tabela 21- Cidade Gaúcha, número de estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas- 2009.

<i>Atividades Econômicas</i>	<i>Estabelecimentos</i>	<i>Empregos</i>
Indústrias de produtos minerais não metálicos	2	27
Indústria metalúrgica	5	39
Indústria de materiais de transportes	1	9
Indústria da madeira e do imobiliário	1	1
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, prod.sim. E ind. Diversa	1	55
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	4	97
Indústria de produtos alimentícios, de bebidas e álcool etílico	9	2.068
Construção civil	10	51
Comércio varejista	67	194
Comércio atacadista	2	1
Instituições de crédito, seguro e capitalização	4	23
administradoras de imóveis, valores mobil., serv.téc.n.profis., aux.ativ.econ.	14	26
Transporte e comunicações	33	74
Serviços de alojamento, alim., reparo, manut., radiodifusão e televisão	22	67
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	9	23
Ensino	6	33
Administração pública direta e indireta	3	407
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca	85	145
TOTAL	278	3.340

Fonte: Cadernos municipais, IPARDES 2010.

O setor sucroalcooleiro é de longe o que mais emprega no município, tanto no meio rural quanto no setor industrial. Em se tratando dos trabalhadores rurais, o setor também extrapola seus limites municipais, mobilizando trabalhadores de 10 municípios: Querência do Norte, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica, Douradina, Tapira, Nova Olímpia, Cidade Gaúcha, Maria Helena e Cruzeiro do Oeste. Além dessas localidades, o setor canavieiro mobiliza trabalhadores dos Estados de Minas Gerais, de Bahia e de Alagoas. A Tabela 22 apresenta o número de trabalhadores mobilizados por cada localidade, somando ao todo 711 trabalhadores.

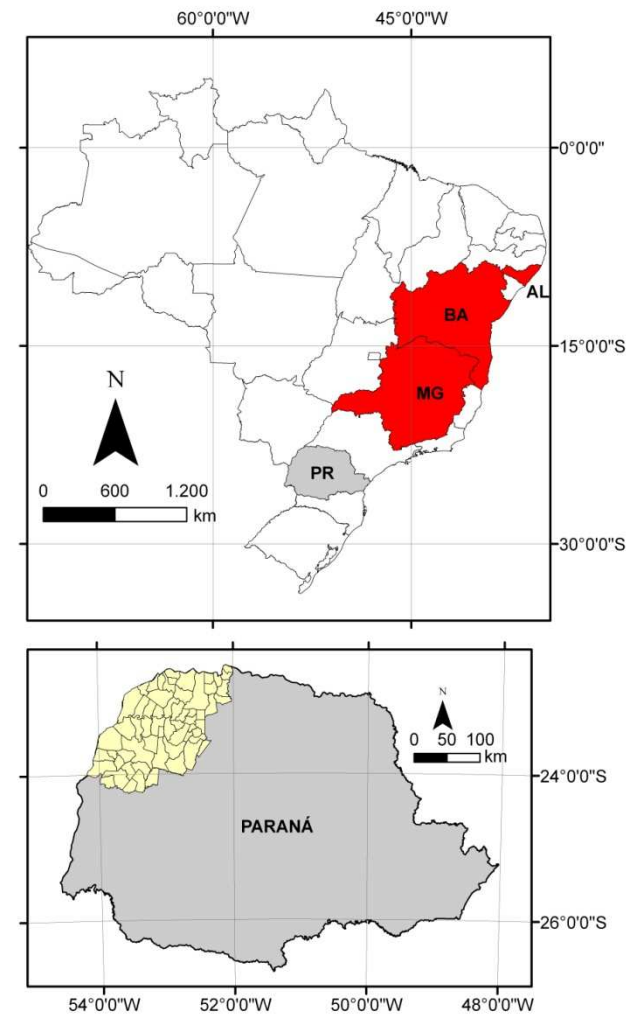
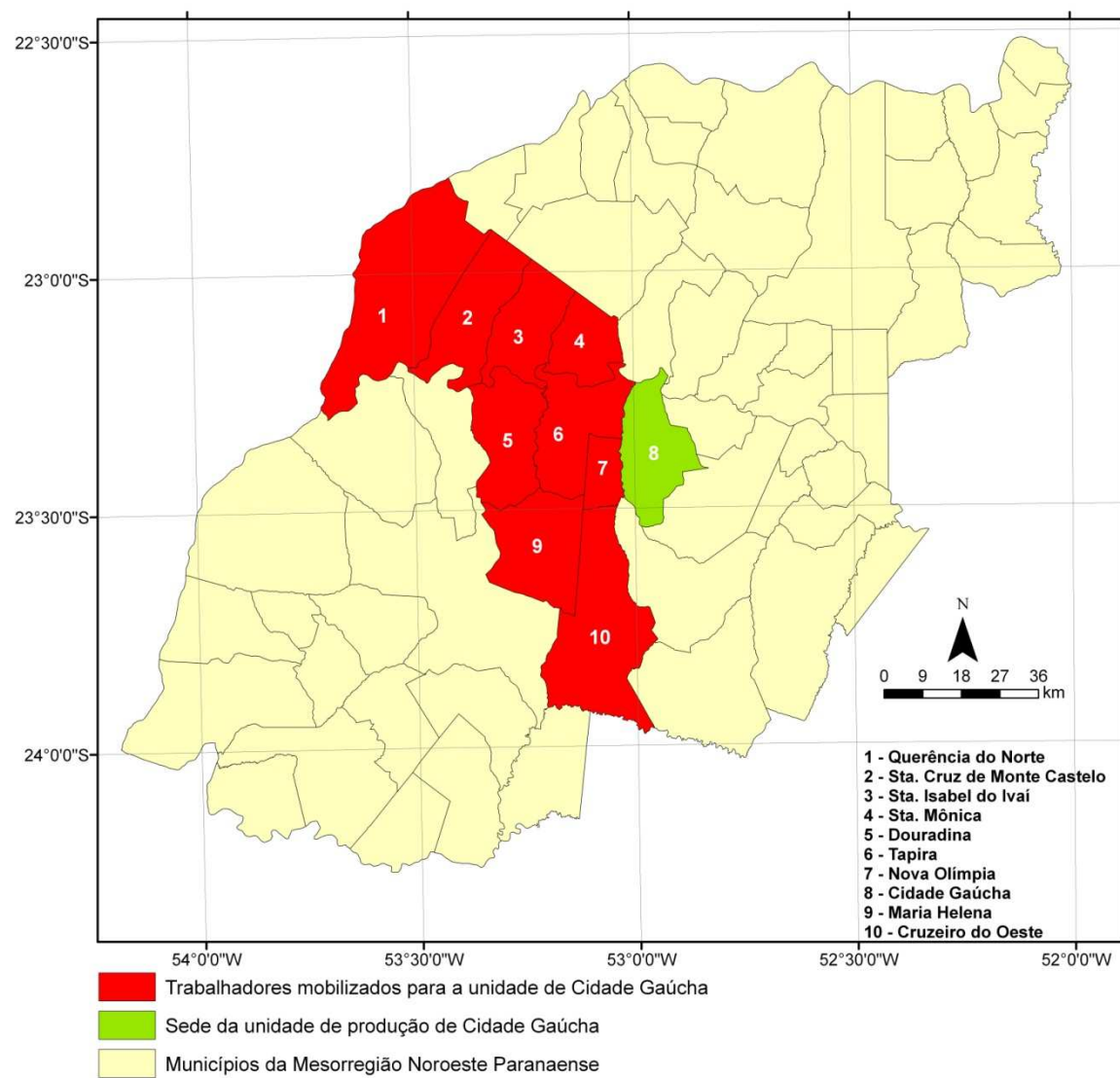
Tabela 22- Origem da mobilidade e número de trabalhadores rurais mobilizados pela Unidade de Cidade Gaúcha 2010.

<i>Origem dos Trabalhadores</i>	<i>Número de Trabalhadores Mobilizados</i>
Querência do Norte	30
Santa Cruz de Monte Castelo	20
Santa Isabel do Ivaí	22
Santa Mônica	14
Douradina	23
Tapira	74
Nova Olímpia	74
Cidade Gaúcha	137
Maria Helena	68
Cruzeiro do Oeste	26
Minas Gerais	45
Bahia	42
Alagoas	136

Fonte: Trabalho de campo- Usina de Açúcar Santa Terezinha LTDA- Unidade Cidade Gaúcha.
Elaboração: NEMO, 2010.

Percebe-se o grande contingente de trabalhadores mobilizados do Estado de Alagoas (136 trabalhadores). Além de Cidade Gaúcha, Rondon também mobiliza trabalhadores deste Estado. Esses volantes vêm para o Paraná no mês de março e ficam até dezembro, período da safra da cana-de-açúcar. A idade desses trabalhadores que vêm de Minas Gerais e do Nordeste é em média 22 a 30 anos na maioria. Muitos deles são casados, e deixam suas famílias no local de origem ao longo desses 9 meses.

No período entre- safra, os trabalhadores de Minas/Nordeste são dispensados, pois os serviços de plantio da cana necessitam de menos mão-de-obra do que no corte. Assim o setor mobiliza trabalhadores dos próprios municípios que arrendam cana-de-açúcar para o setor.



Fonte: Divisas municipais (ITCG, 2010); Ribeiro (2010)
Elaboração: Ribeiro; Camolezi (2010)

Mapa 17- Abrangência territorial da Unidade de Cidade Gaúcha sobre a mão-de-obra no corte da cana-de-açúcar- ano 2010.

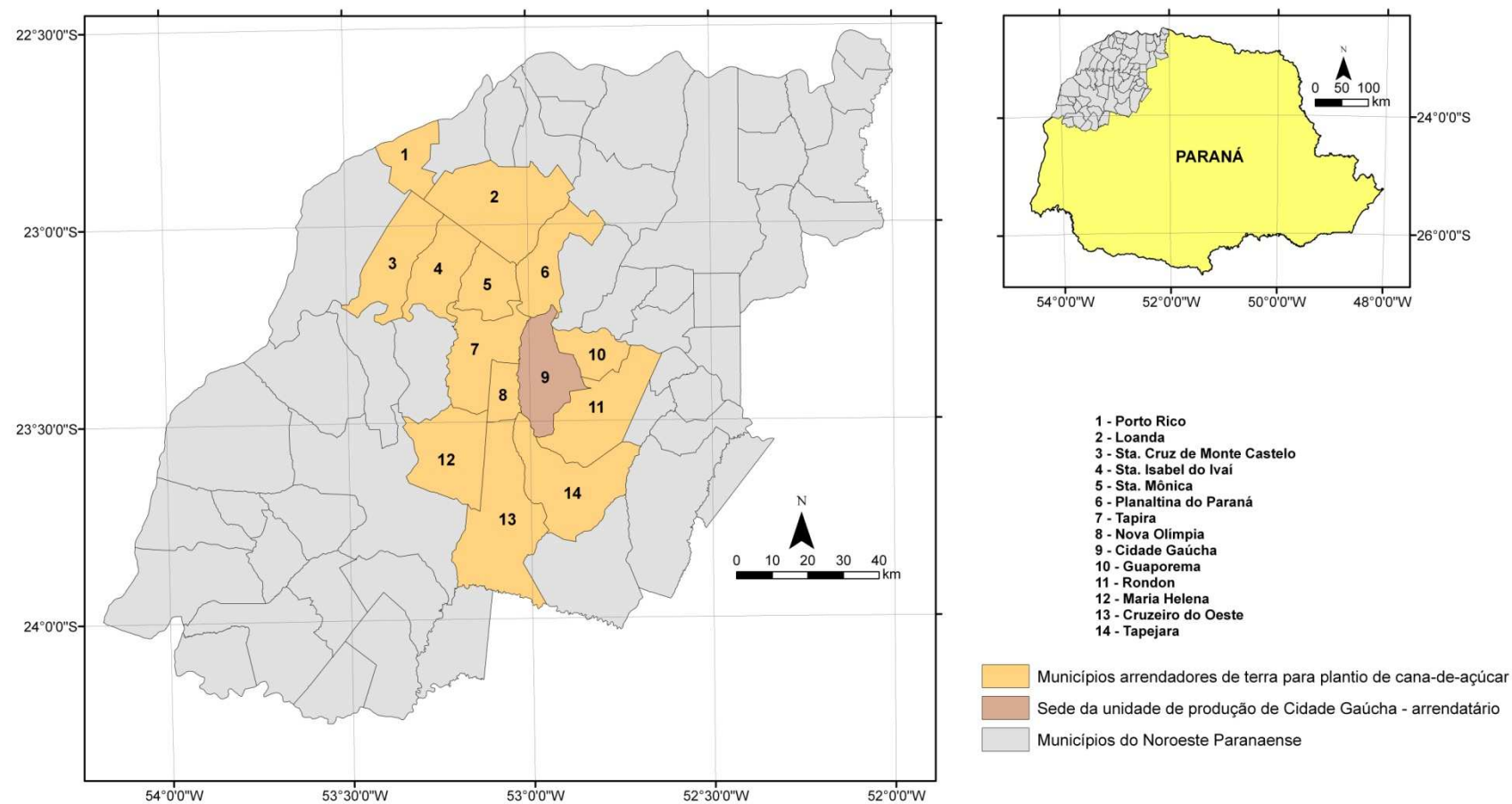
O Mapa 17 apresenta a localização geográfica dos municípios e dos Estados que ofertam mão-de-obra rural para a Unidade de Cidade Gaúcha. De acordo com as informações, Querência do Norte é o município mais distante, que situa-se 100 km, do município empregador.

Comparando o Mapa anterior com o Mapa 10 que apresenta o Noroeste Paranaense por microrregiões, é possível constatar que a Unidade de Cidade Gaúcha mobiliza trabalhadores das microrregiões geográficas de Umuarama (Douradina, Tapira, Nova Olímpia, Maria Helena, Cruzeiro do Oeste), e de Paranaíba (Querência do Norte, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica). No que diz respeito à microrregião geográfica de Cianorte, onde localiza-se Cidade Gaúcha, o setor mobiliza apenas trabalhadores do município sede.

Existem 6 municípios que têm trabalhadores mobilizados por mais de uma Unidade estudada nesta pesquisa: Cruzeiro do Oeste, Nova Olímpia, Tapira, Maria Helena, Santa Isabel do Ivaí, Cidade Gaúcha ofertam trabalhadores rurais para as Unidades de Rondon e Cidade Gaúcha. Já a Unidade de São Tomé tem a sua espacialidade territorial sobre a mão-de-obra no corte voltada mais para a Mesorregião Centro Ocidental em especial.

No que tange aos arrendamentos, a Unidade de Cidade Gaúcha tem uma espacialidade maior do que a área que abrange a mão-de-obra. A Unidade tem áreas arrendadas, nos seguintes municípios: Porto Rico, Loanda, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica, Planaltina do Paraná, Tapira, Nova Olímpia, Cidade Gaúcha, Guaporema, Rondon, Maria Helena, Cruzeiro do Oeste e Tapejara (Santa Terezinha- Unidade Cidade Gaúcha, 2010). Ao todo são 14 municípios, sendo todos procedentes da Mesorregião Noroeste Paranaense, porém essa abrangência extrapola no que diz respeito à Microrregião geográfica. O Mapa 18 apresenta a territorialidade das áreas arrendadas para a Unidade de Cidade Gaúcha.

Percebe-se também a existência de municípios que arrendam cana pra Unidade de Cidade Gaúcha que chega a se distanciar a 100 km aproximadamente, como nos casos de Querência do Norte e Porto Rico. Esses arrendamentos em municípios distantes leva a Unidade a mobilizar trabalhadores próximos à essas localidades.



Fonte: Divisas municipais (ITCG, 2010); Ribeiro (2010)
Elaboração: Ribeiro; Camolezi (2010)

Mapa 18- Noroeste Paranaense, territorialidade das áreas arrendadas para a Unidade de Cidade Gaúcha- ano 2010.

O setor sucroalcooleiro no Estado do Paraná além e outros Estados, se apresenta com essa expressão regional e nacional. São trabalhadores migrantes, volantes de várias partes do país se mobilizando para os canaviais do centro/sul. A origem desses “bóias-frias” remete ainda à modernização agrícola que desencadeou o êxodo rural-urbano no País. São trabalhadores, que depois de serem desapropriados dos seus meios de produção- Terra, passaram a ser “errantes” no espaço geográfico brasileiro.

Em entrevistas com cortadoras e plantadoras de cana-de-açúcar do município de Cidade Gaúcha, também se constata essa origem migratória, em especial da região Nordeste do Brasil. Vejamos o itinerário de uma trabalhadora:

Meus pais eh, meu pai é falecido. O Nelson é falecido. Mas meus pais moravam na região de Douradina, aqui mesmo no Paraná. A minha mãe mora lá ainda. Mas antes dele vir pro Paraná eles eram Baianos. Mas a minha mãe é capixaba. Casou e foi mora na Bahia. Eu nasci na Bahia, mas ta com mais de 40 anos que meus pais vieram de lá da Bahia pra cá [...] Eu vim com eles ainda criança (Aurélia, 51 anos).

Quando perguntada o motivo dessa vinda, o que atraiu a atenção dos pais na região, a mesma continua:

ah sempre era assim: nós trabalhavam na fazenda, tirano o leite. A precisão era trabalhando com gado assim. Aqui na região mesmo, de Douradina e Cidade Gaúcha [...] Trabalhei no café, na laranja. Antes de eu ser registrada aqui nós trabalhávamos mais no café, no algodão, na laranja ali na fazenda do Diogo. Era sempre assim: meus pais moravam no sítio e trabalhavam na lavoura. E eu também. Eu comecei a trabalhar com 7 anos de idade (Aurélia).

Percebe-se que a origem da entrevistada também é nordestina, em especial do Estado baiano. Foi influenciada desde pequena a trabalhar na roça assim como seus pais. Na década de 1970 o Noroeste Paranaense já estava em transição econômica. O café lentamente ia cedendo espaço para as demais atividades, dentre elas a pastagem e o algodão. Revela a mesma que também teve rápida passagem na atividade algodoeira. Mas aonde ela se afirmou mesmo foi com a cana-de-açúcar. Esse é um retrato bastante típico da Mesorregião em questão, pois no decorrer da mecanização agrícola, a localidade passou a desenvolver diversas atividades em função da precariedade dos solos, aonde era difícil adaptar uma cultura específica assim como nas demais regiões do Paraná que teve a soja como a principal atividade no meio rural devido à fertilidade do solo. Isso refletiu no mercado de trabalho,

acarretando essa temporalidade no que diz respeito à mão-de-obra rural. Ora os trabalhadores migravam para o gado leiteiro, ora para a laranja, algodão, citricultura, mandioca dentre outras atividades. Com a intensificação do setor sucroalcooleiro, este atrelou para si esses trabalhadores sazonais.

O que leva muitos trabalhadores e trabalhadoras a cortar cana-de-açúcar é a precisão. Muitos ressaltam o baixo grau escolar, e a dificuldade em arrumar outros serviços uma vez que trabalharam a vida inteira na roça. Vejamos mais:

A precisão né. A precisão que agente precisa. Agente não tem muito estudo, então é a lavoura, plantando cana, cortando cana, carpi. Aqui nós fazemos de tudo. Mas graças a Deus eu gosto do que eu faço [...] O dia que eu não venho na roça faz falta pra mim. O dia que eu não venho é quando eu to muito doente. Eu já trabalhei doente. Pra mim o serviço da lavoura é tudo [...] tudo que eu tenho, que eu consegui até hoje, foi tudo aqui da lavoura. Coisa que eu nunca consegui ter na minha vida, e hoje praticamente por eu ser uma pessoa que eu sou, pobre né, eu tenho o que eu preciso dentro de casa. E foi tudo conseguido aqui da lavoura (Aurélia).

Um fato interessante que ocorreu na vida dessa entrevistada foi quando ela se separou do seu marido. Depois da separação, ela pode comprar seus móveis, casa própria, ajudar as filhas com o dinheiro que ganha na lavoura. Vejamos:

Olha, eu já consegui, pra te falar a verdade depois de separada eu consegui arrumar a minha casinha de tudo. Minha casa é minha mesmo, é na vila rural. Eu consegui lá, depois de separada meus patrões me ajudaram, o prefeito também me ajudou, e eu consegui uma vila. E eu to fazendo dela cadê vez melhor. Eu já fiz uma casinha pra minha menina, lá no fundo também, de três peça. Comprei meus móveis dentro de casa tudinho, com o dinheiro daqui da lavoura [...] (Aurélia).

Ela relatou também que quando estava casada não tinha condições de adquirir seus bens, pois não acumulava dinheiro. Seu ex marido bebia muito, tinha alguns problemas pessoais, que após a separação ela conseguiu conquistar seus bens materiais que tanto gostaria de ter. São pequenas coisas, revela a depoente, que na época dos seus pais jamais teria condições de adquirir com os serviços na roça. Pois naquele tempo as coisas eram muito difíceis. Vejamos:

Ah sim, hoje é muito melhor né, porque antigamente era muito difícil das pessoas trabalhar. O custo de ganho era mais difícil. Então hoje facilita muito pra gente. Só ter saúde e força de vontade, é muito mais fácil que antigamente pra trabalhar [...] hoje temos a carteira registrada o ano todo pela usina, paga sindicato e quando agente precisa é só ir lá. Quando agente precisar dum médico né, eles atendem agente bem. Se agente precisar de uma consulta fora a saúde leva a gente pra Umuarama, Cianorte, Maringá, aonde precisar. Pra mim a saúde é o principal aqui, e pra nós que temos a classe assim de gente pobre, é tudo. Por que muitas vezes agente tem o dinheiro pra compra o remédio e não tem o dinheiro pra pagar a consulta [...] Ah também uma coisa que eu gostei muito dessa usina. Um dia eu tava com uma dor no joelho, ai o pessoal da usina perguntou se eu tinha passado já pra um ortopedista. Ai eu disse que nunca tinha passado. Ai eles disseram pra passar no ortopedista lá da usina, e eu passei e fiquei muito feliz. De lá veio o remédio que eu precisei, me deu tudo lá da usina. Saro daí. Então pra gente isso é uma grande coisa porque remédio hoje em dia ta tão difícil (Aurélia).

Percebemos que os contratos formais de trabalho, serviço fixo e principalmente as assistências hospitalares são os principais motivos que diferencia a vida de antes, quando vivia com seus pais na roça. Os trabalhadores rurais poderão perder esses auxílios com a mecanização da lavoura. E com a idade avançada, necessitando de cuidados médicos, esses trabalhadores sentem os efeitos se por ventura o trabalho manual deixar de existir. Vejamos outro depoimento quando perguntada sobre o serviço mecanizado com as maquinas fazendo o plantio e o corte da cana-de-açúcar:

Ah, ai fica muito difícil. Muito difícil pra gente né. Agente não tem o estudo que precisa, então se torna difícil, porque diz que vai chegar uma época que vai ser só as maquinas plantando né. Ai se torna difícil porque praticamente agente fica sem o serviço né, e sem os auxílios também [...] Nós fizemos cursos assim de plantar cana né. Mais outros cursos nunca fiz não. Minha vida é aqui mesmo. Na lavoura (Aurélia)

No que diz respeito à mobilidade vertical dentro do setor sucroalcooleiro, a mesma não se mostrou interessada em fazer os cursos ofertados pela Unidade, pois o que ela gosta mesmo é trabalhar na roça. Isso revela a sua identidade, transmitida de geração para geração, criando vínculos com a terra e com o trabalho no meio rural.

Essa realidade, e esse gosto pelo serviço na roça, é a realidade de mais uma depoente nesta pesquisa e mais uma oriunda do Nordeste, em especial de Arapiraca- AL. No entanto, esta veio ao Paraná nos anos 2000 para trabalhar especificamente com o corte e plantio da cana-de-açúcar. Vejamos os motivos que levaram ela e sua família migrarem para o Paraná:

A precisão né. A precisão que manda agente vir de lá pra cá, porque lá é muito mais difícil né. Então agente veio pra cá trabalhar. Agente não ganha muito mas o que agente ganha vai levando a vida né, melhor que lá. [...] primeiro veio o meu cunhado pra cá com a minha irmã né, aí foram passando informação pra nós de como que era aqui, então nós resolvemos vir também né (Lúcia, 33 anos).

O Estado de Alagoas, de acordo com as entrevistas e com conversas com demais funcionários da Unidade de Cidade Gaúcha, é o lugar de onde mais vêm trabalhadores para o plantio e corte da cana-de-açúcar. O setor sucroalcooleiro prefere empregar pessoas de Minas, Bahia e Alagoas porque são trabalhadores mais novos, em média 22 a 30 anos. Geralmente, os trabalhadores para o plantio e corte disponíveis nestes municípios do Noroeste Paranaense são adultos, com idades já avançadas. Estes não tiram uma produtividade esperada pelo setor. Os trabalhadores mais jovens, já preferem outros empregos dentro do setor agroindustrial.

O depoimento anterior revela esse interesse pela vinda dos alagoanos ao Paraná. Geralmente os que vêm, entram em contato com os demais familiares e amigos, para que estes venham também. No caso da depoente, foi o seu cunhado e a sua irmã quem os auxiliaram a vir. É possível perceber a vida difícil que essa trabalhadora levava em Arapiraca. São regiões desprovidas de bem estar social para a maioria da população, levando a População Economicamente Ativa a se mobilizar para outras áreas de atração econômica. Quando perguntada sobre a vida que esta depoente levava em Arapiraca, a mesma respondeu:

era trabalho também, na roça. A minha vida inteira era trabalho [...] Lá agente trabalhava de dia pra comer a noite, mas registro lá agente não tem. É tipo o pessoal que trabalha aqui na mandioca, entende? Na lavoura, serviço de fumo. Aí recebe a diária né. Trabalha a semana pra receber a diariazinha [...] Agora aqui é bem melhor. Aqui graças a Deus, agente vai num médico e tem médico, tem medicamento, agente tem água boa pra beber também porque lá tem canto na região que não tem. Lá aonde a minha mãe mora meu Deus, é uma calamidade por água [...] e também muitas coisas que lá eu não tinha condições de ter, porque agente sempre tem o sonho de ter as coisinhas da gente né, e lá eu nunca tive essa oportunidade que tenho hoje. (Lúcia).

A depoente revelou que no Paraná e a vida que leva atualmente nem se compara com a que levava em Alagoas. Até mesmo no que diz respeito à qualidade de vida, saneamento básico, água potável, além dos contratos formais na carteira de trabalho ela saiu ganhando ao vir para o Paraná. *Lá onde minha mãe mora, meu Deus, é uma calamidade por água.* Além disso, a mesma relatou que onde morava não tinha perspectiva de vida alguma. Era trabalhar

de dia na roça, colher, para poder comer à noite. Vejamos outro depoimento da Dona Lúcia quando perguntada sobre os principais bens adquiridos com o trabalho na lavoura:

Ah, a minha casa ela sabe é mobiliada e tudo e lá agente não tinha. Lá eu tinha só um fogãozinho pra cozinhar, e não podia comprar uma geladeira. Um aparelho de som também não podia porque ninguém tinha dinheiro. Lá como se diz, era assim era trabalhar de dia e comer de noite. Então não tinha nada. Lá é desse jeito (Lúcia).

Quando perguntada sobre o que essa trabalhadora tem mais de luxo na casa dela, ela respondeu:

De luxo que eu tenho na minha casa eu acho que eu tenho tudo de luxo. Tudo de luxo graças a Deus. Eu tenho televisão de 29 polegadas, tela plana. Tem a minha geladeira frost free graças a Deus. Tenho computador, internet. Então eu tenho de tudo. Microondas eu não tenho, mas porque eu não quis. E não quero mesmo. Então tudo isso eu tenho graças a Deus. E comprei trabalhando aqui, com o dinheiro da roça [...] Eu e meu marido. Meu marido trabalha de mensalista, de fiscal de alagoanos (Lúcia).

Tudo que eu tenho é de luxo. Essa frase é reveladora, pois se tratando de um serviço de baixa remuneração, além de exaustivo ela ainda prefere levar essa vida do que a que tinha em Alagoas. No Paraná, segundo a mesma, até a sua filha terá condições de crescer futuramente, fazer a faculdade e conseguir empregos melhores.

A realidade da próxima entrevistada é um pouco diferente desta alagoana. Porém assemelha-se com as demais entrevistas. Filha de mineiros, trabalhadores rurais que migraram ao Paraná na década de 1960. Vejamos:

Eu nasci aqui mesmo no Paraná. Aqui mesmo perto de Gaúcha, quando meus pais moravam no sítio. Minha mãe é falecida, mas meu pai mora comigo lá na vila rural. Todos os dois vieram de Minas Gerais. Veio pro Paraná, mais ou menos em 1960. Trabalhava com café, aqui e lá também trabalhava [...] Trabalhei com meus pais também, desde criança no café, tirando leite, essas coisas. Já trabalhei na mandioca, assim sempre na lavoura [...] E já tem mais de 15 anos que eu trabalho aqui, na lavoura de cana (Antonia, 42 anos).

É possível perceber, de acordo com o depoimento anterior, esse vínculo com a terra desde a época em que a depoente trabalhou com seus pais. Oriundos de Minas Gerais, seus pais trabalharam na atividade cafeeira deste Estado. Veio ao Paraná também pra trabalhar com o café, já que tinham experiências no ramo. Na década de 1960, a atividade cafeeira em Minas já estava em processo de mecanização. Com isso diversos trabalhadores rurais

migraram para outros Estados. O Paraná foi um deles, pois o café aqui ainda era a principal economia da época.

As relações de trabalho não diferem dos demais entrevistados: São registrados, filiados ao sindicato, e sempre relatam as assistências hospitalares e dentre outras bonificações por parte das Unidades. No entanto, esta última depoente revelou que desconhece os auxílios hospitalares ou consultas médicas por parte da usina. Vejamos:

Pra nós aqui que somos trabalhadores rurais, nós não temos assim o negócio do dentista, do médico, assim. Nós não temos esses planos ainda. Tem pros mensalistas. Pra nós rural não tem ainda. Tem o sindicato né, quando agente precisa de fazer uma consulta, um oculista, já sai mais barato né. A vantagem é essa (Antonia).

O depoimento dessa trabalhadora revela certa fragilidade quanto aos programas assistenciais, pois os mesmos não abarcam o conhecimento de todos os trabalhadores rurais. Neste caso, percebemos que os sindicatos dos trabalhadores rurais, mesmo enfraquecidos diante do capital sucroalcooleiro, ainda se apresentam como entidades vantajosas para os trabalhadores, principalmente quando se trata da saúde e aposentadoria dos mesmos.

Também há os cursos de aperfeiçoamento, que levam os trabalhadores a outros postos de trabalho. Porém, assim como as demais mulheres, ela prefere o serviço na roça, pois já está acostumada a trabalhar em diversas atividades. Segundo as mulheres, os homens são os que procuram mais esses cursos. Já para os filhos, todos projetam estudos, formação, para seguirem outros serviços.

Uma característica das mulheres é quando se refere ao lazer. Todas elas ressaltaram que depois da roça e nos finais de semana fazem os serviços domésticos, cuidam da educação e dos assuntos escolares dos filhos e vão a missa. Vejamos dois depoimentos:

Quando eu tenho um tempinho eu gosto de ir na igreja. As vezes também passear na praça né, tomar um sorvete a noite. É isso né, fazer os serviços de casa também (Olinda, 41 anos)

Eu gosto mesmo é de ir na igreja e se não for na igreja a prioridade é fazer os meus serviços em casa, lavar uma roupa porque na folga da gente também tem a correria da gente, com os serviços de casa. E depois eu vou deitar né, dormir e descansar porque segunda já é dia de trabalho na roça de novo (Lucia).

Além do descanso devido as longas jornadas durante a semana, estes municípios demograficamente pequenos não têm muitas opções de lazer, além da igreja, o calçadão, e quando tem, rios para a pesca, cachoeiras, enfim, espaços rurais destinados ao lazer.

A realidade dos entrevistados está muito próxima uma da outra. Isso devido aos efeitos das relações capitalistas no meio rural brasileiro ter refletido nesta classe social. Filhos de trabalhadores rurais, com a intensificação da mecanização agrícola tiveram que migrar para outras atividades em outras regiões do País.

É possível concluir também, a evolução intergeracional dos entrevistados. De acordo com as entrevistas, as relações formais de trabalho, vínculo empregatício o ano inteiro, filiação sindical, assistências medico- hospitalares, além também do poder de compra- casa própria, móveis e eletroeletrônicos, tornam a vida de hoje melhor do que antigamente.

Os ganhos assistenciais e as conquistas formais no mercado de trabalho são resultados da mobilização dos trabalhadores rurais e suas entidades de classes frente a esse modelo agroexportador, que ao mesmo tempo em que promovem a riqueza com a exportação de suas *commodities*, reproduzem também a mobilidade forçada e a precarização do trabalho em diversas regiões do Brasil.

Além da mobilidade forçada, também é importante colocar as condições de trabalho que o setor fornece ao cortador de cana-de-açúcar. Em estudos já realizados acerca deste tema, observou-se que em média um trabalhador faz 17 flexões de tronco e dá 54 golpes de facão em 1 minuto (GLOBO RURAL, 2011). Além da postura incorreta que o mesmo fica, cada trabalhador perde em média 8 litros de água por dia para cortar 12 toneladas de cana. Vale lembrar que nos canaviais não há sombras, e nem condições higiênicas para fazer as refeições. Alguns entrevistados nos relataram que levam a refeição na marmita e comem no próprio canavial, pois geralmente eles cortam cana em lugares distantes das suas moradias e das Unidades. Com isso acabam se alimentando no indevido local do eito de corte.

Essas relações se produzem e reproduzem por todo o Brasil. Muitos falam também da volta dos engenhos de açúcar que perpetuou ao longo de 4 séculos de história do País. Sakamoto (2001) aponta que *o engenho ainda existe. A casa grande e a senzala também. As relações humanas só ganharam uma roupagem mais nobre*. São relações precárias reproduzidas pelo modo capitalista de produção. Se na época dos engenhos havia mobilização e manifestação contra o regime de escravidão, a exemplo de Palmares, no neoliberalismo atual também há manifestações pautadas nas melhorias salariais além de melhores condições de trabalho por parte dos trabalhadores rurais. Exemplo disso foi o protesto social em Guariba

no ano de 1984. Se Palmares repercutiu na organização política de toda a colônia na época, o protesto social de Guariba também pode-se dizer que foi um marco importante onde trabalhadores da cana-de-açúcar de todo o Brasil pôde ver que poucos lutaram contra essas relações desumanas.

No que diz respeito à concentração de terras e à monocultura agroexportadora, o Movimento dos Trabalhadores rurais sem Terra (MST) luta pela reforma agrária e pela volta da atividade camponesa no Brasil. A concentração de terras nas mãos de poucos agentes econômicos, além das *commodities* são fatores primordiais que reproduzem a pobreza e a miséria no País. A reforma agrária e a agricultura camponesa no Brasil são fatores cruciais para a erradicação da pobreza, tantas vezes comentada pela Presidenta da República Dilma Rousseff em suas campanhas partidárias.

Então, para que haja de fato a erradicação da pobreza e das contradições sociais no território brasileiro, é preciso em primeiro lugar pensar na agricultura camponesa e numa reforma agrária onde de fato re-distribuem terras, assentando o homem novamente ao seu meio rural. Políticas assistencialistas apenas amenizarão a luta contra o modo capitalista de produção, não havendo mudanças de fato na sociedade, menos ainda nos setores econômicos que reproduzem a precarização do trabalho e a mobilidade forçada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Mobilidade forçada do trabalho segundo Gaudemar (1976) aparece com o desenvolvimento do modo capitalista de produção, decorrente do declínio do regime feudal que atrelava os homens (servos) nas terras dos senhores. Com o processo de queda do feudalismo, os trabalhadores (outroa servos) tiveram a “liberdade” nos centros urbanos, de escolher onde trabalhar. Na verdade essa liberdade era para beneficiar o próprio sistema econômico em ascensão: o capitalismo, que necessitava da mobilidade dos homens, mulheres e crianças para o serviço nas corporações de ofícios e mais tarde dentro das indústrias com o propósito de produzir e reproduzir a mais-valia à classe industrial burguesa.

Em termos de escalas globais, o Brasil inseriu-se nas relações capitalistas logo nas primeiras décadas da ocupação europeia no território, tendo o seu principal papel nas relações econômicas com a metrópole portuguesa a exportação de matéria-prima, primeiro o pau-brasil e depois a cana-de-açúcar. A atividade canavieira já desencadeava aqui no País a mobilidade forçada, na medida em que negros africanos foram obrigados a vir ao Brasil a sujeitar-se ao regime de escravidão. Esse sistema escravocrata durou aproximadamente quatro séculos de história no País. Contudo, em algumas regiões ele tem aparecido, ligado ainda à atividade canavieira, um viés na história.

Esta pesquisa procurou mostrar apenas um esboço, de como as relações capitalistas se reproduzem. Percebe-se que o tempo já se passou, contudo a vida de camponeses e camponesas ainda continua difícil, tendo que sujeitar-se às condições precárias de trabalho que é resultado das constantes modernizações e intensificações das relações capitalistas no meio rural brasileiro. Marx já sinalizava que a modernização constante e a tecnologia não trariam necessariamente o desenvolvimento aos seres humanos em geral, mas apenas àqueles que detém o capital e os meios de produção. Isso porque toda modernização que se realiza no âmbito do capital é na essência conservadora, pois objetiva nada mais nada menos que criar as condições de expansão e autoexpansão do capital no processo incessante para a realização do valor, sob múltiplas formas e modalidades.

Em se tratando do Brasil, o processo de industrialização desencadeado no século XX, somada à modernização das técnicas de produção do campo, reproduziu um contingente populacional de errantes que não se adaptaram ao meio urbano, tendo como principal objetivo a mobilidade

e a busca de serviços, servindo de mão-de-obra barata para as atividades rurais tecnificadas, aquelas que ainda dependiam e dependem até hoje de trabalho manual.

Se antes esses “errantes” viviam no meio rural, trabalhando e tirando o seu sustento desse meio, com a intensificação da modernização agrícola os mesmos passaram, “forçados”, a dispor de seus corpos e “ferramentas” biológicas como os únicos meios para o trabalho. Em outras palavras, tornaram-se assalariados rurais no território brasileiro, migrando por diversas regiões do País. Dentre os principais motivos que causaram essa mobilidade, há a ausência do Estado no sentido de qualificar o trabalhador rural no Brasil. Nesta pesquisa foram apontadas, que as principais leis e estatutos, além também das condições educacionais, destinaram-se primeiramente aos trabalhadores urbanos. O Presidente Getulio Vargas na década de 1950 já sinalizava a importância do Estado para com a melhoria da vida dos homens e mulheres do campo. Veio a mecanização agrícola e muito pouco foi feito em relação a isso.

Nas entrevistas podemos constatar essa origem ainda. Trabalhadores e trabalhadoras rurais gerando filhos e filhas também de trabalhadores rurais. Em todas as entrevistas, os mesmos mostraram a condição difícil que os pais levavam antigamente. Essa vida difícil se deu devido ao descaso do Estado na época, para com a formação e desenvolvimento na área social dessa população. Então é possível perceber, que o Estado, na medida em que ia, de um lado incentivando a economia modernizada no campo com subsídios, incentivos e dentre outros para a tecnificação e construção de agroindústrias, do outro foi reproduzindo a mão-de-obra barata e volante, com o descaso e ausência para com os trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Atualmente, conforme as entrevistas e trabalhos de campo nas Usinas e em sindicatos, os trabalhadores rurais da lavoura canavieira dispõem de auxílios e planos hospitalares, além também do registro anual na carteira, pelo menos para aqueles que moram aqui no Paraná. Os que vêm de outros Estados, têm seus contratos temporários. Esse ganho nas relações formais de trabalho se deu graças a mobilização de entidades de classes nas últimas décadas, como àquelas sinalizadas nesta pesquisa. Já as assistências médicas, e dentre outras bonificações por parte do setor sucroalcooleiro (estima-se que 1% da tonelada do açúcar e 2% do litro do álcool são destinados aos lavradores) eram para ser concedidas pelo Estado, já naquele período de intensa mobilidade camponesa, devido a modernização agrícola. A ausência do Estado, muitas vezes leva a Unidade Produtiva a conceder certas regalias aos trabalhadores, sendo que isso acaba contribuindo com o próprio setor, pois é mais viável o setor monitorar a saúde do seu trabalhador, do que ter que pagar afastamentos e contratar outro no lugar.

Os ganhos assistenciais, as bonificações, condições de moradias e o poder de compra, tornaram a vida dos trabalhadores rurais melhor do que a dos seus pais. Isso pode ser constatados em alguns depoimentos. Percebe-se uma evolução intergeracional entre os entrevistados, sendo que todos eles projetam um futuro melhor para os filhos. Já no que diz respeito ao enquadramento dos mesmos no mundo global, o poder de compra de alguns eletrodomésticos, casa própria, eletroeletrônicos, automóveis, etc., também tornam suas condições sociais melhores do que levavam com seus pais. Porém, isso não é suficiente, pois no mundo globalizado exige-se muito do trabalhador, para que este se qualifique e se enquadre cada vez mais nas atividades técnicas e mecânicas, principalmente, como constatamos nas entrevistas, os trabalhadores mais idosos que ainda tem a cana-de-açúcar como a principal atividade para tirar seus ganhos. A possível modernização da lavoura com o corte e plantio mecanizado tornará muito difícil a vida dessas pessoas, como apresentado nas entrevistas. Os entrevistados, principalmente as mulheres solteiras ou as que ajudam o marido, disseram que se tornará difícil a vida quando acabar o serviço manual. Percebe-se que são pessoas que dependem do serviço na lavoura (sempre trabalharam na roça) para sustentar e criar suas famílias.

Portanto, cabe ao poder público os cuidados com essas pessoas que correm o risco de ficarem sem os seus empregos, caso a lavoura vir de fato a se mecanizar. Do contrário, a história se repetirá mais uma vez: modernização de um lado e a segregação e miséria do outro. Arelado a isso, também tem a expansão da lavoura canavieira em detrimento de outros cultivos, principalmente os destinados a alimentação humana. Como apresentado na pesquisa, além da mobilidade forçada, a exportação do açúcar e do etanol no mercado externo também vem em detrimento da produção alimentar e da agricultura camponesa (ou familiar). Esse fato leva a vida dos “despossuídos” ainda mais difícil. Nos municípios estudados, pode-se observar os efeitos globais no âmbito local, que é essa concentração da monocultura canavieira, além da precarização do trabalho. Quanto maior for a lavoura canavieira, maior será o investimento em capital constantes. E quanto maior o investimento em tecnologias, maior será o desemprego.

Por isso optamos por esse olhar para os trabalhadores da cana-de-açúcar, pois as problemáticas acerca dos mesmos não se esgotam nesta pesquisa. Ainda há muito que estudar e acompanhar de perto. É importante que universidades e entidades de classes atentem para a vida desses trabalhadores e trabalhadoras da cana-de-açúcar visando solucionar as possíveis contradições impostas a eles pelo modo capitalista de produção. Cabe, a nós acadêmicos, ao

Estado, às entidades sociais e à sociedade civil organizada, esse olhar em conjunto, pois do contrário muito difícil será agir sozinho na complexidade que abarca as relações sociais no mundo do trabalhador rural e que inevitavelmente virá a se refletir na sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco. Por que morrem os cortadores de cana. **Pastoral do Migrante**. Disponível em: <http://www.pastoraldomigrante.com.br/index.php?option=com_content&view=category&id=39&Itemid=78> acesso em: 8 set. 2008.

ANDRADE, Manoel Correia. **A Terra e o homem no Nordeste**. 2ª Ed. São Paulo, Brasiliense, 1964.

BEAUJEU-GARNIER, Jaqueline. **Geografia de População**. 2ª edição. São Paulo. Editora Nacional, 1971, 437p.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 4º edição. Rio de Janeiro. Forense. 1978. 627p.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3ª edição. Rio de Janeiro. Guanabara, 1987, 379p.

BROIETTI, Marcos Henrique. **Os assalariados Rurais temporários da cana**. 1ª edição, UFSC, 2003, 114p.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. 2ª Ed. São Paulo. Ave Maria, 1977. 295p.

CANASAT.

Disponível em: <http://150.163.3.3/canasat/>
Acesso em: fev/ 2010.

CARNEIRO, Josué. **Da vida no campo à vida na cidade**: transformações socioespaciais no município de Quinta do Sol: 1970-1980-1990. 2010. 142p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós- graduação em Geografia. Universidade Estadual de Maringá. Maringá.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. Campinas. Papirus. 1986. 339p.

CARVALHO, Josiane Fernandes. **Os assalariados rurais da agroindústria canavieira na mesorregião noroeste paranaense**. 2008. 199 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós- graduação em Geografia. Universidade Estadual de Maringá. Maringá.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 4ª edição. São Paulo, Ática 2005. 94 páginas.

D' INCÃO. Maria Conceição. **O bóia fria**. Acumulação e miséria. Petrópolis. Vozes. 1975. 154p.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. UNESP. Presidente Prudente. 2009. 357p.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro. Vitória. 1960. 173p.

FERREIRA & SIMÕES, Conceição Coelho, Natércia Neves. **A evolução do pensamento geográfico**. Lisboa. Gradiva, 1986, 140p.

FONSECA, Fernanda P. **O Projeto “Arenito nova fronteira” e o avanço da lavoura temporária nas terras de pasto**. 2006. 135p. Dissertação (Mestrado em geografia). Programa de Pós- graduação em Geografia. Universidade Estadual de Maringá. Maringá.

GAUDEMAR, Jean Paul. **Mobilité du travail et accumulation du capital**. Paris. François Maspero, 1976, 274p.

GLOBO RURAL

Disponível em: <http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,EMI200797-18078,00-ESTUDO+REVELA+ROTINA+DO+TRABALHADOR+NOS+CANAVIAIS+DE+SP.html>. Acesso em: janeiro/2011.

GONÇALVES, Ricardo Junior de A. F; MENDONÇA, Marcelo, R. Modernização energética e desenvolvimento do setor sucroalcooleiro: reestruturação produtiva do capital e precarização do trabalho nas áreas de cerrado. **Revista Percurso**. Maringá. v.2, n.1, pág. 53-72, 2010.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo. HUCITEC. 210p.

_____. **O que é questão agrária**. 11ª edição. São Paulo. Editora Brasiliense. 1985. 114p.

GRIGÓRIO JUNIOR, Jair, J. **Modernização da agricultura e evasão populacional na microrregião geográfica de Cianorte-PR**. 2004. 110p. Dissertação (Mestrado em geografia). Programa de Pós- graduação em geografia, Universidade Estadual de Maringá. Maringá.

HADDOCK LOBO, Roberto. **Pequena história da economia**. 2ª edição. São Paulo. Editora Martins, 1959, 377p.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo. Loyola. 2008. 249p.

HERTEL, Ralph, J.G. **História do Paraná**. 2º volume. Grafipar. Curitiba, PR. 1969.

HOJE, Notícias. OCDE apóia moratória à alta da produção de biocombustíveis. **Hoje Notícias**, Maringá, 17 de julho. 2008, Geral, página 6.

HOBBSAWM, Eric J. **A era do capital**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1977. 343p.

IANNI, Octávio. O Estado e o trabalhador rural. **Contexto**. São Paulo, nº 4, p.1-15, Nov. 1977.

_____. **O Estado e capitalismo**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1965. 270p.

_____. A sociologia e o mundo moderno. **Tempo Social**. São Paulo. v.1, n.1, p. 7-27, 1º semestre de 1989.

IBGE, Disponível em: < www.ibge.com.br > acesso em: out/2010.

IBGE, Censos agropecuários.

Disponível em: <www.ibge.com.br> acesso em: Nov/2010.

IBGE, População residente.

Disponível em: <www.ibge.com.br> acesso em: Nov/2010.

IPARDES, Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/leituras_reg_meso_noroeste.pdf> acesso em: 18/03/2009.

IPARDES. CADERNOS MUNICIPAIS

Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=5>
Acesso: dez/2010.

LA BLACHE, P. Vidal de. **Principes de géographie humaine**. 2ª édition. Paris. Armand Colin, 1936, 327p.

LASKI, Harold J. **O liberalismo europeu**. São Paulo. Mestre Jou. 1973, 197p.

LENIN, Vladimir, I. **La lucha de los pueblos de las colonias y países dependientes contra el imperialismo**. Moscú. Editorial Progreso. 1978. 500p.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro. Zahar. 1970. 516p.

MAACK, R. **Geografia física do Estado do Paraná**. Curitiba. Badep. UFPR. 1968. 450p.

MARX, Karl. **O Capital**. 4ª edição (resumida). Rio de Janeiro. Zahar, 1975, 395p.

MENEGUETTI, Nanci Aparecida. **Do petróleo no Brasil ao Proálcool no Paraná**. UEM, Maringá, 1988, 198p.

MILIBAND, Ralph. **O Estado na sociedade capitalista**. Rio de Janeiro. Zahar. 1972. 334p.

MINEROPAR

Disponível em: <<http://www.mineropar.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=106>> acesso em: out/2010.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar**. Rio de Janeiro. EMBRAPA. 2009. 55p.

MONTANHER, Otávio C. *et al.* A relação entre o meio físico e o avanço da cana-de-açúcar no Noroeste do Paraná, abordagem com técnica de geoprocessamento. **Revista Geografia Acadêmica**, v.4, n.1, 2010, p.20-31.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação no futuro**. 2ª edição. Brasília. Unesco, 2000, 118p.

MUZZILLI, Osmar et al. **Conservação do solo em sistemas de produção nas microbacias hidrográficas do arenito Caiuá do Paraná**. IAPAR. 1990. 56p.

O DIÁRIO

Disponível em:

<http://maringa.odiario.com/maringa>

Acesso em: Outubro/ 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4ª Ed. São Paulo, Contexto, 2001, 164p.

_____. Agricultor e Idéias. **Discutindo a Geografia**, nº21, p.28 a 33, 2008a.

_____. Agrocombustíveis e produção de alimentos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 abr. 2008b. Opinião.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma Economia Periférica: o caso do Paraná**. São Paulo, HUCITEC, 1981, 235p.

PARANÁ DA GENTE:

Disponível

em:

<http://www.prdagente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=851>

Acesso em: 08/01/2011.

PASTORAL DO MIGRANTE

Disponível

em:

http://www.pastoraldomigrante.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=102:historico-dos-cortadores-de-cana-mortos-no-setor-canavieiro-&catid=25:dados

Acesso em: 27/11/2009.

PELIANO, José Carlos. **Acumulação de Trabalho e mobilidade do capital**. Brasília. UNB, 1990, 155p.

PENTEADO, Maria Antonieta G. **Trabalhadores da cana**. Protesto social em Guariba-maio de 1984. Maringá. EDUEM. 2000. 236p.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1980.

PRIORI, Ângelo. **O protesto do trabalho**. Maringá. EDUEM. 1996. 99p.

QUEIROZ, S.S. **Uma aplicação do EVA (Economic Value added) para a Agroindústria Canavieira do Paraná**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo. 2007. 103 p.

RIBEIRO, Vitor Hugo. **O avanço do setor sucroalcooleiro do Paraná: dos engenhos às usinas.** 2008. 60 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008.

RIBEIRO, V.H.; ENDLICH, A.M . **O Avanço da agroindústria canavieira na mesorregião Noroeste Paranaense.** Revista Percurso. Maringá, v. 2, n.1, p. 73-92, 2010.

ROCHA, Márcio Mendes. **A espacialidade das mobilidades humanas.** Um olhar para o Norte Central Paranaense. 1998. 186p. Tese (Doutorado em geografia) Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade de São Paulo. São Paulo.

ROSSETTI, Cristina Cesária P. **O papel da usaciga na organização do espaço rural de Cidade Gaúcha, Paraná.** 1997. 67 f. Trabalho de conclusão de curso de especialização. Universidade Estadual de Maringá. Cidade Gaúcha. 1997.

ROSSETTI, José P. **Introdução à economia.** 5ª. São Paulo. ATLAS. 1975. 508p.

SAKAMOTO, L. O Engenho resiste.

Disponível em: <http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=13>

Acesso em: janeiro/2011.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro. Francisco Alves. 1979. 345p.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo. Hucitec. 1988.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4ª edição. São Paulo. USP, 2006, 259p.

_____. **Pensando o espaço do homem.** 5ª Ed. São Paulo. Edusp. 2009. 96p.

SILVA, Izildo Carlos Alves da. **Mobilidade do trabalho sob o impacto da reestruturação produtiva: estudo das tendências migratórias em Santo André.** 2008.163p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós- graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo. São Paulo

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século.** São Paulo. Fundação UNESP, 1999, 370p.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **O Planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975).** São Paulo. HUCITEC. 1979. 540p.

TEIXEIRA, Amélia M. **O uso e ocupação do solo em uma área canavieira no município de São Tomé.** 1997. 57p. Trabalho de conclusão de curso de especialização. Universidade Estadual de Maringá. Cidade Gaúcha, 1997.

TEIXEIRA, Wilson Antonio. **As Transformações no Espaço Agrário do Paraná, com a introdução da Agricultura Energética Canavieira.** 1988. 281p. Dissertação (Mestrado em geografia) Programa de Pós- graduação da Universidade Estadual Paulista. Rio Claro.

_____. **O processo de desenvolvimento geoeconômico do complexo agroindustrial cooperativista na mesorregião Norte Central paranaense.** 2002. 343f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana:** a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo. Annablume. 2002. 388p.

_____. Não há nada de Novo sob o Sol num Mundo de *Heróis!* (A *Civilização* da Barbárie na Agroindústria Canavieira). **Pegada Eletrônica**, vol. 8, nº 2, Dez. 2007. Disponível em: < <http://www4.fct.unesp.br/ceget/> > acesso em: 13 de set. 2008.

VARGAS, Getúlio. **O Governo trabalhista do Brasil.** Rio de Janeiro. José Olympio. V. III. 1969. 500p.

XAVIER, Eduardo. Novas Usinas Dinamizam Economia de Cidades da Região. **O Diário do Norte do Paraná.** Maringá, 24 de jun. 2007, Cidades, páginas A6 a A7.

ZAFALON, Mauro. Cortadores de cana têm vida útil de escravo em SP. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 29 de abr. 2007, Dinheiro.